MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - CAMPUS PALMAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO, BACHARELADO

AUTORIZADO PELO DECRETO Nº 84.784/1980
TRANSFERIDO AO IFPR PELA RESOLUÇÃO 09/2010
RETIFICADA PELA RESOLUÇÃO 144/2011

AJUSTE PARECER CONSEPE Nº 65/2022

PALMAS - PR
2022

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Reitor

Odacir Antonio Zanatta

Pró-Reitor de Ensino

Amarildo Pinheiro Magalhães

Diretora de Ensino

Patricia Daniela Maciel

Direção Geral do Campus

Roberto Carlos Bianchi

Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus

Debora Raquel Mergen Lima Reis

Coordenador de Curso

Alexandre Milkiewicz Sanches

Núcleo Docente Estruturante

Alexandre Luiz Schlemper
Alexandre Milkiewicz Sanches
Anderson Luiz Michelin
Andrieli Diniz Vizzoto
Bruno Roberto Dammski
Edson José Argenta
Everaldo de Souza
Flávio Fuhr
Renato Koch Colomby

Colegiado de Gestão Pedagógica de Curso

Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão:

GRACIELA CABREIRA GEHLEN

Coordenador de Ensino:

ALLAN ANDREI STEIMBACH

Chefe da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis:

JOSY FRACCARO DE MARINS

Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais:

JOÃO PAULO STADLER

Pedagoga:

MARCIA ADRIANA ANDRADE SILVA

Comissão de Estruturação de Curso/Comissão de ajuste curricular

Presidente: Coordenador do curso/Núcleo Docente Estruturante (NDE)
Alexandre Milkiewicz Sanches

Docentes que atuam no curso/Núcleo Docente Estruturante (NDE):
Alexandre Luiz Schlemper
Anderson Luiz Michelin
Edson José Argenta
Everaldo de Souza
Flavio Fuhr
Andrieli Diniz Vizzoto
Bruno Roberto Dammski
Renato Koch Colomby

Representante da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis:
Débora Graziele Pizápio

Bibliotecária:
Josiane Comarella

Representantes discentes:
Cristiano Marcio Roberto Bonafé
Siliana Lemes da Silva

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO 8
1.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR) 9
1.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFPR 13
1.3 O CAMPUS PALMAS DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ 15
1.4 HISTÓRICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO 20
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO 21
2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS 21
2.2 JUSTIFICATIVA DO CURSO 22
2.3 OBJETIVOS DO CURSO 25
2.3.1 Objetivo Geral do Curso 25
2.4 PERFIL DO CURSO 26
2.4.1 Metodologias e Estratégias Pedagógicas 26
2.4.2 Relação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação 27
2.4.3 Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no Processo de Ensino e Aprendizagem 30
2.4.4 A Biblioteca no Processo Pedagógico 32
2.5 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES - FORMAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA 34
2.5.1 Formas de Acesso 34
2.5.2 Permanência 37
2.5.2.1 Programas e Bolsas de Pesquisa, Bolsas de Extensão, Inovação e Inclusão Social 40
2.5.3 Mobilidade Acadêmica 45
2.5.4 Aproveitamento e Certificação de Conhecimentos Anteriores 46
2.5.5 Expedição de Diplomas e Certificados 47
2.5.6 Educação Inclusiva 48
2.5.7 Acessibilidade 53
2.6 RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E PATRIMONIAL DO CURSO 56
2.6.1 A Responsabilidade Social do Curso 57
2.6.2 Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano 58
2.6.3 Memória, Patrimônio Artístico e Cultural 60
2.6.4 Comunicação e Relações com a Comunidade 62
2.7 PERFIL DO EGRESSO 65

2.7.1 Áreas de Atuação do Egresso 66
2.7.2 Acompanhamento de Egressos 67
2.7.3 Registro Profissional 68
2.8 AVALIAÇÃO 69
2.8.1 Concepção de Avaliação 69
2.8.2 Avaliação da Aprendizagem 70
2.8.3 Formas de Emissão dos Resultados 72
2.8.4 Condições para aprovação 73
2.8.5 Plano de Avaliação Institucional 74
2.8.6 Avaliação do Curso 75
2.8.7 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso 79
2.9 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 80
2.9.1 Matriz Curricular 80
2.9.2 Componentes Curriculares Obrigatórios 92
2.9.3 Componentes Curriculares Optativos 92
2.9.4 Componentes Eletivos 93
2.9.5 Estrutura da carga horária a distância no curso 93
2.9.6 Curricularização da Extensão 102
2.9.6.1 Princípios da Extensão 104
2.9.6.2 Objetivos da Extensão 105
2.9.6.3 Áreas Temáticas, Linhas e Atividades ou Ações de Extensão no Curso de Administração 107
De acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX: 107
2.9.6.4 A articulação entre as atividades de extensão e as atividades de ensino, pesquisa e inovação realizadas no curso 112
2.9.6.5 Participação dos Estudantes nas atividades de extensão 114
2.9.6.6 Formas de creditação/validação e registro das atividades de extensão 114
2.9.6.7 Autoavaliação da Extensão 114
2.10 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS 116
2.11 ESTÁGIO CURRICULAR 190
2.11.1. Estágio junto ao Núcleo de Práticas Acadêmicas do Curso de Administração 192
2.11.2. Estágio junto aos demais campos de estágio previstos 193
2.11.3 Convênios de Estágio 194
2.12 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 196

2.13 ATIVIDADES COMPLEMENTARES 197
2.14 A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR 198
2.15 NÚCLEO DE PRÁTICA 199
3. CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO 200
3.1 CORPO DOCENTE 200
3.1.1 Atribuições do Coordenador 200
3.1.1.1 Experiência do Coordenador 201
3.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE) 202
3.1.3 Relação do Corpo docente 203
3.1.4 Políticas de Capacitação do Corpo Docente 206
3.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO 208
3.2.1 Políticas de Capacitação do Corpo Técnico Administrativo em Educação 212
4. INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA 215
4.1 REPRESENTATIVIDADE DA COMUNIDADE ACADÊMICA 215
4.2 PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA GESTÃO DO CURSO 217
5. INFRAESTRUTURA 219
5.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO 220
5.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL 220
5.3 ÁREAS DE ESTUDO ESPECÍFICO 221
5.4 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE 221
5.5 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA 222
5.6 ÁREAS DE APOIO 222
5.7 BIBLIOTECA 222
6. PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO 224
6.1 EXPANSÃO DO QUADRO DOCENTE 224
6.2 PROJEÇÃO DA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES E DE CONSUMO 226
6.3 PROJEÇÃO DA AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO 227
6.4 EXPANSÃO DO QUADRO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 233
REFERÊNCIAS 234
ANEXO A - REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO DO CAMPUS 246
ANEXO B - REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 257
ANEXO C - REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES 269
ANEXO D - REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS 275

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico deste curso foi elaborado ao longo de um extenso período de reuniões e conversas. Para tanto, foram considerados os aspectos sociais, culturais e econômicos da região dos campos de Palmas, fundamentando o curso de Administração em dados socioeconômicos. Participaram de diversos momentos professores do Núcleo Docente Estruturante, bem como os representantes discentes e demais professores e coordenadores de cursos que auxiliam em componentes curriculares interdisciplinares também estiveram presentes na construção do projeto, representados pela CAJ do curso de Administração.

Conforme poderá ser percebido ao longo da leitura deste Projeto Pedagógico de Curso (PPC), alguns dos textos que compõem o documento estão aqui registrados tais quais são apresentados no Projeto Político Pedagógico do campus Palmas do Instituto Federal do Paraná (PPP, 2022).

Por entendermos que, sendo o Projeto Pedagógico do Curso um documento que deve estar em estreita relação com o PPP, a fragmentação, modificação ou apoucamento destas partes, não se faz viável, em especial pelo fato de o referido PPP ter sido construído democrática e coletivamente, com a contribuição de toda a comunidade acadêmica do campus, inclusive com a participação deste curso.

Intencionando preservar a estética deste documento, mesmo que tenhamos nos referenciado, de forma direta, no PPP (2022) do campus, não nos utilizamos aqui das regras de referenciação de citações, conforme especificado nas normativas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e dos documentos institucionais que têm o mesmo fim de orientação.

Nos preocupamos, no entanto, para fins de evitar qualquer estranhamento relacionado a isso, a indicar aqui os textos presentes neste PPC que foram transcritos do PPP (2022) do campus, alguns com algumas modificações e ajustes, os quais são:

- Contexto histórico do Instituto Federal do Paraná;
- O campus Palmas do Instituto Federal do Paraná;
- Bolsas de pesquisa, bolsas de extensão, inovação e inclusão social;
- Mobilidade acadêmica;

- Concepção de avaliação;
- Avaliação da aprendizagem;
- Recuperação paralela;
- Formas de emissão de resultados;
- Condições de aprovação;
- Plano de avaliação Institucional;
- Biblioteca;
- Infraestrutura.

1. IDENTIFICAÇÃO

Número do processo: 23411.005737/2019-09

Denominação do Curso: Administração

Resolução de criação do curso: Decreto nº 84.784/1980

Ano de criação do curso: 1980

Área do Conhecimento/Eixo Tecnológico: 60200006 - Administração

Modalidade: Presencial

Grau: Bacharelado

Regime Letivo (Periodicidade): semestral

Turno Principal do Curso: noturno

Horário de oferta do curso: das 19h30 às 23h05

Valor hora-aula do curso: 50 minutos

Prazo de Integralização Curricular: 4 anos (8 semestres)

Carga-Horária total do Curso (horas): 3.100

Carga horária total do curso (horas/aula): 3.720

Vagas totais (anuais): 40

Escolaridade mínima exigida: Ensino Médio completo

Nome do Coordenador: Alexandre Milkiewicz Sanches

E-mail: alexandre.sanches@ifpr.edu.br

Telefone: (46) 3214-1200

Endereço de oferta: **IFPR Campus Palmas**: Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, s/nº, PRT-280, Trevo da Codapar, Palmas - Paraná - CEP 85555-000.

1.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR)

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) teve origem a partir da Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. O Art. 2º desta lei caracteriza os Institutos Federais como sendo:

> [...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

O parágrafo 1º deste artigo salienta que "para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais" (BRASIL, 2008). Em todo o Brasil existem 38 institutos que constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC).

O Art. 5º da Lei n.º 11.892/2008 determina a presença dos Institutos Federais nas diferentes unidades da federação, indicando, em seu inciso XXV, "a criação do Instituto Federal do Paraná, mediante a transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná" (BRASIL, 2008).

De acordo com Lemos Junior (2016), a origem do IFPR remonta ao século XIX, quando, em 1869, foi criada por imigrantes alemães residentes na cidade de Curitiba, a Escola Alemã (Deutsche Schule). Em 1914, essa instituição alterou seu nome para Colégio Progresso e, entre esse ano e 1918, durante a Primeira Guerra Mundial, devido à forte tendência nacionalista que se desenvolvia no país, teve seu patrimônio depredado e acabou sendo fechada (LEMOS JUNIOR, 2016).

Logo após o término da Primeira Guerra Mundial, a comunidade alemã de Curitiba:

> [...] buscou a autorização do governo para a reabertura do colégio, sob o argumento de que fosse uma instituição genuinamente brasileira. Em 1919, a solicitação foi aceita e o Colégio Progresso foi reaberto [...] No ano de 1929,

> o colégio criou o ensino secundário, chamado de curso ginasial (LEMOS JUNIOR, 2016, p. 08).

Foi apenas em 1936 que essa instituição passou a ofertar um curso técnico, o Curso Comercial, de cunho essencialmente prático. Em 1943, devido ao rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, ocasionado pelo desenrolar da Segunda Guerra Mundial, houve a dissolução desta instituição e seu patrimônio foi então entregue à Faculdade de Medicina do Paraná (LEMOS JUNIOR, 2016). Nesse processo, o Curso Comercial, criado em 1936, continuou funcionando na Academia Comercial Progresso, anexa à Faculdade de Direito do Paraná e, partir de 1943, "passou a funcionar como Escola Técnica de Comércio, anexa à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná" (LEMOS JUNIOR, 2016, p. 10).

Em 1974, a Academia Comercial Progresso foi incorporada à Universidade, passando a se chamar Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná e, no ano de 1990, passou a se chamar apenas Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná. Nesse período, a instituição oferecia "onze cursos técnicos, todos na modalidade de ensino integrado, ou seja, ofertando o Ensino Médio juntamente com a formação técnica" (LEMOS JUNIOR, 2016, p. 11).

Em 2008, com a publicação da Lei n.º 11.892, foi criada a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, constituída pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET- MG) e pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET- RJ), além das escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais (LEMOS JUNIOR, 2016).

Assim, no ano de 2009, o Setor de Educação Profissional e Tecnológica (SEPT) da UFPR se desmembrou, dando prosseguimento à criação do Instituto Federal do Paraná (IFPR) que, de acordo com Lemos (2016), "herdou a maior parte dos cursos técnicos do SEPT, passando a ofertá-los no campus Curitiba" (LEMOS JUNIOR, 2016, p. 13).

A partir daí, iniciou-se o processo de expansão IFPR pelo Estado. Com o objetivo de oferecer condições adequadas para a produção de conhecimento e para a qualificação da força de trabalho, necessárias ao estímulo do desenvolvimento socioeconômico do Paraná, a distribuição espacial dos *campi* procurou contemplar o

Estado como um todo, situando as unidades em municípios considerados polos de desenvolvimento regional.

Os *campi* do IFPR, atualmente, estão presentes em 26 municípios: Arapongas, Assis Chateaubriand, Astorga, Barracão, Campo Largo, Capanema, Cascavel, Colombo, Coronel Vivida, Curitiba, Foz do Iguaçu, Goioerê, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaíva, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Pinhais, Pitanga, Quedas do Iguaçu, Telêmaco Borba, Umuarama, União da Vitória,

Os *campi* Arapongas, Astorga, Barracão, Coronel Vivida, Goioerê e Quedas do Iguaçu configuram-se como *campi* avançados, ou seja, unidades que prioritariamente ofertam ensino técnico, cursos de formação inicial e continuada e de Educação a Distância, atendendo as ações que integram o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

A Diretoria de Desenvolvimento de Educação a Distância/Proens é responsável pela gestão, pelo desenvolvimento e implantação das políticas e pelo suporte pedagógico e tecnológico para a modalidade EaD no IFPR. A Educação à Distância no IFPR proporciona, àqueles que não dispõem de tempo para frequentar o ambiente de ensino diariamente, uma alternativa para formação e aprimoramento profissional. As aulas são transmitidas para polos descentralizados, localizados nos outros municípios do Estado onde se encontram os demais campi, permitindo aos estudantes organizarem seu tempo de estudo de acordo com suas demandas pessoais.

As finalidades e características do IFPR são descritas em seu Estatuto, aprovado pela Resolução nº 13/2011-CONSUP, retificado pela Resolução nº 39/2012-CONSUP, Resolução nº 02/2014-CONSUP e Resolução nº 02/2015-CONSUP:

> I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
>
> II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
>
> III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

> IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
>
> V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
>
> VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
>
> VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
>
> VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
>
> IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente;
>
> X - participar de programas de capacitação, qualificação e requalificação dos profissionais de educação da rede pública
>
> XI - O IFPR, verificando o interesse social e as demandas de âmbito local e regional, poderá ofertar cursos fora da área tecnológica (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2011).

A partir disso, estabelecem-se os objetivos do IFPR, descritos no Art. 5º do mesmo Estatuto:

> I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
>
> II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
>
> III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
>
> IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
>
> V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

> VI - ministrar em nível de educação superior:
>
> a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
>
> b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
>
> c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
>
> d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
>
> e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica;
>
> VII – executar, sem finalidade comercial, serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens com fins exclusivamente educativos (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2011).

O grande diferencial dos Institutos Federais é a possibilidade de oferta de todos os níveis de ensino na mesma instituição. Pela primeira vez, é possível oferecer, no mesmo local, desde a Educação básica (cursos de nível médio técnico) até a pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

1.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFPR

De acordo com seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 (IFPR 2018, p. 16-17), “o Instituto Federal do Paraná (IFPR) é uma instituição de ensino voltada à educação, básica e profissional, especializada na oferta gratuita de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino” e pautada na estreita relação, e participação, “com a sociedade, com os movimentos sociais, as entidades e ou instituições públicas ou privadas representativas das classes patronais e dos trabalhadores”.

O mesmo plano referencia que o processo educacional na instituição intenciona a formação de cidadãos reflexivos sobre a realidade na qual estão inseridos e aptos a atuarem no processo de transformação desta realidade, tornando-

a mais justa, igualitária, livre, solidária e fraterna. É neste sentido que se estabelece como missão do IFPR:

> Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral de cidadãos críticos, empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade e com o desenvolvimento local e regional (IFPR 2018, p. 19).

Tomando o compromisso assumido em sua missão, no sentido de promover uma formação integral do ser humano para, e no, mundo trabalho, advém a visão do IFPR de "tornar-se instituição de referência em educação profissional, científica e tecnológica no Brasil, comprometida com o desenvolvimento social" (IFPR 2018, p. 19).

A partir da missão e da visão assumidas, o IFPR, na perspectiva de atender ao compromisso social a que se propõe, estabelece em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 (2018, p. 19) os valores que balizam as práticas institucionais. São estes valores:

- Sustentabilidade
- Educação de Qualidade e Excelência
- Ética
- Inclusão Social
- Inovação
- Empreendedorismo
- Respeito às Características Regionais
- Visão Sistêmica
- Democracia
- Transparência
- Efetividade
- Qualidade de Vida
- Diversidade Humana e Cultural
- Valorização das Pessoas

Essa missão, visão e valores, que balizam as práticas institucionais, são com a intenção de fazer cumprir o principal compromisso do IFPR que, de acordo com seu Projeto Pedagógico Institucional, constante em seu Projeto de Desenvolvimento Institucional é:

> [...] o compromisso do IFPR é com a sociedade e, sobretudo, com os sujeitos que têm o direito à escola pública, gratuita e de qualidade. Este é o trabalho que nos propomos a desenvolver, com a participação de todos os servidores, numa constante luta pela educação e pela inclusão (IFPR, 2018, p. 209).

1.3 O CAMPUS PALMAS DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

A origem do IFPR campus Palmas advém da transformação do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná (UNICS), instituição de natureza privada, mantida pelo Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos (CPEA) de Palmas, em março de 2010, a qual passava por dificuldades financeiras. Para não prejudicar os alunos, bem como toda a região, o Governador do Estado do Paraná na época, Roberto Requião, determinou a desapropriação do imóvel e dos bens móveis e laboratoriais e, imediatamente, estabeleceu um convênio com o Ministério da Educação para que fosse criada uma Instituição Federal de ensino que pudesse ofertar educação superior, de qualidade e gratuita a todos.

Registros históricos relatam que, no ano de 1968, aconteceu a instalação e autorização de funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI, pelo Decreto Federal 63583/68 – com quatro cursos: Filosofia, História, Pedagogia e Letras.

Em 1972, em Assembleia Geral Extraordinária, o diretor-presidente do CPEA propôs a criação da Universidade do Sudoeste do Paraná, com sede em Palmas, propugnando pela implantação de uma Universidade que unificasse e expandisse o ensino superior na região, projeto que acabou não se concretizando.

Entre 1979 e 1980, foram criadas e autorizadas as Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas – FACEPAL, instaladas com apoio do Poder Público Municipal – Lei Municipal n.º 654/79 – Decreto Federal 84784/80 – sob a Administração do CPEA e com os cursos iniciais: Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – depois, Licenciatura em Educação Física e, em 1985, Administração Rural e Licenciatura em Ciências com habilitação para Matemática, Biologia e Química.

Em 1987, a administração do CPEA/Faculdades de Palmas voltou-se para a expansão das instalações físicas, com aquisição de uma área de 30 alqueires, com abertura dos primeiros caminhos no terreno e início da construção do campus II na PRT 280.

Em 1990, houve esforço para instalação de uma Universidade Regional, a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu – UNIVALE, integrando as

instituições FAFI e FACEPAL de Palmas, FAFI e FACE de União da Vitória, FUNESP de Pato Branco e FACIBEL de Francisco Beltrão, todas localizadas no Sul e Sudoeste do Paraná.

Diante da impossibilidade colocada pelo governo em cumprir com esse objetivo, as Instituições de Ensino Superior que integraram o projeto da UNIVALE, buscaram outros caminhos. Assim, em 1992, as Faculdades de Palmas assinaram um convênio de Amparo Técnico e Financeiro com o Estado, destinado ao subsídio das mensalidades e a compra de equipamentos, materiais e instrumentais.

Em outubro de 1993, sem abandonar a proposta de uma Universidade Regional, as Faculdades de Palmas protocolaram, em Brasília, um novo processo, solicitando, via reconhecimento do Conselho Federal de Educação, do Ministério da Educação (CFE/MEC), a implantação da Universidade Católica do Sudoeste do Paraná, com proposição de vários cursos novos. O processo foi arquivado, em razão do fechamento do Conselho Federal de Educação pelo Presidente da República da época.

No decorrer de 1998, estruturado o novo Conselho Nacional de Educação, pautado em Políticas Nacionais redefinidas com base na Lei 9394/96, foi encaminhado um processo solicitando a transformação da FAFI/FACEPAL em Centro Universitário. Para a instrumentalização do processo, foi necessário solicitar a mudança de categoria de Faculdades Isoladas, para Faculdades Integradas de Palmas, o que foi aprovado em 15 de fevereiro de 2001 – Portaria MEC 285/2001.

Em 2002, através da Portaria do MEC 2993/2002, as Faculdades Integradas de Palmas, passaram a denominar-se Faculdades Integradas Católicas de Palmas e, em maio de 2004, pela Portaria Ministerial 1274/04, foram transformadas em Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná, com alteração posterior do nome para Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná.

A partir de 2004, com a autonomia concedida aos Centros Universitários pela legislação em vigor, o UNICS, instalou novos cursos, tais como Farmácia, Enfermagem, Direito, Engenharia Civil e Agronomia.

No início de 2009, a administração do CPEA/UNICS passou a focar na mudança da instituição para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do

Paraná, novo programa do Governo Federal para expansão do Ensino Superior, Técnico e Tecnológico, lançado em dezembro de 2008.

Esta iniciativa contou, desde o princípio, com a integração de lideranças políticas locais, regionais e nacionais, pessoas representativas de diversos movimentos e associações que, deixando de lado ideologias e agremiações partidárias, se uniram em torno da causa da Federalização do UNICS por entenderem que esta conquista seria uma alavanca para o desenvolvimento de Palmas e da região.

Em 17 de março de 2010, aconteceu no campus II do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná, o ato oficial de desapropriação dos bens imóveis e laboratoriais do UNICS e a instalação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.

No dia 14 de junho de 2010, a Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação, através da Portaria nº 728/2010, publicada no Diário Oficial da União nº 112 de 15 de junho de 2010, aprovou a incorporação dos cursos e alunos pelo IFPR, e declarou extinto o Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná, o qual contava com 20 cursos de Ensino Superior, a saber: Administração, Bacharelado em Educação Física, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia Agronômica, Engenharia Civil, Farmácia, Licenciatura em Artes Visuais, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Física, Licenciatura em Letras-Espanhol, Licenciatura em Letras-Inglês, Licenciatura em Letras-Português, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Química, Sistemas de Informação e Tecnologia Agroflorestal. Desses cursos, após a federalização, seis foram extintos: Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras Português, Licenciatura em Letras Português-Espanhol, Licenciatura em Física, Tecnologia Agroflorestal, Engenharia Civil.

O campus Palmas do IFPR decorre da primeira fase de expansão dos Institutos Federais (2008 a 2010). Atendendo às necessidades sociais locais e cumprindo a legislação de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, foram implementados, na sequência, dois cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

Em 2013 ofertou-se a primeira turma do Curso Técnico em Serviços Jurídicos integrado ao Ensino Médio, iniciando o processo de verticalização do curso de Direito. Em 2014, iniciou-se o Curso Técnico em Alimentos, verticalizando os cursos de Engenharia Agronômica, Farmácia e Química.

Desde 2018, o Colegiado de Letras, com o apoio de professores de outros colegiados, passou a oferecer o Curso de Especialização em Linguagens Híbridas e Educação, voltado especialmente ao público que, de alguma forma, se interessa pelos campos da língua, linguagem e ensino.

Em 2023, por sua vez, o início o Curso de Especialização em Controladoria e Gestão Empresarial. O curso está organizado em três módulos, intercalando e interagindo os componentes curriculares entre três áreas: Administração, Ciências Contábeis e Sistema de Informação com enfoque na gestão empresarial.

Atualmente o campus Palmas oferece 22 cursos que integram os eixos tecnológicos constantes no Quadro 1:

Quadro 1 - Eixos tecnológicos, níveis e modalidades dos cursos ofertados no campus Palmas do IFPR

EIXO TECNOLÓGICO	NÍVEL/MODALIDADE	NOME DO CURSO
Ambiente e Saúde	Graduação Bacharelado	Enfermagem
		Farmácia
	Subsequente Técnico (EaD)	Meio Ambiente
		Agente Comunitário de Saúde
Informação e Comunicação	Graduação Bacharelado	Sistemas de Informação
Recursos Naturais	Graduação Bacharelado	Agronomia
		Administração

Gestão e Negócios	Graduação Bacharelado	Ciências Contábeis
		Direito
	Médio Técnico Integrado	Serviços Jurídicos
	Pós-graduação Lato Sensu	Controladoria e Gestão Empresarial
Desenvolvimento Educacional e Social	Graduação Licenciatura	Artes Visuais
		Ciências Biológicas
		Educação Física
		Letras Português/ Inglês
		Pedagogia
		Química
	Pós-graduação Lato Sensu	Linguagens Híbridas e Educação
	Formação Inicial e Continuada (FIC)	Espanhol Básico
		Inglês Básico
		Inglês Intermediário
		Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
		Francês Básico
Produção Alimentícia	Médio Técnico Integrado	Alimentos

FONTE: adaptado do PPP Campus Palmas (2022)

1.4 HISTÓRICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

O Curso de Administração, bacharelado, do Campus Palmas do Instituto Federal do Paraná foi autorizado no segundo semestre do ano de 1980, pelo Decreto nº 84.784/1980, quando da fundação das Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas – FACEPAL, instituição que originou o Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná (UNICS). Em 18/02/1983 obteve reconhecimento junto ao Ministério da Educação, por meio da Portaria MEC/SERES/ nº 76/1983.

Por meio da Resolução 09/2010 do CONSUP, retificado pela Resolução 144/11, o curso de Administração, bacharelado do UNICS foi transferido ao IFPR. Em 03/04/2017 houve a última renovação de seu reconhecimento, através da Portaria MEC/SERES 271/2017.

O Projeto Pedagógico do Curso, a partir da transferência para o IFPR Campus Palmas, passou por duas reformulações, nos anos de 2012 e 2014, sempre com o compromisso de atender as expectativas da Instituição, de todos seus participantes, e da sociedade em geral, de oferta de ensino de qualidade.

A partir do ingresso dos alunos efetivamente selecionados pelo IFPR, o curso passou por dois ciclos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em 2015, com conceitos 3 no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e 4 como Conceito Preliminar do Curso (CPC). Em 2018, os conceitos foram 3 no ENADE e 3 no CPC.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS

Um Projeto Pedagógico do Curso é uma proposta de ensino aprendizagem que deve buscar atender a formação de profissionais e cidadãos éticos e capazes de atender às demandas sociais. Este projeto é baseado nas Leis da Educação Nacional e alinhado com o Plano de Desenvolvimento Institucional, buscando organizar um ciclo de formação de profissionais e processo contínuo de avaliação das atividades acadêmicas, pedagógicas, científicas, tecnológicas e culturais para um aprimoramento constante.

O projeto se relaciona ao PDI, PPI e PPC devido à natureza dinâmica que envolve todos os processos, auxiliando na eficácia organizacional, dando bases para diretrizes estratégicas institucionais e educacionais para o ensino, pesquisa e extensão. Além disto, proporciona orientações para a gestão e informa claramente a missão, objetivos e valores, colaborando para a construção do IFPR enquanto uma instituição de referência na educação de qualidade, validando sua função social e conduzindo as ações do corpo docente, servidores e gestores.

O PPC é construído pelos professores atuantes no curso de Administração, ouvindo diferentes prismas das áreas afins, tomando como ponto de partida também o PDI e PPI, fazendo com que as diretrizes contidas nestes documentos sejam sustentáculo para a formulação do projeto do curso.

Seguindo o PDI do IFPR, este PPC se baseia nos pilares: sociedade, ser humano, escola, conteúdo de ensino, trabalho como princípio educativo, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, educação inclusiva, formação omnilateral, articulação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, avaliação processual, flexibilidade dos componentes curriculares, integralização curricular. E de acordo com o PPP do campus Palmas (pág. 39), buscamos “formação do cidadão trabalhador, ético, crítico, autônomo, reflexivo, consciente de seus papéis históricos. Agente político que compreenda sua realidade e seja capaz de ultrapassar os obstáculos que ela apresenta. Que seja habilitado a pensar e agir na perspectiva de possibilitar as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais necessárias

para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva, menos desigual e mais equilibrada em seus vários âmbitos".

O curso de Administração objetiva preparar futuros administradores para o exercício pleno de sua profissão, bem como o exercício da cidadania na sociedade moderna. O aluno de Administração do IFPR é preparado para ser um profissional empreendedor, criativo, com habilidades de liderança, capacidade reflexiva e analítica, que busca integrar objetivos e coordenar esforços e recursos em prol das metas organizacionais. É um profissional que é preparado para pensar estrategicamente, percebendo os arredores de forma holística e integrada, engajado com propostas de sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico e de forma humana.

O presente PPC também se baseia nas Diretrizes Curriculares do curso de graduação em Administração, propostas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) na Resolução N. 5, de 14 de outubro de 2021. O novo PPC justifica-se pela necessidade de revisão do projeto anterior, tanto para alinhamento com os novos documentos supracitados, quanto para revisão dos conteúdos curriculares visando a formação do profissional em Administração.

2.2 JUSTIFICATIVA DO CURSO

O município de Palmas está inserido em uma ampla região do sudoeste do Paraná que carece de profissionais da Administração, no sentido de atender satisfatoriamente às demandas organizacionais.

A carência de profissionais da Administração resulta em empreendimentos com elevado índice de mortalidade e dificuldades em diversos aspectos organizacionais. Vislumbra-se na região amplas oportunidades de desenvolvimento da produção e industrialização, razão pela qual o curso encontra amplo espaço e viabilidade, seja pela demanda social e/ou demanda econômica.

O IFPR é uma instituição cônscia dos problemas sociais do município e da região e de sua responsabilidade na intervenção e transformação das comunidades. Explicitando sua responsabilidade social, o IFPR possui como um de seus princípios institucionais a inserção e contribuição com o desenvolvimento comunitário local e

regional, estando presente nas diferentes atividades e trabalhos desenvolvidos no âmbito do ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e assuntos comunitários.

A política e a organização interna focam situações, eventos, cursos, programas e projetos que privilegiam a emancipação dos envolvidos, em detrimento às facilidades de iniciativas assistencialistas grandes perpetuadoras da sociedade desigual em que vivemos. O IFPR busca contribuir com a construção de um mundo mais justo e solidário, colocando-se a serviço da comunidade local e regional.

A cidade de Palmas fica localizada no Sudoeste do Paraná, a 1.115 metros de altitude, com economia baseada na indústria e na agropecuária. Nos últimos anos, Palmas entrou num processo de industrialização, que tem gerado maior concentração de renda, pela própria lógica da política de exportação (no que tange ao retorno de impostos para a cidade e ao trabalho altamente tecnológico).

O Curso de Bacharelado em Administração do IFPR tem como finalidade suprir as necessidades em diversas áreas das organizações, fornecendo um profissional capacitado e de fácil inserção no mercado de trabalho local e regional.

Outro aspecto importante a destacar é a relação dos Institutos Federais com os arranjos produtivos locais e como o curso de Administração poderá contribuir neste processo. Um dos seus princípios norteadores do estatuto do IFPR, em seu capítulo II, artigo 3°, inciso III, “eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos físicos locais, sociais e culturais” (IFPR, 2008, p. 3) (grifo nosso). E ainda, no artigo 37°, os arranjos produtivos locais, estão presentes como norteadores das atividades de pesquisa:

As atividades de pesquisa têm como objetivo desenvolver espírito científico e pensamento reflexivo para a investigação, a produção e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, visando o desenvolvimento da sociedade a partir dos arranjos produtivos locais, sociais e culturais (IFPR, 2008, p. 13).

No texto, “Instituto Federal – Concepções e Diretrizes”, encontramos as seguintes menções:

O foco dos Institutos Federais será a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Responderão, de

forma ágil e eficaz, as demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais (MEC/SETEC, 2008, p.16).

Ao tratar os critérios de expansão:

Ao estabelecer como um dos critérios na definição das cidades-polo a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais, reafirma-se o propósito de consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional (MEC/SETEC, 2008, p.5)

Ao avaliar a forma de diálogo entre IFET´s e sociedade: Se for defensável que as políticas para a educação profissional e tecnológica devem ter como preceitos os interesses da sociedade, e se for defensável também que é função precípua dos Institutos Federais atuar a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, qualquer que seja a esfera delimitada para atuação dos Institutos Federais, a relação dialógica e democrática de seu fazer pedagógico possibilitará ganhos sociais expressivos e a superação de contradições existentes (MEC/SETEC, 2008, p.36) (grifo nosso).

Neste contexto, Schlemper (2013) realizou pesquisa de diagnóstico dos Arranjos Produtivos Locais (APL's) da região sudoeste do Paraná, identificando limites e possibilidades de atuação do IFPR - campus Palmas, em relação aos mesmos. Como não foi identificada na época a presença de empresas de Palmas e microrregião nos APL's institucionalmente organizados (móveis, têxteis e software), a principal proposta de intervenção do IFPR seria junto às aglomerações produtivas locais no sentido de estimulá-las e encaminhá-las à evolução para um APL. Em tal processo, dois principais gargalos foram identificados: o empreendedorismo de má qualidade (falta de planejamento e gestão) e processo organizativo da governança setorial (ligado à cultura associativa, e também habilidades de gestão). Em ambas as situações, o curso de Administração tem papel fundamental e oportunidade de intervir diretamente no processo de preparar qualitativamente estes empreendedores.

2.3 OBJETIVOS DO CURSO

2.3.1 Objetivo Geral do Curso

O objetivo geral do curso de bacharelado em Administração do IFPR Campus Palmas é preparar profissionais empreendedores, criativos, líderes, com capacidade crítica e analítica, mediante os recursos tecnológicos disponibilizados, capazes de se integrar aos objetivos de uma organização e coordenar as estratégias, em qualquer ramo de atividade, contribuindo, assim, à sustentabilidade das organizações e ao desenvolvimento socioeconômico local, regional, nacional ou global.

2.3.2 Objetivos Específicos

- Ofertar atividades visando uma formação teórico-empírica, para aperfeiçoar o raciocínio lógico, crítico e analítico, relacionadas às questões presentes nas diferentes configurações organizacionais e tecnológicas;
- Aprimorar a capacidade perceptiva do estudante, propiciando a identificação e diagnóstico de problemas organizacionais, propondo soluções estratégicas, promovendo o desenvolvimento sustentável das organizações;
- Auxiliar o estudante a compreender os modelos gerenciais na sua interdisciplinaridade e sua adequação para a gestão das organizações, com capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos, consultorias e demais práticas administrativas;
- Promover espaços para desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais, intergrupais e inter organizacionais;
- Desenvolver o potencial para liderança, empreendedorismo e inovação, com capacidade de compartilhar conhecimentos e atitudes transformadoras da realidade organizacional, social e ambiental;
- Discutir a complexidade e diversidade sociocultural e as interações entre indivíduos e organizações para agir de maneira adequada e justa no atendimento das necessidades dos diferentes públicos relacionados às organizações;

- Preparar profissionais tendo em vista diferentes cenários do mundo do trabalho e cidadãos conscientes de suas responsabilidades sociais e éticas para promoção do bem comum.

2.4 PERFIL DO CURSO

2.4.1 Metodologias e Estratégias Pedagógicas

A proposta pedagógica com a qual o campus Palmas do IFPR pactua, conforme registrado em seu Projeto Político Pedagógico (PPP, 2022), é a Pedagogia Histórico Crítica, visando a formação de profissionais críticos, reflexivos e emancipados, para atuarem no mundo do trabalho e, conforme estabelecido na missão e visão institucionais, comprometidos com a sustentabilidade e com o desenvolvimento local e regional.

Desta forma, a formação acadêmica dos estudantes do curso de Administração, ocorrerá por meio do desenvolvimento de metodologias e estratégias pedagógicas que possibilitam a apresentação dos conteúdos que são ministrados, com o fim de serem atingidos os objetivos a que o curso se propõe. Sendo o ensino um processo sistemático e intencional de garantir o conhecimento, são exploradas diferentes formas de apresentação de conteúdos, utilizando as mais variadas técnicas de apresentação, como aulas expositivas e dialógicas, trabalhos práticos e escritos, em grupo e individuais, visitas técnicas, seminários, estudos dirigidos, debates, sendo todas elas instrumentalizadas pelo quadro de giz, transparências, *Datashow* (projetor), tv/vídeo, uso do laboratório de informática, livros, periódicos, dentre outros.

O destaque do curso é sua flexibilidade e foco empreendedor, necessidade da região. A formação empreendedora está presente em dois componentes curriculares específicos: i) Empreendedorismo e Inovação, e ii) Plano de Negócios, permitindo ao acadêmico o desenvolvimento de competências empreendedoras.

Outro fator é o cumprimento de componente curricular optativo que por interesse do aluno ocorre no 5º período do curso com carga horária de 68 horas, as quais são observadas entre as páginas 172 e 180 deste PPC.

Por interesse do aluno este pode optar, ainda, por componentes curriculares

optativos ofertadas em outros cursos, desde que pertinentes aos eixos formativos do curso de Administração, Bacharelado.

No 8º período abre-se aos alunos a possibilidade da escolha de um dos componentes curriculares optativos dentre diversos componentes curriculares de 33 horas cada, apresentados entre as páginas 181 e 190 deste PPC.

Após incentivar a prática empreendedora e possibilitar a escolha da área de atuação profissional, é ministrada o componente curricular Direção de Empresas que possibilita a utilização dos conhecimentos repassados para o administrador entender e praticar a direção de empresas.

Outro componente curricular com finalidade integradora é Simulação Gerencial, que apoiada em *software* de simulação empresarial proporciona ao estudante vivenciar situações próximas à realidade da gestão.

2.4.2 Relação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação

O ensino, a pesquisa e a extensão constituem os pilares do ensino superior. Cada um desses pilares existe e pode ser desenvolvido independentemente dos demais. Todavia, no âmbito das instituições de ensino, os três devem articular-se no processo educativo, incluindo junto a eles a inovação tecnológica.

Para podermos estabelecer relações entre essas dimensões da educação é necessário conceituarmos cada uma delas, conforme as prerrogativas institucionais, do curso, da formação profissional ofertada e do perfil de egresso vislumbrado.

De acordo com o Estatuto do IFPR, o ensino estabelece-se a partir do currículo do curso, que

> [...] está fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, [...], sendo norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano.

Neste sentido, o ensino, no âmbito institucional, conforme registra o Regimento Geral do IFPR (2012), está fundamentado na "formação omnilateral do ser humano, visando seu pleno desenvolvimento histórico nas dimensões intelectual, cultural, política, educacional, psicossocial, afetiva, estética, ética e ambiental, tendo o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico" (IFPR, 2012).

É com base nisso, que se desenvolvem as atividades de ensino no curso de Administração em que as ações de pesquisa e extensão são pautadas pela indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. Em outras palavras, as ações de pesquisa devem articular-se à extensão e vice-versa e ambas deverão vincular-se à formação de pessoas, tendo sempre o aluno como protagonista deste processo. A articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão deverá estar presente em todos os momentos ou todos os componentes curriculares em que se fazem presentes, na condução do processo pedagógico de ensino e de aprendizagem dos estudantes.

O princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão é fundamental no fazer acadêmico. A relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, quando bem articulados, conduz a mudanças significativas nos processos de ensino e de aprendizagem, fundamentando didática e pedagogicamente a formação profissional, e discentes e docentes constituem-se, efetivamente, em sujeitos do ato de aprender, de ensinar e de formar profissionais e cidadãos. A pesquisa e a extensão, em interação com o ensino, com a educação e com a sociedade, possibilitam operacionalizar a relação entre teoria e prática, a democratização do saber acadêmico e o retorno desse saber aos institutos federais, testado e reelaborado.

Portanto, pensar e concretizar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão constituem-se na afirmação de um paradigma de uma instituição de ensino que busca produzir conhecimentos e, efetivamente, torná-los acessíveis à formação dos novos profissionais e aos mais variados segmentos da sociedade.

Como mencionado neste texto, a pesquisa é tomada na instituição como um princípio pedagógico e, conforme definição do Estatuto do IFPR, "[...] consiste em toda e qualquer atividade investigativa com objetivo e metodologia definidos, ligada à aplicação de teorias ou modelos científicos na resolução de problemas de natureza

social, cultural, artística, filosófica e tecnológica" (IFPR, 2011) e, segundo o Regimento Geral do IFPR, com o objetivo formar capital humano para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos".

Considerando que, conforme o artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) a educação superior tem, como uma de suas finalidades, "incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive" no âmbito do curso de Administração, as ações de pesquisa ocorrem, de maneira geral, em todos os componentes curriculares, os quais devem estimular o aluno a se apropriar dos conhecimentos específicos de tal componente também através da atividade investigativa. Contudo, a pesquisa é particularmente trabalhada nos componentes curriculares de Metodologia da Pesquisa, Produção Científica I e II, e Trabalho de Conclusão de Curso I e II. Tudo isso visando formar um profissional que seja capaz de buscar e se apropriar de novos conhecimentos de forma autônoma e a partir de uma perspectiva crítica.

O outro pilar do ensino superior, a extensão, é entendido institucionalmente, conforme registram o Estatuto do IFPR (2011), o Regimento Geral do IFPR (2012) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (2018) como as "ações de interação com a sociedade" com o objetivo de promover e divulgar os conhecimentos que constituem o patrimônio da humanidade, reconhecendo os saberes existentes nessa sociedade.

Também trazida, pela LDB nº 9.394/1996, como uma finalidade da Educação Superior, ao passo que determina, em seu artigo 43, que esta deverá "promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição", no curso de Administração, as ações de extensão se dão através de projetos comunitários e de atividades desenvolvidas no Núcleo de Práticas de Administração. Tais atividades visam capacitar os estudantes a identificar as necessidades de mudança na realidade que os cerca e a agir, a partir dos conhecimentos proporcionados pelo curso, de modo a transformar para melhor tal realidade. Em outras palavras, formar profissionais que não sejam apenas detentores

de conhecimentos, mas agentes cientificamente preparados de transformação social, política e econômica.

Quanto à inovação tecnológica, o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024), a contempla como estratégia para atingir os objetivos da educação no país. Assim, ela deve estar diretamente relacionada ao ensino, pesquisa e extensão, constituindo-se, também, como um princípio a ser desenvolvido nos Institutos Federais.

Conforme já mencionamos anteriormente, na definição institucional, dada pelo Estatuto e pelo Regimento Geral do IFPR vigentes, “a inovação consiste na introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços, aliadas a práticas empreendedoras e de empoderamento da sociedade.”

No curso de Administração as atividades voltadas à promoção da inovação concentram-se de modo particular no componente curricular de Empreendedorismo e Inovação, que visa promover a reflexão crítica sobre o tema e incentivar os estudantes a aderirem a projetos institucionais voltados à inovação. Isso com o intuito de formar profissionais qualificados para inovar.

O Estatuto do IFPR, prevê, como um dos princípios norteadores da instituição, a verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa, a extensão e a inovação. No curso de Administração, essa relação entre os pilares do ensino superior, quais sejam o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, desenvolve-se de forma a possibilitar a formação de profissionais que sejam capazes de se apropriar de forma autônoma de conhecimentos, a partir de uma perspectiva crítica, e que sejam agentes capacitados a inovar e promover transformações sociais, políticas e econômicas.

2.4.3 Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no Processo de Ensino e Aprendizagem

As ações educacionais do Instituto Federal do Paraná organizam-se através da oferta de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, da educação profissional técnica de nível médio e da educação superior de graduação e de pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância.

O curso de bacharelado em Administração do campus Palmas objetiva que seus egressos tenham consciência sobre o uso ético das tecnologias, para tanto, fazer uso destas durante a formação é essencial, acompanhando o processo de familiarização e discutindo as questões éticas que perpassam todas as áreas. O campus apresenta uma estrutura que proporciona aos docentes e discentes o uso das tecnologias em sala de aula, bem como plataformas de aprendizagem que são utilizadas como espaço de sala de aula, adaptando as tecnologias para o uso de ensino, pesquisa e extensão, visando habilitar os egressos para o uso das diversas tecnologias de informação para o ensino e preparo da vida profissional.

Todos os docentes têm a possibilidade de usar salas virtuais para os processos de ensino e aprendizagem, bem como os alunos são incentivados a fazer uso das tecnologias para comunicação, organização, planejamento, sendo ofertados componentes na matriz que tratam especificamente de tecnologias digitais e também sendo essa uma realidade que é transversal em todos os componentes curriculares, sendo que as tecnologias ocupam espaço significativo como ferramentas para os profissionais da administração. Os discentes, além dos acessos em sala de aula, possuem laboratórios e todo o incentivo por parte do curso e dos professores para o uso de tecnologias de forma consciente e reflexiva, fomentando estratégias de aprendizagem, pesquisa e extensão que possam fazer o melhor uso das tecnologias.

De forma objetiva, cabe explicar como as Tecnologias podem ser inseridas no processo de ensino e aprendizagem do curso. A saber, desde o primeiro semestre há a presença de um componente curricular intitulado de Gestão da Tecnologia da Informação que objetiva ser basilar nas discussões que envolvem a temática. No decorrer do curso, a Tecnologia é tema transversal, de forma que culmina com o componente curricular de Simulação Gerencial I e II, no 5º e 8º período respectivamente. Em outros componentes curriculares a utilização de aplicativos como planilhas eletrônicas, Matlab, e acesso à internet colaboram para o aprendizado e a inserção dos alunos em ambiente tecnológico.

Além disso, para além do espaço da sala de aula presencial, em todos os componentes curriculares há uma sala de aula virtual que potencializa a mediação tecnológica, entre docentes e estudantes. Trata-se do Ambiente Virtual de Aprendizagem do IFPR (AVA IFPR). A orientação é que se deve trabalhar

pedagogicamente com a diversidade de recursos, incluindo os tecnológicos. Desta forma, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) se integram em bases tecnológicas que possibilitam a partir de equipamentos, programas e mídias, a associação de diversos ambientes e indivíduos numa rede, facilitando a comunicação entre seus integrantes, ampliando as ações e possibilidades já garantidas pelos meios tecnológicos.

2.4.4 A Biblioteca no Processo Pedagógico

A biblioteca do Campus Palmas funciona nos termos previstos na Portaria no 43/2021, que estabelece normas e diretrizes, nos termos do regulamento geral, para a elaboração e publicação do regulamento das Bibliotecas dos campi do IFPR, cujo regulamento próprio encontra-se publicado e disponível no site do campus e no balcão de atendimento. Também são adotadas os padrões e diretrizes dos seguintes documentos:

Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos:

1. Portaria no 25/2021: Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).

2. IN no 1/2021: Estabelece normas para execução da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).

Catalogação Padronizada:

1. Portaria Conjunta PROAD/PROENS no 8/2020: Institui o Manual de Catalogação para a Rede de Bibliotecas e o tutorial de cadastro de autoridades, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).

Controle Patrimonial dos Acervos Bibliográficos:

1. Portaria no 28/2021: Normatiza o registro e o controle patrimonial de acervos bibliográficos no Sistema Pergamum, bem como a evidenciação contábil, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).

Inventário:

1. Portaria no 28/2021: Normatiza o registro e o controle patrimonial de acervos bibliográficos no Sistema Pergamum, bem como a evidenciação contábil, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).

2. IN Conjunta PROAD/PROENS no 01/2022: Normatiza o fluxo de inventário de acervos bibliográficos, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).

Como parte do processo didático-pedagógico, a biblioteca é integrante da formação humana e tem por finalidade apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir da promoção e da mediação do acesso à informação e ao conhecimento. Esse suporte ocorre por meio das ações de aquisição, processamento técnico, armazenamento, acondicionamento, preservação, conservação, disponibilização e disseminação de materiais e fontes informacionais (bibliográficos), produtos e serviços para a comunidade, proclamando o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais para a formação da cidadania e o exercício da democracia.

Como espaço de convivência, a biblioteca tem por objetivo promover o incentivo à literatura, à arte e à cultura, auxiliando nas ações que visam à valorização da leitura e da biblioteca como instrumentos fundamentais na formação das/os estudantes no que diz respeito à reflexão da realidade, de forma crítica e autônoma. Também atua sobre os aspectos acadêmicos, científicos e tecnológicos, de modo a alcançar o exercício pleno da literacia na leitura e na escrita, instigando a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade, estimulando a imaginação e a vivência de cidadãs e cidadãos críticas/os, reflexivas/os e responsáveis.

A biblioteca possui um acervo plural e representativo de diversas áreas do conhecimento, em suporte físico e digital/virtual. O acervo da biblioteca pode ser utilizado tanto para consulta local, quanto para empréstimo domiciliar por prazo pré-determinado e estabelecido no regulamento. O controle e a gestão dos acervos bibliográficos da Rede de Bibliotecas do IFPR são realizados por meio do Sistema Pergamum. Para acessar alguns dos serviços da biblioteca o usuário precisa ter vínculo institucional (estudante, técnico administrativo, docente, funcionário terceirizado e estagiário) e solicitar o seu cadastro no balcão de atendimento. Por meio do referido sistema são realizados o processamento técnico e registro

patrimonial do acervo; empréstimo e devolução de material informacional; consulta ao acervo; reserva e renovação (também online), solicitação de empréstimo entre as bibliotecas da Rede do IFPR; levantamentos bibliográficos, relatórios e inventário patrimonial do acervo.

A Biblioteca Virtual Pearson (BV Pearson) tem acesso garantido e as/os usuárias/os têm acesso a diversos títulos em suporte digital, com várias editoras parceiras que integram a plataforma. O acesso remoto pode ser realizado pela internet, tanto pelo site ou aplicativo (Android e iOS) da BV Pearson, quanto pelo Sistema Pergamum. A biblioteca disponibiliza tutorial de acesso à plataforma, disponível no site do campus (https://www.youtube.com/watch?v=5F3z88l7eBE).

O acesso às Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e *International Organization for Standardization* (ISO) também é um serviço à disposição das/os usuárias/os e pode ser realizado de forma remota (Sistema Pergamum) e consulta local.

A comunidade tem livre acesso ao Portal de Periódicos CAPES, com direito a conteúdo conveniado com os Institutos Federais (IFs), disponível para acesso com *Internet Protocol* (IP) identificado da instituição e remoto via CAFe.

O acervo físico da biblioteca encontra-se em constante expansão. Atualmente, conforme o Plano de Gestão IFPR (2022), os recursos para aquisição de material bibliográfico obedecem ao percentual mínimo conforme a fase de expansão em que os campi se encontram, permitindo a manutenção, atualização, ampliação e adequação do acervo às necessidades dos cursos e às demandas das/os usuárias/os, com objetivo de contribuir para a formação e aprimoramento das/os estudantes.

2.5 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES - FORMAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA

2.5.1 Formas de Acesso

De acordo com o artigo 36º da Resolução nº 55/2011 CONSUP/IFPR, o acesso aos cursos do IFPR pode ocorrer por meio de:

> I. Processo seletivo; II. Processo seletivo simplificado; III. Sistema de Seleção Unificada/SiSU; IV. Ingresso para portadores de diploma de graduação; V. Ingresso de estudantes estrangeiros através de convênio cultural; VI. Ingresso de alunos especiais; VII. Transferência.

Segundo esta mesma Resolução, em seu Artigo 37º, cabe à Pró-Reitoria de Ensino, articulada a Direção Geral de cada campus, a elaboração dos editais de seleção e ingresso nos cursos de graduação.

Atualmente, o campus Palmas do IFPR, assim como os demais campi, seguindo o estabelecido pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, - que, em seu artigo 44, determina que os cursos de graduação deverão ser abertos a candidatos que concluíram o Ensino Médio, podendo estes ingressarem por meio de processo seletivo - promove a seleção e ingresso de estudantes nos cursos de graduação por meio de processo seletivo simplificado, em regime anual, e regido por edital específico a cada ano.

Para garantir o princípio da Educação Inclusiva, o IFPR prevê 80% de suas vagas, em processos seletivos para ingresso, para diferentes cotas. O processo de seleção considera, conforme orientação da Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do IFPR (Resolução nº 55/2011 CONSUP/IFPR), as políticas de ações afirmativas estabelecidas que, conforme o Projeto de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, vem a atender a característica principal do IFPR: “a de ser uma Instituição de Ensino criada para a inclusão” (IFPR, 2018, p. 208).

Desta forma, o acesso ao curso de Administração ocorre de modo a atender:

- a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências;
- a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino;

- o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio;
- a Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, que dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012.

São disponibilizadas, anualmente, um total de 40 vagas para ingresso no curso, sendo que essas vagas atendem, conforme já mencionado, os percentuais de vagas/cotas de inclusão estabelecidos na legislação vigente:

- 50% (cinquenta por cento) das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, das quais 50% (cinquenta por cento) são reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*.
- Destas vagas, ainda, um percentual, referente à "proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE" (BRASIL, 2012), será destinado para pessoas autodeclaradas pretas, pardas, indígenas e pessoas com deficiência.

Além da oferta de vagas de ingresso por meio de processo seletivo, o curso de Administração, assim como todos os cursos de graduação do campus, dispõe, semestralmente, de edital para transferência interna e externa. Este processo ocorre, conforme orienta o artigo 49 da Lei nº 9.394/1996: "as instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo." Assim, quando da existência de vagas remanescentes nos cursos do campus Palmas do IFPR, e de acordo com as definições dos artigos 54º, 55º, 56º e 57º da Resolução nº 55/2011 CONSUP/IFPR, pode ocorrer o ingresso de estudantes via transferência.

2.5.2 Permanência

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, o compromisso do IFPR com a inclusão social é, além de possibilitar o acesso por meio das políticas públicas de cotas, atuar no sentido da promoção da permanência dos estudantes na instituição.

A política de permanência do IFPR é estabelecida pela Resolução nº 11, de 21 de dezembro de 2009 (CONSUP), retificada pela Resolução nº 53/2011 (CONSUP), e está em consonância com o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, "[...] executado no âmbito do Ministério da Educação e que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal" (BRASIL, 2010).

Segundo o explicitado na Resolução nº 11, de 21 de dezembro de 2009:

> A Política de Apoio Estudantil do IFPR compreende o conjunto de ações voltadas aos estudantes e que atendam aos princípios de garantia de acesso, permanência e conclusão do curso de acordo com os princípios da Educação Integral (formação geral, profissional e tecnológica) em estreita articulação com os setores produtivos locais econômicos e sociais (IFPR, 2009).

Um dos objetivos basilares dessa política, conforme estabelecido no inciso I do Artigo 3º, é a criação e implementação de condições que viabilizem o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos pelos estudantes, "contribuindo para minimizar a retenção e a evasão, principalmente quando determinadas por fatores socioeconômicos e por necessidades educativas especiais" (IFPR, 2009).

A implementação da Política de Apoio Estudantil no âmbito do IFPR, segundo o que estabelece a Resolução nº 11/2009, ocorrerá por meio de ações, programas ou projetos nas áreas assistencial, com bolsas e auxílios, "atenção primária à saúde mental e física, atividades e eventos culturais, artísticos, acadêmicos, inclusão digital, atividades esportivas, comunitárias e outros".

Para o campus Palmas, conforme descrito em seu Projeto Político Pedagógico (PPP, 2022), a Política de Apoio Estudantil

> [...] tem como premissa a respeitabilidade à diversidade social, étnica, racial e inclusiva, na perspectiva de uma sociedade democrática e cidadã e busca promover e garantir recursos necessários para que os estudantes superem

> os obstáculos que dificultam a sua formação integral. É desenvolvida por meio de ações que, além de educativas (pois incentivam a inclusão dos estudantes aos projetos de ensino, pesquisa e extensão), objetivam diminuir os índices de evasão e reprovação. Dessa forma, a Política de assistência ao estudante está integrada ao desenvolvimento pedagógico, ao exercício pleno da cidadania e à promoção de inclusão ao mundo do trabalho (PPP, 2022).

Algumas ações adotadas no âmbito do campus, que visam contribuir com a permanência dos estudantes, são relacionadas ao apoio pedagógico oferecido. Neste sentido, as profissionais Pedagogas e o Técnico e Técnica em Assuntos Educacionais, lotados na Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE), atuam diretamente junto aos acadêmicos que apresentam algum tipo de dificuldade no processo de aprendizagem, orientando-os e apoiando-os para a superação dessas dificuldades. Além disso, esses profissionais prestam, também, apoio e assessoria aos docentes, para que possam melhor atender os estudantes.

Também como membro da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE), atua o psicólogo institucional, que volta suas atividades para atendimentos e intervenções (individuais ou em grupo) a fim de promover o bem estar da comunidade acadêmica (servidores e educandos), intencionando contribuir para o bom funcionamento do processo de ensino-aprendizagem e do clima educacional.

O serviço de psicologia é de extrema importância para contribuir com a permanência dos estudantes no campus, na medida que atua diretamente nas relações interpessoais e nos processos intrapessoais, referindo-se sempre às dimensões política, econômica, social e cultural envoltos à comunidade acadêmica, em especial aos estudantes do campus (PPP, 2022).

A Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE) conta ainda, com o trabalho das servidoras Assistentes Sociais, que formam o setor de Assistência Estudantil do campus (setor que faz parte da SEPAE). Elas atuam diretamente junto aos estudantes, em especial àqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Sua prática profissional é pautada na legislação vigente e ocorre no sentido de promover o acesso e permanência estudantil na instituição, com base nas políticas públicas vigentes para esse fim.

É o setor de Assistência Estudantil o responsável por coordenar, dentro do campus, os programas de auxílios e bolsas estudantis, destinados aos acadêmicos

em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esses programas de auxílios e bolsas serão discutidos no próximo tópico. Segundo o Projeto Político Pedagógico do campus Palmas (PPP, 2022, p. 55) “também é competência desse setor, de acordo com a demanda, realizar encaminhamentos junto à rede de proteção das outras esferas e poderes do governo (saúde, educação e assistência social, principalmente).”

Ainda, como setor de apoio à permanência no campus, existe o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Este núcleo, que conta com a participação de servidores de diferentes áreas e formações, atua diretamente junto às questões relacionadas aos estudantes com deficiência ou que apresentam alguma necessidade especial, ou específica, quanto ao processo de ensino e aprendizagem. Sua principal função é dar suporte, tanto aos discentes quanto aos docentes, no que se refere à superação de dificuldades e barreiras educacionais. As atividades, funções e atuação serão mais bem detalhadas nos itens deste PPC referentes à educação inclusiva e acessibilidade.

E ainda, como setor de apoio à permanência, temos o Núcleo de estudos afro-brasileiros e indígenas (NEABI) que prevê em seu regulamento, aprovado pela resolução Nº 71 de 20 de dezembro de 2018, ações de promoção à inclusão e permanência dos estudantes, ao passo em que promove espaços de estudos e debates sobre esses grupos identitários. Ações que fortalecem a política de permanência de pessoas que se identificam como pretos, pardos e indígenas formando nesses estudantes o sentimento de pertença ao ensino superior, conforme segue, o parágrafo II do referido regulamento, como um de seus objetivos:

> II - Contribuir no planejamento, elaboração, execução e monitoramento da política instrucional do IFPR no que tange às ações afirmativas, com participação nas bancas de cotas dos processos seletivos, no acompanhamento sistemático dos estudantes nos campi e na produção de dados sobre esses estudantes, de acordo com a legislação vigente; (IFPR, 2018).

2.5.2.1 Programas e Bolsas de Pesquisa, Bolsas de Extensão, Inovação e Inclusão Social

Conforme estabelece a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a rede federal de educação profissional e tecnológica e que cria os institutos federais, uma das finalidades desses institutos é estimular a pesquisa aplicada, tendo como objetivo, diretamente ligado a esta finalidade, "realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade" (BRASIL, 2008). É neste sentido que no Campus Palmas do IFPR são desenvolvidos programas que fomentam as pesquisas, tais como:

- Programa institucional de bolsas de iniciação científica (PIBIC): visa apoiar o desenvolvimento de atividades em projetos de pesquisa, com a concessão de bolsas de auxílio financeiro a estudantes dos cursos de ensino médio e de graduação. Objetiva despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais nos estudantes, mediante sua participação em atividade de pesquisa, orientada por pesquisadores do IFPR (PPP, 2022).
- Programa institucional de apoio à pesquisa (PIAP): é um programa da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI), com apoio dos campi, destinado aos servidores do IFPR. Tem a finalidade de fomentar projetos de pesquisa desenvolvidos no IFPR, bem como custear atividades relacionadas aos mesmos. Seus recursos podem ser aplicados em despesas relativas ao projeto de pesquisa contemplado, tais como: aquisição de material de consumo e/ou permanente, inscrição em congressos e eventos científicos, entre outros (PPP, 2022).
- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID): gerenciado pela CAPES, consiste numa iniciativa que visa à qualificação da formação dos futuros docentes e a melhoria da educação básica. O programa oferece vagas para discentes bolsistas e vagas para professores supervisores (efetivos do quadro docente de escolas públicas do entorno local e coordenadores institucionais de área). O objetivo do PIBID é proporcionar a interação teoria-prática por meio da participação dos acadêmicos dos cursos de licenciatura

em ações e experiências didático-pedagógicas articuladas à realidade das escolas públicas.

Além das atividades de pesquisa, a Lei nº 11.892/2008 estabelece, também, o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, que devem ocorrer "de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos" (BRASIL, 2008).

No sentido do cumprimento desta lei, o Instituto Federal do Paraná (IFPR), em seu Estatuto, aprovado pela Resolução nº 13/2011-CONSUP, retificado pela Resolução nº 39/2012-CONSUP e Resolução nº 02/2014-CONSUP, traz como um dos princípios norteadores a integração do ensino com a pesquisa e a extensão, firmando esta última, também, como uma de suas finalidades e objetivos, tal qual determinado pela Lei nº 11.892/2008.

Os programas institucionais de extensão do IFPR buscam a consolidação das políticas de extensão, arte e cultura, intencionando contribuir para a formação profissional e cidadã dos estudantes, por meio da interlocução da instituição com sujeitos da sociedade. Assim, os programas de extensão desenvolvidos no Campus Palmas são:

- Programa institucional de bolsas de extensão (PIBEX): visa apoiar o desenvolvimento de atividades em projetos de extensão, com a concessão de bolsas de auxílio financeiro a estudantes dos cursos de ensino médio e graduação, financiadas pelo IFPR, agências de fomento, convênios e/ou parcerias. Este programa objetiva estimular a participação de estudantes nas equipes executoras das ações de extensão, buscando contribuir para sua formação acadêmica e incentivar o espírito crítico, bem como a atuação profissional, pautada na cidadania e na função social da educação, favorecendo a integração entre o IFPR, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, dentre outros setores da sociedade (PPP, 2022).
- Programa institucional de apoio ao extensionista (PIAE): visa apoiar o desenvolvimento de atividades de extensão, com a concessão de auxílio

financeiro a pesquisadores do IFPR, financiados pelo IFPR, agências de fomento, convênios e/ou parcerias. Tem como principais objetivos promover, valorizar e fortalecer as atividades de extensão na instituição (PPP, 2022).

- Programa institucional de direitos humanos (PIDH): visa o fomento a ações de extensão, pesquisa, inovação e ensino, relacionadas à temática da educação em direitos humanos. Tem como principais objetivos: articular os diversos setores da instituição para a realização de atividades relativas à educação dos direitos humanos; contribuir para a afirmação dos direitos humanos, voltada ao diálogo intercultural e ao empoderamento de pessoas e de coletividades, para a construção de condições de garantia da dignidade humana; estimular a conscientização para o combate ao preconceito, à discriminação e à violência no ambiente acadêmico, de forma a contribuir para a valorização da diversidade e da cultura da paz, promovendo a adoção de novos valores de liberdade, justiça, igualdade e diferença (PPP, 2022).

A inovação é posta no Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do Paraná (IFPR) como um dos valores institucionais. Está diretamente relacionada ao ensino, à pesquisa e à extensão, além de fazer-se também, conforme o documento supracitado, como um dos objetivos estratégicos da instituição, contribuindo para as políticas de atendimento aos estudantes e à comunidade na qual o campus está inserido.

Segundo a Resolução Nº 56, de 03 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Geral do IFPR, “a inovação consiste na introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços, aliadas a práticas empreendedoras e de empoderamento da sociedade” (IFPR, 2012).

Neste sentido, o Instituto Federal do Paraná, seguindo a Resolução nº 04 de 28 de março de 2019 (CONSUP/IFPR) - que aprova e institui a Política de Inovação e de estímulo ao Empreendedorismo no âmbito institucional -, promove alguns programas relacionadas à inovação:

- Programa institucional de desenvolvimento tecnológico e inovação (PRADI): tem por finalidade contribuir técnica e financeiramente, por meio de bolsas para os estudantes de nível médio e graduação e de auxílio financeiro aos

coordenadores, para a aquisição de recursos materiais e serviços que auxiliarão no desenvolvimento dos projetos selecionados (PPP, 2022).

- Programa institucional de bolsas em desenvolvimento tecnológico e inovação (PIBITI): tem por objetivo estimular os estudantes dos cursos de graduação nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação (PPP, 2022).
- Feira de inovação tecnológica (IFTECH): representa um espaço de exposição de protótipos e/ou modelos inéditos desenvolvidos por meio de projetos que apresentam ao menos um dos seguintes tipos de inovação: de produto; de serviço; de processo; de marketing; de negócio e/ou organizacional. Procura incentivar projetos que desenvolvem inovação, por meio de auxílio financeiro, a ser repassado aos coordenadores dos projetos, para o desenvolvimento de protótipos e/ou modelos a serem apresentados na feira (PPP, 2022).
- Workshop de tecnologias agroindustriais (IFAgroTECH): constitui-se em um workshop que procura conhecer as demandas locais, em termos de tecnologias e/ou inovação, voltadas à agroindústria ou à agricultura familiar, por meio da caracterização dos gargalos, principalmente tecnológicos, com o escopo de idealizar e desenvolver projetos para que os pesquisadores do IFPR – servidores e discentes – idealizem e testem soluções para problemas identificados, por meio da inserção de estudantes com interesse resolutivo na comunidade local (PPP, 2022).
- Olimpíada de robótica: representa um espaço de exposição de protótipos e/ou modelos inéditos desenvolvidos pelos servidores e/ou estudantes e que poderão ser utilizados em competições internas e/ou externas (PPP, 2022).
- Mostra de lançamento de foguetes: representa um espaço de exposição de protótipos, desenvolvidos pelos servidores e/ou estudantes, que poderão ser utilizados em competições internas e externas. A construção de protótipos deve estar associada aos níveis 3 (combustível água e ar comprimido) e 4 (combustível vinagre e bicarbonato de sódio) dos tipos de foguetes (PPP, 2022).

No que se refere às ações para permanência estudantil no campus, ainda, o Projeto Pedagógico Institucional do IFPR, constante no PDI 2019-2023, ressalta “[...] o compromisso do IFPR com a inclusão social, no sentido de promover o acesso e a permanência da população à educação profissional, prioritariamente àqueles que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica”. Para cumprimento deste compromisso, o IFPR dispõe de diversos programas de inclusão social, tais como:

- Programa de bolsas acadêmicas de inclusão social (PBIS): conta com o desenvolvimento de projetos acadêmicos, que visam a inclusão de estudantes, principalmente aqueles em maior vulnerabilidade social. Seus principais objetivos são: desenvolver a capacidade de interação da teoria com a prática, instigando o estudante a desenvolver o senso crítico; contribuir para os meios social, cultural, educacional, profissional e econômico e; valorizá-lo como agente transformador da sociedade e do meio em que vive (PPP, 2022).
- Programa de auxílio complementar ao estudante (PACE): visa proporcionar condições para a permanência e o êxito do estudante no seu curso. Busca complementar a renda do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para sanar as despesas decorrentes de alimentação, transporte e moradia (PPP, 2022).
- Programa Cultura Corporal (PROCCORP): consiste em oportunizar aos estudantes acesso e inclusão em atividades físicas. De acordo com a Resolução nº 62/2022-CONSUP, entende-se por Cultura Corporal “os conhecimentos e representações relacionadas às diversas práticas corporais, historicamente construídas e transformadas, desenvolvidas a partir de jogos, dança, esporte, lutas e ginástica”. Nesse sentido, estão entre os objetivos do PROCCORP a contribuição para a formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida dos estudantes; o fomento da Política de Assistência Estudantil, a promoção da equidade de oportunidade no desenvolvimento das atividades físicas para todos os estudantes do IFPR, assegurando o acesso regular às práticas corporais sob a orientação de um profissional da Educação Física.
- Programa auxílio evento (PAE): é destinado a auxiliar nas despesas com alimentação, hospedagem, taxa de inscrição e deslocamento de estudantes

para participação em eventos políticos, acadêmicos, esportivos e culturais. Valoriza-se dessa forma a construção técnica e profissional e coloca-o frente a novas perspectivas acadêmicas, de pesquisa, de extensão, e incentivo à formação social e profissional, oportunizando vivências no mundo acadêmico para além do cotidiano do campus (PPP, 2022).

- Programa de bolsas de monitoria: é destinado aos estudantes que apresentam domínio de determinados componentes curriculares, bem como disposição, para auxiliar aos demais colegas no processo ensino-aprendizagem destes componentes. Tem como objetivo suscitar, no segmento discente, o interesse pela docência, possibilitar o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao seu exercício, promover a qualidade do ensino em todos os níveis e, através da interação entre teoria e prática, colaborar com demais estudantes nas atividades acadêmicas de ensino, na área do componente específico, em contato direto com o docente responsável (PPP, 2022).

2.5.3 Mobilidade Acadêmica

A mobilidade estudantil no IFPR é normatizada pela Instrução interna de procedimentos nº 02, de 01 de agosto de 2014 (PROENS), que discorre sobre a Mobilidade acadêmica nacional, internacional e intercâmbio.

Conforme definição desta Instrução Interna de Procedimentos, entende-se por mobilidade estudantil:

> [...] o processo pelo qual o estudante desenvolve atividades em instituição de ensino distinta da que mantém vínculo acadêmico [...], sendo consideradas atividades de mobilidade [...] aquelas de natureza técnica, artística, científica, acadêmica ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que visam a complementação e o aprimoramento da formação integral do estudante. A mobilidade acadêmica pode ser nacional ou internacional (IFPR, 2014).

A mobilidade acadêmica nacional permite a realização de atividades em outras instituições de ensino do país, mantendo o vínculo de matrícula no IFPR. Permite ao acadêmico ampliar seus horizontes formativos, interagindo com outras realidades e contextos e possibilitando o necessário distanciamento da sua própria realidade, para

melhor compreensão sobre ela e sobre si mesmo, e posterior tomada de decisão, quanto a sua vida acadêmica e profissional.

A Mobilidade acadêmica internacional é estimulada por meio de convênios e editais que visam o fortalecimento da internacionalização do IFPR e têm por finalidade apoiar financeiramente ações que propiciem a inserção de estudantes do IFPR em instituições internacionais. Faz-se instrumento complementar de formação acadêmico-profissional dos estudantes, por meio do contato com diferentes métodos, processos e tecnologias, voltadas ao aprendizado, ao aprofundamento, à difusão e ao compartilhamento de experiências acadêmicas, científicas e culturais.

O Intercâmbio é uma modalidade em que o estudante do IFPR pode realizar atividades em outras instituições de ensino brasileiras ou estrangeiras e, ainda, permite ao IFPR receber estudantes dessas outras instituições, mediante disponibilidade de vagas.

A mobilidade acadêmica no IFPR ocorre tanto pela adesão aos programas do Governo Federal, quanto pelo estabelecimento de convênios e parcerias interinstitucionais, nos quais o campus Palmas está integrado.

2.5.4 Aproveitamento e Certificação de Conhecimentos Anteriores

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, alterada pela Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008: “o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos” (BRASIL, 2008).

Assim, conforme a Resolução nº 55/2011 CONSUP/IFPR, “entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em componente curricular do curso do IFPR em que o estudante comprove excepcional domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação”. A referida avaliação será realizada por Comissão composta por docentes da área de conhecimento correspondente, designada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Câmpus, a qual estabelecerá os procedimentos e os critérios para a avaliação.

A avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ocorrer por solicitação do estudante ou por iniciativa de professores do curso e correrá conforme estabelecido na Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – Resolução nº 55/2011 CONSUP/IFPR.

2.5.5 Expedição de Diplomas e Certificados

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 define que os Institutos Federais têm autonomia para registrar os diplomas dos cursos por eles oferecidos. Seguindo essa prerrogativa, o Instituto Federal do Paraná estabelece, em sua Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior, Resolução nº 55/2011, os critérios para expedição de Diplomas de conclusão de graduação:

> Art. 114 – O estudante que frequentar todos os módulos/unidades curriculares previstos no curso, tendo obtido aproveitamento em todos eles, frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) das horas-aula e Trabalho de Conclusão de Curso ou relatório de Estágio aprovado, quando o curso exigir, receberá o diploma de concluinte do curso, que será obtido junto à Secretaria Acadêmica de seu Câmpus, após ter realizado a colação de grau na data agendada pela Instituição (IFPR, 2011).

O Instituto Federal do Paraná emite automaticamente os diplomas para os alunos concluintes dos cursos ofertados pela Instituição, após estes colarem grau, não sendo necessária a solicitação do diploma pelo aluno na Secretaria Acadêmica.

De acordo com a Resolução nº 56, de 03 de dezembro de 2012, o ato de colação de grau poderá ser realizado em sessão solene e presidido pelo(a) Reitor(a) ou seu representante ou, para os formandos que optarem por não colarem grau solenemente, poderão fazê-lo em dia, hora e local agendados pelo Diretor-Geral do respectivo Campus, que conferirá o grau por delegação do(a) Reitor(a).

O diploma emitido após a colação de grau, somente terá validade nacional, conforme prerrogativa da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) em seu artigo 48, ao ser registrado e chancelado pela Instituição. O processo de diplomação leva em torno de 160 dias, desde a data da formatura até a disponibilização do diploma para a retirada na Secretaria Acadêmica do Campus. O acadêmico formado poderá solicitar regime de urgência na tramitação do processo de diplomação, caso necessário, documentando a justificativa para tal.

2.5.6 Educação Inclusiva

Conforme o exposto no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), constante no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPR 2019-2023 (2018, p. 211), “as instituições de ensino devem ser espaços educativos que proporcionam interação, socialização, aprendizado, conhecimento e desenvolvimento [...] tendo um papel fundamental na educação inclusiva e na formação de uma sociedade igualitária”. O mesmo documento define que a concepção de inclusão na instituição está em um sentido mais amplo daquela relacionada apenas à educação especial, abrangendo aspectos sociais, étnicos-culturais, de cor da pele e econômicos.

Além das políticas de ingresso e de permanência já tratadas neste Projeto Pedagógico de Curso, nos tópicos referentes ao acesso e permanência, que atuam no sentido de promover a inclusão, o Campus Palmas como um todo, e o curso de Administração tem sua prática pedagógica firmada na preocupação com a efetivação desse compromisso institucional. Para tal buscam atender as políticas públicas criadas para este fim.

A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência, afirma que:

> A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

A referida lei, complementa e reforça a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 - Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista -, que estabelece que o acesso à educação e ao ensino profissionalizante é direito das pessoas autistas.

Além disso, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, mediante a garantia do direito de acesso das pessoas com deficiência à educação, asseguram, no caso de pessoas surdas, o direito de comunicação por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), sendo as instituições públicas responsáveis por garantir esse atendimento.

Nesta perspectiva, o Instituto Federal do Paraná (IFPR) define, em seu Estatuto, aprovado pela Resolução nº 13/2011-CONSUP, retificado pela Resolução nº 39/2012-CONSUP e Resolução nº 02/2014-CONSUP, que um dos seus princípios norteadores é a inclusão das pessoas com deficiência, sendo esse princípio reforçado no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, que trata a inclusão social como um dos valores institucionais.

Para dar amparo à prática inclusiva das pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas, existe no Campus Palmas o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) cuja função é atuar no sentido de "promover e estimular a criação da cultura da educação para a convivência, respeito às diferenças e, principalmente, minimizar as barreiras educacionais, arquitetônicas, comunicacionais, de atitude e tecnológicas no âmbito do IFPR" (IFPR, 2022).

Objetivando fomentar a implantação e consolidação de políticas inclusivas, por meio da garantia do acesso, permanência e êxito nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, as ações do NAPNE no Campus Palmas se direcionam a proporcionar alternativas de inclusão a estudantes com deficiências (físico-motoras, visuais, auditivas, intelectuais, múltiplas) dificuldades de aprendizagem, síndromes, altas habilidades/superdotação, transtornos globais do desenvolvimento e condutas típicas (distúrbios de comportamento) conforme regulamentação própria.

Junto aos colegiados, o NAPNE desenvolve, quando necessário, ações de apoio e assessoramento, em especial no que diz respeito às necessidades de adaptações metodológicas, de currículo e atividades dos cursos, guiando-se, para isso, pela Portaria nº 568, de 17 de dezembro de 2021 (IFPR/CAMPUS PALMAS).

Desta forma, o curso de Administração, quando necessário, atendendo e respeitando o instituído no Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do Paraná 2019-2023 (IFPR, 2018), conta com o apoio desse núcleo, em sua prática pedagógica, para:

> Propor alternativas de melhoria da integralização curricular para estudantes com necessidades educacionais específicas, tais como: dilatação de curso, atendimento diferenciado por docentes [...], analisar os casos de repetência com foco qualitativo e propor um Plano de Estudos para cada educando, levando em consideração sua especificidade (IFPR, 2018, p. 217),

Ainda, no que se refere a atuar no sentido de promover a inclusão, nos moldes propostos institucionalmente, em atendimento ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que define que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) deve ser inserida como componente curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, de instituições de ensino públicas e privadas, em todos os sistemas de ensino e, constituir-se-á em componente curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, o curso de Administração traz em seu currículo, no componente curricular de LIBRAS ofertado de forma optativa os estudos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Ademais, discussões em torno de questões relacionadas com a inclusão de pessoas com deficiência serão desenvolvidas nos componentes curriculares de:

- Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho;
- Gestão de Projetos Sociais;
- Extensão Comunitária;
- Projetos Comunitários.

Como anteriormente mencionado, a educação inclusiva, no entendimento do Instituto Federal do Paraná, do Campus Palmas e deste curso, vai além daquele posto pela educação especial. Desta maneira, questões referentes aos estudos e discussões raciais[1], também se fazem necessárias e presentes nas práticas do curso de Administração.

As Leis nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e nº 11.645, de 10 de março de 2008, alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo no currículo da rede de ensino fundamental e médio, a obrigatoriedade da temática

[1] É importante destacar que se entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com freqüência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira (PARECER Nº: CNE/CP 003/2004).

"História e Cultura Afro-Brasileira". Por sua vez, a Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, define que: “as Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de componente curriculares e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes [...]” objetivando:

> [...] a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (BRASIL, 2004).

Assim, o campus Palmas do Instituto Federal do Paraná e o curso de Administração, em conformidade com as leis supracitadas e com as diretrizes explicitadas no Parecer do CNE/CP 003/2004, compromete-se com o desenvolvimento da educação das relações étnicos raciais, por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores que permeiam a prática pedagógica na instituição.

Além disso, tais estudos fazem-se presentes no currículo do curso, nos componentes curriculares que tratam das relações humanas, éticas, sociais e do trabalho.

Ainda, em uma perspectiva de educação inclusiva, o curso de Administração, acompanhando as práticas institucionais, atua no sentido de promover a inclusão de outros segmentos sociais, historicamente excluídos ou mesmo que enfrentam dificuldades no acesso e permanência à educação, como é o caso de pessoas idosas.

Segundo o Estatuto do Idoso, estabelecido pela Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003, pessoas idosas gozam do direito à educação pública, que “respeite sua peculiar condição de idade”, sendo incumbido ao poder público criar “oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados”.

Nesta perspectiva, nos possíveis casos de estudantes considerados pessoas idosas, que porventura necessitem das adequações garantidas pela lei, o curso conta também com o apoio da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE) e do

Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do campus, para assessoria e apoio quanto a isso.

Além disso, conforme o Artigo 22º da Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003: “nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria”. Assim, o tema explicitado será tratado nos componentes curriculares que trabalham as relações humanas, éticas, sociais e do ambiente de trabalho, além dos componentes ligados a projetos comunitários.

As práticas de educação inclusiva no Instituto Federal do Paraná e, consequentemente no curso de Administração conforme explicitado neste e nos tópicos anteriores, são muitas e são amplas. A instituição atende ao ingresso e permanência de maneira inclusiva, além de ter como prática pedagógica e curricular os estudos sobre temas pertinentes à inclusão, contemplando o despacho CONAPNE/PROENS, de 30 de junho de 2022:

> Pensando no melhor atendimento dos estudantes com necessidades educacionais específicas, o IFPR organizou procedimentos institucionais de flexibilização curricular para aqueles que apresentam significativo, expressivo e relevante comprometimento de aprendizagem, de caráter permanente, progressivo e/ou transitório, que não estejam em igualdade de condições e oportunidades, no contexto escolar, com o intuito de promover acesso, permanência e êxito a todos os estudantes do IFPR, respeitando as suas especificidades.
>
> A flexibilização curricular envolve adaptações de materiais e atividades para os estudantes com necessidades educacionais específicas do IFPR, em consonância com a Resolução no 50, de 14 de julho de 2017 do IFPR e com a concepção de adaptações razoáveis, previstas no Art. 3o, inciso VI, da Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015, Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011.
>
> Entende-se por Flexibilização Curricular alterações pedagógicas significativas em apoio ao estudante com necessidades educacionais específicas, que será registrado no Plano de Flexibilização Curricular (PFC). A Flexibilização Curricular será realizada mediante articulação entre os professores do componente curricular e Comissão do Plano de

> Flexibilização Curricular, visando a implementação de 1 (uma) ou mais possibilidades:
>
> I - Diferenciação dos conteúdos previstos na ementa do componente curricular;
>
> II - Atendimento educacional individualizado realizado pelo professor do componente curricular;
>
> III - Dilação ou redução do prazo para a conclusão do curso;
>
> IV - Reorganização e/ou equivalência de componente curricular;
>
> V - Remoção e/ou transferência entre curso e campi, considerando a existência de vaga no curso pretendido, a qualquer tempo.
>
> VI - Definição de critérios diferenciados e adequados de avaliação, considerando a singularidade e especificidade dos estudantes, de maneira que sejam atendidos em suas necessidades e possam avançar êxito em seu processo de aprendizagem.
>
> Nos casos de estudantes com altas habilidades/superdotação o processo de flexibilização curricular ocorrerá fundamentado no princípio legal da progressão parcial ou total, possibilitando o avanço nos cursos, componentes curriculares específicos ou etapas, mediante verificação de aprendizagem.

2.5.7 Acessibilidade

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece, em seu Artigo 3º, que o ensino nacional será ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, enquanto a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), define como acessibilidade:

> a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

Neste sentido, o IFPR, conforme consta em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, “vem se envolvendo ativamente nas questões de acessibilidade, não somente no tocante a infraestrutura, mas também às demais tecnologias que podem contribuir para o atendimento de pessoas com deficiência” (IFPR, 2018, p. 370), em consonância com a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que preconiza a “acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino” (BRASIL, 2015).

O Campus Palmas estabelece ações pedagógicas e administrativas, no sentido de eliminar barreiras e promover a inclusão e a acessibilidade para os estudantes, servidores e comunidade que atende.

Nas questões de infraestrutura, o campus busca atender a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - que estabelece que a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, se dará mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nos espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação - e também ao Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, - que determina que os estabelecimentos de ensino deverão proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

No que se refere aos espaços físicos, o campus Palmas possui:

- banheiros adaptados para cadeirantes;
- ligações e rampas de acesso, com corrimão, entre os blocos, salas de aula, biblioteca, refeitório, cantina, laboratórios e áreas esportivas;
- plataforma elevatória vertical, para acessibilidade de um andar a outro dos blocos;

No que se refere ao mobiliário, atualmente as salas de aula do campus contam, onde se faz necessário em cada momento, com carteiras adaptadas para pessoas cadeirantes, para pessoas com obesidade, para pessoas com mobilidade reduzida, além das carteiras para canhotos.

No que diz respeito às ações para superar as barreiras de comunicação, o campus Palmas conta com a atuação dos profissionais Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), cujas atividades voltam-se a dar suporte nas aulas, palestras, reuniões e eventos, para estudantes e servidores, na comunicação entre surdos e ouvintes, nas modalidades visual-espacial ou oral-auditiva, além de, também, atuarem na tradução de conteúdos de livros e documentos do português para a Língua Brasileira de Sinais e de vídeos institucionais.

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), conforme definido na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão e é garantida, como direito, para a comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. Além disso, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, define em seu Artigo 14º, que:

> As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas, acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior (BRASIL, 2005).

O mesmo decreto estabelece que, “as instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais”. Assim, a atuação dos servidores Técnicos Tradutores e Intérpretes de LIBRAS faz-se, além de necessária para o cumprimento da legislação vigente, fundamental para a promoção dos objetivos institucionais relacionados com a inclusão.

O campus conta ainda com a atuação de servidores terceirizados na função de cuidador, cuja atuação volta-se para os atendimentos e acompanhamentos de estudantes com deficiência física e mobilidade reduzida. Esses profissionais dedicam-se a dar suporte, principalmente no que se refere ao deslocamento nos espaços físicos do campus, para estudantes que, por alguma deficiência física, permanente ou temporária, apresentam dificuldade de locomoção.

Ainda, no sentido de promover a acessibilidade na instituição, o Campus Palmas, em suas práticas pedagógicas e administrativas, trabalha para atender ao

estabelecido pela Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, quanto ao atendimento ao público, reservando preferência no atendimento às pessoas com deficiência, aos idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, às gestantes, às lactantes, às pessoas com crianças de colo e aos obesos. Além disso, conforme já exposto e, também, atendendo a esta lei, a estrutura física do campus é apta ao atendimento do referido público.

Contribuindo em todas essas ações de promoção da acessibilidade no campus, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) realiza a função de incentivar, mediar, apoiar, facilitar e integrar todas as políticas, normas e regras institucionais, para efetivar o processo educacional inclusivo, conforme exposto anteriormente.

2.6 RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E PATRIMONIAL DO CURSO

O Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) define que, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Assim sendo, o Instituto Federal do Paraná, segundo o Artigo 67 da Resolução nº 68, de 14 de dezembro de 2018 - Plano de Desenvolvimento Institucional, 2019-2023 -, entende que a educação escolar:

> [...] está fundamentada na formação omnilateral do ser humano, visando seu pleno desenvolvimento histórico nas dimensões intelectual, cultural, política, educacional, psicossocial, afetiva, estética, ética e ambiental, tendo o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico (IFPR, 2018).

Desta forma, o campus Palmas e o curso de Administração, acompanhando as determinações institucionais, tomam como sua responsabilidade a atuação junto às (e a partir das) questões sociais, ambientais e patrimoniais - esta última, no sentido artístico e cultural.

2.6.1 A Responsabilidade Social do Curso

Conforme consta no Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do Paraná 2019-2023:

> Ao inserir-se numa determinada localidade os Institutos Federais comprometem-se em contribuir com um projeto de nação mais ampla que se capilariza e chega até diferentes espaços. Este projeto refere-se ao combate às desigualdades e ao desenvolvimento da cidadania. Assim, cada Campus em sua região de atuação deve estabelecer relação com o território a fim de que possa conhecer a realidade do seu entorno e planejar ações que façam a diferença para o desenvolvimento social e econômico local (IFPR, 2018, p. 222).

Desta forma, além do compromisso em ofertar uma formação profissional para o mundo do trabalho, cabe ao Instituto Federal do Paraná, também, o papel de contribuir para as demandas sociais existentes em seu entorno.

O atendimento às necessidades sociais faz parte da essência do IFPR, sendo que, sua missão, visão, valores, princípios e concepções são construídos no sentido de projetarem a instituição como ferramenta capaz, e responsável, por contribuir para a melhoria da qualidade de vida e a diminuição das desigualdades sociais, por meio de um desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, o curso de Administração desenvolve ações que visam contribuir para esse papel social, com diversas ações de extensão com foco nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. Por meio da formação teórica e das ações práticas de extensão, os acadêmicos são incentivados a identificarem as principais demandas sociais, econômicas e ambientais, propondo por meio de projetos e ações, melhorias sociais que afetam diretamente a comunidade regional. Estas ações são realizadas com a parceria de instituições públicas, instituições do terceiro setor, empresas parceiras e voluntários dos diversos cursos do campus ou mesmo da comunidade externa.

Além de formação teórica sobre o papel na responsabilidade social de um profissional de administração, que lida com organizações buscando sustentabilidade econômica, social e ambiental, é oferecido ao profissional em formação a possibilidade de participação em grupos de pesquisa que visam sustentabilidade em suas ações primordiais, através do desenvolvimento da pesquisa. Também é

estimulado a participação em diversos eventos científicos do IFPR e demais instituições de ensino, propiciando o desenvolvimento da produção artística, científica, cultural, tecnológica, de pesquisa e extensão.

A vivência com os valores da instituição é amplamente estimulada no cotidiano, gerando maior consciência da responsabilidade social. Sendo estes valores:

- Compromisso com a construção do saber e reconhecimento dos saberes sociais;

- Promoção de educação de qualidade, inclusiva e integradora, formadora de profissionais competentes e comprometidos com a responsabilidade socioambiental;

- Gestão participativa, dinâmica e transparente, comprometida com a qualidade de vida;

- Desenvolvimento de inovação tecnológica por meio de postura empreendedora;

- Comportamento ético orientado pelos princípios da dignidade humana, respeito às diferenças dos cidadãos e combate a todas as formas de discriminação;

- Respeito, preservação e disseminação da cultura e das tradições locais;

- Qualidade e excelência para promover a melhoria contínua dos serviços oferecidos, para a satisfação da sociedade.

2.6.2 Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano

Segundo a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais têm, como uma das suas finalidades e características, a promoção da produção, desenvolvimento e transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Obedecendo as normas e legislações a respeito das políticas ambientais e de sustentabilidade, o Decreto Federal nº 7.746, de 5 de junho de 2012 estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (Cisap).

A partir disso, a atuação em defesa do meio ambiente e das questões ambientais, no Instituto Federal do Paraná, está relacionada, no Plano de

Desenvolvimento Institucional 2019-2023, como uma responsabilidade social, a partir da qual estabelece-se um dos objetivos estratégicos da instituição, sendo firmada sua intenção de:

> Criar modelos, métodos e ferramentas para promover a gestão sustentável e o total cumprimento do Plano de Logística Sustentável (PLS), incluindo a gestão de resíduos sólidos, bem como maximizar o envolvimento da comunidade interna através da sensibilização e dos docentes, TAE's e discentes na redução de impactos ambientais (IFPR, 2018).

Como instrumento para contribuir no cumprimento dessa responsabilidade social e, para ajudar a atingir o objetivo estabelecido, o IFPR elaborou e aprovou, em 2018, a Resolução nº 17 de 04 de junho de 2018, que aprovou seu Plano de Logística Sustentável (PLS).

Segundo definição da Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, "os PLS são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública."

Conforme descrito no Plano de Logística Sustentável do IFPR, este plano "objetiva ser uma ferramenta de gestão ambiental, inclusão de práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos", que visa alcançar toda a comunidade da instituição, "envolvendo estudantes, servidores, prestadores de serviços e colaboradores".

As ações desenvolvidas institucionalmente, a partir do PLS, envolvem:

1. diagnóstico da realidade de cada *campi*, no que se refere às práticas já existentes de sustentabilidade e racionalização de gastos;
2. levantamento de informações relativas ao consumo de energia elétrica, água, impressões e material de consumo;
3. consolidação das ações propostas no Planos de Ação;
4. publicização do plano de ação e promoção de sua aplicação.

No âmbito do curso de Administração as práticas que visam contribuir para a promoção da preservação ambiental e a sustentabilidade são:

- Descarte correto de materiais em todas as salas, laboratórios e demais ambientes do campus;
- Destinação adequada ambientalmente e socialmente destes resíduos;
- Economia de energia elétrica por meio de ações em salas de aula para melhor ventilação e iluminação.

Além das práticas sustentáveis descritas aqui, o curso atua ainda, pedagogicamente, promovendo a Educação Ambiental, conforme é tratado no item referente à matriz curricular do curso.

2.6.3 Memória, Patrimônio Artístico e Cultural

No que se refere à responsabilidade quanto a promoção de ações que visam a conservação da memória e patrimônio artístico e cultural regional e nacional, o campus Palmas conta com a atuação de dois importantes núcleos que debruçam-se sobre estudos, pesquisas e desenvolvimento de eventos e atividades voltadas para questões relacionadas às relações étnico-raciais, cultura africana, afro-brasileira além de todos os demais vieses da arte e cultura: o Núcleo de estudos afro-brasileiros e indígenas (NEABI) e o Núcleo de Arte e Cultura (NAC).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Campus Palmas (PPP, 2022) o Núcleo de estudos afro-brasileiros e indígenas (NEABI) é um espaço de estudo e discussão sobre as questões étnico-raciais no Brasil e na comunidade regional.

Com o intento de contribuir para a superação das diferentes formas de preconceito e discriminação racial, o NEABI do IFPR, conforme consta na Resolução nº 71, de 20 de dezembro de 2018, “[...] têm o papel institucional de fomentar a formação, a produção de conhecimentos e a realização de ações que contribuam para a valorização da história, das identidades e culturas negras, africanas, afrodescendentes e dos povos originários tradicionais (etnias indígenas) [...].”

A Resolução nº 71/2018 registra ainda que, o NEABI do Instituto Federal do Paraná, existe com a incumbência de, “[...] por meio de ações de extensão, pesquisa, inovação e ensino, estimular a tomada de consciência sobre os direitos das populações mencionadas [...]” e contribuir para a implementação e cumprimento das

Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e nº 11.645, de 10 de março de 2008.

Os objetivos e finalidades dos Núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas, no âmbito do IFPR, ainda de acordo com a Resolução nº 71/2018, estão relacionados com o estudo, conservação e divulgação da cultura e memória das populações africanas, afro-brasileiras e indígenas.

No Campus Palmas, esse núcleo é composto por servidores docentes, servidores técnicos administrativos em Educação, estudantes e por representantes da comunidade externa.

Ainda, no que se refere à conservação do patrimônio artístico e cultural, em consonância com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, segundo a qual a Educação Superior tem, como uma de suas finalidades "[...] promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade [...], o IFPR Campus Palmas conta com a atuação do Núcleo de Arte e Cultura (NAC).

Segundo o que estabelece a Resolução nº 69 de 13 de dezembro de 2017:

> [...] as ações e atividades dos Núcleos de Arte e Cultura (NACs) do Instituto Federal do Paraná, são destinadas a fomentar, valorizar e fortalecer a formação, a difusão, a articulação, a produção e a fruição artística e cultural, assessorando na interlocução da gestão da política artística e cultural da instituição, articulando-as de forma indissociável ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão, atendendo ao disposto na Constituição Federal (IFPR, 2017).

Desta forma, o Núcleo de Arte e Cultura, de acordo com o Projeto Político Pedagógico do Campus Palmas (2022) "[...] contribui significativamente para a educação integral da comunidade acadêmica, bem como para a memória e a preservação do patrimônio artístico e cultural, tanto institucional quanto da comunidade em que o campus Palmas está inserido", tendo, de acordo com o Artigo 5º da Resolução nº 69 de 13 de dezembro de 2017, como alguns dos objetivos que mais se relacionam com a questão da responsabilidade da memória e patrimonio artístico e cultural:

> [...]
> II – mapear ações artísticas e culturais do IFPR e comunidade a qual pertence, criando um inventário institucional, local e regional;
> [...]

> III – fomentar a formação, a difusão, a articulação e a preservação da arte e da cultura, em consonância com a Lei de Criação dos Institutos Federais;
> [...]
> V – colaborar com entidades, instituições de ensino, grupos constituídos e movimentos internos e externos aos *Campi* no que diz respeito à elaboração e execução de projetos de interesse da área da Arte e Cultura (IFPR, 2017).

Assim, o curso de Administração contribui para a preservação da memória e patrimônio artísticos promovendo ações como: apresentações culturais em suas atividades acadêmicas com a participação de grupos de Palmas e de toda a região e; colaboração na criação do Museu e Arquivo Histórico do IFPR Campus Palmas, que terá como objetivo a preservação dos 30 anos de existência do ensino superior em Palmas.

2.6.4 Comunicação e Relações com a Comunidade

A comunicação com a comunidade interna e externa do IFPR ocorre por meio de uma rede constituída, institucionalmente, que conta, inclusive, conforme registra o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPR 2019-2023, com uma Diretoria de Comunicação, que é responsável pelo desenvolvimento de:

> [...] ações de comunicação interna e externa, especialmente no que se refere ao relacionamento com os públicos estratégicos para o IFPR [...]. Dentre as atividades previstas para o setor, estão a apuração e redação de notícias [...] ações de contato com a imprensa, elaboração de materiais gráficos e digitais de divulgação a eventos, atividades e projetos de ensino, pesquisa, extensão, cultura e inovação [...], divulgação de boas práticas administrativas e de gestão, assim como o monitoramento e acompanhamento da visibilidade do Instituto junto à sociedade, elaboração de veículos internos, impressos e on-line, fortalecimento e manutenção da identidade visual do IFPR [...] (IFPR, 2018, p. 780).

Essa Diretoria estimula os *campi* a manterem efetiva comunicação com sua comunidade por meio dos mais diversos canais.

No âmbito do campus Palmas, conforme seu Projeto Político Pedagógico (2022), existe um setor de Comunicação institucional, composto por servidores docentes, técnicos administrativos, terceirizados e estagiários. Esse setor é responsável por:

- Contribuir para consolidar a imagem institucional do IFPR;
- Fomentar o relacionamento com o público prioritário ou estratégico do IFPR (estudantes, servidores, potenciais alunos, instituições de ensino em que estão matriculados alunos em potencial, poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, instituições parceiras, egressos do IFPR, familiares de alunos, imprensa, entre outros);
- Enfatizar a importância do IFPR enquanto instituição pública, com função social e responsabilidades em relação à sociedade paranaense e brasileira;
- Criar, de acordo com a demanda da comunidade interna do campus, textos, artes, materiais gráficos e jornalísticos que são publicados e divulgados nos veículos que se entende como os mais adequados, como, por exemplo, o site institucional, as redes sociais oficiais do campus, bem como rádios ou jornais com os quais se estabelecem parcerias formais ou informais (PPP, 2022, p. 58).

Os canais de comunicação utilizados no campus Palmas, em conformidade com o que estabelece o § 1º, do artigo 47 da Lei nº 9.394/1996, são:

- o site institucional e as redes sociais, como Youtube, Instagram e Facebook, que são atualizados constantemente e onde são publicadas informações institucionais, editais, normativas, regulamentos, comunicados;
- o programa na rádio chamado ‘Momento IFPR na Comunidade’, que é um projeto de extensão do Curso de Bacharelado em Administração do Campus Palmas, em parceria com a Rádio Club FM (99,5) do município. Neste programa, informações institucionais são levadas ao ar semanalmente, aos sábados, ao meio-dia;
- linha de telefone institucional do campus, com ramais em vários setores e por meio da qual a comunidade por entrar em contato com o campus, buscar informações e esclarecer dúvidas;
- números de WhatsApp institucionais, de alguns setores do campus, utilizados geralmente quando da necessidade de contato com estudantes, pais ou responsáveis;
- murais e quadros de avisos espalhados pelo campus, onde constam comunicações, avisos, editais, recados, informações etc. impressos e acessíveis aos estudantes, servidores e comunidade que circulam pelo espaço do campus.

O curso de Administração promove a divulgação de suas atividades e ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação utilizando-se de todos esses meios de comunicação disponíveis no campus.

Além disso, a relação direta do curso com a comunidade interna e externa ocorre, também, por meio do desenvolvimento de ações, atividades e eventos. A relação com a comunidade que estreita laços mais próximos se vincula com as atividades complementares e práticas, como por exemplos as ACGs – Atividades Complementares de Graduação, o aluno deverá realizar atividades, promovidas ou não pelo Curso, buscando complementação dos conteúdos ministrados e/ou à atualização acerca das novidades ligadas à área de Administração. Estas atividades podem ser: participação em eventos; atividades de extensão; estágios não obrigatórios; atividades de iniciação científica e de pesquisa; publicação de trabalhos; participação em órgãos colegiados; monitoria; outras atividades a critério do Colegiado; participação em Movimento Estudantil, mediante comprovação através de declaração da diretoria.

Neste caso, podem ser incluídas atividades voluntárias junto a organizações privadas, públicas e não governamentais, viagens de estudo, participação em empresas juniores e em núcleos de estudos e de pesquisas vinculadas às áreas estratégicas do Curso, dentre outras. Além disto, o IFPR oferece um projeto de Núcleo de Prática Empreendedora e Inovação, em parceria com o Centro Empresarial, alocando alunos de diversos cursos sob a supervisão dos professores. Esta atividade proporciona contato direto com a comunidade além da academia, estreitando o diálogo entre os estudantes e a prática empresarial, com o olhar atento e aconselhamento de professores tutores.

Destacam-se também as atividades de ensino-extensão por meio dos Projetos Comunitários que anualmente vêm sendo desenvolvidos com a participação dos acadêmicos, docentes, voluntários e por apoiadores da comunidade, em ações que beneficiam comunidades carentes ou instituições assistenciais de toda a região. Estas ações seguem e atendem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODS em suas diversas áreas sociais, ambientais e econômicas.

Outro destaque é o projeto de extensão do Curso de Bacharelado em Administração do Campus Palmas, o programa de rádio ‘Momento IFPR na

Comunidade', que por meio de parceria com a Rádio Club FM (99,5) do município e o apoio do setor de comunicação e relações comunitárias do campus e a participação de servidores e acadêmicos de outros cursos, leva ao ar semanalmente desde 2018, informações institucionais de interesse público.

A divulgação das diversas ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação realizadas pelo curso para a comunidade interna e externa ao IFPR, ocorre através dos meios de comunicação disponibilizados pela instituição, em parceria entre o Colegiado, o Setor de Comunicação e a Seção de Relações Comunitárias. Esta aproximação da comunidade acadêmica com as diversas instituições públicas, privadas, entidades do terceiro setor e comunidade em geral, busca a promoção do curso e a contribuição para o desenvolvimento do arranjo produtivo local e regional.

2.7 PERFIL DO EGRESSO

Levando em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração e as especificidades institucionais e regionais, o profissional formado no Campus Palmas contempla o seguinte perfil:

- Possui conhecimentos para criar ou aprimorar de forma inovadora os modelos de negócios, operacionais e organizacionais, para que sejam sustentáveis nas dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais;
- Com capacidade de identificar problemas e oportunidades de forma sistêmica, compreendendo o ambiente, os processos, analisando a inter relação entre as partes e os impactos ao longo do tempo;
- Tem suas decisões baseadas em informações confiáveis, inclusive se apoiando em ferramentas tecnológicas para a avaliação do processo decisório e dos resultados obtidos;
- Estabelece objetivos e metas, planeja e prioriza ações, controlando o desempenho, alocando responsabilidades e mobilizando pessoas e recursos necessários para atingir os resultados, levando em consideração as dimensões humana, social, política, ambiental, legal, ética e/ou econômico-financeira;
- Tem capacidade de estabelecer relações sociais por meio de comunicação assertiva, tendo como base a empatia, a ética, a colaboração, que facilitem o trabalho em equipe e a efetiva gestão de conflitos;

- ➢ Empreendedor, comprometido com o social, econômico e ambiental, com pensamento crítico, humano, plural e cidadão, em que a liderança seja plataforma para o desenvolvimento local e regional.

2.7.1 Áreas de Atuação do Egresso

O Administrador profissional pode desempenhar funções de gestão em vários níveis hierárquicos em áreas como marketing, finanças, gestão de pessoas, produção, custos, processos organizacionais, etc., em organizações públicas ou privadas, voltadas à indústria, ao comércio, à prestação de serviços ou a organizações não-governamentais de qualquer porte em qualquer região do país.

As atividades profissionais do Administrador são estabelecidas no capítulo II, artigo 3º, da lei n. 4769, de 9 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto-lei n. 61.934, de 22/12/1967:

1- elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens e laudos, em que se exija a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de organização;
2- pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle de trabalhos nos campos de administração geral, como administração e seleção de pessoal, organização, análise, métodos e programas de trabalho, orçamentos, administração de material e financeira, administração mercadológica,
3- administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que estes se desdobram, ou com os quais sejam conexos;
4- exercício de funções e cargos de Administrador do Serviço Público Federal, Estadual, Municipal, Autárquico, Sociedades de Economia Mista, Empresas Estatais, Paraestatais, Privadas e Organizações não-governamentais, em que fique expresso e declarado o título do cargo abrangido;
5- exercício de funções de chefia ou direção intermediária ou superior, assessoramento e consultoria em órgãos, ou seus compartimentos, de

administração pública ou entidades privadas, cujas atribuições envolvam, principalmente, aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de administração;

6- magistério em matérias técnicas do campo da Administração e organização.

2.7.2 Acompanhamento de Egressos

No Instituto Federal do Paraná o acompanhamento de egressos dos cursos, em todos os níveis e modalidades, se dá de acordo com as definições da Resolução nº 23, de 23 de julho de 2021 (CONSUP/IFPR).

Segundo essa Resolução, “egresso é o estudante do IFPR, de qualquer modalidade ou curso, que tenha cumprido todos os requisitos obrigatórios para a certificação/diplomação, já a tenha recebido [...]” ou o estudante que já tenha concluído o curso.

A Política de Acompanhamento de Egressos, conforme a resolução supracitada, “é um conjunto de ações que visam acompanhar o itinerário profissional e acadêmico do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo do trabalho e retroalimentar o processo educacional” (IFPR, 2021).

No âmbito do campus Palmas, a Política de Acompanhamento de Egressos é definida pela Portaria nº 72, de 19 de fevereiro de 2019, a qual destaca que, a Política de Acompanhamento de Egressos:

> [...] é constituída de ações, projetos e atividades articuladas com o ensino, pesquisa, inovação e extensão que visam ao cadastramento, acompanhamento, formação continuada, inclusão no processo produtivo, encaminhamento para o mundo do trabalho e manutenção do vínculo institucional com os estudantes egressos (IFPR, 2019).

Um dos principais objetivos relacionados ao acompanhamento de egressos dos cursos do campus Palmas, de acordo com Portaria nº 72, de 19 de fevereiro de 2019, é a possibilidade de se avaliar o desempenho dos cursos e da instituição, com base no grau de satisfação do concluinte, de sua inserção no mundo do trabalho e de seu desenvolvimento profissional, pois isso pode servir de subsídio para proposições

de mudanças e adaptações em seus documentos, projetos, propostas, políticas e programas.

Com base nas normativas institucionais acima descritas, constitui-se no campus Palmas, um grupo de trabalho responsável pelo acompanhamento de egressos. Este grupo de trabalho tem a função de, juntamente a alguns setores do campus, como Secretaria Acadêmica, Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis, Seção de Estágios e Relações Comunitárias, Setor de Comunicação, Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão e coordenações de cursos, promover ações de aproximação da instituição aos estudantes egressos dos diversos cursos.

2.7.3 Registro Profissional

O Conselho Regional de Administração (CRA) tem como principais finalidades propugnar por uma adequada compreensão dos problemas administrativos e sua racional solução, orientar e disciplinar o exercício da profissão, dirimir dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e Federal, julgar, os recursos de penalidades impostas pelo Conselho Regional de Administração (CRA), além de zelar pelo profissional de Administração, e promover estudos e campanhas em prol da racionalização administrativa do país.

O CRA é um órgão normativo, consultivo, orientador e disciplinador do exercício da profissão, sediado em cada região do país, responsável por controlar e fiscalizar as atividades financeiras e administrativas. Este, parte do Sistema CFA/CRAs, que tem como missão Promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país, é integrado pelo CFA e pelos 27 Conselhos Regionais de Administração, sediados em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal.

Cada CRA tem por finalidade dar execução às diretrizes formuladas pelo Conselho Federal, fiscalizar, na área da respectiva jurisdição, o exercício da profissão; organizar e manter o registro do profissional de Administração; julgar as infrações e impor as penalidades referidas na Lei n° 4.769/65, expedir as Carteiras Profissionais, além de elaborar o seu Regimento para exame e aprovação pelo CFA.

O Bacharel em Administração registrado em CRA, a partir da data do registro, torna-se um Administrador legalmente habilitado para o exercício da sua profissão, passando a portar a Carteira de Identidade Profissional de Administrador – COR AZUL – que também tem validade de Carteira de Identidade Civil em todo o território nacional, estando apto, portanto, para atuar no mercado de trabalho.

O egresso de Cursos de Bacharelado Conexos à Administração e de Cursos Sequenciais de Formação Específica conexos à Administração registrado em CRA, a partir da data do registro, tornam-se um Gestor legalmente habilitado para o desempenho de atividades de Administração, restritas ao curso em que se formou, passando a portar a Carteira de Identidade Profissional de Gestor – COR VERDE – que também tem validade de Carteira de Identidade Civil em todo o território nacional, estando apto, portanto, para atuar no mercado de trabalho.

2.8 AVALIAÇÃO

2.8.1 Concepção de Avaliação

O curso de Administração, assim como todo o IFPR campus Palmas, acredita na avaliação escolar como mecanismo para que a educação seja sinônimo de transformação social.

Uma avaliação que pactua com a Pedagogia Histórico-Crítica, tendência pedagógica adotada nesta instituição, necessita ser contígua ao tipo de profissional, de homem e sociedade propostos neste PPC, evitando-se o juízo de valor, a classificação baseada em critérios de excelência, a arbitrariedade de algumas normas e a violência simbólica. Deve, em vista disso, valorizar a comunicação, a interação, a orientação, a diversidade e o êxito.

A avaliação, como parte integrante do processo ensino-aprendizagem do curso de Administração, tem caráter formativo, devendo ser concebida como diagnóstica, contínua, inclusiva e processual; deverá ainda priorizar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, considerando a verificação de competências, habilidades e atitudes. Será desenvolvida através de métodos e instrumentos diversificados, tais como: execução de projetos, relatórios, trabalhos individuais e em grupo, resolução de

problemas, fichas de observação, provas escritas, simulação, autoavaliação, seminários e outros em que possam ser observadas as atitudes e os conhecimentos construídos/adquiridos pelo aluno.

O acompanhamento e a observação do professor e dos resultados dos instrumentos de avaliação e autoavaliação aplicados deixam explícito a aquisição das competências, habilidades e atitudes, bem como os estudos posteriores necessários para atingi-las.

2.8.2 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem no IFPR Campus Palmas, observa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n° 9394/96 e a Resolução nº 50, de 14 de julho de 2017, do IFPR, tendo, em ambos os documentos, seus fundamentos legais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) afirma que a avaliação do rendimento escolar do estudante deve ser contínua e cumulativa, predominando os aspectos qualitativos e prevalecendo o desempenho do estudante ao longo do período, sobre eventuais provas finais.

A avaliação da aprendizagem envolve os seguintes processos de avaliação:

I. Diagnóstica: detecta o nível geral de conhecimentos dos estudantes, suas dificuldades e as medidas necessárias para supri-las;

II. Formativa: é interna ao processo, contínua, interativa e centrada no estudante por meio de um diagnóstico que favoreça a regulação individualizada da aprendizagem, que não condena e compara o desenvolvimento da aprendizagem de uns com o mérito de outros; reavalia todas as etapas do processo ensino-aprendizagem acompanhando a aquisição do domínio dos conteúdos e competências;

III. Somativa: avalia os objetivos, critérios e competências pretendidos; apresenta os resultados de aprendizagens e rendimento dos estudantes e seus dados subsidiam a revisão e replanejamento dos objetivos, métodos e conteúdos propostos no Plano de Ensino, da presente e próxima etapa.

De acordo com o desenvolvimento das aulas, e com o conteúdo que está sendo trabalhado em cada etapa, poderão ser utilizados os seguintes instrumentos de avaliação: provas escritas individuais, exercícios como mapas mentais, pesquisas individuais e em grupo, análise de casos, leituras e produção de textos críticos, produção de questões, apresentações e seminários e autoavaliação. Bem como os relatórios de estágio e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Também serão avaliados e consideradas dimensões humanas como a ética, a iniciativa, a valorização do ser humano, a assiduidade, a participação, a responsabilidade, a relação interpessoal e a solidariedade.

As avaliações e estudos de recuperação são de responsabilidade do professor, respeitada a autonomia didático/metodológica e os preceitos legais, estabelecidos na legislação nacional e na Resolução IFPR nº 50/2017, para definir quais os instrumentos mais adequados a serem utilizados para sanar as lacunas de aprendizagem. Estes mesmos preceitos normatizam quaisquer atividades realizadas remotamente, como no caso da Educação à Distância e uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

2.8.2.1 Recuperação Paralela

A recuperação paralela ocorrerá em conformidade com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que define que as instituições de ensino deverão prover meios para a recuperação de conteúdos e avaliações dos estudantes de menor rendimento (Art.12, V), incumbindo aos docentes a responsabilidade de estabelecer estratégias de recuperação aos estudantes (Art. 13, IV), de preferência paralelos ao período letivo (Art. 24, IV-e).

Seguindo a orientação dada pela Resolução IFPR nº 50 de 14/07/2017, a recuperação de estudos é obrigatória e se dá em duas formas:

1. Recuperação contínua, que constitui um conjunto de ações desenvolvidas no decorrer das aulas para a retomada de conteúdos que ainda não foram apropriados e/ou construídos pelos estudantes e;

2. Recuperação paralela, que busca a superação de dificuldades encontradas pelo estudante. Envolve a recuperação de conteúdo e possível alteração de conceito.

Seguindo as orientações da Resolução IFPR nº 50/2017, “serão ofertados estudos de recuperação paralela a todos os estudantes, principalmente aos que apresentarem baixo rendimento, tão logo sejam identificadas as dificuldades no processo ensino aprendizagem.”

Para ter direito à recuperação paralela é necessário que o estudante tenha frequência nas aulas e que tenha desenvolvido as atividades avaliativas propostas, apresentando, no entanto, um aprendizado pouco significativo. Estudantes que não frequentaram as aulas ou que não tenham realizado as avaliações propostas não têm direito à recuperação.

As atividades de recuperação paralela serão realizadas de forma contínua, durante os componentes curriculares regularmente e individualmente através de seminários, trabalhos escritos, atividades a serem desenvolvidas de acordo com as realidades de cada componente curricular, oferecendo aos discentes a possibilidade de recuperar conteúdo e avaliações necessários, podendo ser também realizados de forma online, usando as ferramentas disponibilizadas pelo IFPR. As atividades de recuperação paralela podem ser realizadas usando o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), bem como atividades de atendimento individual de alunos que porventura necessitem de recuperação específica. Para além disto, as mesmas diretrizes que são usadas para a sala de aula presencial no que se refere à recuperação paralela, devem ser aplicadas para quaisquer atividades, aulas, componentes, avaliações que sejam realizadas de forma não presencial, conforme possibilita a estrutura do curso descrita neste Projeto Pedagógico do Curso de Administração.

2.8.3 Formas de Emissão dos Resultados

De acordo com a Resolução IFPR nº 50, de 14 de julho de 2017, os resultados da avaliação da aprendizagem dos estudantes serão emitidos por área curricular, sendo expressos por conceitos, os quais definem-se em:

> Conceito A: quando a aprendizagem do aluno for plena e atingir os objetivos propostos no processo de ensino-aprendizagem;
> Conceito B: quando a aprendizagem do aluno for parcialmente plena e atingir os níveis desejáveis aos objetivos propostos no processo de ensino-aprendizagem;
> Conceito C: quando a aprendizagem do aluno for suficiente e atingir níveis aceitáveis aos objetivos propostos, sem comprometimento à continuidade do processo de ensino-aprendizagem;
> Conceito D: quando a aprendizagem do aluno for insuficiente e não atingir os objetivos propostos, comprometendo ou inviabilizando o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (IFPR, 2017).

Estes conceitos terão emissão parcial no término de cada bimestre letivo e emissão final ao término do semestre letivo, para cada componente curricular. Assim, os estudantes serão informados, bimestralmente, sobre seu desempenho parcial nas atividades do componente curricular e, ao final do semestre, receberão o resultado final, considerando-se um semestre letivo como dois bimestres.

2.8.4 Condições para aprovação

As condições para aprovação de estudantes nos cursos do Instituto Federal do Paraná são definidas na Resolução nº 50, de 14 de julho de 2017.

O estudante será considerado aprovado quando obtiver o conceito igual ou superior a C (A, B ou C) e frequência igual ou superior a 75% na unidade/área curricular ao final do período letivo. Caso não os atinja, o aluno será considerado reprovado.

Mesmo que tenha obtido conceito superior ao mínimo estabelecido para aprovação, caso a frequência seja inferior ao limite de 75% (setenta e cinco por cento), o estudante será considerado reprovado por faltas.

A Resolução nº 02, de 23 de janeiro de 2017 CONSUP/IFPR, determina que “os cursos com regime de oferta semestral e matrícula por componente curricular deverão prever [...] as possibilidades de progressão total e parcial, de acordo com a organização curricular e distribuição dos componentes nos períodos” (IFPR, 2017).

Desta forma, no curso de Administração, o estudante que obtiver reprovação em componente(s) curricular(es) terá progressão para o semestre seguinte, podendo matricular-se nos componentes curriculares que não tiverem como pré-requisito

aqueles nos quais reprovou, e deverá cursar estes quando da próxima oferta regular no curso.

Quanto ao prazo para integralização curricular para conclusão do curso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/1996, em seu artigo 92, revogou expressamente a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que estabelecia o tempo máximo para a conclusão dos cursos de graduação.

Na sequência, o Parecer CNE/CES nº 8/2007 e a Resolução nº 02, de 18 de junho de 2007, dispondo sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, determinaram que “as Instituições de Educação Superior deverão fixar os tempos mínimos e máximos de integralização curricular por curso, bem como sua duração” (BRASIL, 2007). Desta forma, o IFPR, o campus Palmas e o curso de Administração não estabelecem tempo máximo para integralização curricular.

2.8.5 Plano de Avaliação Institucional

De acordo com o artigo 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, “a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação”.

No âmbito do IFPR, o Plano de Avaliação Institucional atende às orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e regulado pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e tem por objetivo, conforme especificam os dois documentos mencionados, a promoção da qualidade de ensino nesse nível de educação.

A Lei Nº 10.861/2004 prevê três dimensões para a avaliação institucional, quais sejam: a autoavaliação institucional, a avaliação externa *in loco* e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Para o acompanhamento, discussão e execução da Avaliação institucional, a Lei nº 10.861/2004 prevê a criação da Comissão própria de avaliação (CPA) que, conforme o Regimento Geral do Instituto Federal do Paraná, Resolução nº 56, de 03 de dezembro de 2012 (p. 09), “é a responsável pela implantação e pelo

desenvolvimento de processos de avaliação institucional, assim como pela disponibilização das informações".

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPR, foi instituída pela Resolução nº 23, de 14 de dezembro de 2009 (CONSUP-IFPR) e é composta por docentes, técnicos administrativos, discentes e representantes da sociedade civil.

Por ser o IFPR uma instituição *multicampi*, sua Comissão Própria de Avaliação contém representantes dos diversos campi que, em seus trabalhos, pretendem levantar, anualmente, as potencialidades, fragilidades e as ações estratégicas para a melhoria da qualidade do ensino superior no IFPR, levando em consideração as dimensões previstas na legislação para esse nível de ensino.

Para tanto, todos os envolvidos no processo educativo são consultados, por meio de instrumentos avaliativos específicos para docentes, discentes e técnicos administrativos. Após a coleta desses dados e sua análise, a CPA sistematiza-os e divulga o relatório, disponível a toda a comunidade acadêmica.

2.8.6 Avaliação do Curso

Conforme mencionado anteriormente, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que é o responsável pelo processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

Esta Lei é reforçada pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, segundo o qual as competências para as funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e sequenciais, no sistema federal de ensino, "serão exercidas pelo Ministério da Educação, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES" (BRASIL, 2006). Ainda, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, estabelece as funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação.

Segundo o que define a Lei nº 10.861/2004:

> A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica [...] contemplando [...] a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos (BRASIL, 2004).

Esse processo de avaliação, conforme consta nesta lei e no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, se dá em duas etapas: autoavaliação e avaliação externa. No âmbito do IFPR e do campus Palmas, os procedimentos referentes à avaliação dos cursos de graduação seguem em conformidade com as orientações da Comissão Própria de Avaliação (CPA), cujo regimento foi aprovado pela Resolução CONSUP/IFPR nº 38, de 04 de outubro de 2021.

No curso de Administração o processo de autoavaliação, ou avaliação interna, ocorre anualmente com a participação da comunidade acadêmica. Enquanto instrumentos de avaliação, parte-se inicialmente dos dados produzidos e disponibilizados pela CPA para uma análise global das informações pertinentes ao processo de avaliação. Soma-se a isso o movimento realizado pelo Colegiado de Administração para uma autoavaliação constante realizada em suas reuniões mensais.

Enquanto autoavaliação periódica realizada no Curso de Administração, a expectativa é que ela ultrapasse o formato de uma simples pesquisa de opinião. A ideia é que se considere a possibilidade de análise da identidade do curso, os seus principais princípios orientadores, os projetos de pesquisa, extensão e inovação, o levantamento dos desafios apresentados, o estabelecimento de indicadores e instrumentos para avaliação dos objetivos propostos e ações para que possam ser alcançados, propostas em um Plano de Ação do curso.

A coordenação do curso de Administração, em primeira instância, se disponibiliza a realizar uma reunião com os professores e depois com representantes dos discentes e corpo técnico administrativo, com a finalidade de dar ciência dos critérios a serem adotados para avaliação do curso. Os instrumentos são disponibilizados diretamente no Portal Acadêmico da IES para acesso via internet, de todos os envolvidos no processo. A utilização desta ferramenta agiliza a apuração

dos dados, permitindo a construção de gráficos e planilhas, contribuindo ainda, para o sigilo entre as diferentes categorias de respondentes. Os mecanismos adotados na autoavaliação apresentam ótima funcionalidade e permitem a implantação de ações acadêmico-administrativas em decorrência dos relatórios das avaliações interna e externa (ENADE e outros). Uma prática adotada, que vem contribuindo para a divulgação dos resultados é a sistemática que prevê, após a finalização de cada etapa, a apresentação devolutiva presencial aos alunos, para discutir os resultados obtidos e as providências que precisam ser adotadas a partir de suas respostas, críticas e sugestões apontadas. Os professores e coordenadores têm acesso às suas avaliações, sendo que o coordenador tem também acesso às avaliações de seus professores. São promovidos encontros entre os pares com a finalidade de analisar os pontos fortes, os pontos fracos do curso registrados nas avaliações, para que desta forma trabalhando de maneira conjunta, coordenação e corpo docente possam detectar exatamente onde estão as oportunidades de melhorias e discutir as melhorias do curso, nos aspectos que se fazem necessários.

O processo de avaliação externa do curso, ocorre conforme a Lei nº 10.861/2004, o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e a Portaria Normativa nº 23, de 01 de dezembro de 2010 e utiliza-se de diferentes instrumentos e procedimentos para o levantamento de dados.

Conforme estabelecido pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, em seu artigo 58º, a avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes será realizada no âmbito do SINAES, que compreende: avaliação interna das instituições de educação superior; avaliação externa das instituições de educação superior; avaliação dos cursos de graduação; e avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação.

A avaliação do desempenho dos estudantes de graduação, de acordo com a Lei nº 10.861/2004, será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que é um dos instrumentos de avaliação de cursos superiores do SINAES.

Segundo o que especifica o Artigo 5º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é uma avaliação aplicada com o objetivo de aferir

> o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento (BRASIL, 2004).

Segundo a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, o ENADE será realizado pelo INEP, sob a orientação da CONAES e, conforme a Lei 10.861/2004, esse exame é aplicado, em cada curso de graduação, com periodicidade máxima trienal, em estudantes dos primeiros e/ou últimos anos do curso.

O ENADE, ainda de acordo com a Lei 10.861/2004, constitui-se como um componente curricular obrigatório, sendo inscrito no histórico escolar do estudante sua situação quanto à prestação do exame. Os resultados são expressos por meio de conceitos, ordenados em uma escala com cinco níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

A avaliação externa do curso ainda conta com a fase de avaliação *in loco*, que acontece “nos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais" (BRASIL, 2006). As avaliações *in loco*, conforme definição da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, destinam-se ao conhecimento e registro das condições concretas em que se desenvolvem as atividades educacionais em determinada instituição de ensino superior.

Essa avaliação *in loco* é realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e é orientada por instrumentos de avaliação institucional externa e por instrumentos de avaliação de cursos de graduação, cada um com objetos específicos de avaliação a serem analisados.

A avaliação *in loco* ocorre por meio de visitas, de comissões de credenciamento e autorização instituídas pelo INEP, na própria instituição de ensino

dos cursos que estão sendo avaliados. Tais comissões, com base em orientações, documentos normativos e norteadores, promove o “momento de interlocução entre os participantes do processo avaliativo e [...] a partir da observação direta, verifica a solidez e a consistência do projeto institucional, particularmente de suas dimensões didático-pedagógicas” (MEC, 2002, p. 08).

Esta avaliação considera se a infraestrutura (ambientes, recursos, materiais, espaços etc.) e o pessoal (servidores docentes e técnicos) que dão suporte ao curso estão, de fato, em condições de contribuírem para os objetivos e fins da formação pretendida, registrados nos documentos institucionais.

O processo de avaliação externa serve, ao curso de Administração como insumo para o aprimoramento contínuo e planejamento de suas práticas e ações. Assim, os resultados obtidos na avaliação externa são discutidos entre os docentes e com a participação discente e de servidores da instituição. Todas as avaliações realizadas são analisadas a fim de que melhorias permanentes sejam implantadas e sistematicamente revisitadas nas avaliações internas. Desta forma, acredita-se que os dados possam embasar melhores práticas institucionais do curso.

2.8.7 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso ocorre, conforme a Portaria nº 26, de 25 de maio de 2021 do IFPR, segundo a qual, a coordenação e o colegiado do curso, juntamente com a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão e a Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis do campus realizam o acompanhamento do PPC e, após a integralização curricular que cada turma, desenvolvem um relatório de avaliação, de acordo com orientações da Pró-Reitoria de Ensino, com o objetivo de mensurar em que medida os objetivos do curso foram alcançados. Este relatório de avaliação deverá compor o processo do curso e será encaminhado à PROENS para apreciação.

Internamente, o PPC será avaliado permanentemente nas reuniões ordinárias do Colegiado e Núcleo Docente Estruturante. Além disso, índices como evasão, permanência e tempo de integralização do curso, servirão de apoio informacional nas mencionadas reuniões para continuidade ou eventual encaminhamento de ajustes.

2.9 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

De acordo com seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 (2018, p. 214) “o Instituto Federal do Paraná se propõe a trabalhar com a educação e com o mundo do trabalho, oportunizando percursos educativos que articulam teoria e prática, priorizando o domínio intelectual da tecnologia a partir da cultura.”

Assim, conforme estabelece a Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná (Resolução nº 55, de 21 de dezembro de 2011), em seu Artigo 18, o currículo dos cursos deve proporcionar essa “articulação entre a formação teórica e prática, de modo a contribuir para a formação integral do educando como cidadão consciente, atuante e criativo e como profissional responsável e competente para desempenhar, de forma plena, seu papel social, político e econômico na sociedade” (IFPR, 2011).

A concepção de currículo adotada no curso de Administração está relacionada aos arranjos produtivos locais. Portanto, a articulação teórico-prática ocorre de forma a interagir de maneira dinâmica as demandas locais com conceitos aplicados à melhor formação do profissional em Administração. A reorganização da matriz curricular dá-se com objetivo de tornar a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade mais evidentes e claras para os acadêmicos. Desse modo, o currículo e a formação ganham em flexibilidade para o atendimento da formação e aplicação dos conceitos trabalhados em sala de aula sendo refletidos no ambiente organizacional.

2.9.1 Matriz Curricular

A matriz curricular do curso de Administração, busca atender os pressupostos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso (RESOLUÇÃO Nº 5, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021).

A organização dos componentes curriculares ocorre conforme o Quadro 2:

Quadro 2 - Matriz Curricular do Curso de Administração

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ
Criação Lei nº 11.892 de 29/11/2008
Campus Palmas
MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
Código área do conhecimento do Curso: 0413A01 - Administração
Base Legal: RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007 (Presenciais)
Base legal específica: Resolução CNE/CES nº 05, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021- DCN CG
Resolução de autorização do curso no IFPR: Resolução nº 144/2011

PRIMEIRO PERÍODO							
Componente Curricular	H/A sem.	CH (T)	CH (P)	CH (EX)	CH EaD	Carga horária total	
						H/A	H/R
Teorias da Administração I (O)	4	4	0	0	1	80	67
Marketing I (O)	4	4	0	0	1	80	67
Matemática Aplicada à Administração (O)	4	4	0	0	1	80	67
Contabilidade Empresarial (O)	4	4	0	0	1	80	67
Sociologia Aplicada à Administração (O)	2	2	0	0	1	40	33
Gestão da Tecnologia da Informação (O)	2	2	0	0	1	40	33
Subtotal (Total do período)						**400**	**334**

SEGUNDO PERÍODO							
Componente Curricular	H/A sem.	CH (T)	CH (P)	CH (EX)	CH EaD	Carga horária total	
						H/A	H/R
Teorias da Administração II (O)	2	2	0	0	1	40	33
Marketing II (O)	4	4	0	0	1	80	67
Ferramentas de Estatística (O)	4	4	0	0	1	80	67
Contabilidade Tributária (O)	4	4	0	0	1	80	67
Estruturas Organizacionais (O)	2	2	0	0	1	40	33
Comportamento Humano e Organizacional (O)	2	2	0	0	1	40	33
Metodologia da Pesquisa (O)	2	2	0	0	1	40	33
Subtotal (Total do período)						**400**	**334**

TERCEIRO PERÍODO							
Componente Curricular	H/A sem.	CH (T)	CH (P)	CH (EX)	CHE aD	Carga horária total	
						H/A	H/R
Administração de Custos (O)	4	4	0	0	1	80	67
Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho (O)	4	4	0	0	1	80	67
Matemática Financeira (O)	4	4	0	0	1	80	67
Produção Textual (O)	4	4	0	0	1	80	67
Ética nas Organizações (O)	2	2	0	0	1	40	33
Direito do Trabalho (O)	2	2	0	0	1	40	33
Subtotal (Total do período)						**400**	**334**

QUARTO PERÍODO							
Componente Curricular	H/A sem.	CH (T)	CH (P)	CH (EX)	CH EaD	Carga horária total	
						H/A	H/R
Administração da Produção I (O)	4	4	0	0	1	80	67
Gestão da Cadeia de Suprimentos I (O)	4	4	0	0	1	80	67
Gestão Estratégica de Pessoas (O)	4	4	0	0	1	80	67
Economia (O)	4	4	0	0	1	80	67
Empreendedorismo e Inovação (O)	2	2	0	0	1	40	33
Gestão de Projetos Sociais (O)	2	0	0	2	0	40	33
Extensão Comunitária I (O)	2	0	0	2	0	40	33
Subtotal (Total do período)						**440**	**367**

QUINTO PERÍODO							
Componente Curricular	H/A sem.	CH (T)	CH (P)	CH (EX)	CH EaD	Carga horária total	
						H/A	H/R
Administração da Produção II (O)	4	4	0	0	1	80	67
Administração Financeira I (O)	4	4	0	0	1	80	67
Simulação Gerencial I (O)	2	2	0	0	1	40	33
Produção Científica I (O)	2	2	0	0	1	40	33
Direito Empresarial (O)	2	2	0	0	1	40	33
Estágio Supervisionado I (E)	2	0	2	0	0	40	33
Estágio Supervisionado de Campo I (E)	7	0	7	0	0	140	117
Optativa I (OP)	4	4	0	0	1	80	67
Subtotal (Total do período)						**500**	**450**

SEXTO PERÍODO							
Componente Curricular	H/A sem.	CH (T)	CH (P)	CH (EX)	CH EaD	Carga horária total	
						H/A	H/R
Administração da Produção III (O)	4	4	0	0	1	80	67
Administração Financeira II (O)	4	4	0	0	1	80	67
Gestão Estratégica (O)	4	4	0	0	1	80	67
Plano de Negócios (O)	4	4	0	0	1	80	67
Produção Científica II (O)	2	2	0	0	1	40	33
Estágio Supervisionado II (E)	2	0	2	0	0	40	33
Estágio Supervisionado de Campo II (E)	8	0	8	0	0	160	133
Subtotal (Total do período)						**560**	**467**

SÉTIMO PERÍODO							
Componente Curricular	H/A sem.	CH (T)	CH (P)	CH (EX)	CH EaD	Carga horária total	
						H/A	H/R
Gestão da Cadeia de Suprimentos II (O)	4	4	0	0	1	80	67
Negócios Internacionais (O)	4	4	0	0	1	80	67
Liderança e Gestão de Equipes (O)	4	4	0	0	1	80	67
Pesquisa Operacional (O)	4	4	0	0	1	80	67
TCC I (O)	2	2	0	0	1	40	33
Projetos Comunitários I (O)	2	0	0	2	0	40	33
Extensão Comunitária II (O)	4	0	0	4	0	80	67
Subtotal (Total do período)						**480**	**401**

OITAVO PERÍODO							
Componente Curricular	H/A sem.	CH (T)	CH (P)	CH (EX)	CH EaD	Carga horária total	
						H/A	H/R
Simulação Gerencial II (O)	4	4	0	0	1	80	67
Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade (O)	2	2	0	0	1	40	33
TCC II (O)	2	2	0	0	1	40	33
Projetos Comunitários II (O)	2	0	0	2	0	40	33
Extensão Comunitária III (O)	7	0	0	7	0	140	117
Optativa II (OP)	2	40	0	0	1	40	33
Subtotal (Total do período)						**380**	**316**

OPTATIVAS							
Componente Curricular	H/A sem.	CH (T)	CH (P)	CH (EX)	CH EaD	Carga horária total	
						H/A	H/R
Tópicos Especiais em Administração	4	4	0	0	1	80	67
Tópicos Especiais em Gestão de Pessoas	4	4	0	0	1	80	67
Tópicos Especiais em Relações de Trabalho	4	4	0	0	1	80	67
Tópicos Especiais em Administração da Produção	4	4	0	0	1	80	67
Gestão de Agronegócio	4	4	0	0	1	80	67
Estratégias de Negociação	4	4	0	0	1	80	67
Mercado de Capitais	4	4	0	0	1	80	67
Princípios de Administração Pública	4	4	0	0	1	80	67
Núcleo de Práticas em Administração I	4	4	0	0	1	80	67
Núcleo de Práticas em Administração II	2	2	0	0	1	40	33
Linguagem Brasileira de Sinais – Libras	2	2	0	0	1	40	33
Trabalho, Organizações e Subjetividade	2	2	0	0	1	40	33
Desenvolvimento Profissional e Carreira	2	2	0	0	1	40	33
Educação em Direitos Humanos e Diversidade	2	2	0	0	1	40	33

Gestão de Micro e Pequenas Empresas	2	2	0	0	1	40	33
Consultoria Empresarial	2	2	0	0	1	40	33
Gestão de Cooperativas	2	2	0	0	1	40	33
Gestão de Investimentos	2	2	0	0	1	40	33
Economia Contemporânea	2	2	0	0	1	40	33

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO CURSO	CARGA HORÁRIA	
	HA	HR
Componentes Curriculares Teóricos (T)	2840	2370
Componentes Curriculares Práticos (P)	380	316
Estágio Curricular (E)	380	316
Atividades Curriculares de Extensão (EX)	**380**	**316**
Educação à Distância (EaD)	710	595
Componentes Curriculares Optativos (OP)	120	100
Componentes Curriculares Obrigatórios (O)	3480	2900
Componentes Curriculares Eletivos (EL)	0	0
Atividades Complementares	120	98
Carga horária total do curso	**3720**	**3100**

Fonte: Curso de Administração (2022).

Além dos conteúdos estabelecidos na matriz curricular, conforme exposto neste item, o currículo do curso de Administração traz a abordagem de conteúdos e temas, concebidos na legislação nacional, que devem ser trabalhados nos diversos níveis e modalidades de ensino.

Estes temas e conteúdos que devem integrar o currículo dos cursos, conforme exposto no PDI 2019-2023 do Instituto Federal do Paraná (2018), são pertinentes às políticas de educação ambiental, educação para o trânsito, educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, relações de gênero, além da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que deve fazer parte do currículo dos cursos de graduação, conforme já discutido no item referente à acessibilidade e educação inclusiva.

Portanto, descrevemos a seguir a forma como esses temas, conteúdos e assuntos aparecem e são discutidos no currículo deste curso:

Extrapolando os limites da atuação no sentido de promover ações práticas, relacionadas à sustentabilidade, conforme explicitado neste PPC, no item referente à responsabilidade ambiental do curso, o Instituto Federal do Paraná (IFPR) atua, ainda, no sentido de promover a educação ambiental, conforme estabelecido:

- na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- no Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795/1999;
- na Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

De acordo com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.”

A mesma lei determina que as instituições de ensino, entre elas as de nível básico, profissional e superior, devem “[...] promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem [...]”, no âmbito dos seus currículos.

Reforçando esta ideia, as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental a definem como:

> [...] uma dimensão da educação, atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de

> prática social e de ética ambiental [...] [estimulando] à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído [...] adotando uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino (BRASIL, 2012).

Nesta perspectiva, por meio da inclusão da Educação Ambiental como conteúdo de seu currículo, o curso de Administração cumpre um papel importante na formação de profissionais conscientes nas questões relacionadas ao meio ambiente, preservação ambiental e práticas sustentáveis. Este tema é debatido nos componentes curriculares ligados ao desenvolvimento regional e sustentabilidade, bem como em outros componentes curriculares que tratam da temática transversalmente.

Conforme relata o Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012, a educação é entendida como uma mediadora fundamental para a compreensão dos "direitos humanos como um alicerce importante das mudanças sociais". O mesmo parecer descreve que as responsabilidades das Instituições de ensino superior com a Educação em Direitos Humanos "estão ligadas aos processos de construção de uma sociedade mais justa, pautada no respeito e promoção dos Direitos Humanos [...] contribuindo para a construção de valores que visam a práxis social transformadora, perpassando os espaços e tempos da educação superior" (MEC, 2012, p. 15).

Assim, a Educação em Direitos Humanos, orientando uma formação integral dos sujeitos, fundamenta-se nos seguintes princípios: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação (MEC, 2012).

A Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 (Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos), define que "a Educação em Direitos Humanos deverá estar presente na formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais das diferentes áreas do conhecimento", fazendo parte dos currículos, o que reafirma o compromisso institucional do IFPR com a promoção dessa educação, em todos os seus cursos.

A inserção da Educação em Direitos Humanos na Educação Superior, segundo o Parecer CNE/CP nº 8/2012 deve ser transversalizada em todas as esferas institucionais, abrangendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão.

Desta forma, no curso de Administração a Educação em Direitos Humanos é discutida nos componentes curriculares à gestão de pessoas e à gestão de projetos sociais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, em seu Artigo 3º - com base na Constituição da República Federativa do Brasil, que estabelece como um objetivo fundamental "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" e que garante a todos o direito à educação (BRASIL, 1988), - determina que o ensino será ministrado, entre outros, com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e do respeito à liberdade e apreço à tolerância (BRASIL, 1996).

A partir disso, e dos princípios estabelecidos nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (PARECER CNE/CP nº 8/2012), que vimos anteriormente, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), traz entre as suas diretrizes:

> III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
> X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Como pode ser observado na legislação supracitada, a diversidade e o combate a toda e qualquer forma de preconceito e discriminação devem ser tema de debate na educação nacional. Neste ínterim, as questões de gênero e orientação sexual fazem-se tema importante de discussão e trabalho nas instituições de ensino.

De acordo com a Nota Técnica nº 24/2015 CGDH/ DPEDHUC/ SECADI/MEC, o conceito de gênero "diz respeito à construção social de práticas, representações e identidades que posicionam os sujeitos a partir de uma relação entre masculinidade e feminilidade", enquanto o conceito de orientação sexual refere-se "a como cada sujeito vivencia suas relações sexuais e afetivas" (MEC, 2015, p. 01).

Segundo essa mesma Nota Técnica:

> O Ministério da Educação reitera a importância dos conceitos de gênero e orientação sexual para as políticas educacionais e para o próprio processo pedagógico [...] [pois refere-se à] conhecimento cientificamente produzido, que não pode ser excluído do currículo. [...] Esse tema é uma categoria central no processo de construção de [instituições de ensino] democráticas que reconheçam e valorizem as diferenças, enfrentando as desigualdades e violências e garantindo uma educação de qualidade para todos e todas (MEC, 2015, p. 05).

Neste sentido, a Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior do Instituto Federal do Paraná, em seu Artigo 22, destaca que a organização curricular dos cursos de graduação deverá observar, entre outros:

> XI. Reconhecimento das diversidades étnico-raciais, de gênero, sexuais, geracionais, regionais e culturais;
> XII. Respeito à identidade de gênero de sujeitos e garantia do uso do nome social;
> XVI. Valorização de temas transversais como gênero, raça, violência, sexualidade, pobreza, trabalho, inclusão, entre outros temas nos conteúdos programáticos dos respectivos componentes curriculares (IFPR, 2018).

Tendo como base a legislação e normas institucionais supracitadas, o curso de Administração propõe as discussões em torno do tema relacionado aos conceitos de gênero nos componentes curriculares humanísticos, como gestão de pessoas e relações de trabalho.

No que se refere à educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina que o ensino nacional será ministrado, também, com base na diversidade étnico-racial do país.

Neste sentido foram criadas as Leis nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e 11.645, de 10 de março de 2008, que alteram a LDB nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, a fim de abordar:

> [...] os diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2008).

Embasando essa exigência, foi criada a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, segundo a qual:

> O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas (MEC, 2004).

De acordo com essa mesma Resolução, cabe às Instituições de Ensino Superior incluir, nos conteúdos e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-raciais, bem como tratar de questões e temáticas que dizem respeito a isso, por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos.

Assim, obedecendo às exigências e orientações legais sobre a inclusão da educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo dos cursos de graduação, o curso de Administração aborda tal temática nos componentes da área de sociologia e em outros componentes de forma transversal que possam contemplar essa temática.

Ainda, aparece como tema obrigatório para abordagem nos currículos em todos os sistemas e níveis de ensino, a educação para o trânsito. A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o código de trânsito brasileiro, define que a educação para o trânsito é um direito de todos, prevê a elaboração e a implementação de programas de educação para o trânsito nos estabelecimentos de ensino do país e estabelece a adoção, em todos os níveis de ensino, de um currículo interdisciplinar, com conteúdo programático sobre segurança de trânsito.

Nos cursos de graduação a temática ‘educação para o trânsito’ não visa estudos de conteúdos técnicos, como por exemplo de sinais e regras de trânsito, mas sim a abordagem de valores que contribuam para uma formação integral dos estudantes, formando cidadãos responsáveis, cordiais e respeitosos quanto às normas sociais.

Assim, o curso de Administração busca abordar tal temática junto às discussões relacionadas à direitos humanos, de maneira transversal aos conteúdos do núcleo geral e/ou específico do curso, sem fazer com que este seja o tema central das discussões, mas fazendo com o que ele possa servir de apoio às discussões específicas. Isso, com vistas a contribuir para a promoção da formação cidadã e integral dos acadêmicos.

2.9.2 Componentes Curriculares Obrigatórios

Os componentes curriculares obrigatórios compreendem a parte do currículo comum a todos os estudantes do curso, devendo ser cursados na sequência estabelecida no currículo padrão. São definidos como indispensáveis, com vistas a oferecer a abordagem de questões centrais para formação no âmbito da profissão.

No curso de Administração é ofertada uma carga horária total de 2.884 horas/relógio em componentes curriculares obrigatórios, conforme consta na sua matriz curricular.

2.9.3 Componentes Curriculares Optativos

Os componentes curriculares optativos são aqueles disponíveis para a livre escolha dos estudantes, de um elenco específico indicado na estrutura curricular do curso. São componentes que abordam os conhecimentos considerados complementares à formação profissional pretendida, dos quais o acadêmico poderá cursar aqueles que mais se adequem aos seus interesses profissionais.

O curso de Administração oferta uma carga horária total de 100 horas em componentes curriculares optativos, distribuídos entre o primeiro e oitavo semestre letivo do curso, conforme consta na matriz curricular acima especificada.

Para fins de integralização curricular, os acadêmicos devem cursar o mínimo de 100 horas de componentes curriculares optativos.

2.9.4 Componentes Eletivos

Os componentes curriculares eletivos são aqueles que não fazem parte da matriz curricular do curso, mas que, havendo interesse, poderão ser cursados pelos acadêmicos, sob orientação pedagógica do colegiado de curso.

Esses componentes podem ser integrantes do currículo de outros cursos da instituição e, para fins de complementação e suplementação acadêmica, ou para o enriquecimento e aprofundamento cultural e acadêmico, poderão ser frequentados pelos estudantes.

2.9.5 Estrutura da carga horária a distância no curso

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Artigo 80º, determina que "o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada". A definição de Educação à Distância (EaD), de acordo com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 é a seguinte:

> considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

Quanto a isso, a Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 (MEC), que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de EaD em cursos de graduação presenciais, ofertados por Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, determina que essas instituições "poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso."

Assim sendo, este curso de Administração oferta até 25% de sua carga horária

total na modalidade de Educação à Distância, sendo 710 horas aula e 592 horas relógio, distribuídas entre os componentes curriculares e períodos do curso, conforme especificado na matriz curricular constante neste Projeto Pedagógico.

Conforme PORTARIA Nº 2.117, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019, o desenvolvimento do percentual de carga horária do curso na modalidade à distância resguarda os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos do IFPR e se apoia em desenho educacional adequado às características discentes, suporte tecnológico e pedagógico, incluindo todos os estudantes e profissionais qualificados, atuando direta ou indiretamente na oferta de componente curricular com carga horária EaD.

Por meio do Nutead (Núcleo de Tecnologia e Educação a Distância), o campus Palmas contará com o apoio de uma equipe multidisciplinar para apoio nas atividades ligadas ao EaD deste curso, incluindo a concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais para a educação a distância.

A mediação tecnológica, entre docentes e estudantes, nos componentes curriculares com carga horária realizada à distância acontecerá, nos cursos do campus Palmas, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem do IFPR (AVA IFPR). Entretanto, o AVA IFPR não substitui o sistema educacional acadêmico no que se refere ao registro do rendimento acadêmico e, tampouco, como simples repositório de materiais. Deve-se trabalhar com a diversidade de recursos, tais como: tarefa, fóruns de discussão, questionários objetivos e/ou dissertativos, enquetes, glossários. Considera-se também o uso de materiais didáticos textuais, audiovisuais e interativos produzidos de maneira direcionada ao formato EaD, respeitando direitos autorais, diversidade, acessibilidade e padronização indicada pela Diretoria de Educação à Distância (DEaD/Proens).

Por sua vez, a mediação pedagógica é entendida como a atuação docente no processo de ensino-aprendizagem a distância, com a promoção de espaços de construção colaborativa do conhecimento, a participação em processos avaliativos, a orientação e a correção de atividades, entre outras formas de intervenção para otimizar a construção do conhecimento pelos discentes. Neste processo, ganham destaque a importância do Docente e do Docente Mediador (Tutor). Este tendo como responsabilidade o acompanhamento pedagógico na oferta do componente

curricular, atuação na promoção das interações e processos colaborativos e criação das condições necessárias para o processo de ensinar e aprender, em parceria com aquele que é responsável pelo planejamento, elaboração e preparação do conteúdo, avaliações e critérios de avaliação, gerenciamento da execução do componente curricular, esclarecimento de dúvidas quanto ao conteúdo, elaboração e correção de atividades avaliativas.

Visando o estímulo ao mundo cada vez mais tecnológico e a adaptação ao mercado de onde a realidade do trabalho remoto se apresenta como uma opção viável, o curso de Administração pode contar, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com até 40% de sua carga horária total, nas atividades pedagógicas teóricas no formato à distância, utilizando dos recursos tecnológicos à disposição do corpo docente e discente, principalmente através do Ambiente Virtual de Aprendizagem, a plataforma Moodle. As diferentes atividades pedagógicas que podem ser desenvolvidas por ambientes virtuais têm caráter de propiciar aos alunos e futuros profissionais diferentes formas de organizar e desenvolver competências, bem como colocá-los em contato com diferentes tecnologias que podem ser úteis na vida profissional.

As atividades à distância do curso podem ser realizadas de forma assíncrona através de tarefas propostas para realização do discente utilizando materiais de apoio ofertados pelo docente ou bibliografia indicada, bem como podem ser realizadas de forma síncrona, usando tecnologias de comunicação em tempo real. A organização destas ficará a cargo do plano de ensino de cada disciplina, cabendo ao docente, juntamente com o colegiado de Administração, sistematizar o ensino semipresencial conforme o que estiver devidamente preconizado nas ementas de cada componente curricular. Os professores juntamente com a coordenação serão responsáveis pela criação de um calendário semestral das atividades à distância, propiciando aos discentes a oportunidade de realizar atividades interdisciplinares em momentos previamente acordados, buscando organização e o uso mais profícuo do ensino à distância.

Vale destacar que, para que os docentes do curso possam atuar na carga horária EaD dos cursos no IFPR, há o requisito de formação e/ou experiência prévia em Educação à Distância. O curso de Administração possui atualmente em seu

quadro de docentes, todos os professores capacitados para atuação EaD. O IFPR fornece a plataforma Moodle para mediação tecnológica entre professores e alunos, bem como laboratórios para acesso no campus. Há um grupo de trabalho do Moodle, diretamente ligado ao campus de Palmas, oferecendo oficinas e suporte permanente para docentes e discentes.

Conforme orienta a Resolução nº 01, de 11 de março de 2016, "os sistemas de acompanhamento e avaliação da aprendizagem devem ser contínuos e efetivos, visando a propiciar, a partir da garantia de condições adequadas, o desenvolvimento e a autonomia do estudante no processo de ensino e aprendizagem." Em relação ao processo de avaliação da aprendizagem nos componentes curriculares em EaD, o Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017 estabelece que este deverá ocorrer de forma presencial:

> [...] as atividades presenciais, como tutorias, **avaliações**, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional [...] (BRASIL, 2017)

Seguindo a orientação do Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017, as atividades avaliativas realizadas nos componentes curriculares com carga horária na modalidade à distância, no curso de Administração, serão aplicadas presencialmente, nas dependências do campus, em turno, horário e local (salas de aula, laboratório de informática) estabelecidos para funcionamento do curso e previstos em cronograma a ser incluído no plano de ensino do componente curricular e apresentado aos estudantes no início de cada semestre, com a aplicação de: avaliações escritas, seminários, apresentação de trabalho, estudos de caso, apresentação de relatórios, etc. Os critérios avaliativos adotados em caso de aplicação de avaliações presenciais serão: os conteúdos atitudinais, que são os valores que o estudante constrói e carrega para si, tais como o respeito para com todos os que estão ao seu redor e o respeito à instituição escolar; os conteúdos procedimentais, como folhear o índice de um livro ou consultar um dicionário; e os conteúdos conceituais, que são os conteúdos específicos das diferentes unidades curriculares, incluindo a necessária interdisciplinaridade. Buscar-se-á valorizar também a experiência do aluno no

processo de ensino-aprendizagem, sem, contudo, minimizar a relevância da justa apreensão dos conceitos-chave em seus respectivos contextos de formação e produção. Isso significa que, na medida do possível, a compreensão do componente curricular deve passar pela capacidade do discente recodificar o conteúdo trabalhado para a sua realidade, atribuindo-lhe novos sentidos a partir da mediação docente.

Poderão ser aplicadas, também, conjuntamente ou complementarmente às avaliações presenciais, atividades avaliativas no AVA IFPR. Os critérios avaliativos adotados em caso de aplicação de avaliações em ambiente virtual de aprendizagem serão: os conteúdos atitudinais, procedimentais e conceituais, avaliados através de plataforma virtual, buscando propiciar ao aluno a experiência de educação EaD com qualidade e adoção de critérios que garantam uma avaliação adequada ao ambiente virtual utilizado, conforme as ferramentas disponibilizadas.

Para os componentes curriculares que serão ofertados com carga horária na modalidade de educação à distância, o campus Palmas conta com uma infraestrutura física e humana que atende as necessidades dessa forma de ensino no curso, como:

- Docentes com formação para atuar na Educação à Distância;
- Técnicos em Tecnologia da Informação e Técnicos em Laboratórios de Informática;
- Wi-Fi disponível para servidores, alunos e visitantes, em todas as instalações físicas com salas destinadas às atividades de ensino;
- Laboratórios de informática com cabeamento e Wi-Fi, como por exemplo o do Curso de Administração (Bacharelado), que possui 28 computadores e projetor multimídia; o do Curso de Ciências Contábeis (Bacharelado) que conta com 29 computadores e projetor multimídia; do curso de Sistemas de Informação (Bacharelado) que tem o Laboratório I (19 computadores e projetor multimídia), Laboratório II (29 computadores e projetor multimídia), Laboratório III (18 computadores e projetor multimídia) e Laboratório IV: 40 computadores e projetor multimídia. Estes laboratórios de informática estão disponíveis para a utilização de todos os cursos do campus, mediante agendamento.
- Espaço anexo da biblioteca que dispõe de três salas para os cursos técnicos subsequentes na modalidade a distância e contam com projetor multimídia e três computadores em cada sala.

- Biblioteca virtual (Pearson), com acesso por meio de plataforma virtual e biblioteca física com expressivo acervo bibliográfico.

Além das formações e experiências prévias dos docentes voltadas para EaD, é preciso ressaltar que o IFPR oferece formações contínuas por meio de atividades específicas do campus Palmas através de seu Núcleo de Tecnologia e Educação à Distância (NUTEAD), bem como outras formações ofertadas a todos pela reitoria, buscando sempre aprimorar o corpo docente. Ressaltamos que o quadro de profissionais e suas competências para atuar na educação à distância é um retrato estático que representa o atual momento do quadro docente, podendo ser alterado conforme as movimentações de servidores públicos.

Por fim, quaisquer docentes que não apresentem a devida competência para atuar como docente tutor nos componentes nos quais atua, receberá o apoio de um tutor externo com formação adequada, seja este provido pela própria instituição dentro do quadro de tutores ou outro docente pertencente ao IFPR. A lista abaixo apresenta os profissionais que atuam diretamente no curso de administração do campus Palmas atualmente e suas respectivas capacitações e experiências EaD, ainda que outros profissionais possam ser adicionados ao quadro, considera-se que, nestes casos, será avaliado suas capacitações e a necessidade de um docente tutor para apoio, caso o professor responsável pelo componente não possua habilitação para EAD:

- Alexandre Milkiewicz Sanches: Formações ofertadas pelo Núcleo de Tecnologia e Educação à Distância.
- Alexandre Luiz Schlemper: Experiência como professor em pós-graduação EAD e professor-mediador em curso técnico EaD. Formações ofertadas pelo Núcleo de Tecnologia e Educação à Distância.
- Anderson Luiz Michelin: Experiência como professor em cursos e oficinas e consultoria empresarial EaD. Formações ofertadas pelos Núcleo de Tecnologia e Educação à Distância.
- Andrieli Diniz Vizzoto: Experiência como professora em educação básica à distância. Formações ofertadas pelos Núcleo de Tecnologia e Educação à

Distância. Atualmente, é membro do NUTEAD (Núcleo de Tecnologia e Educação à Distância) do Campus Palmas.

- Bruno Roberto Dammski: Pós-graduação em Docência e Gestão na Educação à Distância. Formações ofertadas pelo Núcleo de Tecnologia e Educação à Distância.
- Edson Jose Argenta: Capacitação em Metodologia para a Educação a Distância e em Ambiente virtual para EAD. Experiência como coordenador de curso de Administração EaD. Formações ofertadas pelo Núcleo de Tecnologia e Educação à Distância.
- Everaldo de Souza: Experiência como docente em curso EaD. Formações ofertadas pelo Núcleo de Tecnologia e Educação à Distância.
- Renato Koch Colomby: Especialista em Educação para o Ensino Superior e EaD. Experiência como Coordenador e Professor de Cursos EaD. Atualmente, coordena o NUTEAD (Núcleo de Tecnologia e Educação a Distância) - Campus Palmas.

Quanto à preparação dos discentes para os estudos nos componentes curriculares com carga horária à distância, na acolhida dos estudantes ingressantes – nos primeiros dias letivos de cada ano, – será apresentado a eles o AVA IFPR, assim como as instruções para primeiro acesso, que permanecerão disponíveis na plataforma, por meio de tutoriais.

Os casos de estudantes com necessidades educacionais específicas, que precisarem de adaptações aos meios e conteúdos ofertados, serão discutidos junto à Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE) e ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidade Específicas (NAPNE) do campus para, conjuntamente, definir a melhor estratégia de ensino.

O colegiado do curso de Administração decidiu por respeitar um limite de 25% de carga horária EaD nos componentes curriculares teóricos, avaliando em cada semestre, em reunião, antes do início das aulas conforme calendário letivo, preconizando que as atividades realizadas em carga horária virtual sejam realizadas sem gerar transtornos aos alunos. Para tanto, serão respeitados os planos de ensino e ementas de cada componente curricular e analisado o calendário acadêmico e grade de horários, buscando usar o EaD como uma ferramenta que aperfeiçoe

conteúdos que podem ser realizados de forma virtual e destaque o uso de tecnologias de forma positiva quando utilizadas com a condução mais adequada. As atividades EaD serão revisadas nas reuniões periódicas do colegiado de Administração.

O quadro abaixo apresenta os componentes curriculares do curso, divididos por períodos, e as respectivas cargas horárias que serão desenvolvidas por meio de Educação à Distância:

Quadro 3 - Componentes curriculares e carga horária em EaD do curso de Administração

COMPONENTE CURRICULAR	PERÍODO DE OFERTA	CARGA HORÁRIA TOTAL		CARGA HORÁRIA EM EaD	
		H/A	H/R	H/A	H/R
Teorias da Administração I	1	80	67	20	17
Marketing I	1	80	67	20	17
Matemática Aplicada à Administração	1	80	67	20	17
Contabilidade Empresarial	1	80	67	20	17
Sociologia Aplicada à Administração	1	40	33	10	8
Gestão da Tecnologia da Informação	1	40	33	10	8
Teorias da Administração II	2	40	33	10	8
Marketing II	2	80	67	20	17
Ferramentas de Estatística	2	80	67	20	17
Contabilidade Tributária	2	80	67	20	17
Estruturas Organizacionais	2	40	33	10	8
Comportamento Humano e Organizacional	2	40	33	10	8
Metodologia da Pesquisa	2	40	33	10	8
Administração de Custos	3	80	67	20	17
Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho	3	80	67	20	17
Matemática Financeira	3	80	67	20	17
Produção Textual	3	80	67	20	17

Ética nas Organizações	3	40	33	10	8
Direito do Trabalho	3	40	33	10	8
Administração da Produção I	4	80	67	20	17
Gestão da Cadeia de Suprimentos I	4	80	67	20	17
Gestão Estratégica de Pessoas	4	80	67	20	17
Economia	4	80	67	20	17
Empreendedorismo e Inovação	4	40	33	10	8
Administração da Produção II	5	80	67	20	17
Administração Financeira I	5	80	67	20	17
Simulação Gerencial I	5	40	33	10	8
Produção Científica I	5	40	33	10	8
Direito Empresarial	5	40	33	10	8
Optativa I	5	80	67	20	17
Administração da Produção III	6	80	67	20	17
Administração Financeira II	6	80	67	20	17
Gestão Estratégica	6	80	67	20	17
Plano de Negócios	6	80	67	20	17
Produção Científica II	6	40	33	10	8
Gestão da Cadeia de Suprimentos II	7	80	67	20	17
Negócios Internacionais	7	80	67	20	17
Liderança e Gestão de Equipes	7	80	67	20	17
Pesquisa Operacional	7	80	67	20	17
TCC I	7	40	33	10	8
Simulação Gerencial II	8	80	67	20	17
Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade	8	40	33	10	8
TCC II	8	40	33	10	8
Optativa II	8	40	33	10	8

Fonte: Curso de Administração (2022)

O curso realiza frequentemente um levantamento de quais docentes que estão aptos a trabalhar com os componentes curriculares EaD, com sua respectiva formação e experiência.

Quanto às estratégias de ensino-aprendizagem relativas às cargas horárias de educação à distância estão previstas, por exemplo, aulas expositivas e dialogadas, seminários, apresentações de trabalhos, exposição de filmes acompanhada de suas devidas análises, problematizações, estudos de caso, estudos dirigidos e palestras com convidados para os encontros síncronos. Por sua vez, para os momentos assíncronos trabalha-se com a possibilidade de exercícios individuais, entrega de trabalhos, prova escrita, autoavaliação, elaboração de questões pelos(as) estudantes, elaboração de resumo ou resenha, análise fílmica ou musical, problematizações, participação em fóruns, estudos de caso, estudos dirigidos, pesquisas bibliográficas, leitura de artigos científicos, entre outras estratégias. Para recursos didáticos e tecnológicos parte-se do Moodle IFPR como ambiente virtual de aprendizagem para as atividades não presenciais e o uso de plataformas de reuniões virtuais para os encontros síncronos. E ainda, essas estratégias pedagógicas se alinham com o uso de tecnologias como mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes, bem como as atividades de tutoria supervisionadas pelos docentes dos componentes curriculares, mais detalhadamente descritas no tópico 2.4.3. Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no Processo de Ensino e Aprendizagem.

2.9.6 Curricularização da Extensão

A Curricularização da Extensão do bacharelado em Administração está alinhada à Extensão já realizada no âmbito institucional e ao que se refere a ela, como os Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), os Projetos Políticos Institucionais (PPIs), de acordo com o perfil do egresso, além do estabelecido no Projeto Pedagógico dos Curso (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios.

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, estabelece como uma de suas metas:

> (Meta 12) elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014).

A mesma Lei traz, como uma das estratégias para o cumprimento desta meta (estratégia 12.7), que os cursos de graduação devem "assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total dos créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social" (BRASIL, 2014).

No sentido de promover o cumprimento da meta levantada na lei supracitada, a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (MEC/CNE/CES) - que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, - define que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, um percentual de 10% da carga horária total dos cursos de graduação, fazendo parte de sua matriz curricular.

Para fins de cumprimento do disposto nas legislações que determinam a inclusão de atividades de extensão nas matrizes curriculares dos cursos de graduação, o Instituto Federal do Paraná regulamentou os princípios, diretrizes e procedimentos, referentes a este processo, por meio de normativas institucionais.

De acordo com Resolução nº 11, de 27 de março de 2018 (CONSUP/IFPR), que aprova o regulamento das atividades de extensão do IFPR, "a extensão é um processo educativo, cultural, político, social, inclusivo, científico e tecnológico que promove, de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, a interação entre o IFPR e a sociedade". O mesmo documento traz que as atividades e ações de extensão "têm por finalidade promover o compartilhamento mútuo de saberes da instituição e da sociedade [...]" em uma interação dialógica, interdisciplinar e interprofissional, pautada na indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão objetivando causar impacto na formação do estudante e transformação social.

A definição de curricularização da extensão, no IFPR, é dada pela Instrução Normativa nº 1, de 26 de julho de 2021 (que institui a regulamentação para a implementação da Curricularização da Extensão na instituição), segundo a qual,

> a curricularização da extensão consiste na inclusão de atividades de extensão no currículo dos Cursos de Graduação, indissociáveis do ensino e da pesquisa, devendo envolver disciplinas e profissionalidades diversas, com a intenção de promover impactos na formação do discente e na transformação social. Podem ser chamadas de creditação e/ou integralização da Extensão no currículo (IFPR, 2021).

É neste sentido que o campus Palmas e o curso de Administração, a partir do ano de 2023, pautam as ações de seu currículo, que passa a atender ao percentual de atividades de extensão estabelecidas nas legislações aqui mencionadas: 10,2% da carga horária total do curso.

2.9.6.1 Princípios da Extensão

O Artigo 6º da Resolução nº 11, de 27 de março de 2018 (CONSUP/IFPR) estabeleceu que os princípios das atividades de extensão no IFPR são em três sentidos:

I - Impacto e transformação social, alicerçando suas ações nas prioridades do local, do regional, do nacional e do internacional;

II - Contribuição à superação das desigualdades sociais e à responsabilidade socioambiental, priorizando ações que contribuam para superação da desigualdade e da exclusão social;

III - e socialização do conhecimento, difundindo e democratizando os conhecimentos e saberes produzidos.

Já, a Instrução Normativa nº 1, de 26 de julho de 2021 (Reitoria/IFPR), em seu Artigo 5º, ampliou a visão institucional sobre os princípios da extensão e determinou que, o processo de Curricularização da Extensão, no âmbito do IFPR, deve ocorrer sob os seguintes princípios:

> I - integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão ao longo da trajetória acadêmica.
> II - relação interativa entre docentes, técnicos administrativos, discentes e sociedade no desenvolvimento das atividades de extensão.
> III - atendimento à comunidade externa como processo de construção de soluções acadêmicas ou institucionais a questões do meio social, especialmente junto a grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou ambiental.
> IV - indução do desenvolvimento sustentável, especialmente no universo dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.
> V - preparação dos discentes para atuação no mundo do trabalho, conforme as dinâmicas do meio social e o seu perfil de formação humana e integral.

Tais princípios são pactuados pelo curso de Administração, que promoverá as atividades de extensão curricular com vistas a contemplar as normas, padrões e convicções institucionais.

2.9.6.2 Objetivos da Extensão

O Estatuto do IFPR, no que se refere às atividades de extensão e de interação com a sociedade, registra, no Artigo 32, que estas têm como objetivo "a promoção da divulgação de conhecimentos científico, social, artístico e cultural, que constituem o patrimônio da humanidade, de maneira inclusiva e reconhecendo os saberes existentes, através da oferta de atividades específicas" (IFPR, 2011).

Em complementação a isso, o Plano de desenvolvimento Institucional do IFPR 2019-2023 (2018), infere que:

> As ações de extensão proporcionam a **troca** de conhecimentos entre o meio acadêmico e a comunidade externa. Possuem importante papel por trazerem inúmeros benefícios à realidade local. [...] a relação da instituição com a comunidade se fortalece via extensão, ao proporcionar diálogo entre ações socioeducativas e a melhoria da qualidade social existente, com impacto direto na vida dos cidadãos. Além disso, possibilita a formação profissional dos estudantes, articulada às atividades de ensino, pesquisa e demandas da maioria da população. Torna-se um processo de compartilhamento e construção de saberes nos âmbitos educacional, cultural e científico, com grande impacto para a transformação social e diminuição das desigualdades [grifo nosso] (IFPR, 2018, p. 792).

Assim, na compreensão do PDI 2019-2023 do Instituto Federal do Paraná, mais do que a simples divulgação do conhecimento, a extensão propicia a 'troca' de conhecimentos entre a instituição e a comunidade, sendo isso um dos maiores objetivos da extensão aqui tratada.

Ainda, quanto aos objetivos das atividades e ações de extensão no âmbito dos cursos do IFPR, conforme o Artigo 5º da Resolução nº 11, de 27 de março de 2018 (CONSUP/IFPR) a extensão visa:

> I - integrar o processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa) às demandas da sociedade;
> II - constituir-se como espaço para a troca de saberes, conhecimentos e experiências entre diferentes sujeitos;

> III - colaborar na formação integral do/a estudante, fazendo dele/a protagonista de sua formação técnica e cidadã;
> IV - despertar nos sujeitos a consciência social, artística, cultural, ambiental e política;
> V - contribuir para o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões;
> VI - articular políticas que oportunizem o acesso à educação estabelecendo mecanismos de inclusão;
> VII - combinar modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, com vistas à compreensão da complexidade social;
> VIII - promover a autorreflexão para revisão e melhoria das práticas formativas.

Além dos dois documentos supracitados, que mencionam objetivos para as ações institucionais de extensão, a Instrução Normativa Reitoria/IFPR nº 1, de 26 de julho de 2021, em seu Artigo 6º, estabelece os objetivos da Curricularização da Extensão. Estes objetivos são os mesmos que já registrados aqui, dos outros documentos institucionais, todavia achamos por bem destacar um que se relaciona diretamente com todas as ações institucionais, não apenas de extensão:

> IX - [...] promover iniciativas que expressem o compromisso social da instituição com diversas áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho; e em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos, igualdade de gênero, inclusão e educação indígena.

Desta forma, com base no que foi exposto neste tópico, o curso de Administração, define como seu principal objetivo promover a Curricularização das atividades de extensão em Comunicação, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção e Trabalho. Isso se dá pela análise do fenômeno do gerenciamento de projetos comunitários, assim como pelo desenvolvimento de estratégias para verificar a viabilidade da aplicação da variedade de conceitos pertinentes ao gerenciamento de projetos comunitários. Esse processo compreendido amplia a visão de como administrar projetos sociais com eficiência e eficácia, bem como desenvolver o senso de elaboração de estratégias de marketing social.

2.9.6.3 Áreas Temáticas, Linhas e Atividades ou Ações de Extensão no Curso de Administração

De acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX:

> [...] todas as ações de extensão deverão sempre ser classificadas segundo a área temática. Como grande número desses programas e projetos podem ser relacionados a mais de uma área, devem ser, obrigatoriamente, classificados em área temática principal (1) e, opcionalmente, em área temática complementar (2) (FORPROEX, 2006, p. 06).

As áreas temáticas da extensão acima mencionadas, definidas no documento "Áreas Temáticas - Linhas e Ações de Extensão - Sistema de Informação da Extensão" (2006), são: 1. Comunicação 2. Cultura 3. Direitos Humanos e Justiça 4. Educação 5. Meio Ambiente 6. Saúde 7. Tecnologia e Produção 8. Trabalho.

As linhas da atividade de extensão, também determinadas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX (2006), "[...] tem especial importância para a nucleação das ações de extensão, ou seja, para a construção dos programas. [Essas linhas] especificam e detalham os temas para a nucleação das ações de extensão."

Conforme o FORPROEX (2006), as linhas de extensão são 53 (cinquenta e três), definidas no item 3 do documento "Áreas Temáticas - Linhas e Ações de Extensão - Sistema de Informação da Extensão" e cada uma discrimina a forma de operacionalização das ações de extensão, que podem ser, entre outras: assessoria, consultoria, realização de eventos, apoio, desenvolvimento de processos, formação/qualificação de pessoal, preservação, recuperação, difusão etc. [...].

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX (2006), define, ainda, as ações de extensão que podem ser: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços.

Posteriormente às definições do FORPROEX, e firmando as definições deste fórum, dadas no ano de 2006, a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (MEC/CNE/CES), em seus artigos 7º e 8º, descreve que "[...] são consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades

externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante", sendo que essas atividades se inserem nas seguinte modalidades: programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços.

No âmbito do IFPR, a Resolução nº 11, de 27 de março de 2018 (CONSUP/IFPR) e a Instrução Normativa nº 1, de 26 de julho de 2021 (Reitoria/IFPR) definem que as ações de extensão se caracterizam pelo envolvimento da comunidade externa ao IFPR, em intervenções que vinculam-se diretamente à formação dos acadêmicos. Tais atividades e ações de extensão são definidas como: programa, projeto, curso, evento, prestação de serviço e publicações". Esta última categoria, acrescentada, institucionalmente, além das outras cinco elencadas pelo FORPROEX e pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

No currículo do curso de Administração, as atividades de extensão serão ofertadas em diferentes vertentes da proposta extensionista, abrangendo trabalhos em áreas que envolvam: comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, trabalho e tecnologia e produção.

As linhas de extensão adotadas em Administração abrangem diversas modalidades, conforme a característica da extensão a ser aplicada: programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, publicações e prestação de serviços.

Considerado o exposto neste item, o curso de Administração apresenta a seguinte organização quanto à curricularização da extensão, no que se refere ao componente curricular, sua carga horária e às áreas temáticas, linhas e atividades ou ações de extensão:

Quadro 4 - Áreas temáticas, linhas e atividades ou ações de extensão do curso de Administração:

COMPONENTE CURRICULAR	**Gestão de Projetos Sociais**	
PERÍODO DE OFERTA	**4º**	
CARGA HORÁRIA	**TOTAL**	**EXTENSÃO**
	33h/r (40h/a)	33h/r (40h/a)
ÁREA TEMÁTICA	A ser definida pelo professor.	
LINHA DE EXTENSÃO	**OBS:** as linhas de extensão constam no documento do FORPROEX, item 3. Link: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/572/o/Forproex_2006-1.pdf	
ATIVIDADE/AÇÃO	A ser definida pelo professor.	

COMPONENTE CURRICULAR	**Extensão Comunitária I**	
PERÍODO DE OFERTA	**4º**	
CARGA HORÁRIA	**TOTAL**	**EXTENSÃO**
	33h/r (40h/a)	33h/r (40h/a)
ÁREA TEMÁTICA	A ser definida pelo professor.	
LINHA DE EXTENSÃO	**OBS:** as linhas de extensão constam no documento do FORPROEX, item 3. Link: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/572/o/Forproex_2006-1.pdf	
ATIVIDADE/AÇÃO	A ser definida pelo professor.	

COMPONENTE CURRICULAR	Projetos Comunitários I	
PERÍODO DE OFERTA	7º	
CARGA HORÁRIA	TOTAL	EXTENSÃO
	33h/r (40h/a)	33h/r (40h/a)
ÁREA TEMÁTICA	A ser definida pelo professor.	
LINHA DE EXTENSÃO	**OBS:** as linhas de extensão constam no documento do FORPROEX, item 3. Link: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/572/o/Forproex_2006-1.pdf	
ATIVIDADE/AÇÃO	A ser definida pelo professor.	

COMPONENTE CURRICULAR	Extensão Comunitária II	
PERÍODO DE OFERTA	7º	
CARGA HORÁRIA	TOTAL	EXTENSÃO
	67h/r (80h/a)	67h/r (80h/a)
ÁREA TEMÁTICA	A ser definida pelo professor.	
LINHA DE EXTENSÃO	**OBS:** as linhas de extensão constam no documento do FORPROEX, item 3. Link: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/572/o/Forproex_2006-1.pdf	
ATIVIDADE/AÇÃO	A ser definida pelo professor.	

COMPONENTE CURRICULAR	Projetos Comunitários II	
PERÍODO DE OFERTA	8º	
CARGA HORÁRIA	TOTAL	EXTENSÃO
	33h/r (40h/a)	33h/r (40h/a)
ÁREA TEMÁTICA	A ser definida pelo professor.	
LINHA DE EXTENSÃO	**OBS:** as linhas de extensão constam no documento do FORPROEX, item 3. Link: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/572/o/Forproex_2006-1.pdf	
ATIVIDADE/AÇÃO	A ser definida pelo professor.	

COMPONENTE CURRICULAR	Extensão Comunitária III	
PERÍODO DE OFERTA	8º	
CARGA HORÁRIA	TOTAL	EXTENSÃO
	117h/r (140h/a)	117h/r (140h/a)
ÁREA TEMÁTICA	A ser definida pelo professor.	
LINHA DE EXTENSÃO	**OBS:** as linhas de extensão constam no documento do FORPROEX, item 3. Link: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/572/o/Forproex_2006-1.pdf	
ATIVIDADE/AÇÃO	A ser definida pelo professor.	

Fonte: curso de Administração - ano 2022

2.9.6.4 A articulação entre as atividades de extensão e as atividades de ensino, pesquisa e inovação realizadas no curso

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Artigo 207, determina que as instituições universitárias obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, não traga, explicitamente, este 'princípio da indissociabilidade', ela trata da relação que deve ser estabelecida entre o ensino, a pesquisa e a extensão, ao determinar que, no ensino superior, objetiva-se a promoção da pesquisa e da investigação científica, sendo que, os resultados e conquistas destas, devem ser difundidos junto à comunidade, por meio da extensão, aberta à participação da população.

A partir disso, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2012), no documento 'Política Nacional de Extensão Universitária (2012)' registra, e destaca, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão "como uma das diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária" (FORPROEX, 2012, p. 29).

O referido fórum ainda assevera que esta diretriz "reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico [...] e que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa)" (FORPROEX, 2012, p. 32).

A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, por sua vez, determina em seu Artigo 5º, que a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior estruturam-se, entre outros, pela "articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em um processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico" (BRASIL, 2018).

No âmbito do Instituto Federal do Paraná, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é afirmado, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo FORPROEX (2012), no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 (2018, p. 234), que explicita que, a extensão, "é entendida como um processo educativo, cultural, político, social, inclusivo, científico e tecnológico que

promove, de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, a interação entre a instituição e a sociedade.”

Ainda, em conformidade com o PDI 2019-2023 (2018, p. 228), a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão devem fazer parte da prática estudantil, sendo os estudantes “[...] desafiados a assumirem, além do ensino, a pesquisa e a extensão como elementos centrais de seu processo de formação acadêmica.”

Sobre este princípio, o Campus Palmas do IFPR entende que:

> Seja pela história prévia à incorporação à Rede Federal de EPT, como centro universitário, seja pela aproximação que a rede faz com os princípios consagrados nas universidades brasileiras, [...] não há razão de ser em sua existência, se não houver diálogo constante entre a comunidade que o circunda e o conhecimento que ele produz. Por essa razão compreende como basilar a defesa e manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (PPP, 2022, p. 35).

O Projeto Político Pedagógico do Campus Palmas (2022, p. 47) ainda registra que, as ações que reforçam o papel da instituição em relação à indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão (e inovação), firmam-se nos projetos desenvolvidos no campus.

De acordo com o PPP (2022), muitos desses projetos contam com a participação de servidores, acadêmicos e de representantes da comunidade externa, em especial nos projetos de extensão. Isso, além de estreitar os laços institucionais com a comunidade, contribui para o cumprimento do princípio basilar dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

No âmbito do curso de Administração as atividades e ações de extensão articulam-se ao ensino e à pesquisa, as atividades de extensão se relacionam com a formação cidadã que se espera de um Administrador na sua formação básica (ensino) quanto no desenvolvimento das atividades de pesquisa. Para além das bolsas e auxílios estudantis, destaca-se os alunos são incentivados a participar de maneira voluntária de ações de iniciação científica, grupos de pesquisa, em eventos científicos, como forma de identificar problemas em suas realidades locais para a criação de soluções técnicas, sociais e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

2.9.6.5 Participação dos Estudantes nas atividades de extensão

De acordo com a singularidade do curso, a participação dos estudantes nas ações e atividades de extensão se dá por meio das atividades extensionistas desenvolvidas a partir dos componentes curriculares ligados a projetos sociais, extensão comunitária e projetos comunitários.

Assim, o processo de interação entre os estudantes e a comunidade externa ocorre de maneira dinâmica e prática, enriquecendo o processo de socialização diante de seu aprendizado.

A avaliação e a frequência acontecem por meio da efetivação das atividades propostas pelo professor junto aos estudantes que participam de forma avaliativa bem como os estudantes que participam de forma voluntária. A busca pela participação de todos os estudantes é incentivada, inclusive prevendo certificação.

2.9.6.6 Formas de creditação/validação e registro das atividades de extensão

As atividades de extensão estão presentes como Curricularização da extensão, portanto, mediante cumprimento das atividades propostas nas disciplinas referentes a elas. O percentual do curso em atividades de extensão é de 10%, conforme componentes já explicitados na matriz curricular.

2.9.6.7 Autoavaliação da Extensão

De acordo com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, em cada instituição de ensino superior, a extensão estará sujeita a uma autoavaliação e a uma avaliação externa, *in loco* institucional e de cursos.

Segundo essa Resolução, a autoavaliação será crítica e voltada para o "[...] aperfeiçoamento das características essenciais de articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais."

No curso de Administração a autoavaliação das atividades e ações de extensão ocorrerá de forma continuada e terá como base os seguintes instrumentos avaliativos e indicadores, conforme Artigo 11 da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e Artigo 24º da Instrução Normativa nº 1, de 26 de julho de 2021 (IFPR):

I - a identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular, baseadas na formação humanística e cidadã do Administrador;

II - a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos Cursos;

III - a demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante, divulgando por meio de avaliações e mídias os resultados alcançados com as ações realizadas e seu impacto para os arranjos produtivos locais, mediante visão social das atividades desenvolvidas.

Ainda, de acordo com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a avaliação externa será de responsabilidade do Instituto Anísio Teixeira (INEP), que procederá a avaliação da instituição e do curso a partir de critérios relacionados à:

- cumprimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular para as atividades de extensão;
- articulação entre as atividades de extensão e as atividades de ensino e pesquisa e;
- aos docentes responsáveis pela orientação das atividades de extensão nos cursos de graduação.

2.10 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS

As referências (básicas e complementares) dos componentes curriculares do Curso de Administração estão de acordo com a IN no 01/2021, que estabelece normas para execução da política de formação e desenvolvimento de coleções das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) e com a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, estabelecida na Portaria no 25/2021.

A quantidade mínima de referências para cada título deve ser:

a. Três títulos da bibliografia básica, sendo a proporção mínima de dois terços em suporte físico, considerando-se um exemplar para cada cinco vagas anuais pretendidas/autorizadas; e

b. Quatro títulos da bibliografia complementar, sendo dois exemplares para cada título, independente do suporte (físico e/ou eletrônico/virtual).

Convenção dos componentes curriculares:

(O): Obrigatório;

(OP): Optativo;

(E): Estágio.

Quadro 5 - Ementários e Bibliografias do curso de Administração

PRIMEIRO PERÍODO				
Componente Curricular	**Teorias da Administração I (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			
Ementa				
Introdução à Teoria Geral da Administração: as bases históricas da Administração. Os impactos das organizações na vida dos indivíduos e na sociedade. Abordagem Clássica da Administração: Administração Científica, Teoria Clássica da Administração. Abordagem Humanística da Administração: Teoria das Relações Humanas. Abordagem Estruturalista da Administração: Teoria da Burocracia, Teoria Estruturalista da Administração. Abordagem Comportamental da Administração: Teoria Comportamental da Administração. Abordagem Sistêmica da Administração: Teoria dos Sistemas. Abordagem Contingencial da Administração: Teoria da Contingência.				
Bibliografia Básica				
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020. FAYOL, Henri. Administração industrial e geral. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1990. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração. 8. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. TAYLOR, Frederick Winslow. Princípios de administração científica. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2020.				
Bibliografia Complementar				
CONEJERO, Marco Antonio; OLIVEIRA, Murilo Alvarenga; ABDALLA, Márcio Moutinho (coord.). Administração: conceitos, teoria e prática aplicados à realidade brasileira. Barueri, SP: Atlas, 2022. HALL, H. R.; Organizações: estruturas, processos e resultados. São Paulo: Prentice Hall, 2004. KWASNICKA, Eunice Lavaca. Teoria geral da administração: uma síntese. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989. MOTTA, F. P.; VASCONCELOS, I. F. G. de. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. RIBEIRO, Antonio de Lima. Teorias da administração. 3. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2016.				

Componente Curricular	**Marketing I (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Conceitos fundamentais de marketing. Macro e microambientes de marketing. Comportamento do consumidor. Segmentação de mercado e posicionamento. Composto de marketing.

Bibliografia Básica

AJZENTAL, Alberto. H. P. M. História do Pensamento em Marketing. São Paulo: Saraiva, 2011.

CHURCHILL JR., Gilbert A; PETER, J. Paul. Marketing: criando valor para os clientes. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HOOLEY, Graham J.; NICOULAUD, Brigitte; PIERCY, Nigel. Estratégia de marketing e posicionamento competitivo. 4. ed. São Paulo: Pearson: Prentice Hall, 2004. (4 unidades)

KOTLER, Philip. Marketing para o Século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Ediouro, 2009.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi; GARCIA, Maria Tereza (Org.). Diferenciação e inovação em marketing: estratégias diferenciadas de marketing aplicada aos diversos segmentos de mercado. São Paulo: Saraiva, 2007.

Bibliografia Complementar

ASSEF, Roberto. Guia prático de formação de preços. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GABRIEL, Martha. Marketing na era digital: conceitos, plataformas e estratégias. São Paulo: Novatec, 2010.

LIMEIRA, Tania M. Vidigal. Comportamento do consumidor brasileiro. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

STRAUS, Judy; FROST, Raymond. E-Marketing. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

ZENONE, Luiz Claudio. Marketing: conceitos, ideias e tendências criando valor para os clientes. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Componente Curricular	**Matemática Aplicada à Administração (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Porcentagem. Regra de três simples. Função afim. Função quadrática. Função exponencial. Logaritmos. Resolução de situações problemas.

Bibliografia Básica

DANTE, L. R. Matemática: Contexto & Aplicações. V. 1, 2 e 3. São Paulo: Ática, 2003.

GOLDSTEIN, L.; LAY, D. C.; SCHNEIDER, D. Matemática Aplicada: economia, administração e contabilidade. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar. v.1. São Paulo: Atual, 2013. 410p.

MEDEIROS, Valéria Z.et al. Pré Cálculo. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

Bibliografia Complementar

DANTE, Luiz Roberto. Matemática. São Paulo: Ed. Ática, 2005.

LARSON, R. E.; EDWARDS, B. H. Cálculo: com aplicações. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

MORETTIN, P. A.; HAZZAN, S; BUSSAB, W. O. Introdução ao Cálculo para Administração, Economia e Contabilidade. São Paulo: Saraiva, 2009.

PAIVA, Manuel. Matemática. Volume Único. São Paulo: Moderna, 1999.

SAFIER, F. Teoria e Problemas de Pré-Cálculo. Porto Alegre: Bookman, 2003.

Componente Curricular	**Contabilidade Empresarial (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Princípios da contabilidade. Regimes de contabilidade. Relatórios contábeis. Situação financeira versus situação econômica. Contabilidade por balanços sucessivos. Balancete: apuração de resultados e levantamento do balanço. Escrituração: livros e sistemas contábeis.

Bibliografia Básica

CRESPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade Gerencial: teoria e prática. 5. ed. atualizada. São Paulo: Atlas. 2011.
FERRARI, Ed Luiz. Contabilidade Geral: teoria e mais de 1000 questões. Niterói: Imptus, 2012.
IUDÍCIBUS, Sérgio; FIPECAFI. Manual de Contabilidade Societária: aplicável a dotas as sociedades. São Paulo: Atlas, 2010.
MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica. 3. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar

GIMENEZ, Levi; OLIVEIRA, Antonio Benedito da Silva. Contabilidade para Gestores: uma abordagem para pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas, 2011.
IUDÍCIBUS, Sérgio. MARION, José Carlos. Introdução à teoria da Contabilidade: para o nível da graduação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. Contabilidade Básica. 13. ed. rev. ampl. São Paulo: Frase, 2006.
PADOVEZE. Clóvis Luiz. Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez: NEVES, Silvério das. Contabilidade Básica. 16. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2013.

Componente Curricular	**Sociologia Aplicada à Administração (O)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

O surgimento da sociologia. A contribuição de autores/as da sociologia moderna para a administração. Poder, autoridade e controle social. Socialização, cultura e cultura organizacional. A constituição do trabalho na sociedade moderna. Desigualdade e transformação social. Práticas contemporâneas de produção, flexibilização do trabalho. Novas formas de gestão, organização e trabalho.

Bibliografia Básica

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, 301 p.

CHAMPION, Dean J. A sociologia das organizações. São Paulo: Saraiva, 1979.

COSTA, Silvia Generali da. Comportamento organizacional: cultura e casos brasileiros. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

DIAS, Reinaldo. Sociologia & administração. Campinas: Alínea, 1999.

PETERS, Lynn H. Administração e sociedade. São Paulo: EPU, 1975.

Bibliografia Complementar

CHARON, Joel M. Sociologia. 2 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria (Org.). Cultura e poder nas organizações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

IANNI, Octavio. A sociologia e o mundo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LAKATOS, Eva Maria. Sociologia da administração. São Paulo: São Paulo, 2013.

TOMAZI, Nelson Dacio (Org.). Iniciação à sociologia. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Componente Curricular	**Gestão da Tecnologia da Informação (O)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Sistemas de informação. Tipos de sistemas: operacionais, utilitários e aplicativos. Aplicativos empresariais: ERP, CRM. Aplicativos para escritório com ênfase na aplicação de planilhas eletrônicas. Novas tendências em sistemas e tecnologia da informação.

Bibliografia Básica

CORNACHIONE JUNIOR, Edgard Bruno. Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
LEVINE, David M.; STEPHAN, David; SZABAT, Kathryn A. Estatística: teoria e aplicações usando o Microsoft Excel em português. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.
MANZANO, J. A.; MANZANO, A. L. N. G. Estudo dirigido de Excel 2019: avançado. São Paulo: Érica, 2019.
ROSSINI, A. M. PALMISANO, A. Administração de Sistemas de Informação e a gestão do conhecimento. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2012.
STAIR, Ralph M. Et al. Princípios de sistemas de informação. 14. ed. São Paulo: Cengage, 2021.

Bibliografia Complementar

GIMENES, Cristiano Marchi. Matemática financeira com HP 12C e Excel: uma abordagem descomplicada. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.
GORDON, Steven R; GORDON, Judith R. Sistemas de informação: uma abordagem gerencial. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
PAULO MARTINELLI. Tópicos especiais em tecnologias e tratamento da informação. Contentus 2020 - Ebook. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/187462/pdf/0?code=Umjxf8LQ7EpNvH9lWf5At+UHZA12hppYKhEXi81Jarxp+mMBLSgQcWk3KOlKcqiSEQf5QS5jVh3DBCq54SfppQ==
REZENDE, Denis Alcides. Sistemas de informações organizacionais: guia prático para projetos em cursos de administração, contabilidade e informática. 5.ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2013.
VELLOSO, F. C. Informática: conceitos básicos. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SEGUNDO PERÍODO				
Componente Curricular	**Teorias da Administração II (O)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

A sociedade moderna como uma sociedade de organizações. As Teorias da Administração à luz do paradigma da complexidade. Uma perspectiva rizomática das organizações. A tradição brasileira nos estudos organizacionais. Estudos críticos em administração. Temas contemporâneos sobre a interação nas organizações.

Bibliografia Básica

CONEJERO, Marco Antonio; OLIVEIRA, Murilo Alvarenga; ABDALLA, Márcio Moutinho (coord.). Administração: conceitos, teoria e prática aplicados à realidade brasileira. Barueri, SP: Atlas, 2022.
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração. 8. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.
RAMOS, Guerreiro. Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

Bibliografia Complementar

CALDAS, Miguel P.; MOTTA, Fernando C. Prestes. Cultura Organizacional e Cultura brasileira. São Paulo: Atlas, 1997.
DAVEL, Eduardo Paes Barreto; BISPO, Marcelo de Souza; ANTONELLO, Claudia Simone. Que sociedade? Que teorizações? Organizações & Sociedade, v. 27, p. 11-14, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/osoc/a/QdwPrDs4dxVSq646c4PjP8v/?format=html>.
PRESTES MOTTA, F. C.; Teoria das Organizações. Evolução e crítica. 2ªed. ver. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
TRAGTENBERG, Maurício. Administração, poder e ideologia. São Paulo: Moraes, 1980.

ZIOLI, ELINE GOMES DE OLIVEIRA; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; MENDES, Luciano. Contribuições de Deleuze e Guattari para uma perspectiva rizomática das organizações. Cadernos EBAPE. BR, v. 19, p. 552-563, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/hryDL7Wzjgq5GxVxn4XgFSx/?format=html&lang=pt>.

Componente Curricular	**Marketing II (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Planejamento e administração de marketing. Sistema de informação de marketing. Pesquisa de marketing. Estratégias e ferramentas de marketing. Processo de desenvolvimento de produto.

Bibliografia Básica

COBRA, Marcos. Administração de marketing. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
GRÖNROOS, Christian. Marketing, gerenciamento e serviços. 3.ed. São Paulo: Campus, 2009.
KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de Marketing. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Plano de Marketing para Micro e Pequena empresa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
MATTAR, Fauze Najib. Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise. 7. ed. São Paulo: Elsevier, 2014.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Luciano Thomé e; NEVES, Marcos Fava. Administração de vendas: planejamento, estratégia e gestão. São Paulo: Atlas, 2005.
GIANESI, Irineu G. N.; CORRÊA, Henrique L. Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação do cliente. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
GITOMER, Jeffrey H. A bíblia de vendas. São Paulo: M.Books, 2011.
MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
WESTWOOD, John. O plano de marketing. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1997.

Componente Curricular	**Ferramentas de Estatística (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Introdução ao Estudo da Estatística; Estatística Descritiva; Noções de Amostragem; Medidas de tendência central; Medidas de Dispersão; Introdução a Probabilidades; Probabilidade Clássica; Probabilidade Condicional; Distribuição Discreta de Probabilidades: Binomial; Distribuição Contínua de Probabilidades: Normal; Noções de Inferência Estatística: Intervalo de Confiança e Teste de Hipóteses.

Bibliografia Básica

ANDERSON, D.R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. Estatística aplicada à administração e economia. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

FONSECA, J.S.; MARTINS, G. A. Curso de Estatística. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LEVINE, D.M.; STEPHAN, D.; SZABAT, K. A. Estatística: teoria e aplicações usando o microsoft excel em português. 7ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

MARTINS, G.A; DOMINGUES, O. Estatística Geral e Aplicada 5.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar

CRESPO, A. A. Estatística Fácil.19 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

DOWNING, D.; CLARK, J. Estatística Aplicada. São Paulo: Saraiva, 1998.

MOORE, D. A estatística básica e sua prática. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

TIBONI, C. G. R. Estatística básica: para cursos de administração, ciências contábeis, tecnológicos e de gestão. São Paulo: Atlas, 2010.

VIEIRA, Sonia. Introdução à bioestatística. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

Componente Curricular	**Contabilidade Tributária (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Sistema tributário nacional. Fontes do direito tributário. Princípios constitucionais tributários. Legislação tributária e fiscal. Classificação dos impostos.

Bibliografia Básica

BRASIL. Código Tributário Nacional e Constituição Federal. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CALIJURI, M. S. S. Gestão Tributária: uma abordagem multidisciplinar. São Paulo: Atlas, 2011.

CASSONE, V. Direito tributário: fundamentos constitucionais da tributação, definição de tributos e suas espécies, conceito e classificação dos impostos, doutrina, prática e jurisprudência. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CHAVES, F. C.; MUNIZ, E. G. Contabilidade tributária na prática. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, L. M. et al. Manual de contabilidade tributária: textos e teste com as respostas, 12. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia Complementar

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CARRAZZA, R. A. Curso de direito constitucional tributário. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

FABRETTI, L. C. Contabilidade Tributária. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). Curso de direito tributário. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SABBAG, E. Manual de Direito Tributário. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Componente Curricular	**Estruturas Organizacionais (O)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Conceito de estrutura organizacional. Departamentalização. Processos organizacionais: delegação, centralização e descentralização; amplitude de controle; níveis hierárquicos. Organogramas. Fluxogramas. Manuais organizacionais.

Bibliografia Básica

ARAUJO, Luis César Gonçalves de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. v.1. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
BALLESTERO-ALVAREZ, M. A. Manual de organização, sistemas e métodos: abordagem teórica e prática da engenharia da informação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
CURY, Antonio. Organizações e métodos: uma visão holística. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
LLATAS, Maria Virgínia (Rev.) OSM organização, sistemas e métodos: uma visão contemporânea. São Paulo: Prentice Hall, 2011.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, organização & métodos: uma abordagem gerencial. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar

CARREIRA, Dorival. Organização, sistemas e métodos: ferramentas para racionalizar as rotinas de trabalho e a estrutura organizacional da empresa. 2.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.
CHINELATO FILHO, João. O & M integrado à informática. Rio de Janeiro: 13. ed. Livros Técnicos e Científicos, 2008.
CRUZ, Tadeu. Sistemas, organização & métodos: estudo integrado orientado a processos de negócio sobre organizações e tecnologias da Informação: introdução à gerência do conteúdo do conhecimento. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.
LACOMBE, Francisco José Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz José. Administração: princípios e tendências. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Administração de processos: conceitos, metodologia, práticas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Componente Curricular	**Comportamento Humano e Organizacional (O)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Comportamento humano no trabalho e a conceitualização dos seguintes termos: personalidade, emoções, aprendizagem, inteligências múltiplas e tomada de decisão. Componentes visíveis e não visíveis do comportamento organizacional. Os grupos na organização: formação, características, hierarquia, normas, papéis sociais e coesão. Cultura e clima organizacional. As relações interpessoais no trabalho, a partir do ponto de vista da ética e da diversidade.

Bibliografia Básica

BERGAMINI, Cecília Whitaker. Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis Andrea P. Métodos de Pesquisa e Intervenção em Psicologia do Trabalho: Clínicas do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2014.
COSTA, Silvia Generali da. Comportamento Organizacional: Cultura e Casos Brasileiros. Rio de Janeiro, Ed. LTC, 2014.
FIORELLI, José Osmir. Psicologia para Administradores. São Paulo: Atlas, 2018.
ROTHMANN, Ian. Fundamentos de Psicologia Organizacional e do Trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

Bibliografia Complementar

CALDAS, Marcus Túlio. As Múltiplas Relações Entre Trabalho e Psicologia. Paraná. Ed.CRV, 2016.
COSTA, Silvia Generali da (Coord.). Psicologia aplicada à administração. São Paulo: Campus, 2011.
DEJOURS, Christophe; BENSAID, Annie. Psicodinâmica do Trabalho Casos Clínicos. Dubliense. 2017.
FURTADO, Odair. Psicologias. São Paulo. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
MCGREGOR, Douglas. Motivação e liderança. São Paulo: Brasiliense, 1973.

Componente Curricular	**Metodologia da Pesquisa (O)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

A ciência, a pesquisa, a construção do conhecimento científico e outros tipos de conhecimento. Introdução à Pesquisa Qualitativa e à Pesquisa Quantitativa em Administração. Cuidados éticos em pesquisa e o plágio. Noções básicas ligadas a padronização de trabalhos acadêmicos e as normas da ABNT. Fichamento, resumo e resenha.

Bibliografia Básica

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015
MARCONI, M. de .A; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed., atual. São Paulo: Atlas, 2021.
ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, M.M; MARTINS, J.A.A. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
BRASILEIRA, M. E.; SILVA, L. C. de S. Metodologia da pesquisa científica. Goiânia: AB, 2011.
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. Normas para elaboração de estudos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Curitiba, 2010.
RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 42 .ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TERCEIRO PERÍODO				
Componente Curricular	**Administração de Custos (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Princípios de gestão de custos. Classificações de custos: diretos e indiretos; fixos e variáveis. Departamentalização de custos. Custeio baseado em atividades (ABC). Materiais diretos e indiretos. Mão de obra direta e indireta. Custeio por ordem e custeio por processo. Custos para tomada de decisão: custo fixo, lucro e margem de contribuição; custeio variável; ponto de equilíbrio. Formação do preço de venda. Relação custo-volume-lucro.

Bibliografia Básica

CHURCHILL JR., Gilbert A.; PETER, J. Paul. Marketing: criando valor para os clientes. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Contabilidade de custos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
LEONE, George Sebastião Guerra. Custos: planejamento, implantação e controle. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo. 11. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar

BERTÓ, Dalvio José. Gestão de custos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
BORNIA, Antônio Cezar. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
IUDÍCIBUS, Sérgio de; MELLO, Gilmar Ribeiro de. Análise de custos: uma abordagem quantitativa. São Paulo: Atlas, 2013.
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
SANTOS, Joel José dos. Contabilidade e análise de custos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Componente Curricular	**Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Diferenciação entre Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho. Conceito de relações de trabalho e análise dos fatores econômicos, políticos, socioculturais e tecnológicos que influenciam as relações de trabalho no Brasil. Contexto histórico das mudanças no mundo do trabalho e suas consequências sociais. O movimento sindical: funções e características do movimento sindical brasileiro. Trabalho escravo, trabalho infantil, assédio moral e sexual. Direitos fundamentais da pessoa humana e formação da cidadania relacionada ao trabalho. Inclusão social e políticas públicas relacionadas ao trabalho. Conceitualização de diversidade, inclusão/exclusão, diferença, igualdade e equidade. Gênero e sexualidade. Diversidade cultural, religiosa, etária, étnico-racial. Inserção de pessoas com deficiência (PCDs). Processos de envelhecimento (Lei nº 10.741/2003). Gestão da diversidade como desafio nas relações de trabalho e na cultura organizacional.

Bibliografia Básica

DAVEL, Eduardo; VERGARA, Sylvia Constant (org.). Gestão com pessoas e subjetividade. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
DUTRA, Joel Souza; DUTRA, Tatiana Almendra; DUTRA, Gabriela Almendra. Gestão de pessoas: realidade atual e desafios futuros. São Paulo: Atlas, 2017.
FERNANDES, Maria Inês Assumpção; BRANDT, Juan Adolfo. Fundamentos da Psicologia das Relações de Trabalho. São Paulo. Ed. Zagodoni, 2014.
FERRAZ, D. L. da S.; OLTRAMARI, A. P.; PONCHIROLLI O. (Org.) Gestão de pessoas e relações de trabalho. São Paulo: Atlas, 2011.
MARRAS, Jean Pierre. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. 15. ed. São Paulo: Futura, 2016.

Bibliografia Complementar

GEDRAT, Dóris Cristina, Desigualdade de gênero, raça e etnia. Canoas, ULBRA, 2012.
LEIRIA, Maria de Lourdes. Assédio Sexual Laboral: agente causador de doenças do Trabalho, São Paulo, LTR, 2012.
MEIRELLES, Davi Furtado, Negociação coletiva em tempos de crise, São Paulo, LTR,2018.
SOUZA, Adriana Augusta de Moura. Trabalho escravo contemporâneo: desafios e perspectivas, São Paulo, 2018.

WOLOWSKI, Matheus Ribeiro de Oliveira. O Assédio Moral por excesso de trabalho: uma abordagem teórica e empírica, São Paulo, LTR, 2018.

Componente Curricular	**Matemática Financeira (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Juros simples: juro, montante, desconto, equivalência de capitais. Juro composto: fixo e montante, desconto equivalência de capitais. Mercado financeiro e tipos de investimento. Anuidades e empréstimos. Sistemas de amortização.

Bibliografia Básica

BUENO, R. D. L. S.; RANGEL, A. S.; SANTOS, J. C. S. Matemática financeira moderna. São Paulo: Cengage, 2011.
BUIAR, Celso Luiz. Matemática financeira. Curitiba: LT, 2010.
HAZZAN, S; POMPEO, J. N. Matemática Financeira. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
PUCCINI, A. L. Matemática Financeira: objetiva e aplicada. 9. ed. São Paulo: Elsevier,2011.
SAMANEZ, C. P. Matemática financeira. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

Bibliografia Complementar

ASSAF NETO, A. Matemática Financeira e suas Aplicações. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
CRESPO, A. A.. Matemática financeira fácil. 14. ed., atual. São Paulo: Saraiva, 2009.
GIMENES, C.M. Matemática Financeira com a HP12C e EXCEL. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2010.
IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel; DEGENSZAJN, David Mauro. Fundamentos de matemática elementar: matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva. 2. ed. São Paulo: Atual, 2013.
SILVA, S. M. da. Matemática Financeira para os cursos de Economia Administração e Ciências Contábeis. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Componente Curricular	**Produção Textual (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Estudo de texto: leitura, interpretação e produção. Concepção e níveis de leitura. Gêneros textuais e discursivos. Fatores responsáveis pela textualidade: coerência, coesão, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade. Os aspectos linguísticos, enunciativos e discursivos constitutivos do texto. O tipo dissertativo em diferentes gêneros técnicos, acadêmicos e científicos. Especificidades da produção textual em Administração.

Bibliografia Básica

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006, 432 p.
KLEIMAN, Ângela. Texto & Leitor. São Paulo: Pontes, 1997.
KOCH, Ingedore G. V. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 2003.
KOCH, Ingedore. & TRAVAGLIA, Luis Carlos. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 2002.
MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane & ABREU-TARDELLI, Lílian Santos (Orgs.). Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola, 2005.

Bibliografia Complementar

COSTA VAL, M. G. Redação e Textualidade. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
KOCH, Ingedore G. V. O texto e a construção dos sentidos. 9. ed, São Paulo: Contexto, 2007.
KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. Prática textual: atividades de leitura e escrita. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
THEREZO, Graciema Pires. Redação e leitura para universitários. 2. ed. São Paulo: Alínea, 2008.

Componente Curricular	**Ética nas Organizações (O)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Fundamentos teóricos de ética: principais modelos históricos. Inseparabilidade entre ética e política. O estado laico e democrático de direito. Conduta ética-profissional: poder e liberdade. Noções sobre profissão, trabalho e leis que regulamentam a profissão do Administrador. Código de Ética dos Profissionais de Administração. Aplicações práticas nas organizações: ética, política e sustentabilidade. Principais temas e desafios na prática profissional.

Bibliografia Básica

BOFF, L. Ética e moral: a busca dos fundamentos. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
CHAUÍ, M. de S. Convite à filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2011.
LEISINGER, K. M..; SCHMITT, K. Ética empresarial: responsabilidade global e gerenciamento moderno. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
MARCONDES, D. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
SROUR, R. H. Ética empresarial: o ciclo virtuoso dos negócios. 3.ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Bibliografia Complementar

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. RESOLUÇÃO NORMATIVA CFA Nº 537, de 22 de março de 2018. Disponível em <https://documentos.cfa.org.br/arquivos/resolucao_537_2018_665.pdf>.
MARCHIONNI, A. Ética: a arte do bom. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
SGANZERIA A.; FALABRETTI, E. S.; BOCCA, F. V. Ética em movimento. São Paulo: Paulus, 2009.
STEFANO P. Modelos de Filosofia Política. São Paulo: Paulus, 2014.
TIBURI, M. Filosofia prática: ética, vida cotidiana, vida virtual. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2014.

Componente Curricular	**Direito do Trabalho (O)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Legislação social e trabalhista à luz da Constituição Federal. Princípios fundamentais do direito do trabalho. Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Categorias de trabalhadores e suas leis específicas. Definição jurídica de empregado e empregador, Direito individual do trabalho e Direito coletivo do Trabalho. Justiça do Trabalho. Lei do Estágio. Menor Aprendiz. Contratação de PCDs. Contrato individual e jornada de trabalho. Proteção legal do menor e da mulher. A função de preposto. Processo de admissão e tipos de contratos. Controle do ponto. Benefícios. Adicionais. Salário, DSR, férias, 13º salário, abonos, FGTS e estabilidade. Folha de pagamento, encargos e recolhimentos. Obrigações trabalhistas. Tipos de rescisões do contrato de trabalho, verbas e multas rescisórias.

Bibliografia Básica

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. 4.ed. São Paulo: LTr, 2008.
MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
MARTINS, Sérgio Pinto. A terceirização e o direito do trabalho. 11.ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. 33.ed. São Paulo: LTr, 2007.
SAAD, Eduardo Gabriel. Consolidação das leis do trabalho: comentada. 40. ed. São Paulo: LTr, 2007.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Amador Paes de. CLT comentada: legislação, doutrina e jurisprudência. 4.ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2007.
CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 6. ed. São Paulo: LTr, 2007. MARTINS, Sérgio Pinto. Fundamentos do Direito do Trabalho. 3 ed, São Paulo: Atlas, 2003.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho. 22.ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.
PAMPLONA FILHO, Rodolfo; VILLATORE, Marco Antônio César. Direito do trabalho doméstico. 3.ed., rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2006.

QUARTO PERÍODO				
Componente Curricular	**Administração da Produção I (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Conceitos, evolução e objetivos da administração da produção. Tipos de sistemas produtivos. Desempenho na produção. Planejamento estratégico da produção. Capacidade. Projeto do produto e do processo. Localização de unidades produtivas. Arranjo físico (layout). Projeto e medida de trabalho. Tecnologia e pessoas no ambiente produtivo.

Bibliografia Básica

CONTADOR, José Celso. Gestão de Operações: a engenharia de produção a serviço da modernização da empresa. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2010.
CORRÊA, Henrique; CORRÊA, Carlos A. Administração de produção e operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
MARTINS, Petrônio Garcia; LAUGENI, Fernando P. Administração da produção. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
MOREIRA, Daniel Augusto. Administração da Produção e Operações. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Flávio César Faria; GODINHO FILHO, Moacir. Planejamento e controle da produção: dos fundamentos ao essencial. São Paulo: Atlas, 2010.
GUERINI, Fábio Müller; BELHOT, Renato Vairo; AZZOLINI JÚNIOR, Walther. Planejamento e controle da produção: projeto e operações de sistemas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
KRAJEWSKI, Lee J.; RITZMAN, Larry P.; MALHOTRA, Manoj K. Administração de produção e operações. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
TUBINO, Dalvio Ferrari. Planejamento e controle da produção: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
WANKE, Peter F. Gerência de operações: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2010.

Componente Curricular	**Gestão da Cadeia de Suprimentos I (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Cadeia de suprimentos. Métodos cooperativos na cadeia de suprimentos: modelo de referência para as operações da cadeia de suprimentos (SCOR), resposta rápida (QR), programa de reabastecimento contínuo (CRP), estoque gerenciado pelo fornecedor (VMI), logística de atendimento ao cliente (CSL), resposta eficiente ao consumidor (ECR), planejamento colaborativo de previsão de reabastecimento (CPFR). Gestão de materiais e logística na cadeia de suprimentos. Gestão de compras e fluxo de materiais na cadeia de suprimentos. Planejamento e controle de estoques: classificação ABC, métodos de previsão da demanda, custos de estoques, estoque de segurança, ponto de pedido métodos de avaliação de estoques, nível de serviço e suas implicações no planejamento e controle de estoques.

Bibliografia Básica

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de materiais. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2020
GURGEL, Floriano do Amaral; FRANCISCHINI, Paulino; Administração de materiais e do patrimônio. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
MARTINS, Petrônio G.; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.
POZO, Hamilton. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: uma introdução. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Bibliografia Complementar

CHRISTOPHER, Martin. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.
CAXITO, Fabiano de Andrade (coord.). Logística: um enfoque prático. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
NOGUEIRA, Amarildo de Souza; CLOSS, David J.; NEVES, Adalberto Ferreira das. Logística empresarial: um guia prático de operações logísticas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
TADEU, Hugo Ferreira Braga (Org.). Gestão de estoques: fundamentos, modelos matemáticos e melhores práticas aplicadas. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Componente Curricular	**Gestão Estratégica de Pessoas (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Conceito de Gestão de Pessoas e sua importância organizacional, social e política. As fases da Gestão de Pessoas no Brasil. Modelos de gestão de pessoas, incluindo a gestão por competências. Os principais processos relacionados à Gestão Estratégica de Pessoas (e à Carreira): Recrutamento e Seleção; Treinamento, Desenvolvimento e Educação nas Organizações; Avaliação de Desempenho; Gestão de Cargos, Remuneração e Benefícios.

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. 3.ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
DUTRA, Joel Souza; DUTRA, Tatiana Almendra; DUTRA, Gabriela Almendra. Gestão de pessoas: realidade atual e desafios futuros. São Paulo: Atlas, 2017.
FIDELIS, Gilson José. Gestão de pessoas: rotinas trabalhistas e dinâmicas do departamento de pessoal. 2.ed. São Paulo: Érica, 2008.
MARRAS, Jean Pierre. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. 15. ed. São Paulo: Futura, 2016.
VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar

BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; ABBAD, Gardênia da Silva; MOURÃO, Luciana (org.). Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed, 2006.
DAVEL, Eduardo; VERGARA, Sylvia Constant (org.). Gestão com pessoas e subjetividade. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
NORTON, David P.; Kaplan,Robert S. Mapas Estratégicos - Balanced Scorecard - convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis.Ed.Alta Books.2018.
ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Tim; SOBRAL, Filipe. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2010.
SOBOLL, Lis Andrea; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Gestão de Pessoas: armadilhas da organização do trabalho. São Paulo: Atlas, 2014.

Componente Curricular	**Economia (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Introdução à Economia, Introdução à Microeconomia, Demanda, Oferta e Equilíbrio de Mercado, Estruturas de Mercado, Introdução à Macroeconomia, Contabilidade Social, Mercado de Bens e Serviços, Lado Monetário da Economia, Setor Externo, Setor Público, Crescimento e Desenvolvimento Econômico.

Bibliografia Básica

FARIA, Luiz Henrique Lima. Fundamentos de economia. Curitiba: LT, 2012.
GUIMARÃES, Bernardo; GONÇALVES, Carlos Eduardo. Introdução à economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
PASSOS, Carlos Roberto M.; NOGAMI, Otto. Princípios de economia. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
SILVA, César Roberto Leite da; LUIZ, Sinclayr. Economia e mercados: introdução à economia. 19. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.
VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de economia. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bibliografia Complementar

BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 7. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.
MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.
MONTELLA, Maura. Micro e macroeconomia: uma abordagem conceitual e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. 8. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.
SOUZA, Nali de Jesus de. Economia básica. São Paulo: Atlas, 2009.

Componente Curricular	**Empreendedorismo e Inovação (O)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Bases históricas do empreendedorismo. Competências do empreendedor. Comportamento empreendedor. Técnicas à identificação e à avaliação de oportunidade. Inovação: sistemas de inovação, capacidade inovadora. Criatividade empreendedora. Inovação e empreendedorismo: conceitos e perspectivas históricas. Impactos sociais e econômicos no país. Elementos fundamentais da formação empreendedora. Processo e etapas do empreender. Ambiente Empreendedor. Intraempreendedorismo. Empreendedorismo Social.

Bibliografia Básica

CHÉR, Rogério. Empreendedorismo na veia: um aprendizado constante. 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa. 30. ed. rev. atual. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2006.
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
DORNELAS, José Carlos Assis; SPINELLI, Stephen; ADAMS, Robert. Criação de novos negócios: empreendedorismo para o século XXI. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2014.
KIMURA, Herbert; BASSO, Leonardo Fernando Cruz (Org.). Modelos de tomada de decisão para inovação em empresas. São Paulo: Editora Mackenzie, 2011.

Bibliografia Complementar

BERNARDI, Luiz Antonio. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2003.
GRANDO, Nei (Org.). Empreendedorismo inovador: como criar startups de tecnologia no Brasil. São Paulo: Évora, 2012.
HASHIMOTO, Marcos; BORGES, Cândido. Empreendedorismo: plano de negócio em 40 lições. São Paulo: Saraiva, 2014.
MEIRA, Silvio Lemos. Novos negócios inovadores de crescimento empreendedor no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.
VALENTINA, José Donizete; CORRÊA, Rinaldi da Silva. Guia para abertura de empresas: aspectos fiscais, tributários e contábeis. São Paulo: Atlas, 2019.

Componente Curricular	**Gestão de Projetos Sociais (O)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**0**			
Carga horária em extensão	**40**			

Ementa

Conceitos de Projetos Comunitários e Sociais, Inserção Social e Voluntariado. Sustentabilidade econômica, social e ambiental. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Gestão de Projetos Sociais: conceitos, elaboração, execução e prestação de contas. Fontes de Financiamento de Projetos Sociais. Iniciação à Extensão Universitária.

Bibliografia Básica

GOMES, Sônia Maria da Silva; GARCIA, Cláudio Osnei (org.). Controladoria ambiental: gestão social, análise e controle. São Paulo: Atlas, 2013.
KERZNER, Harold. Gestão de projetos: as melhores práticas. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2022. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/> Acesso em 31/10/2022.
TACHIZAWA, Takeshy. Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
TINOCO, José Eduardo Prudêncio. Balanço social e o relatório da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

ANDER-EGG, Ezequiel; AGUILAR IDÁÑEZ, María José; HENRIQUES, Maria Filomena Viegas de Sousa. Como elaborar um projecto: guia para desenhar projectos sociais e culturais. 14. ed. Buenos Aires: Lumen, 1997.
ARAÚJO, Margarete Panerai (Org.). Construindo o social: através da ação e da responsabilidade. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2006.
CIERCO, Agliberto Alves et al. Gestão de projetos. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.
MENEZES, Luís César de Moura. Gestão de projetos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Componente Curricular	**Extensão Comunitária I (O)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**0**			
Carga horária em extensão	**40**			

Ementa

Atividades práticas de extensão comunitária nas diversas áreas do conhecimento com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Formação acadêmica, cidadã e inserção social. Exercício do voluntariado.

Bibliografia Básica

DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011.
GOMES, Sônia Maria da Silva; GARCIA, Cláudio Osnei (org.). Controladoria ambiental: gestão social, análise e controle. São Paulo: Atlas, 2013.
KERZNER, Harold. Gestão de projetos: as melhores práticas. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2022. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/> Acesso em 31/10/2022.
TACHIZAWA, Takeshy. Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
TINOCO, José Eduardo Prudêncio. Balanço social e o relatório da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

ANDER-EGG, Ezequiel; AGUILAR IDÁÑEZ, María José; HENRIQUES, Maria Filomena Viegas de Sousa. Como elaborar um projecto: guia para desenhar projectos sociais e culturais. 14. ed. Buenos Aires: Lumen, 1997.
ARAÚJO, Margarete Panerai (Org.). Construindo o social: através da ação e da responsabilidade. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2006.
CIERCO, Agliberto Alves et al. Gestão de projetos. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.
MENEZES, Luís César de Moura. Gestão de projetos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. A guide to the project management body of knowledge. 5th ed. Pennsylvania, 2013.

QUINTO PERÍODO				
Componente Curricular	**Administração da Produção II (O)**			
Aulas/semana:	**04**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Elementos operacionais de administração da produção. Automação Industrial. Planejamento e controle da produção (PCP). Planejamento das necessidades de materiais (MRP) e planejamento dos recursos de produção (MRPII). Administração de projetos para sistemas produtivos: métodos PERT e CPM. Administração de gargalos da produção (OPT).

Bibliografia Básica

CONTADOR, José Celso. Gestão de Operações: a engenharia de produção a serviço da modernização da empresa. 3. ed. São Paulo: Fundação Vanzolini, 2010.

CORRÊA, Henrique; CORRÊA, Carlos A. Administração de produção e operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Petrônio Garcia; LAUGENI, Fernando P. Administração da produção. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MOREIRA, Daniel Augusto. Administração da Produção e Operações. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Bibliografia Complementar

CORRÊA, Henrique L.; GIANESI, Irineu G. N. Just in Time, MRP II e OPT: um enfoque estratégico. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

FERNANDES, Flávio César Faria; GODINHO FILHO, Moacir. Planejamento e controle da produção: dos fundamentos ao essencial. São Paulo: Atlas, 2010.

GUERINI, Fábio Müller; BELHOT, Renato Vairo; AZZOLINI JÚNIOR, Walther. Planejamento e controle da produção: projeto e operações de sistemas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

KRAJEWSKI, Lee J.; RITZMAN, Larry P.; MALHOTRA, Manoj K. Administração de produção e operações. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

TUBINO, Dalvio Ferrari. Planejamento e controle da produção: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Componente Curricular	**Administração Financeira I (O)**			
Aulas/semana:	**04**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Ambiente da Administração Financeira. A função financeira. Conceitos financeiros básicos. Administração financeira de curto prazo: capital de giro, caixa, contas a receber, investimentos em estoques, ponto de equilíbrio contábil, financeiro e econômico. Administração Financeira de longo prazo. Sistema Financeiro Nacional: os tipos de instituições financeiras e os tipos básicos de financiamento. Administração Financeira no setor público, setor privado (empresarial) e no terceiro setor. Juros compostos e suas aplicações em decisões financeiras. Custo de capital. Avaliação de empresas. Problemas especiais em administração financeira: Políticas de Incentivos Fiscais, Administração Financeira de Multinacionais e Fusões e Aquisições de Empresas.

Bibliografia Básica

ASSAF NETO, Alexandre. Fundamentos de administração financeira. São Paulo: Atlas, 2010.

FREZATTI, Fábio. Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial. 5. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2009.

HOJI, Masakazu; SILVA, Hélio Alves da. Planejamento e controle financeiro: fundamentos e casos práticos de orçamento empresarial. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Claúdio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

SILVA, José Pereira da. Análise financeira das empresas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia Complementar

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade gerencial: teoria e prática. 5. ed. atualizada de acordo com as Leis no 11.638/07 e 11.941/09. São Paulo: Atlas, 2011

HOJI, Masakazu; SILVA, Hélio Alves da. Planejamento e controle financeiro: fundamentos e casos práticos de orçamento empresarial. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, Sérgio. Administração financeira e orçamentária: teoria e questões. 4.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Método, 2013.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de avaliação de empresas e negócios. São Paulo: Atlas, 2004.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph; JAFFE, Jeffrey F. Administração financeira: corporate finance. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Componente Curricular	**Simulação Gerencial I (O)**			
Aulas/semana:	**02**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Desenvolvimento de competências gerenciais e da visão holística. Participação em um jogo de negócios que consiste na simulação de um ambiente empresarial competitivo em uma atividade comercial. Revisão e integração dos conceitos de Marketing, Contabilidade, Custos, Economia e Teorias da Administração.

Bibliografia Básica

CASTRO, Luciano Thomé e; NEVES, Marcos Fava; CÔNSOLI, Matheus Alberto. Administração de vendas: planejamento, estratégia e gestão. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2018

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. Planejamento estratégico: da intenção aos resultados. 4. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2020

IUDÍCIBUS, Sérgio de (coord.). Contabilidade introdutória: livro-texto. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 4.0: do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, c2017

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Bibliografia Complementar

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

DECISÃO em grupo e negociação. Editora Interciência 2019. Disponível em https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifpr/9788571934252

GRAMIGNA, Maria Rita. Jogos de empresas e técnicas vivenciais. 2. Ed. Prentice hall, 2007.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Claúdio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi k,. Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016

Componente Curricular	**Produção Científica I (O)**			
Aulas/semana:	**40**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Estrutura de um artigo científico em suas diferentes especificidades: teóricos e empíricos. Matriz de Amarração: problema de pesquisa, justificativa e contextualização. Elementos essenciais de uma Introdução. Construção de um Referencial Teórico. Principais bases de dados na pesquisa científica.

Bibliografia Básica

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. Métodos de pesquisa em administração. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.
FACHIN, Odilia. Fundamentos de metodologia: noções básicas em pesquisa científica. 6. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.
KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015
MARCONI, M. de .A; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed., atual. São Paulo: Atlas, 2021.
VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, M.M; MARTINS, J.A.A. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. Normas para elaboração de estudos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Curitiba, 2010.
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 42.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Componente Curricular	**Direito Empresarial (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Teoria geral do direito empresarial. Direito e sociedade. Personalidade jurídica. Empresário Individual. Estabelecimento. Tipos societários: sociedade simples e sociedades empresariais. Resolução e Liquidação das Sociedades. Dos Institutos Complementares: Registro. Nome Empresarial. Dos prepostos. Do Gerente. Do Contabilista. Da Escrituração.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Amador Paes de. Manual das sociedades comerciais: (direito de empresa). 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
BERTOLDI, Marcelo M.; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. Curso avançado de direito comercial. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
CAMPINHO, Sérgio. O direito de empresa à luz do novo código civil. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2003.
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 1
FAZZIO JUNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. 3ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar

BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito societário. 10.ed., rev., aum. e atual. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2007.
CARVALHOSA, Modesto. Comentários ao código civil: parte especial, do direito de empresa, da sociedade personificada. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTAJN, Rachel. Manual de direito comercial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. v.2
GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Manual de direito comercial: apontamentos. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2003.
NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa. 4.ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005. V.1

Componente Curricular	**Estágio Supervisionado I (E)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**0**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

O estágio supervisionado em administração. Normas legais de estágio. Plano de estágio. Relatório parcial de estágio. Orientações de estágio. Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos. Revisão de conceitos relacionados aos diversos componentes curriculares ofertados ao longo do curso. Relação acadêmico-profissional na Administração. Estágio no Núcleo de Práticas Acadêmicas de Administração.

Bibliografia Básica

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. Métodos de pesquisa em administração. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.
FACHIN, Odilia. Fundamentos de metodologia: noções básicas em pesquisa científica. 6. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2021.
VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Bibliografia Complementar

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de bibliotecas. Normas para elaboração de estudos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Curitiba, 2010.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 7. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2017.
ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005
RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 42.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Componente Curricular	**Estágio Supervisionado de Campo I (E)**			
Aulas/semana:	**7**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**117**	**Horas aula**	**140**
Carga horária em EaD	**0**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

O estágio supervisionado em Administração. Acompanhamento e orientações de estágio em campo. Plano de estágio. Relatório parcial de estágio.

Bibliografia Básica

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. Métodos de pesquisa em administração. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.
FACHIN, Odilia. Fundamentos de metodologia: noções básicas em pesquisa científica. 6. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2021.
VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Bibliografia Complementar

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de bibliotecas. Normas para elaboração de estudos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Curitiba, 2010.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 7. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2017.
ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005
RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 42.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Componente Curricular	**Optativa I (OP)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			
Ementa				
A ementa do componente será equivalente àquela do componente curricular escolhido da relação de optativas previstas neste PPC.				
Bibliografia Básica				
A bibliografia básica do componente será equivalente àquela do componente curricular escolhido da relação de optativas previstas neste PPC.				
Bibliografia Complementar				
A bibliografia complementar do componente será equivalente àquela do componente curricular escolhido da relação de optativas previstas neste PPC.				

SEXTO PERÍODO				
Componente Curricular	**Administração da Produção III (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Produção enxuta: filosofia Just-in-Time (JIT). Gestão de falhas. Manutenção industrial. Princípios de gestão da qualidade. Gestão da qualidade total (TQM). Controle estatístico do processo (CEP). Ferramentas de gestão da qualidade. Certificações da qualidade. Melhoria contínua da qualidade.

Bibliografia Básica

CAMPOS, Vicente Falconi. TQC - Controle de qualidade total (no estilo japonês). Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial, 1999.
CORTADA, James W. TQM: gerência da qualidade total. São Paulo: Makron Books, 1994.
GIL, Antonio de Loureiro. Auditoria da qualidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
PALADINI, Edson P. Gestão da qualidade: teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Bibliografia Complementar

CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro; GEROLAMO, Mateus Cecílio. Gestão da qualidade ISO9001:2015: requisitos e integração com a ISSO 14001:2015. São Paulo: Atlas, 2016.
DAVIS, Mark M. Fundamentos da administração da produção. 3.ed. Porto Alegre: Bookman Editora, 2001.
JURAN, J. M. Juran planejando para a qualidade. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1992.
KRAJEWSKI, Lee J.; RITZMAN, Larry P.; MALHOTRA, Manoj K. Administração de produção e operações. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
MONTGOMERY, Douglas C. Introdução ao controle estatístico da qualidade. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

Componente Curricular	**Administração Financeira II (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Planejamento financeiro de curto e longo prazo: Fluxo de Caixa e Orçamento de capital. Análise econômica e financeira do setor público, setor privado (empresarial) e do terceiro setor. Avaliação de empresas. Desafios Financeiros e Econômicos.

Bibliografia Básica

ASSAF NETO, Alexandre. Fundamentos de administração financeira. São Paulo: Atlas, 2010.
FREZATTI, Fábio. Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial. 5. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2009.
HOJI, Masakazu; SILVA, Hélio Alves da. Planejamento e controle financeiro: fundamentos e casos práticos de orçamento empresarial. São Paulo: Atlas, 2010.
LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Claúdio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
SILVA, José Pereira da. Análise financeira das empresas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia Complementar

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade gerencial: teoria e prática. 5. ed. atualizada de acordo com as Leis no 11.638/07 e 11.941/09. São Paulo: Atlas, 2011
HOJI, Masakazu; SILVA, Hélio Alves da. Planejamento e controle financeiro: fundamentos e casos práticos de orçamento empresarial. São Paulo: Atlas, 2010.
MENDES, Sérgio. Administração financeira e orçamentária: teoria e questões. 4.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Método, 2013.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de avaliação de empresas e negócios. São Paulo: Atlas, 2004.
ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph; JAFFE, Jeffrey F. Administração financeira: corporate finance. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Componente Curricular	**Gestão Estratégica (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Estratégia. Diagnósticos, projetos e planos estratégicos. Implementação de planos e desafios empresariais. Governança Corporativa e Compliance. Processo da Administração Estratégica. Metodologias de planejamento estratégico. Organização, direção e controle estratégicos.

Bibliografia Básica

ANSOFF, H. Igor; MCDONNELL, Edward J.; SANVICENTE, Antonio Zoratto; PLONSKY, Guilherme Ary. Implantando a administração estratégica. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1993.
CERTO, Samuel C. et al. Administração estratégica: planejamento e implantação de estratégias. 3. Ed. São Paulo: Pearson, 2010.
MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento. Porto Alegre: Bookman, 2000.
OLIVEIRA, Djalma. Administração estratégica na prática: competitividade para administrar o futuro das empresas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
THOMPSON, Arthur A.; STRICKLAND, A. J. Planejamento estratégico: elaboração, implementação e execução. São Paulo: Pioneira, 2000.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Manual de planejamento estratégico: desenvolvimento de um plano estratégico com a utilização de planilhas excel. São Paulo: Atlas, 2001.
KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. Estratégia em Ação. 15. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
OLIVEIRA, D. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
PORTER, Michael. Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. Administração estratégica: conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.

Componente Curricular	**Plano de Negócios (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

A importância de um Plano de Negócios. Conceito e aplicabilidade do plano de negócio. Metodologias e tipos de plano de negócio. Elementos de um Plano de Negócio: Sumário Executivo, Informações sobre a Análise de Mercado, Planejamento de Marketing, Plano Operacional, Impactos do Projeto, Plano Financeiro e Indicadores de Desempenho de um negócio. Organização legal da abertura de empresas.

Bibliografia Básica

CHÉR, Rogério. Empreendedorismo na veia: um aprendizado constante. 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
BIZZOTTO, Carlos Eduardo Negrão. Plano de negócios para empreendimentos inovadores. São Paulo: Atlas, 2008.
DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa. 30. ed. rev. atual. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2006.
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
FARAH, Osvaldo Elias; CAVALCANTI, Marly; MARCONDES, Luciana Passos (Org.). Empreendedorismo estratégico: criação e gestão de pequenas empresas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

Bibliografia Complementar

BERNARDI, Luiz Antonio. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2003.
GRANDO, Nei (Org.). Empreendedorismo inovador: como criar startups de tecnologia no Brasil. São Paulo: Évora, 2012.
HASHIMOTO, Marcos; BORGES, Cândido. Empreendedorismo: plano de negócio em 40 lições. São Paulo: Saraiva, 2014.
MEIRA, Silvio Lemos. Novos negócios inovadores de crescimento empreendedor no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.
SALIM, Cesar Simões; SILVA, Nelson Caldas. Introdução ao empreendedorismo: despertando a atitude empreendedora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Componente Curricular	**Produção Científica II (O)** (Produção Científica I é pré-requisito para cursar Produção Científica II)			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Características da Pesquisa Aplicada. Principais métodos de pesquisa com base nas abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. Técnicas de Coleta e Análise de Dados. Elementos essenciais nas Considerações Finais. Planejamento, execução e apresentação de pesquisa.

Bibliografia Básica

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. Métodos de pesquisa em administração. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.
FACHIN, Odilia. Fundamentos de metodologia: noções básicas em pesquisa científica. 6. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.
KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015
MARCONI, M. de .A; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed., atual. São Paulo: Atlas, 2021.
VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, M.M; MARTINS, J.A.A. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. Normas para elaboração de estudos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Curitiba, 2010.
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 42 .ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Componente Curricular	**Estágio Supervisionado II (E)** (Estágio Supervisionado I é pré-requisito para cursar Estágio Supervisionado II)			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**0**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Orientação de estágio. Relatório final de estágio. Revisão e aplicação de conceitos relacionados à área específica de estágio do aluno. Estágio no Núcleo de Práticas Acadêmicas de Administração. Relação acadêmico-profissional na Administração.

Bibliografia Básica

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. Métodos de pesquisa em administração. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.
FACHIN, Odilia. Fundamentos de metodologia: noções básicas em pesquisa científica. 6. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2021.
VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Bibliografia Complementar

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de bibliotecas. Normas para elaboração de estudos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Curitiba, 2010.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 7. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2017.
ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005
RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 42.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Componente Curricular	**Estágio Supervisionado de Campo II (E)** (Estágio Supervisionado de Campo I é pré-requisito para cursar Estágio Supervisionado de Campo II)			
Aulas/semana:	**8**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**133**	**Horas aula**	**160**
Carga horária em EaD	**0**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

O estágio supervisionado em Administração. Acompanhamento e orientações de estágio em campo. Relatório final de estágio.

Bibliografia Básica

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. Métodos de pesquisa em administração. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.
FACHIN, Odilia. Fundamentos de metodologia: noções básicas em pesquisa científica. 6. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2021.
VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Bibliografia Complementar

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de bibliotecas. Normas para elaboração de estudos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Curitiba, 2010.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 7. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2017.
ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005
RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 42.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SÉTIMO PERÍODO				
Componente Curricular	**Gestão da Cadeia de Suprimentos II (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Logística empresarial. Sistema logístico. Custos logísticos. Logística de suprimentos. Logística de distribuição. Operadores logísticos. Logística reversa. Armazenagem, movimentação e transporte de materiais. Gestão de patrimônio. Logística integrada à cadeia de suprimentos (Supply Chain) no mundo 4.0 Visão Estratégica da Logística. Canais de Distribuição de Produtos. Distribuição Física de Produtos. Nível de Serviço ao Cliente. Gestão de Transportes. Modais de transporte. Educação para segurança no trânsito. Armazenagem, movimentação e transporte interno de materiais. Logística Reversa de Produtos e Embalagens.

Bibliografia Básica

BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.
CHRISTOPHER, Martin. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
NOGUEIRA, Amarildo de Souza; CLOSS, David J.; NEVES, Adalberto Ferreira das. Logística empresarial: um guia prático de operações logísticas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
POZO, Hamilton. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: uma introdução. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Bibliografia Complementar

CAXITO, Fabiano de Andrade (Coord.). Logística: um enfoque prático. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
DIAS, Marco Aurélio P. Introdução à logística: fundamentos, práticas e integração. São Paulo: Atlas, 2017.
GOULART, Verci Douglas Garcia; CAMPOS, Alexandre de. Logística de transporte: gestão estratégica no transporte de cargas. São Paulo: Érica, 2018.
PEREIRA, André Luiz et al. Logística reversa e sustentabilidade. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
SILVA, Angelita Freitas da. Fundamentos de Logística. Curitiba: LT, 2012.
SZABO, Viviane (Org). Planejamento de cenários logísticos. São Paulo: Pearson, 2016.

Componente Curricular	**Negócios Internacionais (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

História do Comércio Exterior. Comércio exterior e desenvolvimento econômico. Internacionalização da empresa. Comércio internacional. Estrutura e órgãos reguladores. Barreiras ao comércio internacional. Siscomex no comércio exterior. Normas e técnicas de exportação. Normas e técnicas na importação. Formação de preços no comércio exterior. Operacionalização cambial. Negociações Internacionais.

Bibliografia Básica

DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar. Comércio exterior: teoria e gestão. 3. ed. São Paulo : Atlas, 2012.
MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
RACY, Joaquim Carlos (Org.). Introdução à gestão de negócios internacionais. São Paulo: Pioneira, 2006.
SEGRE, German. Manual prático de comércio exterior. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
MINERVINI, Nicola. O exportador. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

Bibliografia Complementar

ASHIKAGA, Carlos Eduardo Garcia. Análise da tributação: na importação e exportação. 6. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2011.
BARRAL, Welber. O comércio internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
CASTRO, José Augusto de. Exportações: aspectos práticos e operacionais. São Paulo: Aduaneiras, 2001.
GARCIA, Luiz Martins. Exportar: rotinas e procedimentos, incentivos e formação de preços. 7. Ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.
SOUZA, José Manuel Meireles de. Fundamentos do comércio internacional. São Paulo: Saraiva, 2009.

Componente Curricular	**Liderança e Gestão de Equipes (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Motivação e liderança: teorias, conceitos e aplicações. A diferenciação entre liderança, coaching e mentoria. As diferentes teorias relacionadas à liderança: teoria dos traços, teorias comportamentais (grid gerencial), teorias contingenciais (liderança situacional) e abordagens contemporâneas de liderança (liderança carismática, liderança transacional, liderança transformacional, liderança baseada em valores, liderança relacional). A diversidade e o desenvolvimento de equipes de alto desempenho. Liderança tóxica e seus prejuízos à saúde do trabalhador.

Bibliografia Básica

BERGAMINI, Cecília Whitaker. Motivação nas organizações. São Paulo: Editora Atlas, 2018.
BERGAMINI, Cecília Whitaker. Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
COSTA, Silvia Generali da. Comportamento organizacional – cultura e casos brasileiros. São Paulo. Ed. LTC .2014.
FIORELLI, José Osmir. Psicologia para Administradores. São Paulo. Ed.Atlas. 2018.
ROBBINS, S. P. comportamento organizacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

Bibliografia Complementar

BASS, Bernard M. Bass & Stogdill's Handbook of Leadership: theory, research, and managerial applications. 3rd ed. New York: The Free Press, 1990.
HERSEY, Paul; BLANCHARD, Kenneth H. Psicologia para Administradores: a teoria e as técnicas da liderança situacional. São Paulo: EPU, 1986.
OSPINA, Sônia M; UHL-BIEN, Mary. Advancing Relational Leadership Research: a dialogue among perspectives. Edited by Ospina e Uhl-Bien, 2012.
O'TOOLE, James. Liderando Mudanças: como superar a ideologia do conforto e a tirania do costume. Tradução Silvio Cerqueira Leite. São Paulo: Makron Books, 1997.
YUKL, Gary A. Liderança carismática e Transformacional. In: BERGAMINI, Cecília Whitaker; CODA, Roberto. Psicodinâmica da Vida Organizacional: motivação e Liderança. São Paulo: Pioneira, 1990.

Componente Curricular	**Pesquisa Operacional (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Processo de tomada de decisão em Administração através da Pesquisa Operacional (PO). Princípios de programação linear. Programação de metas. Modelagem de problemas de programação inteira: aplicações na logística e produção. Programação quadrática e programação separável aplicada à área de vendas. Teoria dos jogos. Soluções computacionais.

Bibliografia Básica

ANDRADE, E. L. de. Introdução à Pesquisa Operacional: Métodos e Modelos para Análise de Decisões. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2004.
HILLIER, F. S; LIEBERMAN, G. J.; GRIESI, A. Introdução à pesquisa operacional. 8.ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.
LOESCH, C.; HEIN, N. Pesquisa operacional: fundamentos e modelos. Blumenau: FURB, 1999.
MOREIRA, D. Pesquisa Operacional: curso introdutório. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2010.
SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da produção. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Bibliografia Complementar

BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
MIRSHAWKA, V. Aplicações da Pesquisa Operacional: métodos e modelos para análise de decisão. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
MOREIRA, D. Administração da Produção e Operações. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira, 2008.
SHIMIZU, T. Pesquisa operacional em engenharia, economia e administração: modelos básicos e métodos computacionais. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1984.
SILVA, E. M. da et al. Pesquisa operacional: programação linear, simulação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

Componente Curricular	**TCC I (O)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Definição do Tema e a formulação de problema de pesquisa. Estrutura do trabalho de conclusão de curso: Introdução, Referencial Teórico e Procedimentos Metodológicos.

Bibliografia Básica

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. Métodos de pesquisa em administração. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.
FACHIN, Odilia. Fundamentos de metodologia: noções básicas em pesquisa científica. 6. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.
KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015
MARCONI, M. de .A; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed., atual. São Paulo: Atlas, 2021.
VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, M.M; MARTINS, J.A.A. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de bibliotecas. Normas para elaboração de estudos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Curitiba, 2010.
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 42.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Componente Curricular	**Projetos Comunitários I (O)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**0**			
Carga horária em extensão	**40**			

Ementa

Gestão de atividades práticas de extensão comunitária nas diversas áreas do conhecimento com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Formação acadêmica, cidadã e inserção social. Exercício do voluntariado.

Bibliografia Básica

DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011.
GOMES, Sônia Maria da Silva; GARCIA, Cláudio Osnei (org.). Controladoria ambiental: gestão social, análise e controle. São Paulo: Atlas, 2013.
ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2022. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/> Acesso em 31/10/2022.
TACHIZAWA, Takeshy. Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
TINOCO, José Eduardo Prudêncio. Balanço social e o relatório da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

ANDER-EGG, Ezequiel; AGUILAR IDÁÑEZ, María José; HENRIQUES, Maria Filomena Viegas de Sousa. Como elaborar um projecto: guia para desenhar projectos sociais e culturais. 14. ed. Buenos Aires: Lumen, 1997.
ARAÚJO, Margarete Panerai (Org.). Construindo o social: através da ação e da responsabilidade. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2006.
CIERCO, Agliberto Alves et al. Gestão de projetos. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.
MENEZES, Luís César de Moura. Gestão de projetos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Componente Curricular	**Extensão Comunitária II (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**0**			
Carga horária em extensão	**80**			

Ementa

Atividades práticas de extensão comunitária nas diversas áreas do conhecimento com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Formação acadêmica, cidadã e inserção social. Exercício do voluntariado.

Bibliografia Básica

DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011.
GOMES, Sônia Maria da Silva; GARCIA, Cláudio Osnei (org.). Controladoria ambiental: gestão social, análise e controle. São Paulo: Atlas, 2013.
ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2022. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/> Acesso em 31/10/2022.
TACHIZAWA, Takeshy. Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
TINOCO, José Eduardo Prudêncio. Balanço social e o relatório da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

ANDER-EGG, Ezequiel; AGUILAR IDÁÑEZ, María José; HENRIQUES, Maria Filomena Viegas de Sousa. Como elaborar um projecto: guia para desenhar projectos sociais e culturais. 14. ed. Buenos Aires: Lumen, 1997.
ARAÚJO, Margarete Panerai (Org.). Construindo o social: através da ação e da responsabilidade. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2006.
CIERCO, Agliberto Alves et al. Gestão de projetos. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.
MENEZES, Luís César de Moura. Gestão de projetos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. A guide to the project management body of knowledge. 5th ed. Pennsylvania, 2013.

OITAVO PERÍODO				
Componente Curricular	**Simulação Gerencial II (O)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Desenvolvimento de competências gerenciais e da visão holística. Participação em um jogo de negócios que consiste na simulação de um ambiente empresarial competitivo em uma atividade industrial. Revisão e integração dos conceitos utilizados na gestão empresarial: Contabilidade, Finanças, Custos, Marketing, Produção, Economia e Gestão de pessoas.

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. Planejamento estratégico: da intenção aos resultados. 4. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2020

IUDÍCIBUS, Sérgio de (coord.). Contabilidade introdutória: livro-texto. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2019

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Claúdio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi k,. Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018

SLACK, Nigel; BRANDON-JONES, Alistair; JOHNSTON, Robert. Administração da Produção. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Bibliografia Complementar

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021

DECISÃO em grupo e negociação. Editora Interciência 2019. Disponível em https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifpr/9788571934252

DUTRA, Joel Souza; DUTRA, Tatiana Almendra; DUTRA, Gabriela Almendra. Gestão de pessoas: realidade atual e desafios futuros. São Paulo: Atlas, 2017

GRAMIGNA, Maria Rita. Jogos de empresas e técnicas vivenciais. 2. Ed. Prentice Hall, 2007.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 4.0: do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

Componente Curricular	**Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade (O)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Sustentabilidade: perspectiva social, econômica e ambiental. Educação Ambiental. Desenvolvimento Sustentável e suas dimensões: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. As diferentes visões do desenvolvimento, a importância do planejamento e da dimensão territorial. Conceitos, métodos e instrumentos do desenvolvimento regional. Problemática ambiental enquanto política pública e política empresarial. Legislação Ambiental. Gestão Socioambiental Estratégica.

Bibliografia Básica

AMADEO, Edward; ESTEVÃO, Marcello. A teoria econômica do desemprego. São Paulo: Hucitec, 1994.
COSTAMAGNA, Pablo Santiago; ROZZI, Sérgio Perez (Org.). Abordagem, estratégias e informação para o desenvolvimento territorial: as aprendizagens do ConectaDEL. 1. ed. Buenos Aires: ConectaDEL, 2015.
FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
MARSHALL, Alfred. Princípios de economia: tratado introdutório. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Bibliografia Complementar

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Saraiva, 2013.
RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.
SCHWANKE, Cibele; CADEI, Marilene de Sá. Educação ambiental. Ambiente: conhecimento e práticas, v. 1, p. 55-78, 2013.
STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo (Org.). Agronegócio e desenvolvimento regional: reflexões sobre a competitividade das cadeias de produção paranaense. Cascavel: EDUNIOESTE, 2007.

Componente Curricular	**TCC II (O)** (TCC I é pré-requisito para cursar TCC II)			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Estrutura do trabalho de conclusão de curso em formato de artigo. Seção de Análise e Discussão de Resultados. Seção destinada às Considerações Finais. Apresentação de trabalhos acadêmicos.

Bibliografia Básica

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. Métodos de pesquisa em administração. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.
FACHIN, Odilia. Fundamentos de metodologia: noções básicas em pesquisa científica. 6. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.
KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015
MARCONI, M. de .A; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed., atual. São Paulo: Atlas, 2021.
VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, M.M; MARTINS, J.A.A. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de bibliotecas. Normas para elaboração de estudos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Curitiba, 2010.
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 42 .ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Componente Curricular	**Projetos Comunitários II (O)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**0**			
Carga horária em extensão	**40**			

Ementa

Projeto Social: elaboração, execução e prestação de contas. Atividades práticas de extensão comunitária nas diversas áreas do conhecimento com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

Bibliografia Básica

DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011.
GOMES, Sônia Maria da Silva; GARCIA, Cláudio Osnei (org.). Controladoria ambiental: gestão social, análise e controle. São Paulo: Atlas, 2013.
ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2022. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/> Acesso em 31/10/2022.
TACHIZAWA, Takeshy. Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
TINOCO, José Eduardo Prudêncio. Balanço social e o relatório da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

ANDER-EGG, Ezequiel; AGUILAR IDÁÑEZ, María José; HENRIQUES, Maria Filomena Viegas de Sousa. Como elaborar um projecto: guia para desenhar projectos sociais e culturais. 14. ed. Buenos Aires: Lumen, 1997.
ARAÚJO, Margarete Panerai (Org.). Construindo o social: através da ação e da responsabilidade. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2006.
CIERCO, Agliberto Alves et al. Gestão de projetos. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.
MENEZES, Luís César de Moura. Gestão de projetos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Componente Curricular	**Extensão Comunitária III (O)**			
Aulas/semana:	**7**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**117**	**Horas aula**	**140**
Carga horária em EaD	**0**			
Carga horária em extensão	**140**			

Ementa

Atividades práticas de extensão comunitária nas diversas áreas do conhecimento com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Formação acadêmica, cidadã e inserção social. Exercício do voluntariado.

Bibliografia Básica

DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011.
GOMES, Sônia Maria da Silva; GARCIA, Cláudio Osnei (org.). Controladoria ambiental: gestão social, análise e controle. São Paulo: Atlas, 2013.
ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2022. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/> Acesso em 31/10/2022.
TACHIZAWA, Takeshy. Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
TINOCO, José Eduardo Prudêncio. Balanço social e o relatório da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

ANDER-EGG, Ezequiel; AGUILAR IDÁÑEZ, María José; HENRIQUES, Maria Filomena Viegas de Sousa. Como elaborar um projecto: guia para desenhar projectos sociais e culturais. 14. ed. Buenos Aires: Lumen, 1997.
ARAÚJO, Margarete Panerai (Org.). Construindo o social: através da ação e da responsabilidade. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2006.
CIERCO, Agliberto Alves et al. Gestão de projetos. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.
MENEZES, Luís César de Moura. Gestão de projetos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. A guide to the project management body of knowledge. 5th ed. Pennsylvania, 2013.

Componente Curricular	**Optativa II (OP)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			
Ementa				
A ementa do componente será equivalente àquela do componente curricular escolhido da relação de optativas previstas neste PPC.				
Bibliografia Básica				
A bibliografia básica do componente será equivalente àquela do componente curricular escolhido da relação de optativas previstas neste PPC.				
Bibliografia Complementar				
A bibliografia complementar do componente será equivalente àquela do componente curricular escolhido da relação de optativas previstas neste PPC.				

OPTATIVAS				
Componente Curricular	**Tópicos especiais em Administração (OP)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Tópicos especiais de Administração. Abordagem de temas emergentes em administração.

Bibliografia Básica

ARAUJO, Luis César Gonçalves de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. v.1. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
CONEJERO, Marco Antonio; OLIVEIRA, Murilo Alvarenga; ABDALLA, Márcio Moutinho (coord.). Administração: conceitos, teoria e prática aplicados à realidade brasileira. Barueri, SP: Atlas, 2022.
GRÖNROOS, Christian. Marketing, gerenciamento e serviços. 3.ed. São Paulo: Campus, 2009.
LACOMBE, Francisco José Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz José. Administração: princípios e tendências. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Bibliografia Complementar

CALDAS, Miguel P.; MOTTA, Fernando C. Prestes. Cultura Organizacional e Cultura brasileira. São Paulo: Atlas, 1997.
DUTRA, Joel Souza; DUTRA, Tatiana Almendra; DUTRA, Gabriela Almendra. Gestão de pessoas: realidade atual e desafios futuros. São Paulo: Atlas, 2017.
GIANESI, Irineu G. N.; CORRÊA, Henrique L.. Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação do cliente. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
MARRAS, Jean Pierre. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. 15. ed. São Paulo: Futura, 2016.
MARTINS, Petrônio G.; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

Componente Curricular	**Tópicos Especiais em Gestão de Pessoas (OP)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Gestão de Pessoas e suas articulações com as dinâmicas micro (sujeito) e macro (social). Temas contemporâneos para as organizações, indivíduos e sociedade

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. 3.ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
DUTRA, Joel Souza; DUTRA, Tatiana Almendra; DUTRA, Gabriela Almendra. Gestão de pessoas: realidade atual e desafios futuros. São Paulo: Atlas, 2017.
FIDELIS, Gilson José. Gestão de pessoas: rotinas trabalhistas e dinâmicas do departamento de pessoal. 2.ed. São Paulo: Érica, 2008.
MARRAS, Jean Pierre. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. 15. ed. São Paulo: Futura, 2016.
VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar

BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; ABBAD, Gardênia da Silva; MOURÃO, Luciana (org.). Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed, 2006.
DAVEL, Eduardo; VERGARA, Sylvia Constant (org.). Gestão com pessoas e subjetividade. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
NORTON, David P.; Kaplan,Robert S. Mapas Estratégicos - Balanced Scorecard - convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis.Ed.Alta Books.2018.
ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Tim; SOBRAL, Filipe. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2010.
SOBOLL, Lis Andrea; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Gestão de Pessoas: armadilhas da organização do trabalho. São Paulo: Atlas, 2014.

Componente Curricular	**Tópicos Especiais em Relações de Trabalho (OP)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Relações de Trabalho e suas articulações com as dinâmicas micro (sujeito) e macro (social). Temas contemporâneos para as organizações, indivíduos e sociedade

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. 3.ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
DUTRA, Joel Souza; DUTRA, Tatiana Almendra; DUTRA, Gabriela Almendra. Gestão de pessoas: realidade atual e desafios futuros. São Paulo: Atlas, 2017.
FIDELIS, Gilson José. Gestão de pessoas: rotinas trabalhistas e dinâmicas do departamento de pessoal. 2.ed. São Paulo: Érica, 2008.
MARRAS, Jean Pierre. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. 15. ed. São Paulo: Futura, 2016.
VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar

BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; ABBAD, Gardênia da Silva; MOURÃO, Luciana (org.). Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed, 2006.
DAVEL, Eduardo; VERGARA, Sylvia Constant (org.). Gestão com pessoas e subjetividade. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
NORTON, David P.; Kaplan,Robert S. Mapas Estratégicos - Balanced Scorecard - convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis.Ed.Alta Books.2018.
ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Tim; SOBRAL, Filipe. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2010.
SOBOLL, Lis Andrea; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Gestão de Pessoas: armadilhas da organização do trabalho. São Paulo: Atlas, 2014.

Componente Curricular	**Tópicos Especiais em Administração da Produção (OP)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Gestão estratégica de desempenho. Elaboração de indicadores de desempenho. Análise de custos industriais. Indústria 4.0. Servitização. Princípios de Ergonomia.

Bibliografia Básica

CORRÊA, Henrique L.; CORRÊA, Carlos A. Administração de produção e operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
FITZSIMMONS, James A; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de serviços: operações, estratégica e tecnologia da informação: software Service Model. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.
MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
SACOMANO, José Benedito (org.) et al. Industria 4.0: conceitos e fundamentos. São Paulo: Blusher, 2018.
SLACK, Nigel; BRANDON-JONES, Alistair; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Bibliografia Complementar

FRANCISCHINI, Andresa Silva Neto; FRANCISCHINI, Paulino. Indicadores de desempenho: dos objetivos à ação - métodos para elaborar KPIs e obter resultados. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.
GIANESI, Irineu G. N.; CORRÊA, Henrique L. Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação do cliente. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Excelência em atendimento ao cliente: atendimento e serviço ao cliente como fator estratégico e diferencial competitivo. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.
ROGERS, Yvonne; SHARP, Helen; PREECE, Jennifer. Design de interação: além da interação humano-computador. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.
SANTOS, Milena S. Tayano; MACHADO, M. A. O.; FERREIRA, A. P. Prestação de Serviços a Terceiros. 10. ed.. Editora Freitas Bastos, 2021.

Componente Curricular	**Gestão de Agronegócio (OP)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Gestão dos negócios agroalimentares; Sistemas agroindustriais: metodologia de análise, coordenação e gerenciamento, sistemática para coleta de dados e análise de mercados; Estratégias em agronegócios: formas de organização e estratégias de crescimento das firmas, alianças, fronteiras de eficiência, terceirização, fusões e aquisições; Gestão ambiental no sistema agroindustrial.

Bibliografia Básica

ARAUJO, Massilon. Fundamentos de agronegócios. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2010.
BATALHA, Mário Otávio (Coord). Gestão agroindustrial: GEPAI – Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
FELTRE, Cristiane; ZUIN, Luiz Fernando Soares; QUEIROZ, Timóteo Ramos. Agronegócios: gestão e inovação. São Paulo: Saraiva, 2006.
MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. Agronegócio: uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. Agronegócio e desenvolvimento regional: reflexões sobre a competitividade das cadeias de produção paranaense. Cascavel: EDUNIOSTE, 2007.

Bibliografia Complementar

BACHA, Carlos José Caetano. Economia e política agrícola no Brasil. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.
JAKUBAZKO, Richard. Marketing da terra. Viçosa, MG: UFV, 2005.
MARCHEZI, Roberta da S. Monteiro; SANTOS, Hélio Ricardo da Fonseca. Projetos ambientais: uma visão de negócio. Curitiba: Appris, 2013.
MIOR, Luiz Carlos. Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural. Chapecó, SC: Argos, 2005.
NEVES, M.F.; THOMÉ E CASTRO, L (orgs.). Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos. São Paulo: Atlas, 2003.

Componente Curricular	**Estratégias de Negociação (OP)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Negociação: conceitos básicos. Aspectos conceituais associados ao processo de negociação e de administração de conflitos. Etapas do processo de negociação. Estilos de negociação. Como negociar com cada estilo. A comunicação: conceitos básicos. O processo de comunicação. Comunicação verbal e não verbal. Comunicação com expressão. Técnicas e práticas interdisciplinares de negociação. Conduta ética em negociação. O negociador em ação: aspectos práticos que favorecem as negociações e a administração de conflitos. Simulações de negociação em sala de aula conforme casos propostos. Estudos de casos.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Rui Otavio Bernardes de (Et al.). Princípios de negociação: ferramentas gerenciais. 2ed. São Paulo: Atlas, 2007.
CARVALHAL, Eugenio do (Et al.). Negociação e administração de conflitos. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
COLAIÁCOVO, Juan Luis. Negociação moderna: teoria e prática. Blumenau: Ed. Da FURB, 1997.
MARTINELLI, Dante Pinheiro; ALMEIDA, Ana Paula de. Negociação e solução de conflitos: do impasse ao ganha-ganha através do melhor estilo. São Paulo: Atlas, 1998.
MELLO, José Carlos Martins F. de. Negociação baseada em estratégia. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA JUNIOR, Sebastião de. Negociação: técnica e arte. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.
BURDRIDGE, R. Marc (Et. al) Gestão de negociação. São Paulo: Saraiva, 2005.
BRUNA DE OLIVEIRA CORDEIRO HANTHORNE. Métodos consensuais de solução de conflitos. Editora Intersaberes 2022. Disponível em: https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifpr/9786555174014
COHEN, Herb. Você pode negociar tudo. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
LEWICKI, Roy J.; SAUNDERS, David M.; MINTON, John W. Fundamentos da negociação. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

Componente Curricular	**Mercado de capitais (OP)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Mercado de Capitais, de Finanças e de Crédito. Tomada de Decisão sobre Investimentos em: títulos públicos, títulos privados, mercado acionário, mercado cambial, derivativos e futuros. Fontes de Financiamento. Principais Operações e Indicadores de Mercado. Análise de Investimento no Mercado. Políticas Econômicas e seus efeitos no mercado. Dívidas Públicas Interna e Externa.

Bibliografia Básica

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
ASSAF NETO, Alexandre. Mercado financeiro. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
CAVALCANTE, F. Mercado de capitais. Rio de Janeiro: Câmpus, 2005.
LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira. Fundamentos do mercado de capitais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
PINHEIRO, Juliano Lima. Mercado de capitais: fundamentos e técnicas. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Bibliografia Complementar

BITENCOURT, Rossandra Oliveira Maciel de. Criptomoedas e o Sistema Financeiro Internacional. Contentus 2020. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/187998/pdf/0?code=pzEbUpZXL20BSz5+U5kx4VYl3zsulgyE0zClcbx8sUfrfYbpgtsO08m0LxjrvUr2D+6zzrbdqHjn0GwK+qY2/g==
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (BRASIL). Agenda legislativa: sistema contábil financeiro. Brasília: CFC, 2003.
GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira. Porto Alegre: Bookman, 2001.
MELLAGI FILHO, A. Mercado financeiro e de capitais. São Paulo: Atlas, 2000.
PINHEIRO, J. L. Mercado de capitais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Componente Curricular	**Princípios de Administração Pública (OP)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Origem do Estado e Administração Pública. Principais Formas de Administração. Weber e modelo burocrático. Princípios básicos da administração pública. Serviços públicos. Instrumentos gerenciais contemporâneos: avaliação de desempenho e resultados, flexibilidade organizacional, trabalho em equipe, cultura da avaliação.

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à teoria geral da administração. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.
SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Bruno Henrique Rocha. Gestão estratégica de pessoas: com foco em competências. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
FONTES FILHO, Joaquim Rubens; LEAL, Ricardo Pereira Câmara. Governança Corporativa e criação de valor. São Paulo: Saint Paul Editora, 2014.
OLIVEIRA, Tatiana Souto Maior de. Gestão pública de excelência. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2012.
SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel Francisco. Curso de direito constitucional. 10. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2021.
WEBER, Max. Ensaios de sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

Componente Curricular	**Núcleo de Práticas em Administração I (OP)**			
Aulas/semana:	**4**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**67**	**Horas aula**	**80**
Carga horária em EaD	**20**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Assessoria administrativa; diagnóstico empresarial. Plano de negócios; Casos empresariais.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro. Manual de planejamento estratégico: desenvolvimento de um plano estratégico com a utilização de planilhas excel. São Paulo: Atlas, 2001.
BASSO, Leonardo Fernando Cruz (Org.). Modelos de tomada de decisão para inovação em empresas. São Paulo: Editora Mackenzie, 2011.
CAVALCANTI, Marly (Org.). Gestão estratégica de negócios: evolução, cenários, diagnóstico e ação. São Paulo: Pioneira, 2001.
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
SILVA, Edson. Como administrar o fluxo de caixa das empresas: guia de sobrevivência empresarial. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar

BERTI, Anélio. Diagnóstico empresarial: teoria e prática. São Paulo: Ícone, 2001.
GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira: essencial. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
MEIRA, Silvio Lemos. Novos negócios inovadores de crescimento empreendedor no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.
OLIVEIRA, D. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
STERN, Patrice; SCHOETTL, Jean-Marc. Consultoria. São Paulo: Saraiva, 2018.

Componente Curricular	**Núcleo de Práticas em Administração II (OP)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão				

Ementa

Assessoria administrativa; diagnóstico empresarial. Plano de negócios; Casos empresariais.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro. Manual de planejamento estratégico: desenvolvimento de um plano estratégico com a utilização de planilhas excel. São Paulo: Atlas, 2001.
BASSO, Leonardo Fernando Cruz (Org.). Modelos de tomada de decisão para inovação em empresas. São Paulo: Editora Mackenzie, 2011.
CAVALCANTI, Marly (Org.). Gestão estratégica de negócios: evolução, cenários, diagnóstico e ação. São Paulo: Pioneira, 2001.
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
SILVA, Edson. Como administrar o fluxo de caixa das empresas: guia de sobrevivência empresarial. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar

BERTI, Anélio. Diagnóstico empresarial: teoria e prática. São Paulo: Ícone, 2001.
GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira: essencial. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
MEIRA, Silvio Lemos. Novos negócios inovadores de crescimento empreendedor no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.
OLIVEIRA, D. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
STERN, Patrice; SCHOETTL, Jean-Marc. Consultoria. São Paulo: Saraiva, 2018.

Componente Curricular	**Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS (OP)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Estudo da história dos movimentos políticos organizados por associações de surdos e suas conquistas. A diferença entre linguagens e língua – implicações para a Língua Brasileira de Sinais. Abordagem dos aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais: a fonologia, morfologia e sintaxe. Pressupostos teórico-históricos, filosóficos, sociológicos, pedagógicos e técnicos da Língua Brasileira de Sinais. Aspectos teóricos e práticos da escrita do surdo.

Bibliografia Básica

CAPOVILLA, F. C. e RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira. São Paulo: Edusp, 2001.
FELIPE, T. A. Libras em contexto: curso básico, livro do professor e do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC; SEESP, 2001.
GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
SILVIA, Márcia Cristina Amaral da. Os surdos e as notações numéricas. Maringá: EDUEM, 2010.
SKLIAR, Carlos. Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2012.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF.
CÁRNIO, M. S.; COUTO, M. I. V. LICHYIG, I. Linguagem e surdez. In: GÓES, M. C. R. Linguagem, surdez e educação. 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 1999.
FACUNDO, Josiane Junia; VITALIANO, Célia Regina. A disciplina de libras na formação de professores. Curitiba: CRV, 2019
MOURA, M. C. O surdo: caminhos para a nova identidade. Rio de Janeiro: Reviter, 2000.
QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Componente Curricular	**Trabalho, Organizações e Subjetividade (OP)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Trabalho em sua polissemia. Indissociabilidade da vida-trabalho. As relações entre as organizações e a sociedade. O ambiente de trabalho como promotor da saúde e/ou causador de danos à existência. Principais desfechos e fatores associados à saúde dos trabalhadores a partir da sobrecarga e mudanças dos processos de trabalho.

Bibliografia Básica

DEJOURS, Christhope. Psicodinâmica do trabalho. São Paulo. Dublinense.2017.
MENDES, R. Patologia do trabalho. Atheneu: São Paulo, 3º ed., v.2, 1924 p., 2013.
RODRIGUES, Marcus Vinicius Carvalho. Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial. Petrópolis: Vozes, 1994.
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. A prevenção das doenças profissionais. Escritório da OIT no Brasil. – Brasilia: OIT, 2013.
WORLD HEALTH ORGANIZATION. Preventing Musculoskeletal Disorders in the Workplace. World Health Organization, 2003.

Bibliografia Complementar

BOM SUCESSO, Edina de Paula. Trabalho e qualidade de vida. Rio de Janeiro: Dunya, 1998.
COLOMBY, RENATO K.; COSTA, SILVIA G. DA. PERSPECTIVES ON LABOR POLYSEMY: THEORETICAL FOUNDATIONS AND STUDY POSSIBILITIES. RAM. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO MACKENZIE (ONLINE), v. 19, p. 1-27, 2018.
COLOMBY, RENATO KOCH; OLTRAMARI, ANDREA POLETO; RODRIGUES, MARIA BEATRIZ. Integrating perspectives: proposal for the analysis of work as a multifaceted phenomenon. REGE REVISTA DE GESTAO, v. 25, p. 65-83, 2018.
PAGÈS, Max et al. O poder das organizações. São Paulo: Atlas, 1987. 234 p. ISBN 852240223X (broch.). Classificação: 658.31 P742 1987.
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Diretrizes sobre Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho; 2005. Disponível em: http://www.fundacentro.gov.br/dominios/ctn/anexos/SemanaDaPesquisa/PalestraDeAberturaLuisAlvesDias/UisAlvesDias_DiretrizesOITparaSST.pdf. Acessado em maio de 2012.

Componente Curricular	**Desenvolvimento Profissional e Carreira (OP)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Carreira: conceitos e perspectivas. Desenvolvimento profissional/acadêmico. O mundo de trabalho/estudo dos bacharéis em administração. Tensionamentos: trabalho/trabalhabilidade, emprego/empregabilidade, profissão e ocupação. A construção do projeto de carreira alinhado aos objetivos pessoais e profissionais

Bibliografia Básica

ARAES, BALASSIANO, M.; COSTA, I. S. A. Gestão de Carreiras: dilemas e perspectivas, São Paulo, Ed. Atlas, 2006.
DIAS, Maria S. L.; SOARES, Dulce H.P. Planejamento de Carreira: uma orientação para estudantes universitários. São Paulo, Vetor, 2009.
ROSA, João Antônio. Carreira: planejamento e gestão. Rio de Janeiro. 2013
SANMYA Feitosa Tajra; SANTOS Welinton dos. Planejando a carreira - guia prático para o Desenvolvimento Pessoal e Profissional. São Paulo: Érica, 2015
VERAS, Marcelo. gestão de carreiras e competências empresariais - 100 dicas práticas. São Paulo. Atlas. 2014

Bibliografia Complementar

LUCCHIARI, D. H. P. S. O que é escolha profissional. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
SARRIERA, J. C.; ROCHA, K. B.; PIZZINATO, A. Desafios do mundo do trabalho: orientação, inserção e mudanças. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
SCHEIN, E. Identidade Profissional. Nobel: São Paulo, 1996.
SOARES, D. H. P. A escolha profissional: do jovem ao adulto. São Paulo: Summus, 2002.
VERIGUINE, N. R.; BASSO, C.; D AVILA, G.T.; DIAS, M. S. L.; SOARES, D.H.P. “Programar o futuro sem perder o presente”: concepções de estudantes universitários sobre o planejamento de carreira. In: Anais da RAP. Salvador: Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), 2006.

Componente Curricular	**Educação em Direitos Humanos e Diversidade (OP)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

História dos direitos humanos. Os mecanismos internacionais de proteção dos direitos e a relação dos movimentos sociais no enfrentamento de questões relacionadas aos direitos humanos. Direitos humanos e cidadania, pressupostos para a democracia. A educação escolar e a diversidade. A diversidade étnico-racial com ênfase nas histórias e culturas dos povos indígenas e africanos na formação da cultura brasileira. A diversidade social e as desigualdades econômicas, dominação e discriminação.

Bibliografia Básica

ABRAMOWICZ, A; GOMES, N L. Educação e Raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Coleção: cultura negra e identidades. Autêntica, 2011.
ARENDT, H. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
BENEVIDES, M. V. de M. A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 1991.
CANDAU, V. M. (Org.). Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2002.
DEL PRIORE, M. História das mulheres no Brasil. UNESP, 2007.
CARVALHO. J. M. de. Cidadania no Brasil - o longo caminho. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2002.
PIOVESAN, F. Direitos Sociais, Econômicos e Culturais e Direitos Civis e Políticos. - São Paulo: Rev. Sur, 2004.

Bibliografia Complementar

DINIZ, M; VASCONCELOS, R. N. (organizadoras), Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores. Formato, 2004.
GADOTTI, M. Diversidade cultural e educação para todos. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
GALLO, S. Ética e Cidadania: Caminhos da Filosofia: elementos para o ensino de Filosofia. 5ª Ed. Campinas: Papirus, 1999.
PIOVESAN, F. Direitos Humanos e o Direito Internacional. 14 ed. Ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.
TORRES, J. A. G. Educação e diversidade cultural: bases dialéticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Componente Curricular	**Gestão de micro e pequenas empresas (OP)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Empresas familiares. Estratégias em micros e pequenas empresas. Ferramentas gerenciais. Organização administrativa. Sistema e métodos. Dinâmica organizacional e planejamento. Gestão de pequenas e médias empresas. Novas posturas empresariais.

Bibliografia Básica

FARAH, Osvaldo Elias; CAVALCANTI, Marly. Empreendedorismo estratégico: criação e gestão de pequenas empresas. São Paulo: Cengage, 2008.
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Plano de marketing para micro e pequena empresa. São Paulo: Atlas, 2011.
LONGNECKER, J.; MOORE, C.; PETTY, W. Administração de pequenas empresas. São Paulo: Makron Books, 2007.
MOREIRA JUNIOR, Armando Lourenzo. Bastidores da empresa familiar: como reduzir conflitos por meio da governança corporativa. São Paulo: Atlas, 2011.
TACHIZAWA, T.; FARIA, M. Criação de novos negócios: gestão de micros e pequenas empresas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Amador Paes de. Comentários ao estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte: Lei complementar n. 123/2006 e Lei complementar 127/2007. São Paulo: Saraiva, 2009.
ASSEF, Roberto. Guia prático de administração financeira: pequenas e médias empresas. 5. ed. São Paul : Campus, 2001.
GERSICK, Kelin E. De geração em geração: ciclos de vida da empresa familiar. São Paulo: Negócio, 1997.
LEONE, Nilda. Sucessão na empresa familiar. São Paulo: Atlas, 2011.
OLIVEIRA, Djalma. Empresa familiar. São Paulo: Atlas, 2010.

Componente Curricular	**Consultoria empresarial (OP)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Função da consultoria. Métodos de custeio. Métodos de controle e decisão. Orçamento de capital. Fluxos financeiros da empresa. Formação de preços. Análise de custos e orçamentos. Análise da margem de contribuição. Planejamento do lucro. Controle por departamento. Rentabilidade de produtos. Consultoria empresarial. Função do assessor

Bibliografia Básica

BERTI, Anélio. Diagnóstico empresarial: teoria e prática. São Paulo: Ícone, 2001.
KIMURA, Herbert; BASSO, Leonardo Fernando Cruz (Org). Modelos de tomada de decisão para inovação em empresas. São Paulo: Atlas, 2011.
MOCSANYI, Dino Carlos. Consultoria: o que fazer, como vender. São Paulo: Gente, 1997.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Administração de processos: conceitos, metodologia, práticas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
_____. Manual de consultoria empresarial: conceitos, metodologia e práticas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

ARAUJO, Luis César Gonçalves de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. v.1. 5 ed. rev. e atu. São Paulo: Atlas, 2011.
BALLESTERO-ALVAREZ, M. A. Manual de organização, sistemas e métodos: abordagem teórica e prática da engenharia da informação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
CARREIRA, Dirival. Organização, sistemas e métodos: ferramentas para racionalizar rotinas de trabalho e estruturas organizacionais da empresa. 2. ed. rev. e atua. São Paulo: Saraiva, 2010.
EASTERBY-SMITH, Mark; THORPE, Richard; LOWE, Andy. Pesquisa gerencial em administração: uma guia para monografias, dissertações, pesquisas internas e trabalhos de consultoria. São Paulo: Pioneira, 1999.
ORLICKAS, Elizenda. Consultoria interna de recursos humanos: pesquisa e benchmarking em empresas de ponta. São Paulo: Futura, 2001.

Componente Curricular	**Gestão de cooperativas (OP)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Conceito de cooperativismo. Atual contexto do cooperativismo. Modelo de gestão das cooperativas. Estruturação do processo de planejamento das cooperativas. Estruturação organizacional das cooperativas. Estruturação do processo diretivo das cooperativas. Estruturação do processo de acompanhamento, avaliação e aprimoramento dos resultados das cooperativas.

Bibliografia Básica

FRARE, Ana Paula et al. Princípios básicos para comercialização de produtos e serviços de cooperativas e associações. Rio de Janeiro: Fase, 2002.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de Gestão das Cooperativas: Uma Abordagem Prática. 6 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.
RIOS, Gilvando Sá Leitão. O que é cooperativismo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.
KOSLOVSKI, João Paulo. Auto gestão nas cooperativas: liberdade com responsabilidade. 3. ed. Curitiba: SESCOOP, 2004.
POLONIO, Wilson Alves. Manual das Sociedades Cooperativas. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Osmar Reis. Senne, Silvio Helder Lencioni. Obrigações Fiscais das Sociedades Cooperativas e Entidades sem Fins Lucrativos. São Paulo: IOB, 2007.
BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e resignação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.
BÚRIGO, Fábio Luiz. Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco de pequeno porte? 2007.
CREMONESI, Andre. Cooperativas de Trabalho: alternativa de trabalho e renda ou fraude aos direitos trabalhistas? São Paulo: LTR, 2009.
MENESES, Antonio. Cooperativa de crédito: o que é e quais seus benefícios.
Brasilia: Stilo, 2004.

Componente Curricular	**Gestão de Investimentos (OP)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Investimento: definição e classificação. Fluxo de caixa e orçamento de capital. Métodos e técnicas de análise de investimentos. Decisões de investimento: retorno e risco. Análise de carteira de investimentos.

Bibliografia Básica

LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira. Fundamentos de mercados de capitais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITTEKE, Bruno Hartmut. Análise de investimentos. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
BODIE, Zvi; KANE, Alex; MARCUS, Alan J. Fundamentos de investimentos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.
BRITO, Paulo. Análise e viabilidade de projetos de investimento. São Paulo: Atlas, 2003.
DOMODARAN, Aswath. Avaliação de investimentos: ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

Bibliografia Complementar

PINHEIRO, Juliano Lima. Mercado de capitais: fundamentos e técnicas. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
ASSEF. R. Guia prático de administração financeira: pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
GALESNE, Alain. Decisões de investimento da empresa. São Paulo: Atlas, 1999.
GITMANN, L. Princípios de administração financeira: essencial. Porto Alegre: Bookman, 2001.
SÁ, Geraldo Tosta de. Administração de investimentos: teoria de carteiras e gerenciamento de risco. São Paulo: Atlas, 1999.

Componente Curricular	**Economia Contemporânea (OP)**			
Aulas/semana:	**2**			
Carga horária total	**Horas relógio**	**33**	**Horas aula**	**40**
Carga horária em EaD	**10**			
Carga horária em extensão	**0**			

Ementa

Economia Internacional Contemporânea: Teorias de comércio internacional. Política comercial, barreiras não-tarifárias. Integração, regionalismo. Organização mundial do comércio. Economia Brasileira Contemporânea: Crise internacional e o primeiro período Vargas (1929-1945); O pós-guerra e o desenvolvimentismo (1945-1963); Autoritarismo, crescimento econômico e crise (1964-1979); Recessão, descontrole inflacionário e crise institucional (1980-1995); Estabilização, mudanças estruturais e obstáculos ao crescimento (1995-).

Bibliografia Básica

GIAMBIAGI, Fabio et al.. Economia brasileira contemporânea: [1945-2010]. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
SOUZA, Nilson Araújo de. Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
LACERDA, Antônio Corrêa de et al. Economia brasileira. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

ASSEF. R. Guia prático de administração financeira: pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
BERNSTEIN, Peter; DOMODARAN, Aswath (Org). Administração de investimentos. Porto alegre: Bookman, 2000.
GALESNE, Alain. Decisões de investimento da empresa. São Paulo: Atlas, 1999.
GITMANN, L. Princípios de administração financeira: essencial. Porto Alegre: Bookman, 2001.
SÁ, Geraldo Tosta de. Administração de investimentos: teoria de carteiras e gerenciamento de risco. São Paulo: Atlas, 1999.

2.11 ESTÁGIO CURRICULAR

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o estágio como:

> [...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

A mesma lei define, ainda, que o estágio integra o itinerário formativo do educando, visando o aprendizado de competências relativas à atividade profissional e à contextualização curricular e que poderá ser obrigatório ou não-obrigatório.

A carga horária dos estágios nos cursos de bacharelado ocorre conforme definido na Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007 (CNE/CES), que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

No âmbito do Instituto Federal do Paraná é a Resolução CONSUP/IFPR nº 82, de 02 de junho de 2022, que regulamenta e normatiza as atividades de estágio curricular nos cursos da instituição.

Acompanhando as definições dadas pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, o regulamento de estágio do Instituto Federal do Paraná estabelece como:

> estágio obrigatório [...] aquele definido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com carga horária determinada e que seja considerado como pré-requisito para a aprovação e certificação e [...] estágio não obrigatório aquele que não seja pré-requisito para a aprovação e certificação, realizado de forma opcional, acrescido à carga horária total do curso (BRASIL, 2008).

No âmbito do Campus Palmas as atividades de estágio são normatizadas pelo Regulamento Geral de Estágios do Campus Palmas, autorizado pelo Parecer do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 42/2022.

O estágio curricular do curso de Administração, bacharelado, segue o estabelecido na Lei 11.788/2008, resolução CONSUP/IFPR nº 82/2022 e Regulamento Geral de Estágio (RGE) do campus Palmas (**ANEXO A**).

Estágio é ato educativo escolar supervisionado e orientado, desenvolvido no ambiente de trabalho, de estudantes que estejam frequentando os cursos do IFPR. Deve ser realizado nas áreas de formação do estudante, em consonância com o perfil profissional.

O Estágio obrigatório em Administração, atendendo às determinações legais, foi programado para 316 (trezentas e dezesseis) horas/relógio, sendo tratado como componente fim para conclusão do curso, devendo ser realizado, obrigatoriamente, nas áreas de formação profissional ou de formação complementar descritas no PPC do curso.

As 316 horas de estágio devem ser cumpridas em dois semestres. No sétimo semestre do curso são ofertados os componentes Estágio Supervisionado I, de 33 horas e Estágio supervisionado de campo I, com 117 horas. No oitavo semestre, Estágio supervisionado II, com 33 horas e Estágio de campo II, com 133 horas.

Os componentes curriculares de Estágio supervisionado I e II, são destinados às orientações em sala de aula, sob a responsabilidade de professor indicado pelo Coordenador do curso. As atividades dos componentes de Estágio supervisionado de campo são aquelas realizadas nas dependências do campo de estágio e sob orientação de professor orientador definido pelo Coordenador de estágios do curso, ouvido o estudante, e supervisão de profissional designado pela Unidade Concedente de Estágio (UCE).

A carga horária dos componentes de Estágio supervisionado de campo I e II pode ser reduzida, se aprovada equivalência como prevê o Capítulo II do RGE, no curso de Administração a equivalência pode ser de até 70% da carga horária, não atingindo os componentes de Estágio Supervisionado I e II.

As atividades de estágio não obrigatório podem ser caracterizadas como Atividades Complementares, de acordo com regulamento específico, e poderão ocorrer a partir do primeiro semestre do curso.

É permitido ao estudante a realização de estágio com carga horária semanal de 40 horas, desde que atendido o disposto nos Art. 8º e 9º do RGE. A jornada de 40 horas semanais pode ser realizada nos períodos de férias escolares, desde que o

estágio aconteça em campo diferente do Núcleo de Práticas Acadêmicas de Administração, cuja orientação é na modalidade direta.

Outras questões como: procedimentos do estudante para a realização dos estágios, previsão de cobertura por seguros, documentação, desligamento, responsabilidades dos envolvidos e estágios de alunos com deficiência são tratados de forma geral no RGE do campus Palmas.

2.11.1. Estágio junto ao Núcleo de Práticas Acadêmicas do Curso de Administração

Os Núcleos de Práticas Acadêmicas dos cursos do campus Palmas foram implantados por meio de Acordo de Cooperação Nº 16/2021 de 23 de agosto de 2021, firmado entre o IFPR e a Prefeitura Municipal de Palmas e são normatizados pelo Plano de Trabalho dos Núcleos de Práticas Acadêmicas do Instituto Federal do Paraná – *Campus* Palmas (Processo 23411.003447/2021-37), que define:

> Os Núcleos de Prática Acadêmica são espaços de aprendizado prático dos componentes curriculares previstos nos cursos de Bacharelado do IFPR Campus Palmas, mediante ao desenvolvimento de projetos originados de demandas informadas pela comunidade palmense em parceria com a Prefeitura do Município e sob a supervisão de um Coordenador, que será professor vinculado ao colegiado de cada um dos cursos elencados a seguir: Administração, Agronomia, Ciências Contábeis, Direito e Sistemas de Informação.

O estagiário do Núcleo de Práticas, poderá desenvolver atividades que contribuam para o atingimento de metas específicas do curso constantes no Plano de Trabalho:

> 1. Estimular na cidade de Palmas, a construção de um ambiente favorável aos negócios e ao empreendedorismo;
>
> 2. Promover a manutenção e sustentabilidade de pequenos negócios através da orientação nas áreas de Produção, Finanças, Recursos Humanos e Marketing;
>
> 3. Orientar o potencial empreendedor a construir o plano de negócio para sua ideia;

4. Propiciar aos estudantes do curso de Administração do IFPR - campus Palmas, a interatividade com problemas reais das empresas e organizações locais.

Os estágios junto ao Núcleo de Práticas são formalizados com o IFPR/Palmas, por meio de Termo de Compromisso de Estágio assinado pela Direção Geral do campus.

O Núcleo de Práticas Acadêmicas vinculado ao curso de Administração, bacharelado, do campus Palmas, é campo de estágio prioritário aos alunos do curso. Não havendo a possibilidade de o estudante realizar suas atividades no núcleo, poderá este solicitar, mediante justificativa junto à Coordenação de Estágios do curso, a realização do estágio em outro campo.

2.11.2. Estágio junto aos demais campos de estágio previstos

Comprovada a impossibilidade ou inviabilidade da realização do estágio no Núcleo de Práticas, o estudante pode exercer suas atividades de estágio em outros campos, seguindo metodologia específica.

A metodologia do Estágio consiste na observação de atividades, elaboração de diagnósticos e proposição de melhorias às atividades.

O aluno configura o diagnóstico da organização, valendo-se do levantamento e análise de dados e de instrumentos que conduzam à identificação de pontos fortes e fracos das áreas da Administração. Detectadas as áreas que necessitam de medidas corretivas, o estagiário deverá apresentar proposta embasada teoricamente, visando melhorias.

As atividades relacionadas ao primeiro semestre do estágio visam à familiarização do estagiário com a Unidade Concedente. Nesta etapa, o aluno deve observar o funcionamento de uma organização como um todo e cada uma de suas áreas, identificando áreas que possam necessitar de intervenção.

No segundo semestre, o estagiário deve optar por uma das áreas observadas e propor técnicas e instrumentos da administração para melhorias.

As orientações dos estágios obrigatórios realizados junto ao Núcleo de Práticas Acadêmicas de Administração serão na modalidade de orientação direta. Considerando a abrangência regional do campus Palmas as orientações nos demais campos de estágio, obrigatório e não obrigatório serão na modalidade indireta, sem prejuízos aos processos de supervisão e avaliação.

2.11.3 Convênios de Estágio

O Art 15º do Regulamento Geral de Estágios (RGE) esclarece que

> O convênio de estágio, quando necessário, deverá ser formalizado antes do início da realização de estágio, sendo de responsabilidade dos coordenadores de curso, coordenadores de estágio do curso e dos professores orientadores a verificação da necessidade; da Serc, o apoio à formalização; da Saee/Proens, a supervisão e orientação.

O IFPR mantém banco de dados dos convênios vigentes, os convênios firmados no âmbito do campus Palmas e aqueles firmados pela Reitoria e que alcançam o campus Palmas são mostrados no Quadro 6:

Quadro 6 - Convênios

Nº convênio	Partícipe	Demandante
14/2021-CE	Ministério Público do Estado do Paraná - MPPR	Reitoria
04/2019-CE	CIEE/PR	Reitoria
01/2021-CE	Instituto Euvaldo Lodi do Paraná - IEL/PR	Reitoria
01/2019-CE	CEINEE	Reitoria
36/2021-CE	Tribunal de Justiça de Santa Catarina	Reitoria
02/2017-CE	TJ/PR [TC 30/2017]	Reitoria
05/2018-CE	Associação Bom Jesus da Coluna Palmas	Palmas

07/2022-CE	Central de Estágios do Paraná - Palmas - [3127 - Superior]	Palmas
21/2018-CE	CIDE - Capacitação, Inserção e Desenvolvimento	Palmas
03/2018-CE	Prefeitura de Pato Branco	Palmas
13/2019-CE	Ministério Público de Santa Catarina - MP/SC	Palmas
34/2021-CE	Colégio Hercílio Boeno de Camargo - HBC	Palmas
23/2021-CE	Centro de Educação Infantil Jesus Menino - EISPAL	Palmas
04/2018-CE	Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde com a Prefeitura de Pato Branco - Termo aditivo de inclusão do IFPR	Palmas
06/2019-CE	Instituto de Saúde São Lucas de Pato Branco - ISSAL	Palmas
05/2019-CE	Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia – Copérdia	Palmas
15/2021-CE	AGIEL	Palmas
08/2018-CE	EPAGRI	Palmas
07/2018-CE	Indústria Farmacêutica Prati, Donaduzzi & Cia Ltda	Palmas
39/2021-CE	Fórmulactiva Farmácia de Manipulação (Cremasco)	Palmas
24/2018-CE	Universia Brasil	Palmas
01/2020-CE	Coasul - Cooperativa Agropecuária Industrial	Palmas

Fonte: Saee/Dape/Proens (2022)

O curso de Administração mantém sempre abertas as possibilidades de novos convênios que proporcionem oportunidades aos estudantes.

Considerando as competências previstas no perfil do egresso e a atualização das práticas de estágio, o curso de Administração incentiva a troca constante de informações sobre as experiências acadêmico-profissionais dos estudantes entre todos os participantes do processo, além das atividades de estágio, seu acompanhamento e avaliação.

É prática consolidada no curso a participação de dirigentes e colaboradores de organizações de todos os setores e portes, e egressos, em aulas e eventos como a Semana Acadêmica de Administração e Gestão e Aula Magna, com objetivo de compartilhar experiências e promover a integração entre o ensino e o mundo do trabalho.

A estreita relação com as organizações locais, regionais e nacionais, pelos meios já descritos, visitas técnicas e avaliação externa do curso, oportuniza a compreensão das demandas pelos profissionais da Administração e colaboram com a reflexão sobre as práticas de estágio.

O contato permanente com o Conselho Regional de Administração do Paraná (CRA/PR), traz importantes contribuições para atualização das práticas de estágio e de outros componentes curriculares.

2.12 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

De acordo com a definição constante no Manual de Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR, 2010), trabalho de conclusão de Curso (TCC) é o "documento elaborado sob a orientação de um professor da área correlata ao tema escolhido, que deve refletir o conhecimento adquirido durante a pesquisa realizada" sendo, conforme estabelece a Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR (Resolução nº 55/2011 IFPR), parte integrante do currículo de cada curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade obrigatória no curso de Administração e constituir-se-á dos componentes curriculares do currículo do curso e da apresentação escrita e oral final. O TCC deverá ser desenvolvido individualmente, podendo este ser multidisciplinar, conforme regras constantes no Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso da Administração do IFPR - campus Palmas. O TCC será elaborado com o apoio dos componentes curriculares, em concordância com a orientação do professor orientador, resultando em um artigo científico final, escrito conforme as normas técnicas vigentes para pesquisa científica no Brasil. Para a aprovação, será necessária a entrega do artigo científico e a defesa oral perante uma banca de professores. Os discentes contam com os materiais

disponíveis na biblioteca do campus, bem como exemplares de TCCs diversos em repositório. O IFPR reserva-se o direito de disponibilizar as monografias em cópia material, ou por intermédio de mídias diversas, nas bibliotecas e na Internet, conforme disposto no Regulamento de Entrega de TCC no Âmbito do Campus Palmas.

Para aprovação, o trabalho será avaliado pela banca examinadora ao final do componente curricular TCC II, disponibilizado no oitavo semestre do curso, para todos os alunos que já tiverem cursado com aprovação o componente curricular TCC I. A banca, presidida pelo professor orientador, avaliará o formato escrito do artigo final, considerando seu conteúdo, forma de artigo científico, atingimento do objetivo da pesquisa, relevância do problema de pesquisa e aplicação do aprendizado. A apresentação oral é item essencial enquanto parte integrante do processo relacionado ao TCC, para incentivar a formação completa das competências profissionais de um administrador. Consultar **ANEXO B**.

2.13 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Conforme definição do Instituto Federal do Paraná (2022):

> As atividades complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional. O que caracteriza este conjunto de atividades é a flexibilidade de carga horária semanal, com controle do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre ou ano letivo (IFPR, 2022).

Ainda, conforme definição institucional, para o campus Palmas (2022):

> São consideradas Atividades Complementares todas as atividades de natureza acadêmica, científica, artística, esportiva e cultural que buscam a integração e/ou articulação entre ensino médio, profissionalizante e superior, além da pesquisa e extensão, e que não estão compreendidas nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular dos componentes curriculares obrigatórios do currículo pleno (IFPR, 2022).

A carga horária das atividades complementares no curso de Administração ocorre conforme o definido na Regimento do NDE, apresentado ao final deste documento (**ANEXO C**).

2.14 A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Segundo o artigo 18 da Resolução nº 55/2011, que dispões sobre Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do IFPR:

> A organização curricular dos cursos deve proporcionar a articulação entre a formação teórica e prática, de modo a contribuir para a formação integral do educando como cidadão consciente, atuante e criativo e como profissional responsável e competente para desempenhar de forma plena seu papel social, político e econômico na sociedade (IFPR, 2011).

A mesma resolução determina, ainda, que os currículos dos cursos de graduação deverão ser organizados de forma a promover a indissociabilidade entre educação e prática social, e entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem.

É neste sentido que o curso de Administração desenvolve as atividades práticas de forma integrada em seu currículo. A prática é uma premissa em diversos componentes da Administração, por sua característica natural de ciência social aplicada, atividades práticas são incentivadas como parte do currículo de todos os componentes curriculares. Essas atividades são integradas com as aulas teóricas, realizadas em formatos de simulações, análises de casos reais de sucesso, apresentações de problemáticas empresariais, situações de mercado atuais, análises de contexto social e econômico, exemplos e contextualização através de narrativas de empresas reais, seja através de convidados ou valorizando a experiência individual que cada aluno traz para a sala de aula. Todos os componentes curriculares buscam alinhar teoria e prática, mesmo que seja através da explanação das teorias na prática, e conforme o discente se encaminha nos semestres com mais conhecimento teórico, este é capaz de fazer suas próprias análises práticas da realidade das organizações.

2.15 NÚCLEO DE PRÁTICA

As atividades relacionadas aos Núcleos de Prática Acadêmica pretendem proporcionar ao estudante a possibilidade de articulação entre teoria e prática, oferecendo meios para diversificar as atividades acadêmicas com vistas ao aprimoramento integral discente. As informações completas encontram-se no **ANEXO D** deste documento.

3. CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

3.1 CORPO DOCENTE

3.1.1 Atribuições do Coordenador

De acordo com o Manual de Competências do Instituto Federal do Paraná, o coordenador de curso é o

> responsável pela parte acadêmica e administrativa do curso. Compete a ele o acompanhamento da vida acadêmica do aluno do IFPR, desde a entrada no curso pretendido até o seu término. Também é responsável por responder pelo curso no âmbito do EaD, assim como contribuir para a organização curricular do curso no Campus (IFPR, 2021, s/p.).

O documento institucional supracitada lista como atribuições do coordenador de curso:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Planejar ação didático/pedagógica dos cursos juntamente com a Coordenação de Ensino/Direção de Ensino;
- Executar as deliberações do CONSAP e CONSUP;
- Orientar o corpo discente e docente dos cursos sob sua coordenação sobre currículo, frequência, avaliação e demais atividades de ensino;
- Organizar e registrar por meio de atas reuniões com os docentes do curso;
- Supervisionar situações acordadas em reuniões: Assessorar a coordenação de ensino na fixação dos horários das aulas dos cursos ofertados;
- Planejar em conjunto com a Coordenação de Ensino/Direção de Ensino as dependências do curso;
- Presidir a comissão de avaliação dos pedidos de dispensa e opinar na transferência, verificando a equivalência dos estudos feitos, tomando as providências cabíveis;
- Supervisionar o cumprimento da carga horária dos cursos coordenados, estipulada na matriz curricular, bem como tomar as devidas providências nos casos em que haja necessária substituição de professores/permuta de aula, em caso de faltas justificadas ou atividades extracurriculares;
- Atender aos pais juntamente com a Coordenação de Ensino;
- Exercer o papel de "ouvidor" de alunos e professores em assuntos relacionados ao curso;
- Zelar pelos laboratórios, materiais e equipamentos da sua coordenação específica;
- Supervisionar o preenchimento do diário de classe e solicitar correções caso sejam necessárias, assinando-os e encaminhando para a Coordenação de Ensino;
- Elaborar, revisar e acompanhar os projetos pedagógicos do curso;

- Supervisionar os planos de ensino docente e solicitar correções caso seja necessário, assinando-os e encaminhando-os à coordenação de ensino; articular a integração entre as áreas de base nacional comum e de formação específica;
- Elaborar, com o auxílio dos docentes, termos de referências, especificações, planilhas e memoriais, para suprimento de materiais, obras, serviços e equipamentos às necessidades do curso;
- Acompanhar comissões de avaliação de curso, bem como, fornecer informações do curso solicitadas pelos órgãos da Reitoria e também pelas seções do MEC;
- Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração (IFPR, 2021, s/p.)

O coordenador do curso de Administração do IFPR Campus Palmas possui um regime de trabalho de 16 horas semanais, com base em portaria elaborada pela Direção do Campus.

As suas atividades são desenvolvidas ao longo da semana prezando pelo atendimento da demanda, considerando: a gestão do curso, a relação com os docentes, discentes, tutores e equipe multidisciplinar.

O coordenador também se faz presente nas reuniões em que sua presença se torna necessária, contribuindo para as pautas do curso e do Campus.

Os sistemas de gestão do Campus auxiliam no compartilhamento de informações aos professores e discentes do Colegiado de Administração, gerando maior rapidez e transparência no processo de gestão do curso.

3.1.1.1 Experiência do Coordenador

O presente coordenador de curso possui graduação em Administração e mais de 13 anos de experiência em docência no ensino superior, bem como experiência anterior na coordenação deste curso e coordenação de Estágio. Possui mestrado em Engenharia de Produção, doutorando em Engenharia de Produção e especialista em Direito e Políticas Públicas. Área de pesquisa está ligada à Administração da Produção e Gestão da Qualidade, tendo trabalhos publicados na área.

3.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Conforme a Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 (CONAES): “o Núcleo Docente Estruturante de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso”.

No âmbito do Instituto Federal do Paraná, segundo consta na Resolução nº 08, de 23 de fevereiro de 2011, alterada pela Resolução nº 15, de 10 de junho de 2014 (CONSUP/IFPR), o Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um segmento da estrutura de gestão acadêmica de cada Curso de Graduação, tendo “atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre matéria de natureza acadêmica, responsável pela concepção, implementação, acompanhamento e consolidação dos Projetos Pedagógicos de cada curso.”

Além disso, cabe a este núcleo a verificação do impacto do sistema de avaliação da aprendizagem na formação dos acadêmicos do curso e constante análise a respeito da adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso e as novas demandas do mundo do trabalho.

Os Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos de graduação do IFPR são formados pelos Coordenadores dos cursos, que os presidem, e por um mínimo de 5 (cinco) docentes pertencentes ao colegiado de cada curso.

As atribuições do Núcleo Docente Estruturante do curso são definidas conforme o que estabelece a Resolução nº 01, de 17 de junho de 2017, em seu artigo 2º, e a Resolução nº 08 de 23 de fevereiro de 2011, em seu artigo 5º.

O Núcleo Docente Estruturante do curso de Administração é constituído conforme o Quadro 7:

Quadro 7 - Relação de docentes que compõem o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Administração

COMPOSIÇÃO/ DOCENTE	TITULAÇÃO	FORMAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR
Alexandre Milkiewicz Sanches (coordenador)	Mestrado	Administração	40h DE	13 anos
Alexandre Luiz Schlemper	Doutorado	Administração	40h DE	18 anos
Anderson Luiz Michelin	Mestrado	Administração	20h	21 anos
Andrieli Diniz Vizzoto	Mestrado	Administração	40h DE	4 anos
Bruno Roberto Dammski	Doutorado	Economia	40h	1 ano
Edson José Argenta	Mestrado	Administração	40h DE	26 anos
Everaldo de Souza	Mestrado	Administração	40h DE	9 anos
Flávio Fuhr	Mestrado	Ciências Contábeis	40h DE	15 anos
Renato Koch Colomby	Doutorado	Administração	40h DE	7 anos

Fonte: Curso de Administração (2022)

3.1.3 Relação do Corpo docente

A Resolução nº 08, de 30 de abril de 2014 (CONSUP/IFPR), que regulamenta o Regimento Interno comum aos *campi* do IFPR, define os Colegiados de Curso como "[...] órgãos consultivos e deliberativos do campus para assuntos de natureza pedagógica, didática e disciplinar, no âmbito de cada curso, tendo como finalidade o desenvolvimento e fortalecimento dos cursos ofertados, assegurando a participação dos segmentos da comunidade escolar."

O corpo docente do curso de Administração é constituído conforme registrado no Quadro 8:

Quadro 8 - Relação de docentes que compõe o colegiado do Curso de Administração

DOCENTE	TITULAÇÃO	FORMAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR
Alexandre Milkiewicz Sanches (Coordenador)	Mestrado	Administração	40h DE	13 anos
Alexandre Luiz Schlemper	Doutorado	Administração	40h DE	18 anos
Anderson Luiz Michelin	Mestrado	Administração	20h	21 anos
Andrieli Diniz Vizzoto	Mestrado	Administração	40h DE	4 anos
Bruno Roberto Dammski	Doutorado	Economia	40h	1 ano
Edson José Argenta	Mestrado	Administração	40h DE	26 anos
Everaldo de Souza	Mestrado	Administração	40h DE	9 anos
Flávio Fuhr	Mestrado	Ciências Contábeis	40h DE	15 anos
Renato Koch Colomby	Doutorado	Administração	40h DE	7 anos
Abner de Mattos Brito	Mestrado	Matemática	40h DE	2 anos
Adalgisa Loureiro de Mello	Mestrado	Matemática	40h DE	11 anos
Alexandre Collares Baiocchi	Mestrado	Psicologia	40h DE	14 anos
Everaldo Veres Zahaikevitch	Doutorado	Ciências Contábeis	40h DE	12 anos

Fonte: Curso de Administração (2022)

Como pode ser observado no quadro acima, o curso de Administração cumpre com o indicado no artigo 66 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no que se refere a preparação para o exercício do magistério superior que, de acordo com essa lei, tal preparação far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

O regime de trabalho dos docentes do colegiado é definido segundo critérios de contratação previstos na legislação Federal: Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, Decreto nº 94.664, de 23 de junho de 1987, Portaria nº 475, de 26 de agosto de 1987 (MEC), Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. Já, as competências e atribuições

do colegiado do curso são estabelecidas pela Resolução nº 08, de 30 de abril de 2014 (CONSUP/IFPR) no seu artigo 27º.

As atividades docentes no âmbito do Instituto Federal do Paraná, são definidas na Resolução nº 02, de 30 de março de 2009, dividem-se em atividades de ensino, de pesquisa e extensão.

As Atividades de Ensino, conforme a Resolução nº 02/2009 (IFPR), "compreendem as ações dos docentes diretamente vinculadas aos cursos e programas regulares, em todos os níveis e modalidades de ensino, ofertados pelo IFPR, compreendendo: aulas, atividades de Manutenção do Ensino e atividades de Apoio ao Ensino." Dessas atividades de ensino:

- as aulas serão ministradas de forma presencial, estando os professores obrigados, independentemente do cargo administrativo ou em comissão que venham a assumir, a cumprir um mínimo de oito horas semanais de aulas, de acordo com o estabelecido pelo artigo 57 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Ainda, conforme o artigo 47 da referida Lei, na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo (excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver) considerando-se para isso, os duzentos dias com aulas;
- as atividades de manutenção de ensino são aquelas relacionadas ao estudo, planejamento e preparação de aulas e atividades avaliativas, além da organização de planos e ensino, diários de classe, participação em reuniões pedagógicas e conselhos de classe;
- as atividade de apoio ao ensino são aquelas relacionadas ao apoio, atendimento e orientação de estudantes que, conforme a Resolução nº 02/2009 podem ser: "orientação de Estágio Curricular Supervisionado; orientação de Trabalho de Conclusão de Curso; orientação de Atividades Complementares; orientação não remunerada de Monografia de Especialização; orientação de Trabalho de Iniciação Científica; orientação no Programa Institucional de Bolsas Acadêmicas" e atendimento aos estudantes que apresentam alguma necessidade, dificuldade ou dúvida a ser sanada, referente aos componentes curriculares ministrados pelo docente.

As atividades de pesquisa, são “[...] as ações do docente realizadas individualmente ou em grupos de pesquisa, atendendo as demandas dos arranjos produtivo, social e cultural do território em que o Campus está inserido e de interesse institucional” (RESOLUÇÃO Nº 02/2009).

As atividades de extensão são “[...] as ações de caráter comunitário, não remuneradas, atendendo as demandas dos arranjos produtivo, social e cultural do território em que o Campus está inserido e de interesse Institucional” (RESOLUÇÃO Nº 02/2009).

3.1.4 Políticas de Capacitação do Corpo Docente

O Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019 dispõe que, a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), tem como objetivo “promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”.

Em consonância com este decreto, o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPR 2019-2023 registra, como finalidade das políticas de desenvolvimento de servidores:

> [...] a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; o desenvolvimento permanente do servidor público; a adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos do IFPR, tendo como referência o plano plurianual; a divulgação e o gerenciamento das ações de capacitação; e, a racionalização e efetividade dos gastos com capacitação (IFPR, 2018, p. 697).

Sob esta perspectiva, o Instituto Federal do Paraná criou, pela Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2011, o Programa de Incentivo à Formação Inicial, Continuada e de Qualificação de Servidores Públicos do IFPR com o objetivo de contemplar, na modalidade presencial e Educação à Distância (EaD) , cursos de Graduação, de Pós-Graduação Lato Sensu, de Pós-Graduação Stricto Sensu, estágio Pós-Doutoral e outros cursos, estágios, intercâmbios acadêmico-profissionais ou atividades de capacitação, no interesse da Administração.

De acordo com a Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2011, são objetivos do Programa de Formação Inicial, Continuada e de Qualificação dos Servidores do IFPR:

> I – qualificar servidores do IFPR nos níveis de Especialização, Mestrado e Doutorado, de modo a atender aos objetivos, planejamento e atribuições institucionais e a melhoria do desempenho dos servidores públicos, visando o Desenvolvimento Institucional;
> II – estabelecer parcerias para viabilizar vagas para o ingresso de servidores da Rede Pública de Educação Federal em cursos de Pós-graduação Stricto Sensu visando à formação continuada do quadro funcional dos servidores federais em educação
> III – oferecer formação pedagógica em Licenciatura para docentes do IFPR e docentes das Redes Estadual e Federal de Ensino conveniadas ao Instituto Federal do Paraná e SETEC/MEC;
> IV – despertar no corpo de servidores do IFPR a vocação científica, incentivando talentos potenciais através do ingresso em Programas de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, nas modalidades EAD e presencial;
> V – capacitar docentes para a inserção da pesquisa científica em todos os níveis da educação, trazendo benefícios à formação discente continuada;
> VI – qualificar o corpo docente e técnico administrativo do IFPR viabilizando a implantação de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu;
> VII – propiciar a nucleação e o fortalecimento de grupos de ensino e pesquisa no IFPR;
> VIII – apoiar o desenvolvimento institucional e a inserção internacional do IFPR e de instituições parceiras (IFPR, RESOLUÇÃO Nº 48/2011).

No âmbito do Instituto Federal do Paraná, as políticas de capacitação dos servidores Docentes estão amparadas nas seguintes normativas institucionais:

- Resolução nº 04, de 05 de março de 2021, que dispõe sobre as normas gerais de afastamento integral, no Brasil ou no Exterior, para participação de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e de Técnico Administrativo em Educação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, em programa de pós-graduação *stricto sensu*, pós-doutorado, e estágio vinculado a um programa de pós-graduação *stricto sensu* ou pós-doutorado;
- Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2011, que institui o Programa de Incentivo à Formação Inicial, Continuada e de Qualificação de Servidores do IFPR;
- Instrução Interna de Procedimentos - IIP PROGEPE Nº 006/2017, que dispõe sobre os procedimentos para afastamento parcial, no país, ou integral, no país ou no exterior, para participação em programa de pós-graduação stricto sensu ou de pós-doutorado, e estágio vinculado ao programa de pós-graduação

stricto sensu ou de pós-doutorado para Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;

- A Portaria PROGEPE Nº 1.540, de 18 de julho de 2017, que regulamenta a concessão horário especial ao servidor estudante do IFPR;
- Portaria PROGEPE Nº 1.543, de 18 de julho de 2017, que regulamenta a concessão de licença para capacitação dos servidores do IFPR.

3.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

O corpo técnico-administrativo do Instituto Federal do Paraná, conforme o que registra o Regimento Geral do IFPR - Resolução nº 56 de 03 de dezembro de 2012, "[...] é constituído pelos servidores integrantes do quadro permanente de pessoal do IFPR, regidos pelo Regime Jurídico Único, que exerçam atividades técnicas, administrativas e operacionais, visando o apoio ao ensino, pesquisa e extensão."

Os cargos de Técnicos Administrativos em Educação, dos quais o campus Palmas dispõe atualmente, dividem-se em cargos de nível superior: Pedagogo(a), Administrador(a), Bibliotecário(a)-documentalista, Contador(a), Técnico em Assuntos Educacionais, Psicólogo(a) e Assistente Social; e cargos de nível médio e técnico: Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Assistente e Auxiliar em Administração, Auxiliar de Biblioteca, Técnico(a) Contábil, Assistente de Alunos, Técnico(a) de Laboratório de Química, Técnico(a) de Laboratório de Informática, Técnico(a) em Tecnologia da Informação, Técnico(a) em Laboratório de Biologia.

No âmbito do campus Palmas, os servidores Técnicos Administrativos em Educação desenvolvem suas atividades nos seguintes setores: Setor administrativo, Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis, Laboratórios de Informática, Laboratórios de Química, Laboratório de Biologia, Laboratórios de Práticas Simulada, Setor de Tecnologia da Informação.

As atribuições gerais dos cargos Técnico Administrativo em Educação estão descritas no art. 8º da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 e as atribuições dos servidores Técnicos Administrativos em Educação, no Instituto Federal do Paraná, são definidas na Resolução nº 08, de 30 de abril de 2014, que regulamenta o Regimento Interno Comum aos *Campi* do IFPR.

Quadro 9 - Relação de servidores Técnico Administrativos em Educação do IFPR Campus Palmas

Nome	Formação	Regime de Trabalho (40h, 30h ou 20h)	Cargo
ADENOR VICENTE WENDLING	Graduação em Bacharelado em agronegócios; Mestrado e Doutorado em agroecossistemas.	40 h	Técnico de laboratório - área de agronomia e agroecologia
ADRIANA PADILHA TERRES LOPES	Graduação em Bacharelado em Ciências Contábeis; Especialização em Gerência Contábil com Ênfase em Contabilidade Pública e auditoria.	40 h	Assistente em Administração
ALESSANDRO CESAR DA LUZ	Graduação em Licenciatura em Letras Potuguês/Ingles e suas Literaturas.	40h	Auxiliar de biblioteca
AMANDA DE BARROS SANTOS	Graduação em Bacharelado em Serviço Social; Especialização em Políticas Públicas SUAS/CRAS com Atenção a Criança e ao Adolescente; Mestrado em Serviço Social e Política Social,	30h	Assistente Social
ANDREY DE CAMPOS	Graduação em Licenciatura em Química.	40 h	Técnico de laboratório área/ Química
ANTONIO MARCOS DA SILVA STIPULA	Graduação em Bacharelado em Ciências Contábeis.	40 h	Técnico em Contabilidade
BRUNO GABRIEL SALVATIERRA JANISCH	Ensino Médio	40h	Assistente em Administração
CLEDES TEREZINHA DE OLIVEIRA	Graduação em Licenciatura plena em Ciências com habilitação em Biologia e Graduação em Bacharelado em Farmácia; Especialização em Biologia Geral; Mestrado em Processos Químicos e Bioquímicos.	30 h	Técnico de Laboratório Área
DEBORA GRAZIELE PIZAPIO	Graduação em Licenciada em Música e Pedagogia; Especialização em Arte Educação; Especialização em Metodologias do Ensino das Artes; Especialização em Tutoria em Educação a Distância e Novas Tecnologias Educacionais.	30 h	Técnico em Assuntos Educacionais

DIEGO SPADER	Graduação em Bacharelado em Sistemas de Informação; Especialização em Redes de Computadores.	40 h	Técnico de Tecnologia da Informação
DOUGLAS SILVA DO PRADO	Graduação em Licenciatura em História; Pós-graduação em Educação Especial; Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica.	30h	Técnico em Assuntos Educacionais
EDINA SILVA	Graduação em Biblioteconomia; Especialização em Biblioteconomia.	30h	Bibliotecária Documentalista
EDSON DOS SANTOS LIMA	Graduação em Bacharelado em Gestão de TI.	40h	Técnico de Laboratório Área: Informática
EDUARDO LUIZ ALBA	Graduação em Bacharelado em Sistemas de Informação.	40 h	Assistente em Administração
ELAINE PIZATO	Graduação em Serviço Social; Especialização em Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos; Mestrado em Serviço Social.	30h	Assistente Social
ELOISA ELENA BOCCA	Graduação em Licenciatura em Matemática, Física e Pedagogia. Especialização em Metodologia do Ensino da Física.	30h	Técnico em Assuntos Educacionais
FABIANA BUHRER NOVAK	Graduação em Licenciatura em Pedagogia; Mestrado em Desenvolvimento Regional na área de Educação e Desenvolvimento.	30h	Pedagoga
GUILHERME SEMIONATO GALICIO	Graduação em Bacharelado em Zootecnia; MBA em Gestão Ambiental.	40h	Assistente em Administração
ISAIAS DE CASTRO SILVA	Graduação em Bacharelado em Química Industrial; Mestrado em Química inorgânica; Doutorado em Química.	40h	Técnico de laboratório-Química
JOSELHA CRISTINA DAL BELLO	Graduação em Bacharelado em Serviço Social; Especialização em Gestão Social de Políticas Públicas.	30h	Assistente Social
JOSIANE MARIA COMARELLA	Graduação em Licenciatura em Letras Português; Graduação em Bacharelado em Biblioteconomia; MBA em Gestão Pública.	30h	Bibliotecária Documentalista

JUSSARA APARECIDA MAZALOTTI DANGUY	Graduação em Bacharelado em Ciências Econômicas; Pós-Graduação em Gestão Pública.	30h	Auxiliar de Biblioteca
LILIAN LUCHT CARNEIRO	Graduação em Bacharelado em Administração com habilitação em Comércio Exterior; Graduação em Direito; Pós-Graduação em Gestão de Recursos Humanos no Setor Público.	40 h	Administradora
LUCIANA EMANUELLE SANCHES SILVA	Graduação em Bacharelado em Zootecnia; Graduação em Licenciatura em Letras - Português/Inglês; Especialização em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira; Mestrado em Zootecnia.	30 h	Assistente de Alunos
LUCIANO BARFKNECHT	Graduação em Bacharelado em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo; Graduação em Licenciatura em Letras - Português/Inglês; Especialização em Comunicação Estratégica e Redes Sociais.	30h	Assistente de Alunos
LUIZ HENRIQUE MAZALOTTI DANGUI	Graduação: Gestão Pública	30h	Assistente em Administração
MARCIA ADRIANA ANDRADE SILVA	Graduação em Licenciatura em História e Pedagogia; Pós-Graduação em Psicopedagogia.	30h	Pedagoga
MARCOS RAPHAEL LOYOLA DANGUI	Graduação em Bacharelado em Engenharia Civil	40h	Assistente em Administração
MARTA FERREIRA DA SILVA SEVERO	Graduação em Licenciatura em História; Especialização em Gênero e Diversidade na Escola.	30h	Técnico em Assuntos Educacionais
MELÂNIA DALLA COSTA	Graduação em Licenciatura em Pedagogia; Especialização em Gestão escolar; Educação Especial; Tradução e Interpretação de língua brasileira (LIBRAS) para o português; Psicopedagogia clínica; Mestrado em Educação.	30h	Tradutora Intérprete de linguagem de sinais
MIGUEL ANGELO SANTIN	Graduação em Bacharelado em Gestão Pública.	40h	Assistente em Administração
MIGUEL LUIZ OLIVEIRA	Graduação em Bacharelado em Administração	40h	Assistente de Aluno

RAFAELA RODRIGUES CARNEIRO	Graduação em Tecnólogo em Gestão Pública; Especialização em EaD com habilitação em Tecnologias Educacionais.	40h	Assistente em Administração
ROSANA TORTELLI FAVETTI	Graduação em Bacharelado em Ciências Econômicas; Especialização MBA em Gestão Pública.	30h	Auxiliar de Biblioteca
SIDNEY EUGENIO DE MELO	Graduação em Bacharelado em Administração; Pós-graduação em Gestão Pública.	30h	Assistente em Administração
THAIS MANNALA	Graduação em Tecnologia em Artes Gráficas; Mestrado em Tecnologia e Sociedade; Doutorado em Tecnologia e Sociedade pela UTFPR.	40h	Assistente em Administração
THIAGO ADRIANO SILVA	Graduação em Bacharelado em Psicologia; Especialização em Educação Especial.	30h	Psicólogo
VAGNER LUIZ MAIA	Graduação em Tecnólogo em Gestão pública; Especialização - MBA em Gestão Pública.	40h	Assistente em Administração
VERUSKA SAMUT SOARES DA COSTA	Graduação em Licenciatura em Artes Visuais.	30h	Assistente de Alunos

Fonte: IFPR Campus Palmas (2022)

3.2.1 Políticas de Capacitação do Corpo Técnico Administrativo em Educação

Segundo o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, que estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento dos servidores técnicos terá por objetivo “contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão, capacitando-o para o desenvolvimento de ações de gestão pública e para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da instituição.”

Segundo esse Decreto, “capacitação é processo permanente e deliberado de aprendizagem, que utiliza ações de aperfeiçoamento e qualificação, com o propósito

de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais, por meio do desenvolvimento de competências individuais."

A estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação ocorrem conforme estabelece a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, em conformidade com o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

No âmbito do Instituto Federal do Paraná, fundamentado nas legislações supracitadas, as políticas de capacitação dos servidores Técnicos Administrativos em Educação estão amparadas nas seguintes normativas institucionais:

- Resolução nº 04, de 05 de março de 2021, que dispõe sobre as normas gerais de afastamento integral, no Brasil ou no Exterior, para participação de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e de Técnico Administrativo em Educação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, em programa de pós-graduação *stricto sensu*, pós-doutorado, e estágio vinculado a um programa de pós-graduação *stricto sensu* ou pós-doutorado;
- Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2011, que institui o Programa de Incentivo à Formação Inicial, Continuada e de Qualificação de Servidores do IFPR;
- Instrução Interna de Procedimentos IIP PROGEPE Nº 007/2017, que dispõe sobre os procedimentos para afastamento parcial, no país, ou integral, no país ou no exterior, para participação em programa de pós-graduação *lato sensu*, *stricto sensu* ou de pós-doutorado, e estágio vinculado ao programa de pós-graduação *stricto sensu* ou de pós-doutorado para Técnico Administrativo em Educação;
- A Portaria PROGEPE Nº 1.540, de 18 de julho de 2017, que regulamenta a concessão horário especial ao servidor estudante do IFPR;
- Portaria PROGEPE Nº 1.541, de 18 de julho de 2017, que regulamenta, no âmbito do IFPR, a concessão de incentivo à qualificação para os servidores da carreira dos técnicos administrativos em educação;

- Portaria PROGEPE Nº 1.542, de 18 de julho de 2017, que regulamenta a concessão de progressão por capacitação profissional para os servidores da carreira dos técnicos administrativos em educação;
- Portaria PROGEPE Nº 1.543, de 18 de julho de 2017, que regulamenta a concessão de licença para capacitação dos servidores do IFPR.

4. INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

4.1 REPRESENTATIVIDADE DA COMUNIDADE ACADÊMICA

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Artigo 206º, inciso VI, determina que, o ensino no Brasil, será ministrado com base no princípio da gestão democrática. Em respeito a isso, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), define, como um dos princípios e fins da educação nacional, que o ensino será ministrado com base na gestão democrática, cabendo aos sistemas de ensino definirem as normas para a efetivação disso, de acordo com as suas peculiaridades. A mesma lei estabelece, ainda, em seu artigo 56, que "as instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional" (LEI Nº 9.394/1996).

Ainda, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, traz como uma de suas diretrizes o princípio da gestão democrático no ensino público, colocando-a também como uma de suas metas (meta 19).

Neste sentido, o Instituto Federal do Paraná (IFPR), conforme consta em seu Estatuto e em seu Regimento Geral (Resolução nº 56, de 03 de dezembro de 2012), tem como um de seus princípios norteadores, o compromisso em promover a gestão democrática, gestão essa que é baseada na efetiva participação da comunidade acadêmica na tomada de decisões e em todos os aspectos institucionais.

Para fins de definição, segundo o Estatuto do IFPR, "a comunidade acadêmica do Instituto Federal do Paraná é composta pelo corpo discente, docente e técnico-administrativo". No âmbito do campus Palmas e do curso de Administração a representatividade do corpo docente nos processos de gestão democrática ocorre por meio das ações coletivas, como:

- Participações em núcleos, conselhos e comissões, como Colégio de Dirigentes do Campus, Núcleo Docente Estruturante, Conselhos de Classe;

- Participação em ações de construção coletiva, na reformulação do Projeto Político Pedagógico do campus e do Projeto Pedagógico do Curso;
- Participação em momentos decisórios, como eleições para direção, membros do Comitê de Pesquisa e Extensão (COPE);
- Participação em discussões e construções de documentos e normativas institucionais, quando há convite da Reitoria e/ou Pró-Reitorias;
- Participação em momentos de avaliação institucional, como no caso da CPA.

Também como representantes da comunidade acadêmica institucional, os estudantes do campus Palmas têm papel e participação importante nas questões relacionadas com a organização institucional. No curso de Administração os acadêmicos participam ativamente de atividades de ensino, pesquisa e extensão, tais como:

- Os estudantes são convidados a participar dos processos de planejamento, organização e avaliação de eventos institucionais (Mostra de Cursos, Contextos e Conceitos);
- Os estudantes participam de processos de tomadas de decisão institucionais, em consultas públicas;
- Os estudantes participam dos processos de avaliações do curso, dos docentes;
- Os estudantes do curso estão organizados, quanto a órgãos de representação estudantil, em, Centro Acadêmico e Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Os servidores Técnicos Administrativos em Educação possuem, também, um papel fundamental no que se refere à gestão democrática no Instituto Federal do Paraná (IFPR). Sua atuação nas questões relacionadas com a organização e tomada de decisões em âmbito institucional, relacionam-se com:

- a participação em conselhos de caráter consultivo e/ou deliberativo, como por exemplo o Colégio de Dirigentes do Campus, órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria;
- participação em conselhos escolares, responsáveis por pensar as questões pedagógicas dentro da instituição e propor reformulações nos processos de ensino;
- participação em conselhos de classe, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, relacionado aos assuntos didáticos e pedagógicos, cuja atribuição é discutir e avaliar as ações educacionais da instituição, estabelecendo parâmetros e alternativas que contribuam para promover a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes;
- participação em construções coletivas, relacionadas à normativas e documentos institucionais, como Projeto Político Pedagógico do campus (PPP), Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), regulamentos internos etc.
- participação nas eleições para escolha de diretor do campus bem como para eleições de representantes de órgãos colegiados, como Colégio de Dirigentes do Campus, Comitê de Pesquisa e Extensão etc.;
- participação em processos de autoavaliação e avaliação institucional;

4.2 PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA GESTÃO DO CURSO

De acordo com o Artigo 56º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o princípio da gestão democrática nas instituições de Ensino Superior, assegurará “a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.” Desta forma, a comunidade externa ao IFPR (local e regional), tem lugar de participação nas diversas instâncias organizacionais da instituição.

No Instituto Federal do Paraná (IFPR), a atuação da sociedade civil nos processos decisórios da gestão democrática ocorre por meio da participação desta em:

- conselhos de caráter consultivo e deliberativo, como o Conselho Superior (CONSUP) que, de acordo com o Estatuto do IFPR, terá como integrantes “6 (seis) representantes externos, da sociedade civil, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, e 02 (dois) representantes do setor público e/ou empresas estatais.”
- comissões de avaliação institucional, como a Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável pela implantação e pelo desenvolvimento de processos de avaliação institucional e que, segundo o Regimento Geral do IFPR terá assegurada em sua constituição a participação da sociedade civil;
- conselhos escolares, responsáveis por pensar as questões pedagógicas e propor reformulações nos processos de ensino;
- processos de consulta e avaliação institucional;
- construções coletivas, relacionadas à documentos institucionais, como Projeto Político Pedagógico do campus (PPP) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- núcleos responsáveis por pensar questões e ações específicas no âmbito da instituição, como o Núcleo de Arte e Cultura (NAC) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e Indígenas (NEABI);
- organização e participação em eventos institucionais, sendo com apresentações artísticas, culturais, científicas, como colaboradores ou como ouvintes;

A participação da sociedade civil no âmbito do curso de Administração acontece por meio de atividades/ações como: Projetos comunitários e extensões comunitárias.

5. INFRAESTRUTURA

O IFPR campus Palmas fica localizado a, aproximadamente, cinco quilômetros do centro do município de Palmas. No processo de desapropriação dos bens da UNICS, o IFPR recebeu uma estrutura de edificações preexistentes num total de 17.046,79 m² em um terreno com 687.224 m² (70 hectares).

Entre 2018 e 2019 foi construído um novo espaço destinado ao refeitório de estudantes e novas instalações de acessibilidade às pessoas com deficiência, totalizando 17.707 m² de área construída.

Dentro da área do campus há um grande espaço de preservação ambiental que serve de “laboratório aberto” aos cursos de Agronomia e Ciências Biológicas. Esta área apresenta grande variedade de fauna e flora, permitindo espaços de estudo e de pesquisa.

O campus conta, também, com ampla área experimental, sendo aproximadamente nove alqueires de área cultivável, o que possibilita uma grande diversidade de experimentos, tais como: soja, milho, pastagens, adubação, lúpulo, fruticultura etc. Para apoio às atividades desenvolvidas nesta área, o campus possui uma “patrulha agrícola”, com seis implementos agrícolas:

O campus Palmas possui um amplo espaço para a prática de esportes, composto por duas quadras poliesportivas, campo de futebol, pista de atletismo, quadra de futebol, campo de vôlei de areia, piscina semiolímpica aquecida, espaço de convivência e amplo espaço externo, para caminhadas e exercícios físicos, inclusive muito utilizado pela comunidade local. Possui ainda uma das maiores bibliotecas do interior do Paraná, com aproximadamente 110.000 exemplares.

Existem no campus 44 salas de aula, as quais possuem capacidade média para 40 estudantes e são equipadas com projetores e lousas interativas. Existem, ainda, 32 laboratórios didáticos, distribuídos nas diversas áreas de atuação, tais como: farmácia, biologia, química, enfermagem, anatomia, alimentos, solos, fitopatologia, artes, matemática, informática, robótica, musculação, ginástica e fermentação (desenvolvimento de bebidas).

Há um espaço para eventos, palestras e cursos, o qual tem capacidade para 250 pessoas, o que significa que está muito aquém das necessidades do campus, devido ao tamanho da instituição e número de alunos atendidos.

O IFPR campus Palmas conta ainda com uma cantina e uma central de reprografia que atualmente estão com serviços licitados.

5.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Quadro 10 - Áreas de ensino específicas do curso de Administração

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Salas de aula	SIM	NÃO	56
Sala de colegiado	SIM	NÃO	23
Sala de reuniões	SIM	NÃO	23
Sala de coordenação	SIM	NÃO	19

Fonte: Curso de Administração (2022)

5.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL

Quadro 11 - Áreas de estudo geral IFPR Campus Palmas

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Biblioteca	SIM	NÃO	2.160
Auditório	SIM	NÃO	1.200
Sala de videoconferência	SIM	NÃO	23
Laboratório de informática	SIM	NÃO	66

Fonte: Curso de Administração (2022)

5.3 ÁREAS DE ESTUDO ESPECÍFICO

Quadro 12 - Áreas de estudo específico do curso de Administração

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Laboratório de Administração	SIM	NÃO	66

Fonte: Curso de Administração (2022)

5.4 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE

Quadro 13 - Áreas de atendimento aos discentes do curso de Administração

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Atendimento psicológico	SIM	NÃO	20
Atendimento pedagógico	SIM	NÃO	40
Atendimento odontológico	NÃO	SIM	25
Primeiros socorros	SIM	SIM	50
Serviço social	SIM	NÃO	25
Espaço kids	SIM	NÃO	113

Fonte: Curso de Administração (2022)

5.5 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA

Quadro 14 - Áreas de esporte e vivência do IFPR Campus Palmas

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Áreas de esporte	SIM	NÃO	12.170
Cantina	SIM	NÃO	300
Pátio coberto	SIM	NÃO	300
Área de convivência	SIM	NÃO	30

Fonte: Curso de Administração (2022)

5.6 ÁREAS DE APOIO

Quadro 15 - Áreas de apoio do IFPR Campus Palmas

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Auditório	SIM	NÃO	1.200
Mecanografia	SIM	NÃO	15

Fonte: Curso de Administração (2022)

5.7 BIBLIOTECA

A rede de bibliotecas do IFPR tem como missão promover o acesso e a disseminação da informação, favorecendo, sobretudo, a geração de conhecimentos por meio do incentivo e valorização do gosto pela leitura, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação profissional e humanística da comunidade acadêmica. Faz-se núcleo de apoio às atividades pedagógicas da instituição, por meio da aquisição, tratamento técnico, armazenamento, preservação, disseminação e disponibilização de produtos e serviços de informação para a comunidade acadêmica.

A biblioteca também oferece serviços de orientação na elaboração de referências bibliográficas, fichas catalográficas de obras editadas pelo IFPR, levantamento bibliográfico, bem como orientação permanente ao usuário sobre uso de recursos e serviços disponíveis.

A Biblioteca Central do IFPR campus Palmas é um órgão suplementar, subordinado administrativamente à Direção de Ensino do campus. Instalada em um prédio próprio, seu acervo, em 2021, era composto por 65.938 títulos e 100.092 exemplares, 7.147 ebooks (Biblioteca BV Pearson). Possui um considerável número de obras raras e clássicas das ciências humanas.

Na área do curso de Administração o acervo bibliográfico disponível na biblioteca do campus é composto por 2.686 títulos, tendo à disposição dos usuários 5.139 exemplares, além de conteúdos disponibilizados pelo Portal Capes.

A estrutura física da biblioteca é composta por espaço de circulação, acervo e administrativo. Oferece espaço físico e mobiliário para estudo em grupos e individual.

Também há computadores com acesso à internet para pesquisas com controle de agendamentos no balcão de atendimento e computadores para consulta local ao acervo físico e digital/virtual, NBRs da ABNT e ISO e Portal de Periódicos Capes.

A biblioteca também dispõe de guarda-volumes. Além disso, para incentivar a leitura, a permanência e bem-estar das/os usuárias/os dispõe de poltronas e *puffs*. Há sala reservada para o processamento técnico para materiais informacionais. A equipe de trabalho é composta por bibliotecária/o, auxiliar de biblioteca e assistente em administração. O horário de funcionamento da biblioteca é das 8h00 às 23h00 ininterruptamente, e encontra-se disponível na porta de entrada do setor.

Segue quadro com a relação dos servidores e respectivos cargos de cada um:

Nome	Cargo	Horário de atendimento
Josiane Maria Comarella	Bibliotecária	17h00 às 23h00
Edina Silva	Bibliotecária Documentalista	13h00 às 19h00
Rafaela Rodrigues Carneiro	Assistente em Administração	17h00 às 23h00
Alessandro Cesar da Luz	Auxiliar de Biblioteca	10h00 às 16h00
Jussara Aparecida Mazalotti Danguy	Auxiliar de Biblioteca	17h00 às 23h00
Rosana Tortelli Favetti	Auxiliar de Biblioteca	17h00 às 23h00

Fonte: IFPR Campus Palmas (2022).

6. PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 EXPANSÃO DO QUADRO DOCENTE

O curso trabalha com a constante adequação do quadro docente buscando atender às demandas do curso de Administração, bem como demandas de outros colegiados. A expansão do quadro de docentes foi prevista mediante estudo e projeção de demanda, conforme seguem os quadros a seguir:

Quadro 16 - Projeção dos componentes curriculares trabalhados pelos professores do curso de Administração, **no próprio curso**, para os anos de 2023 a 2026.

Ano/ Semestre	2023-1	2023-2	2024-1	2024-2	2025-1	2025-2	2026-1	2026-2
Período	7º 5º 3º 1º	8º 6º 4º 2º	7º 5º 3º 1º	8º 6º 4º 2º	7º 5º 3º 1º	8º 6º 4º 2º	7º 5º 3º 1º	8º 6º 4º 2º
Nº de alunos	160	160	160	160	160	160	160	160
Nº de aulas	24 24 08 10	24 26 20 10	24 24 10 10	24 26 22 10	24 29 12 10	24 26 22 10	24 29 12 10	16 26 22 10
Total de aulas	**66**	**80**	**68**	**82**	**75**	**82**	**75**	**74**
Média de aulas	**11,00**	**13,33**	**11,33**	**13,67**	**12,50**	**13,67**	**12,50**	**12,33**

Fonte: Curso de Administração (2022).

Esta projeção é válida também para os anos subsequentes sendo que o constante nas duas últimas colunas contém os dados referentes à implementação deste projeto pedagógico. Para a elaboração deste quadro, o NDE do curso utilizou, para fins de cálculo, os dados atuais, sendo 7 professores com regime de trabalho com Dedicação Exclusiva e 1 docente 20 horas.

Quadro 17 - Projeção de carga horária dos componentes curriculares ministrados pelos professores do curso de Administração, **nos demais cursos** para os anos de 2023 a 2026. Essa projeção é válida também para os anos subsequentes.

Curso	Semestre Ímpar	Semestre Par	Total de aulas
Ciências Contábeis	12	10	**22**
Sistemas de Informação	0	4	**4**
Direito	4	0	**4**
Agronomia	2	0	**2**
Pós-Graduação em Controladoria e Gestão	4	2	**6**
Pós-Graduação em Sustentabilidade	2	2	**4**
Mestrado em Ambientes Saudáveis e Sustentáveis	4	4	**8**
Total:	**28**	**22**	**50**
Média de aulas por professor:	4,0	3,1	7,1

Assim, os professores do curso de Administração atenderão a uma demanda de 28 horas semanais nos semestres ímpares, e 22 horas nos semestres pares, cabendo considerar que ao coordenador do curso são atribuídas, no máximo, 8 horas semanais. Ressalta-se que outras funções administrativas também poderão ter carga horária reduzida conforme a portaria de nomeação para a função. Ainda havendo a projeção de abertura de cursos *stricto sensu* no Campus Palmas, há uma demanda prevista de, pelo menos, 4 horas de componentes curriculares para o curso de Administração.

Quadro 18 - Resumo final referente à média de aulas que os professores do curso de Administração necessitarão ministrar (desconsiderando a carga horária máxima para a coordenação).

Curso	Semestre Ímpar	Semestre Par
Administração	284	318
Demais Cursos	28	22
Média de aulas por professor:	**39,00**	**42,50**

Tendo em vista as necessidades indicadas, agrega-se ao cômputo que o curso de Administração possui, em média, 30 estudantes matriculados em TCC durante o período de 2019 até 2022, o que gera número igual de orientações. O curso de Administração entende e pactua com os demais cursos do IFPR - Campus Palmas a

necessidade de que tais orientações sejam feitas em carga horária de aula (estimando 30 minutos por orientando/semana). Por essa razão, estima uma carga horária de aulas destinada a esse fim de 15 horas por semestre. Tal cômputo de carga horária é levado em consideração na elaboração do Quadro 19.

Quadro 19 – Número de professores, áreas e regime de trabalho dos professores de Administração a serem concursados para a implementação das matrizes curriculares nos outros cursos do IFPR e no curso de Administração.

ÁREA	REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE
Administração	Dedicação Exclusiva - 40 horas	02
	TOTAL:	**02**

Tendo em vista o levantamento feito acima, há necessidade de mais dois professores em regime de Dedicação Exclusiva para atender as demandas do Curso de Administração e dos demais cursos que necessitam de professores do referido curso. Essa demanda será atendida mediante concurso público a ser autorizado pelo IFPR, conforme planejamento orçamentário e cronograma disponibilizados para este fim.

6.2 PROJEÇÃO DA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES E DE CONSUMO

O curso desenvolve com o apoio e orientação do setor de compras e licitações do campus, o levantamento das necessidades do curso para os exercícios seguintes, buscando atender as necessidades de aquisições de materiais permanentes, licenças de software ou de materiais de consumo.

Todas as demandas são incluídas no Calendário de Compras e Licitação da Reitoria, e posteriormente, após as homologações, adquiridas pelo campus conforme disponibilidades orçamentárias.

Os componentes obrigatórios de Simulação Gerencial I e Simulação Gerencial II dependem da aquisição de licenças de softwares específicos de simulação de empresas comerciais e industriais, respectivamente, para sua oferta regular.

6.3 PROJEÇÃO DA AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Com base na PORTARIA Nº 1607, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018, o curso de Administração do IFPR Campus Palmas realiza seu processo de atualização bibliográfica permanente, sempre observando a aquisição das edições mais atualizadas dos títulos selecionados.

A observância e cumprimento da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). De acordo com seu Art. 3º, inciso VII, que destaca as dimensões institucionais a serem avaliadas obrigatoriamente, identificadas pela biblioteca, recursos de informação e comunicação, infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, como prioridades. Conforme o Art. 1º, o processo de seleção de bibliografias básicas e complementares ocorre a partir da elaboração das ementas dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), cuja responsabilidade é do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Neste caso, do curso de Administração.

Assim, as demandas para as projeções de aquisição de acervo bibliográfico para o curso de Administração são realizadas anualmente e enviadas ao setor administrativo do Campus, conforme a Instrução Normativa nº 01, de 19 de agosto de 2021.

O Quadro 20 ilustra a necessidade de aquisição de títulos e exemplares, tomando como base a bibliografia elencada no ementário deste PPC:

Quadro 20 - Projeção da aquisição de acervo bibliográfico para o curso de Administração

AUTOR	TÍTULO	EDIÇÃO	EDITORA	ANO	Nº DE EXEMPLA-RES
ANDRADE, E. L. de.	Introdução à Pesquisa Operacional: Métodos e Modelos para Análise de Decisões	3	LTC	2004	02
ARAUJO, Massilon.	Fundamentos de agronegócios	2	Atlas	2005	02
ASSAF NETO, Alexandre.	Fundamentos de administração financeira	1	Atlas	2010	02
ASSAF NETO, Alexandre.	Finanças corporativas e valor	8	Atlas	2021	02
BERGAMINI, Cecília Whitaker.	Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional	5	Atlas	2015	02
CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro; GEROLAMO, Mateus Cecílio.	Gestão da qualidade ISO9001:2015: requisitos e integração com a ISO 14001:2015.	1	Atlas	2016	02
CASTRO, Luciano Thomé e; NEVES, Marcos Fava; CÔNSOLI, Matheus Alberto	Administração de vendas: planejamento, estratégia e gestão	2	Atlas	2018	02
CAXITO, Fabiano de Andrade (Coord.).	Logística: um enfoque prático	3	Saraiva	2019	02
CHIAVENATO, Idalberto	Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações.	10	Atlas	2020	02
CHIAVENATO, Idalberto.	Gestão de pessoas	3	Campus	2010	02

CONEJERO, Marco Antonio; OLIVEIRA, Murilo Alvarenga; ABDALLA, Márcio Moutinho (coord.)	Administração: conceitos, teoria e prática aplicados à realidade brasileira.	1	Atlas	2022	02
COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S.	Métodos de pesquisa em administração	12	Bookman	2016	02
CORRÊA, Henrique; CORRÊA, Carlos A.	Administração de produção e operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica	3	Atlas	2012	02
DAVEL, Eduardo; VERGARA, Sylvia Constant (org.)	Gestão com pessoas e subjetividade.	7	Atlas	2014	02
DEJOURS, Christhope.	Psicodinâmica do trabalho	1	Dublinense	2017	02
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella.	Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas	8	Atlas	2011	02
DIAS, Marco Aurélio P.	Administração de materiais: uma abordagem logística	7	Atlas	2019	08
DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar.	Comércio exterior: teoria e gestão	3	Atlas	2012	02
DIAS, Reinaldo.	Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.	2	Atlas	2011	02
DORNELAS, José Carlos Assis	Empreendedorismo: transformando ideias em negócios	4	Elsevier	2012	02
DORNELAS, José Carlos Assis.	Empreendedorismo: transformando ideias em negócios	4	Elsevier	2012	2

DUTRA, Joel Souza; DUTRA, Tatiana Almendra; DUTRA, Gabriela Almendra.	Gestão de pessoas: realidade atual e desafios futuros	1	Atlas	2017	02
FAZZIO JUNIOR, Waldo.	Manual de direito comercial	3	Atlas	2003	02
FIORELLI, José Osmir.	Psicologia para Administradores	1	Atlas	2018	02
FONTES FILHO, Joaquim Rubens; LEAL, Ricardo Pereira Câmara.	Governança Corporativa e criação de valor	1	Saint Paul Editora	2014	02
GONÇALVES, Paulo Sérgio	Administração de materiais	6	Atlas	2020	02
GRAMIGNA, Maria Rita.	Jogos de empresas e técnicas vivenciais	2	Prentice Hall	2007	02
HOJI, Masakazu; SILVA, Hélio Alves da.	Planejamento e controle financeiro: fundamentos e casos práticos de orçamento empresarial.	1	Atlas	2010	02
KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan.	Marketing 4.0: do tradicional ao digital.	1	Sextante	2017	02
KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane.	Administração de Marketing	14	Pearson	2012	02
KRAJEWSKI, Lee J.; RITZMAN, Larry P.; MALHOTRA, Manoj K.	Administração de produção e operações	8	Pearson Prentice Hall	2009	02
LACOMBE, Francisco José Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz José	Administração: princípios e tendências	3	Saraiva	2015	02

LEISINGER, K. M..; SCHMITT, K.	Ética empresarial: responsabilidade global e gerenciamento moderno.	2	Vozes	2002	02
LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Claúdio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo.	Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras	4	Elsevier	2016	02
LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Claúdio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo.	Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras	4	Elsevier	2016	02
MANKIW, N. Gregory.	Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia.	1	Elsevier	2001	02
MARTINS, Petrônio Garcia; LAUGENI, Fernando P.	Administração da produção	3	Saraiva	2015	02
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru	Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital.	8	Atlas	2017	02
MENEZES, Luís César de Moura.	Gestão de projetos	4	Atlas	2018	02
MOREIRA JUNIOR, Armando Lourenzo.	Bastidores da empresa familiar: como reduzir conflitos por meio da governança corporativa.	1	Atlas	2011	02
NASCIMENTO, Amauri Mascaro.	Iniciação ao direito do trabalho	33	LTr	2007	02
OLIVEIRA, D.	Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas	11	Atlas	2012	02
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de.	Manual de Gestão das Cooperativas: Uma Abordagem Prática	6	Atlas	2012	02

OLIVEIRA, Djalma.	Administração estratégica na prática: competitividade para administrar o futuro das empresas	8	Atlas	2013	02
PALADINI, Edson P.	Gestão da qualidade: teoria e prática.	4	Atlas	2019	02
PASSOS, Carlos Roberto M.; NOGAMI, Otto.	Princípios de economia	7	Cengage Learning	2016	02
PINHEIRO, Juliano Lima	Mercado de capitais: fundamentos e técnicas	9	Atlas	2019	02
RACY, Joaquim Carlos (Org.).	Introdução à gestão de negócios internacionais	1	Pioneira	2006	02
RIBEIRO, Osni Moura	Contabilidade de custos	10	Saraiva	2017	02
SACOMANO, José Benedito (org.) et al.	Industria 4.0: conceitos e fundamentos	1	Blusher	2018	02
SANMYA Feitosa Tajra; SANTOS Welinton dos	Planejando a carreira - guia prático para o Desenvolvimento Pessoal e Profissional	1	Érica	2015	02
SILVA, S. M. da.	Matemática Financeira para os cursos de Economia Administração e Ciências Contábeis.	6	Atlas	2010	02
STERN, Patrice; SCHOETTL, Jean-Marc	Consultoria	1	Saraiva	2018	02
TACHIZAWA, Takeshy.	Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação	6	Atlas	2014	02
TUBINO, Dalvio Ferrari.	Planejamento e controle da produção: teoria e prática.	3	Atlas	2017	02

VALENTINA, José Donizete; CORRÊA, Rinaldi da Silva.	Guia para abertura de empresas: aspectos fiscais, tributários e contábeis	1	Atlas	2019	02
VERGARA, Sylvia Constant	Projetos e relatórios de pesquisa em administração.	16	Atlas	2016	02

Fonte: Curso de Administração (2022).

6.4 EXPANSÃO DO QUADRO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A demanda de expansão do quadro técnico-administrativo dependerá diretamente do reenquadramento do Campus Palmas, visto que esse fato nunca foi previsto porque o Campus Palmas foi incorporado. Assim, nunca houve a necessidade de realização de Proposta de Abertura de Curso (PAC) para o nível superior. Portanto, a necessidade de novos técnicos-administrativos necessários ao Campus será possível mediante ao atendimento das demandas acima expostas.

Quadro 21 – Expansão do quadro Técnico-administrativo

NÍVEL D3 – Assistente em Administração	
2 vagas	Técnico em Enfermagem
2 vagas	Técnico em Laboratório TI
1 vaga	Técnico em Laboratório de Agronomia
3 vagas	Técnico Intérprete de Língua de Sinais (20h)
1 vaga	Técnico Intérprete de Língua de Sinais (40h)
3 vagas	Professores de Atendimento Educacional Especializado
NÍVEL E	
1 vaga	Enfermeiro
2 vagas	Pedagogo
2 vagas	Psicólogo

Fonte: IFPR Campus Palmas (2022).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União: Seção 1, página 21201. Brasília/ DF, 24 de set. de 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer nº 8, de 06 de março de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União: Seção 1, página 33. Brasília, D/F. 30 de maio de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1 de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União: Seção 1 – p. 48. Brasília, D/F, 31 de maio de 2012.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da União: Seção 1, página 5. Brasília/DF, 17 de julho de 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília/DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto Federal nº 7.746, de 5 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017). Diário Oficial da União: Seção 1, página 9. Brasília, D/F, 6 de junho de 2012 .

BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, página 13. Brasília, D/F, 26 de junho de 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de

deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, página 5. Brasília, D/F, 3 de dezembro de 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União: Seção 1, página 28. Brasília, D/F, 23 de dezembro de 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 (Revogado pelo Decreto nº 9.235, de 15/12/2017). Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Diário Oficial da União: Seção 1, página 2. Brasília, D/F, 18 de dezembro de 2017.

BRASIL. Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006. Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Diário Oficial da União: Seção 1, página 64. Brasília, D/F, 30 de junho de 2006

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da União: Seção 1, página 5. Brasília, D/F, 20 de julho de 2010

BRASIL. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União: Seção 1, página 6. Brasília, D/F, 15 de outubro de 2012

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Seção 1, página 3. Brasília/DF. 26 de maio de 2017

BRASIL. Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Diário Oficial da União: Seção 1, página 1. Brasília, D/F, 29 de agosto de 2019

BRASIL. Decreto nº 94.664, de 23 de junho de 1987. Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Diário Oficial da União: Seção 1, página 11768. Brasília, D/F, 24 de julho de 1987

BRASIL. Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Diário Oficial da União, nº 220, Seção I, página 113. Brasília, D/F, 14 de novembro de 2012

BRASIL. Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, página 1. Brasília, D/F, 9 de novembro de 2000

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, página 2. Brasília, D/F, 20 de dezembro de 2000

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, página 23. Brasília, D/F, 25 de abril de 2002.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, página 1. Brasília, D/F, 10 de janeiro de 2003

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, página 1. Brasília, D/F, 3 de outubro de 2003

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, página 3. Brasília, D/F, 15 de abril de 2004

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, página 1. Brasília, D/F, 13 de janeiro de 2005

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que

estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União. Seção 1, página 1. Brasília, D/F, 11 de março de 2008

BRASIL. Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE. Diário Oficial da União: Seção 1, página 1. Brasília, D/F, 23 de setembro de 2008

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, página 3. Brasília, D/F, 26 de setembro de 2009

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União: coleção 1. página 1. Brasília, D/F, 30 de dezembro de 2008

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, página 1. Brasília, D/F, 30 de agosto de 2012

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: Seção 1, página 2. Brasília, D/F, 28 de dezembro de 2012

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, página 1 - Edição Extra. Brasília, D/F, 26 de junho de 2014

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Seção 1, página 1. Brasília, D/F, 7 de julho de 2015

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União: Seção 1, página 3. Brasília, D/F, 29 de dezembro de 2016

BRASIL. Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, página 5253. Brasília, D/F, 13 de abril de 1987

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Seção 1, página 27833. Brasília, D/F, 23 de dezembro de 1996

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, página 1. Brasília, D/F, 28 de abril de 1999

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante. Disponível em:<http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/6-_nde_-_resol._conaes_01-2010.pdf>. Acesso em 26 de mar. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Superior (CES). Parecer CNE/CES nº 441/2020, aprovado em 10 de julho de 2020. Atualização da Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, e da Resolução CNE/CES nº 4, de 6 de abril de 2009, que tratam das cargas horárias e do tempo de integralização dos cursos de graduação. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2020-pdf/167061-pces441-20-1/file>.Acesso em 25 de mar. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Superior (CES). Resolução nº 01, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Diário Oficial da União: Seção 1, páginas 23-24. Brasília, D/F, 14 de março de 2016

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Superior (CES). Resolução nº 04, de 06 de abril de 2009. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. Diário Oficial da União: Seção 1, página 27. Brasília, D/F, 7 de abril de 2009

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Superior (CES). Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre

carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Diário Oficial da União: Seção 1, página 6. Brasília, D/F, 17 de setembro de 2007

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Parecer nº 003/2004 CNE/CP. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União: Seção 1, página 11. Brasília, D/F, 19 de maio de 2004

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União: Seção 1, página 70. Brasília, D/F, 18 de junho de 2012

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer CNE/CES nº 8/2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Diário Oficial da União: Seção 1, página 11. Brasília, D/F, 13 de junho de 2007

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União: Seção 1, página 11. Brasília, D/F, 22 de junho de 2004

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria do Ministério da Educação, nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Diário Oficial da União: Seção 1, página 131. Brasília, D/F, 11 de dezembro de 2019

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Diário Oficial da União: Seção 1, páginas 39-43. Brasília, D/F, 13 de dezembro de 2007

BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 5, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração. Disponível em: https://www.imprensanacional.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-5-de-14-de-outubro-de-2021-352697939 Acesso em 20 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Normativa/MEC nº 23, de 01 de dezembro de 2010. Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Diário Oficial da União: Seção 1, páginas 31-36. Brasília, D/F, 29 de dezembro de 2010

BRASIL. Ministério da Educação. Manual de Verificação *in loco* das condições institucionais. Credenciamento de instituições não-universitárias. Autorização de cursos superiores (Ensino presencial e a distância). Brasília, D/F, 2002. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Manual1.pdf>. Acesso em 23 de mar. de 2022

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 475, de 26 de agosto de 1987. Expede Normas Complementares para a execução do Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987. Diário Oficial da União: Seção 1, página 13967. Brasília, D/F, 31 de agosto de 1987

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. Diário Oficial da União: Seção 1, página 16. Brasília, D/F, 15 de outubro de 2012

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania. Coordenação Geral de Direitos Humanos. Nota Técnica nº 24/2015 CGDH/ DPEDHUC/ SECADI/MEC. Disponível em:<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/nota_tecnica242015_mec.pdf>. Acesso em 19 de mar. de 2022

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Portaria nº 728, de 14 de junho de 2010. Diário Oficial da União: Seção 1, página 9. Brasília, D/F, 15 de junho de 2010

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Superior (CES). Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e da outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, pp. 49 e 50. Brasília, D/F, 19 de dezembro de 2018

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). Áreas Temáticas Linhas e Ações de Extensão - Sistema de Informação da Extensão - Atualização Abril de 2006. Disponível em:<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/572/o/Forproex_2006-1.pdf>. Acesso em 17 de mar. de 2022

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus-AM. 2012. Disponível em:<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em 18 de mar. de 2022

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Campus Palmas. Gabinete do Diretor. Portaria nº 426, de 07 de novembro de 2019. Normatiza os procedimentos, prazos e fluxograma de atendimento às solicitações acadêmicas previstas na Organização Didático-Pedagógica do IFPR, nº 54/2011 do Ensino Médio e nº 55/2011 do Ensino Superior

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Campus Palmas. Portaria nº 72, de 19 de fevereiro de 2019. Dispõe sobre a criação da Política de Acompanhamento dos Egressos (PAE) dos cursos de nível médio na forma de oferta integrada, superior, pós-graduação e de Educação a Distância do Campus Palmas do Instituto Federal do Paraná

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Campus Palmas. Projeto Político Pedagógico do Instituto Federal do Paraná Campus Palmas. Palmas, PR. 2022

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Campus Palmas. Regulamento Geral de Estágios dos Campus Palmas. Autorizado pelo Parecer do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 24, de 01 de setembro de 2020

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Estatuto do Instituto Federal do Paraná. Aprovado pela Resolução nº 13/2011(CONSUP), Retificado pela Resolução nº 39/2012-CONSUP e Resolução nº 02/2014 (CONSUP)

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução CONSUP/IFPR nº 38, de 04 de outubro de 2021. Revoga a Resolução Consup/IFPR nº 23/2009 e aprova o Regimento da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução CONSUP/IFPR nº 62, de 23 de março de 2022. Aprova o Programa Cultura Corporal – PROCCORP

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 02, de 10 de março de 2014. Altera o Anexo I do Estatuto do Instituto Federal do Paraná (Resolução nº 01/2009)

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 02, de 23 de janeiro de 2017. Altera a Resolução 55/2011, que dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica na Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 02, de 30 de março de 2009. Estabelece diretrizes para a gestão das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 04 de 28 de março de 2019. Aprova e institui a Política de Inovação e de estímulo ao Empreendedorismo no âmbito institucional

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 04, de 05 de março de 2021. Dispõe sobre as normas gerais de afastamento integral, no Brasil ou no Exterior, para participação de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e de Técnico Administrativo em Educação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, em programa de pós-graduação stricto sensu, pós-doutorado, e estágio vinculado a um programa de pós-graduação stricto sensu ou pós-doutorado

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 82, de 02 de junho de 2022. Dispõe sobre a política de estágios do IFPR e define as orientações para sua realização

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Gabinete do Reitor. Pró-reitoria de Ensino (PROENS) Instrução Normativa nº 01, de 19 de agosto de 2021. Estabelece normas para execução da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR)

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Gabinete do Reitor. Pró-reitoria de Ensino (PROENS). Instrução Normativa nº 01, de 19 de agosto de 2021. Estabelece normas para execução da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR)

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 08 de 23 de fevereiro de 2011. Institui o Núcleo Docente Estruturante– NDE no âmbito

da gestão acadêmica dos Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Tecnologias do Instituto Federal do Paraná

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 08, de 30 de abril de 2014. Regulamenta o Regimento Interno Comum aos Câmpus do Instituto Federal do Paraná

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 11 de 27 de março de 2018. Aprova o regulamento das atividades de extensão do IFPR

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 11, de 21 de dezembro de 2009. Aprova a Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal do Paraná, através do Processo nº 63.001092/2009-57

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 14, de 10 de junho de 2014. Altera a Resolução 55/2011 – CONSUP que dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do IFPR

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 15, de 10 de junho de 2014. Altera a Resolução 08/2011-CONSUP que instituiu o NDE no âmbito da gestão acadêmica dos Cursos de Graduação do IFPR

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 17 de 04 de junho de 2018. Aprova o Plano de Logística Sustentável do Instituto Federal do Paraná

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 23, de 14 de dezembro de 2009. Cria a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e estabelece seu regulamento.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 23, de 23 de julho de 2021. Dispõe sobre a Política de Acompanhamento de Egressos nos cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, em todos os níveis e modalidades

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 82, de 02 de junho de 2022. Normatiza os estágios dos cursos do Instituto Federal do Paraná - IFPR, o IFPR como campo de estágio e define os procedimentos para sua realização

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2011. Programa de Qualificação e Formação dos Servidores do IFPR

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 50, de 14 de julho de 2017. Estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 55, de 21 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 56, de 03 de dezembro de 2012. Aprova o Regimento Geral do IFPR

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 69 de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a Regulamentação dos Núcleos de Arte e Cultura do IFPR

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 71, de 20 de dezembro de 2018. Aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Neabi, no âmbito do Instituto Federal do Paraná

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior (CONSUP). Resolução nº 71, de 20 de dezembro de 2018. Aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Neabi, no âmbito do Instituto Federal do Paraná. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Gabinete do Reitor. Instrução Normativa nº 1, de 26 de julho de 2021. Institui a regulamentação para a implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do IFPR

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Gabinete do Reitor. Instrução Normativa nº 1, de 26 de julho de 2021. Institui a regulamentação para a implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do IFPR

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Gabinete do Reitor. Portaria nº 1607, de 25 de outubro de 2018. Trata sobre a Bibliografia dos componentes curriculares

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Gabinete do Reitor. Portaria nº 26, de 25 de maio de 2021. Atualiza e define os critérios para abertura de cursos técnicos e cursos de graduação, ajuste de projetos pedagógicos de curso, suspensão e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, nos termos do artigo 14 da Resolução IFPR nº 54/2011 e do artigo 25 da Resolução IFPR nº 55/2011

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Gabinete do Reitor. Resolução nº 68 de 14 de dezembro de 2018. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012 SLTI/MP. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Manual de Competências. Curitiba, PR, 2014

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Manual de Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Instituto Federal do Paraná, Sistema de Bibliotecas – 86 p. Curitiba, 2010

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Pró-reitoria de Ensino (PROENS). Instrução interna de procedimentos nº 02, de 01 de agosto de 2014. Cria e regulamenta as normas e procedimentos para mobilidade estudantil do Instituto Federal do Paraná

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE). A Portaria PROGEPE Nº 1.540, de 18 de julho de 2017. Regulamenta os requisitos e procedimentos para a concessão de Horário Especial ao Servidor Estudante do Instituto Federal do Paraná - IFPR, desde que obedecidas as exigências contidas nesta portaria.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE). Instrução Interna de Procedimentos - IIP PROGEPE Nº 006/2017. Dispõe sobre os procedimentos para afastamento parcial, no país, ou integral, no país ou no exterior, para participação em programa de pós-graduação stricto sensu ou de pós-doutorado, e estágio vinculado ao programa de pós-graduação stricto sensu ou de pós-doutorado para Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE). Instrução Interna de Procedimentos IIP PROGEPE Nº 007/2017. Dispõe sobre os procedimentos para afastamento parcial, no país, ou integral, no país ou no exterior, para participação em programa de pós-graduação lato sensu, stricto sensu ou de pós-doutorado, e estágio vinculado ao programa de pós-graduação stricto sensu ou de pós-doutorado para Técnico Administrativo em Educação

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE). Portaria PROGEPE Nº 1.543, de 18 de julho de 2017. Regulamenta os procedimentos para Licença Capacitação dos servidores do Instituto Federal do Paraná - IFPR para capacitarem-se no país ou no exterior, sendo assegurados todos os direitos e vantagens a que fazer jus em razão do respectivo cargo, desde que obedecidas às exigências contidas na presente Portaria e na legislação vigente

LEMOS JUNIOR, W. A História da Educação Profissional no Brasil e as Origens do IFPR. Revista Mundi Sociais e Humanidades, Curitiba, PR, v.1, n.1, 3, jan./jun., 2016.

SCHLEMPER, Alexandre Luiz. Instituto Federal do Paraná (IFPR) Campus Palmas: possibilidades e limites de atuação nos arranjos produtivos locais da região sudoeste do Paraná. 2013. 113 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013.

ANEXO A - REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO DO CAMPUS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ - REITORIA DE ENSINO
CAMPUS PALMAS

REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIOS DO CAMPUS PALMAS

AUTORIZADO PELO PARECER CONSEPE Nº 42/2022

PALMAS - PR
2022

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - CAMPUS PALMAS

Reitor
Odacir Antonio Zanatta

Pró-Reitor de Ensino

Amarildo Pinheiro Magalhães

Chefe da Seção de Acompanhamento de Estágios e Egressos da Proens

Alex Monteiro do Nascimento

Chefe da Seção de Estágios e Relações Comunitárias do Campus

Lilian do Nascimento Araujo

Direção Geral do Campus

Roberto Carlos Bianchi

Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus

Graciela Cabreira Gehlen

Membros da Comissão de Elaboração do Regulamento Geral de Estágios do Campus

Aline Rocha Borges
Andreia Marini
Bruna Ramos Marinho
Camila Marcondes
Clovis Pierozan Junior
Edson José Argenta
Douglas Silva do Prado
Marcelo de Lima Ribeiro
Lilian do Nascimento Araujo
Márcia de Campos Biezeki
Fernando Antonio Pino Anjolette
Marina Vieira Martins
Rafael Schultz Myczkowski
Paulo Vinícius Vasconcelos de Medeiros
Renato Salla Braghin
Sandra Inês Adams Angnes
Kely Priscila de Lima
Vânia Maria Alves
Mariana Azevedo

REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIOS DO CAMPUS PALMAS

CAPÍTULO I
DAS REGRAS GERAIS DE ESTÁGIO

Art. 1º Este Regulamento Geral de Estágio (RGE) abrange todos os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) do Campus Palmas, sendo seus dispositivos alinhados à Resolução IFPR nº 82, de 02 de junho de 2022, a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e demais dispositivos legais pertinentes.

Parágrafo único. O estágio, como ato educativo, prioriza a formação do estudante para o mundo do trabalho e o fortalecimento dos conhecimentos construídos no ambiente acadêmico.

Art. 2º Os estudantes que realizam as atividades de estágio obrigatório e não obrigatório são considerados estagiários, para os efeitos deste Regulamento, desde que estejam regularmente matriculados no curso do campus e que as atividades propiciem experiência acadêmico-profissional e contextualização curricular.

Art. 3º Para realização de estágio obrigatório, segundo a Resolução IFPR nº 82/2022, o estudante deverá:

I) matricular-se no componente curricular de estágio;

II) receber orientação do professor orientador sobre as possibilidades de estágio;

III) formalizar o Termo de Compromisso e o Plano de Estágio (TCE/PE) com a unidade concedente de estágio (UCE), utilizando-se dos formulários próprios disponibilizados pela Seção de Acompanhamento de Estágios e Egressos da Pró-reitoria de Ensino (Saee/Proens) e Seção de Estágios e Relações Comunitárias do Campus (Serc).

Art. 4º Para realização de estágio não obrigatório, o estudante deverá:

I) verificar as oportunidades de estágio na região e as parcerias firmadas com o IFPR, em especial os agentes de integração;

II) receber orientação do professor orientador sobre as possibilidades de estágio e a adequação ao seu curso;

III) formalizar TCE/PE com a UCE, utilizando-se dos formulários próprios disponibilizados pela Saee/Proens e Serc, podendo, também, ser utilizados os modelos de TCE/PE das unidades concedentes de estágio (UCE).

§ 1º. O estágio não obrigatório é facultativo, entretanto, o estudante ao optar por realizá-lo estará vinculado aos dispositivos da Resolução IFPR nº 82/2022 e às normas da UCE.

§ 2º. No que concerne ao caput deste artigo, os estudantes poderão atuar como estagiários, por meio do estágio não obrigatório, a partir do primeiro semestre letivo do curso, exceto quando este tiver estabelecido no PPC do curso critérios, pré-requisitos e/ou ter definido um período ou carga horária mínima específicas para isso.

Art. 5º O estudante deve estar coberto por seguro contra acidentes pessoais durante a vigência do estágio obrigatório, que será informado no TCE/PE.

Parágrafo único. Nos casos em que o seguro seja custeado pela UCE ou agente de integração, é necessário que a Serc requisite a apólice de seguro e incorpore ao processo de “Acompanhamento de Estágio".

Art. 6º A caracterização e a definição do estágio serão feitas entre o IFPR e a UCE, por meio do TCE/PE, no qual estarão acordadas todas as condições de sua realização, e que será periodicamente reexaminado.

Parágrafo único. É responsabilidade do professor orientador, do coordenador de estágio do curso e da Serc a verificação de se o TCE/PE está em conformidade com as normativas estabelecidas institucionalmente e se o estudante cumpre, continuamente, os artigos 6º, 18º, 19º e 27º da Resolução IFPR nº 82/2022 e as prerrogativas e especificidades definidas no PPC do curso.

Art. 7º A responsabilidade por verificar se o estudante estará em local apropriado para o estágio - em ambiente adequado à formação para o mundo do trabalho, conforme o perfil profissional almejado pelo curso e de acordo com as prerrogativas de seu PPC - , é responsabilidade do professor orientador e do coordenador de estágio do curso, dadas as condições institucionais para isso.

Art. 8º. É permitido ao estudante a realização de estágio com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, desde que esteja cursando apenas o componente curricular de Estágio ou apenas nos períodos em que não estejam programadas aulas presenciais.

§ 1º. A jornada diária do estágio não poderá ultrapassar 8 (oito) horas.

§ 2º. No período de férias acadêmicas o estudante poderá realizar estágio com carga horária de 40 horas semanais.

§ 3º. O PPC do curso deve autorizar a realização de estágio com carga horária semanal de 40 horas, bem como a possibilidade de realização desta jornada no período de férias acadêmicas.

Art. 9º Para os casos em que seja possível o estágio de 40 (quarenta) horas semanais, em acordo com a Resolução IFPR nº 82/2022, em especial com o §1º do artigo 18, devem ter a sua previsão de execução definida no TCE/PE ou mediante aditivo ao TCE/PE.

Parágrafo único. No caso de estágio durante as férias, a orientação será indireta, retornando a modalidade de orientação prevista no TCE/PE após esse período.

Art. 10º Toda alteração ao TCE/PE será realizada por meio de aditivo, que deverá ser formalizado, com intermédio da Serc, durante a vigência do TCE/PE.

Art. 11. O TCE/PE, aditivos, equivalências, relatórios e demais requisições deverão ser realizados por meio dos formulários próprios disponibilizados pela Saee/Proens e Serc, nos prazos estabelecidos e divulgados pelo campus.

Art. 12. Não serão aceitos TCE/PE e aditivos ao TCE/PE:

I) com data retroativa;

II) antes do período indicado;

III) que contenham rasuras ou indicativos de alteração;

IV) com informações obrigatórias faltantes;

V) sem a assinatura do estudante e do professor orientador.

§ 1º. Como regra, a chefia da Serc assinará os termos de estágio somente após a assinatura das demais partes, salvo em situações a serem avaliadas pela referida chefia.

§ 2º. Em casos excepcionais, as anuências e assinaturas das partes ocorrerão de forma remota, via e-mail institucional, da seguinte forma:

a) TCE e Aditivos serão encaminhados pela empresa ou agente de integração à Serc e demais partes, para ciência.

b) Relatórios e demais documentos, serão encaminhados pelo estudante à Serc e ao docente orientador, para ciência.

§ 3º. É necessário que os e-mails de todas as partes sejam individualizados.

§ 4º. É indispensável a assinatura física destes documentos o mais breve possível.

§ 5º. A data constante no documento físico, com a assinatura das partes, será a data em que a última parte tomou ciência dos documentos via e-mail.

Art. 13. Os fluxos internos de tramitação dos documentos de estágio, dos estágios obrigatórios e não obrigatórios, estão disciplinados em documento próprio disponibilizado no site do Campus.

Art. 14. A Serc abrirá processo no SEI, com a tipologia “Acompanhamento de Estágio”, por oferta de curso, que conterá todos os documentos da relação de estágio (TCE/PE, aditivos ao TCE/PE, relatórios, etc);

§ 1º. O processo será tramitado para Saee/Proens para fins de controle;

§ 2º. Ao término da oferta, deverá ser registrado o quantitativo de estudantes que realizaram estágio obrigatório e não obrigatório, por meio de despacho final à Saee/Proens, que poderá ser realizado pelo coordenador de estágio do curso;

§ 3º As relações de estágio são comprovadas pelos documentos do processo.

Art. 15. O convênio de estágio, quando necessário, deverá ser formalizado antes do início da realização de estágio, sendo de responsabilidade dos coordenadores de curso, coordenadores de estágio do curso e dos professores orientadores a verificação da necessidade; da Serc, o apoio à formalização; da Saee/Proens, a supervisão e orientação.

CAPÍTULO II
DA EQUIVALÊNCIA

Art. 16. As horas de estágio não obrigatório poderão ser utilizadas como horas de atividades complementares, sendo desta o percentual máximo de utilização de 25%. É vedada a equivalência de estágio não obrigatório para estágio obrigatório, considerando que são atividades distintas.

Art. 17. O estudante, nos casos previstos nos incisos I e II do art. 30 da Resolução IFPR nº 82/2022, deverá solicitar à comissão designada para análise (que poderá ser a mesma de aproveitamento de componente curricular), por meio de formulário próprio, equivalência de até 100% da carga horária de estágio, conforme previsto no PPC do curso.

Parágrafo único. Caberá à comissão designada avaliar as características qualitativas das atividades realizadas e atribuir o percentual de equivalência por estudante, limitado ao valor do caput deste artigo.

Art. 18. O estudante, no caso previsto no inciso III do art. 30 da Resolução IFPR nº 82/2022, poderá solicitar à comissão designada, por meio de formulário próprio, a equivalência da carga horária de estágio.

Parágrafo único. Caberá à comissão designada avaliar as características qualitativas das atividades realizadas e aprovar, ou não, a equivalência pretendida, de acordo com o estabelecido no PPC de cada curso.

Art. 19. O estudante, no caso previsto no inciso IV do art. 30 da Resolução IFPR nº 82/2022, poderá solicitar à comissão designada, por meio de formulário próprio, a equivalência da carga horária de estágio. Para tanto, a comissão o considerará:

I - a compatibilidade das atividades desenvolvidas com o componente curricular de estágio obrigatório;

II - a compatibilidade das horas totais.

Parágrafo único. No caso das licenciaturas, o nível e/ou etapa de ensino previsto no componente curricular de estágio deverá ser considerado.

Art. 20. Os documentos comprobatórios para a solicitação de equivalência de carga horária de estágio seguem o rol exemplificativo do §1º do art. 30 da Resolução IFPR nº 82/2022.

Art. 21. A comissão designada, se entender necessária, poderá realizar atividade de avaliação para deferir a equivalência solicitada. Nesse caso, a comissão definirá o percentual de equivalência, a partir do conceito alcançado.

Art. 22. Da decisão da comissão designada, caberá recurso ao respectivo colegiado, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da ciência do interessado da decisão.

CAPÍTULO III
DO DESLIGAMENTO

Art. 23. A matrícula, sua confirmação e a frequência regular no curso são itens indispensáveis para iniciar e continuar o estágio, sendo de responsabilidade do coordenador de estágio do curso notificar as mudanças na situação do estudante à Serc.

§ 1º. A frequência será verificada mensalmente, o estudante deverá ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), em pelo menos um dos componentes curriculares em que estiver matriculado.

§ 2º. O estágio será rescindido ou não poderá ser iniciado, no caso de o estudante não estar matriculado em nenhum componente curricular.

§ 3º. O professor orientador, o coordenador de estágio do curso e o coordenador de curso, com intermédio da Serc, podem, justificadamente, não iniciar ou interromper o estágio de estudante que não mantenha as condições legais exigidas, registrando as informações necessárias, formalmente, por e-mail.

Art. 24. A rescisão do estágio deverá ocorrer por meio de formulário próprio, respeitando-se as regras previstas no art. 33 da Resolução IFPR nº 82/2022, considerando que a Serc tem o prazo de 5 dias úteis para as tramitações necessárias.

CAPÍTULO IV
DA ORIENTAÇÃO, SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 25. A orientação de estágio não obrigatório será da forma indireta, nos termos da Resolução IFPR nº 82/2022 , exceto se previsto de forma diferente no PPC do curso.

Art. 26. Para avaliação e acompanhamento do estágio, são consideradas as mesmas concepções que orientam o processo de ensino e aprendizagem, conforme previsto no PPC do curso, observando-se:

I – a articulação entre teoria e prática em produções e vivências do estudante, durante a realização do estágio;

II – a participação do estudante nos encontros de orientação de estágio, atendendo ao critério de assiduidade no componente curricular;

III – a autoavaliação do estudante;

IV – elaboração e construção do plano de estágio, nas etapas acordadas;

V – elaboração e entrega dos relatórios de estágio, nas etapas acordadas;

VI – participação em eventos específicos, com a socialização das experiências e resultados do estágio.

CAPÍTULO V
DA RESPONSABILIDADE

Art. 27. A Resolução IFPR nº 82/2022 trata das responsabilidades dos estagiários durante todo o texto, em especial no art. 19, que se complementam com as seguintes:

I - aceitar as normas de estágio do IFPR e da UCE;

II - escolher seu campo de estágio, dentre aqueles credenciados pelo IFPR, com o auxílio do professor orientador;

III - elaborar o TCE/PE, aprovado pelo professor orientador e a UCE;

IV - assinar e cumprir o TCE/PE;

V - entregar relatórios, fichas de frequência e demais documentos necessários que formalizam a relação de estágio, dentro dos prazos estipulados.

Art. 28. A Resolução IFPR nº 82/2022 trata das responsabilidades dos professores orientadores de estágio e/ou coordenadores de curso durante todo o texto, que se complementam com as seguintes:

I - pesquisar os campos de estágio que executam práticas compatíveis com as atividades de estágio;

II - elaborar e organizar o plano de estágio junto aos agentes nele envolvidos, objetivando o cumprimento do PPC do curso;

III - manter encontros periódicos com seus orientandos, para acompanhamento das atividades;

IV - oferecer aos estagiários as condições necessárias para o desenvolvimento da execução das atividades programadas no plano de atividades;

V - orientar os estudantes, em conjunto com a Serc, sobre os procedimentos e as normas de estágio;

VI - interagir com os supervisores de forma a garantir sua participação ativa no planejamento e acompanhamento do estágio;

VII - acompanhar, orientar e direcionar o estudante no decorrer de sua prática profissional;

VIII - cumprir as exigências normativas em relação ao acompanhamento de desempenho, frequência e avaliação do estudante, em caráter parcial e final;

IX - manter em dia a documentação referente aos estágios supervisionados que lhe dizem respeito;

X - acompanhar o trâmite dos processos a que seus estagiários estão vinculados, orientando-os sobre o cumprimento dos prazos processuais;

XI - realizar a avaliação, de acordo com as normativas do IFPR e o PPC do curso, dos estudantes matriculados no componente curricular de estágio.

Art. 29. É de responsabilidade do Coordenador de Estágio:

I - realizar todo e qualquer repasse de informações entre a Serc e os professores orientadores de estágio;

II - responsabilizar-se pelo controle da documentação de estágio e inserir no processo no SEI, mantendo as informações atualizadas;

III - informar a Serc sobre toda e qualquer alteração do PPC;

IV - realizar a coleta e entrega dos TCE/PE à Serc;

V - confeccionar relatório estatístico dos quantitativos de estágio.

CAPÍTULO VI
DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Art. 30. Os estudantes com deficiência realizarão o estágio nos termos dos artigos 27, 42, 43, 44, 45 e 46 da Resolução IFPR nº 82/2022 e das prerrogativas constantes no PPC do curso.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todos os regulamentos de estágios presentes no PPC dos cursos do campus.

§ 1º. As especificidades de cada curso estarão manifestas no respectivo PPC, e suas alterações e adequações serão oportunamente inseridas quando realizados os ajustes no PPC, no prazo de 2 anos, contados a partir da data de publicação deste regulamento.

§ 2º. Quando da adequação do PPC, conforme consta no parágrafo anterior, sua redação deverá tratar unicamente das especificidades de cada curso, não devendo repetir as disposições presentes nesta resolução, nem inovar em novas disposições gerais.

Art. 32. A necessidade de atualização deste RGE será avaliada periodicamente pelos colegiados de curso, os quais, caso a verifiquem, utilizar-se-ão dos mesmos trâmites de aprovação deste documento.

Parágrafo único. Caso a atualização do RGE seja necessária durante a criação ou ajuste de curso, a proposta de alteração deverá ser encaminhada para a Serc, que reunirá a comissão de ajuste do RGE para análise e atualização do regulamento.

Art. 33. Os casos omissos que não constam nesta resolução e no PPC do curso serão discutidos e resolvidos pelo colegiado, e em última instância a Direção de Ensino do campus.

Art. 34. No PPC dos cursos, onde estão previstas as atividades do Núcleo de Prática Acadêmica, sendo sua realização por meio de componente curricular de Estágio Supervisionado, aplicar-se-á este Regulamento Geral de Estágios, bem como Regulamento Geral e Específico dos Núcleos de Práticas.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 35. O curso cujo PPC não contenha a menção ao estágio não obrigatório, terá o prazo de
neste ínterim, permitida a sua realização, desde que o perfil do egresso esteja alinhado ao estágio do estudante.

Art. 36. Para os cursos técnicos, a área administrativa (ou em funções administrativas) correlatas à sua área de formação, também é parte integrante do perfil do egresso, constituindo possibilidade para área de estágio do estudante, sendo a sua menção no PPC oportunamente inserida quando realizado o ajuste curricular.

Art. 37. Para os casos em que a orientação não esteja definida no PPC do curso, será considerada a orientação semidireta, sendo a sua menção no PPC oportunamente inserida quando realizado o ajuste curricular.

Art. 38. Os cursos que pretendem possibilitar aos seus estudantes a realização de estágio com jornada de 40 horas semanais e 8 (oito) horas diárias, devem fazer constar tal previsão no PPC, no prazo de 2 (dois) anos, contados a partir do prazo de publicação deste Regulamento.

INSTITUTO FEDERAL
Paraná

Ministério da Educação

ANEXO B - REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

REGULAMENTO DE
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
DO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

PALMAS

2022

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade obrigatória, constituída pelos componentes curriculares de TCC I e TCC II do currículo do Curso de Graduação em Administração do IFPR/Palmas e tem como objetivos:

I. desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias adquiridas durante o Curso de forma integrada, por meio da realização de pesquisa aplicada.

II. desenvolver a capacidade de planejamento e disciplina para tomada de decisão, considerando as áreas de conhecimento da Administração.

III. despertar o interesse pela pesquisa, como meio para a resolução de problemas das organizações e agregação de conhecimento.

IV. estimular a construção do conhecimento coletivo, a interdisciplinaridade e a aplicação de novas tecnologias aplicadas na Administração.

V. estimular a formação continuada do acadêmico, senso crítico e reflexivo no meio social em que está inserido.

Art. 2º - O TCC deverá ser desenvolvido individualmente, podendo este ser multidisciplinar, desde que aprovado pelo Professor Responsável pelo TCC I e II e pelo Orientador.

§ 1º - O TCC será caracterizado por uma pesquisa científica e aplicada a uma ou mais organizações.

§ 2º - É vedada a convalidação de TCC realizado em outro curso de graduação ou equivalente.

Art. 3º - O TCC constitui-se de uma atividade desenvolvida em duas etapas, denominadas: TCC I e TCC II. A primeira com foco no projeto de TCC e a segunda no artigo em sua fase final.

§ 1º - Para a validação do TCC é necessário a entrega escrita e defesa oral perante uma banca de professores.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I - DO COORDENADOR DE CURSO

Art. 4º - Compete ao Coordenador de Curso:

I. apoiar nos processos relacionados ao TCC, seja no que se refere à matrícula, seja no que se refere aos ritos de finalização do curso, por exemplo.

II. estabelecer, em consonância com o Professor Responsável e colegiado de Administração, normas, calendários e instruções complementares no âmbito do curso de Administração.

III. homologar, em consonância com o Professor Responsável, as parcerias firmadas entre professores e alunos e demais processos necessários.

Parágrafo Único - Quando da ausência do Professor Orientador, indicar um professor para o processo de orientação do estudante.

Seção II - DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELOS COMPONENTES CURRICULARES RELACIONADOS AO TCC

Art. 5º - Da mesma forma que os demais componentes curriculares, o professor responsável pelos componentes curriculares de TCC I e TCC II será definido em reunião de colegiado, de acordo com disponibilidades, interesses e qualificações.

Art. 6º - Compete ao Professor Responsável pelos componentes curriculares relacionados ao TCC:

I. apoiar a Coordenação do Curso no desenvolvimento das atividades relativas ao TCC.

II. auxiliar na intermediação, se necessário, entre orientandos e professores orientadores.

III. auxiliar na organização e operacionalização das etapas relacionadas às bancas do projeto de TCC e da avaliação final.

IV. divulgar e lançar as avaliações referentes ao TCC, incluindo os conceitos dos componentes curriculares de TCC I e TCC II.

V. promover o acompanhamento adequado com os alunos que estão desenvolvendo o TCC.

VI. definir, juntamente com a Coordenação de Curso e colegiado, as datas das atividades de acompanhamento e de avaliação do TCC.

Seção III - DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 7º - O acompanhamento dos alunos no TCC será efetuado por um Professor Orientador observando-se sempre que possível a vinculação entre a área de conhecimento na qual será desenvolvido o projeto e a área de atuação do Professor Orientador.

§ 1º - O Professor Orientador deverá pertencer ao corpo docente do IFPR – Campus Palmas e ser professor do curso de Administração, podendo existir um coorientador.

§ 2º - O coorientador terá por função auxiliar no desenvolvimento do trabalho, devendo pertencer ao quadro de professores do IFPR.

Art. 8º - Será permitida substituição de orientador, que deverá ser solicitada por escrito com justificativa e entregue ao Professor Orientador, Professor Responsável e Coordenador de Curso, até 60 (sessenta) dias antes da data prevista para a Banca de Avaliação Final.

Parágrafo único - Caberá ao Coordenador de Curso analisar a justificativa e decidir sobre a substituição do Professor Orientador.

Art. 9º - Compete ao Professor Orientador:

I. orientar o(s) aluno(s) na elaboração do TCC em todas as suas fases do projeto de pesquisa, até a apresentação e entrega da versão final do Artigo.
II. realizar encontros de orientação com os alunos, de forma individual ou em grupo, conforme as necessidades de cada orientação percebidas pelo orientador.
III. participar das eventuais reuniões com o Coordenador do Curso e/ou Professor Responsável, quando solicitado.
IV. orientar o aluno na aplicação de conteúdos e normas técnicas para a elaboração do TCC, conforme metodologia da pesquisa científica.
V. efetuar a revisão dos documentos e componentes do TCC, e autorizar os alunos a fazerem as apresentações previstas e a entrega de toda a documentação solicitada.
VI. indicar, se necessário, a nomeação de coorientador.
VII. aprovar a entrega do artigo final para a Banca de Avaliação Final.
VIII. indicar, em conjunto com o Professor Responsável, os membros da Banca.
IX. presidir a Banca de Projeto de TCC e Avaliação Final.

Seção IV - DOS ALUNOS

Art. 10º - São obrigações do(s) Aluno(s):

I ter cursado componente curricular de Metodologia da Pesquisa, Produção Textual, Produção Científica I e II. Estar regularmente matriculado no 7º período do Curso no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I para a qualificação do Projeto, ou no componente Trabalho de Conclusão de Curso II no 8º período para elaboração do TCC.

II elaborar e apresentar o projeto de pesquisa, artigo do TCC em conformidade com este Regulamento.

III apresentar toda a documentação solicitada pelo Professor Responsável e pelo Professor Orientador.

IV seguir as recomendações do Professor Orientador concernentes ao TCC.

V participar dos encontros propostos pelo Professor Orientador, bem como realizar as entregas e atividades relacionadas ao TCC conforme acordado.

VII participar das aulas conforme componente curricular de TCC com o Professor Responsável.

IX entregar ao Professor Responsável pelo TCC e ao Professor Orientador o artigo corrigido (de acordo com as recomendações da banca examinadora), quando for o caso.

X tomar ciência e cumprir os prazos estabelecidos pelo Professor Orientador, Professor Responsável e pela Coordenação de Curso.

XI tomar conhecimento do Regulamento de Entrega de TCC no Âmbito do Campus Palmas do IFPR.

XII respeitar os direitos autorais sobre artigos técnicos e científicos, textos de livros, sítios da Internet, entre outros, evitando todas as formas e tipos de plágio acadêmico.

CAPÍTULO III

DA MATRÍCULA E ACOMPANHAMENTO

Seção I - DA MATRÍCULA

Art. 11 - A matrícula nos componentes de TCC I e II será operacionalizada pela Secretaria Acadêmica, conforme o disposto nas instruções de matrícula, divulgadas pela Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação em cada período letivo.

Parágrafo único - Somente apresentará seu trabalho à Banca de Avaliação final o aluno efetivamente matriculado no componente TCC II no período letivo corrente.

Seção II - DO ACOMPANHAMENTO

Art. 12 - O acompanhamento dos trabalhos será feito por meio de reuniões, previamente agendadas entre orientador e orientando(s) e registradas em formulário próprio (ANEXO I e II).

Parágrafo único – O processo de controle de cumprimento de agenda de orientação presencial, via formulário específico, será de responsabilidade do acadêmico.

CAPÍTULO IV

DO DESENVOLVIMENTO DO TCC

Seção I - do Projeto do TCC

Art. 13 - O Projeto do TCC constitui-se atividade e condição obrigatória para a realização do TCC. Ele deverá ser desenvolvido e apresentado no exercício do componente TCC I.

Parágrafo único: Casos especiais serão tratados pela Coordenação de Curso e Colegiado do Curso.

Art. 14 - O tema para o desenvolvimento do TCC, deverá estar inserido em Áreas de conhecimento da Administração.

§ 1º - O aluno deve apresentar, ao Professor responsável pelo componente curricular TCC I, por escrito sua proposta de Projeto de TCC, incluindo sugestão de Professor Orientador.

§ 2º - O documento citado no parágrafo 1.o deverá conter a concordância do Professor Orientador proposto.

Art. 15 – A avaliação do Projeto do TCC será organizada pelo Professor Responsável e contará com a aprovação deste professor e do Professor Orientador.

Art. 16 - Os Projetos, serão avaliados como “apto”, conceitos A, B ou C ou “não apto”, conceito D, com base nos seguintes critérios:

I. Relevância para a área do curso de Administração, com enfoque acadêmico, utilidade prática do projeto e abordagem inovadora.

II. Adequação teórico/metodológica.

III. Cronograma de execução.

IV. Exequibilidade.

Parágrafo Único: Os projetos avaliados como “não apto” deverão ser submetidos à nova avaliação no ano seguinte. Somente poderão fazê-lo acadêmicos regularmente matriculados na componente de TCC I.

Art. 17 - São condições necessárias para aprovação do Projeto do TCC:

I. Frequência igual ou superior a 75% no componente curricular de TCC I.

II. Participação nas atividades programadas pelo Professor Orientador.

III. Apresentação de Projeto de Pesquisa por escrito, elaborado de acordo com as normas do IFPR.

§ 1º - As avaliações dos Projetos de TCC serão feitas pelo professor orientador em consonância com o professor responsável.

§ 2º - Podem ser realizadas bancas nesta fase de avaliação, incluindo a participação de outro professor convidado.

Seção II – do Artigo Final do TCC

Art. 18 - O TCC caracteriza-se pela execução do Projeto, aprovado no componente curricular TCC I, apresentação final e entrega do Artigo Final em arquivos digitais, conforme Regulamento de Entrega de TCC no âmbito do Campus Palmas, ou o que vier a substituí-lo.

Art. 19 - A apresentação final constitui-se requisito obrigatório para aprovação e será realizada em forma de banca pública.

Art. 20 - São condições necessárias para aprovação do TCC:

I Frequência igual ou superior a 75% no componente curricular de TCC I.

II Participação nas atividades programadas pelo Professor Orientador.

III Indicação por parte da pré-banca de que o trabalho pode ser submetido para análise da banca final.

IV Apresentação do TCC, elaborada de acordo com as normas do IFPR

V Aprovação em banca pública da apresentação final do TCC.

§ 1º - A pré-banca se trata de uma avaliação prévia do TCC, visando correções caso necessário e contará com a participação dos professores da banca.

§ 2º - A avaliação final do TCC será feita por uma banca composta de, pelo menos, 3 (três) professores/pareceristas, presidida pelo Professor Orientador, organizada pelo Professor Responsável e homologada pelo Coordenador de Curso.

§ 3º – Dos membros da banca, obrigatoriamente um membro deve ser vinculado ao Colegiado de Administração do IFPR - Campus Palmas.

Art. 21 - Para participar da Banca Pública de Apresentação Final do TCC, o acadêmico deverá respeitar os prazos estabelecidos para esta atividade, cumprir com o estabelecido no cronograma das bancas.

Art. 22 - No prazo estabelecido, o aluno deverá entregar 03 cópias do Artigo Final, devidamente rubricadas pelo seu orientador, para a pré-banca.

§ 1º - Entende-se por Artigo Final o documento escrito e impresso pelo aluno, conforme padrão do Curso de Administração e normas técnicas vigentes para pesquisa científica no Brasil.

§ 2º - Entende-se por estrutura mínima do artigo científico: título, identificação do aluno e orientador, resumo, palavras-chave, introdução, referencial teórico, procedimentos metodológicos, apresentação, análise e discussão dos resultados, considerações finais.

Art. 23 - A etapa de desenvolvimento do TCC e a apresentação final deverão acontecer no prazo de um período letivo.

§ 1º - Caso o aluno não tenha concluído com êxito o TCC durante o período letivo, o mesmo deverá matricular-se novamente no ano seguinte para sua integralização.

§ 2º - A banca irá considerar como critérios de avaliação, conforme ANEXO III: apresentação do aluno, uso de linguagem científica, norma culta da língua portuguesa

e ABNT, estrutura do trabalho, alcance do objetivo proposto e adequação conceitual e metodológica.

CAPÍTULO V

DA DISPONIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 24 - Deverá obrigatoriamente ser entregue ao Professor Responsável como documentação final do TCC, cópia do Artigo em formato digital.

§ 1º - O Artigo deverá obrigatoriamente obedecer aos padrões estabelecidos pelo IFPR para apresentação de trabalhos acadêmicos, assim como da norma culta da língua portuguesa.

Art. 25 – O IFPR reserva-se o direito de disponibilizar os artigos em cópia material, ou por intermédio de mídias diversas, nas bibliotecas e na Internet, conforme disposto no Regulamento de Entrega de TCC no âmbito do Campus Palmas.

Parágrafo único - Quando da necessidade de sigilo em determinados dados ou resultados do trabalho, estes poderão não ser divulgados, desde que aceita a justificativa apresentada pelo estudante.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26 - Quando o TCC for realizado em parceria com empresas ou outras organizações, deverá ser formatado um termo de compromisso próprio, definindo as atribuições, direitos e deveres das partes envolvidas, inclusive a autorização da divulgação do nome da empresa na publicação do trabalho.

Art. 27 - Poderão ser disponibilizados meios alternativos para acompanhamento e avaliação de alunos que desenvolvem o TCC fora da localidade em que o aluno estiver matriculado, a critério do Colegiado.

Art. 28 - Quando o TCC resultar em patente, a propriedade desta será estabelecida conforme regulamentação própria.

Art. 29 - O tratamento de casos excepcionais a este regulamento será avaliado pelo Colegiado do Curso de Administração, com anuência da Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação.

Art. 30 - Quando o TCC apresentar nomes de pessoas, empresas, órgãos públicos ou privados, o acadêmico deverá ter uma autorização expressa emitida por esses.

ANEXO I

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO PROJETO DE TCC

Acadêmico:	
E-mail:	
Telefone:	
Orientador:	
Área:	
Título do Projeto:	

CRITÉRIOS AVALIATIVOS RELACIONADOS AO ACOMPANHAMENTO DO PROJETO DE TCC
Cumprimento das datas estabelecidas no cronograma.
Sequência na apresentação das atividades professor-acadêmico e assiduidade na orientação.
Participação, empenho e demonstração de interesse.
Estrutura incluindo boa introdução, fundamentação do conteúdo e coerência dos textos com o tema em discussão, metodologia e cronograma exequíveis.
Clareza na exposição do conteúdo abordado no projeto, coerência oral com o texto desenvolvido. Justificativa e coerência nas respostas a possíveis questionamentos de acordo com o texto apresentado no projeto escrito.
Outros (especificar):

ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÕES

	DATA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	VISTO ALUNO	VISTO ORIENT.
1				
2				
3				
4				
5				

Parecer do Professor Orientador quanto à indicação para Banca:
(__) APTO (__) NÃO APTO (__) APTO SE REALIZADO AJUSTES

COMENTÁRIOS: _____
_____
_____
_____
_____

ANEXO II

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO TCC

Acadêmico:	
E-mail:	
Telefone:	
Orientador:	
Área:	
Título do TCC:	

CRITÉRIOS AVALIATIVOS RELACIONADOS AO ACOMPANHAMENTO DO TCC
Cumprimento das datas estabelecidas no cronograma.
Sequência na apresentação das atividades professor - acadêmico e assiduidade na orientação.
Participação, empenho e demonstração de interesse.
Outros (especificar):

ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÕES

	DATA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	VISTO ALUNO	VISTO ORIENT.
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				

Parecer do Professor Orientador quanto à indicação para Banca:
(__) APTO (__) NÃO APTO (__) APTO SE REALIZADO AJUSTES

COMENTÁRIOS: _____
_____
_____
_____
_____

ANEXO III

FICHA DE AVALIAÇÃO - BANCA ARTIGO FINAL

Acadêmico:	
Orientador:	
Título do Artigo:	

Professor/Parecerista	

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS AVALIATIVOS	CONCEITO*	OBSERVAÇÕES
Estrutura do trabalho: artigo é composto da estrutura mínima e cada seção atende ao esperado de um trabalho acadêmico		
Objetivo do trabalho: o artigo atende ao objetivo proposto.		
Adequação conceitual: a moldura teórica é coerente com o objetivo e com o trabalho como um todo, apresentando referências atuais/clássicas ligadas ao tema de investigado.		
Adequação metodológica: os procedimentos metodológicos são condizentes com o esperado de TCC, estão claros e em conformidade ao objetivo traçado.		
Produção Textual: bom uso de linguagem científica, norma culta da língua portuguesa e ABNT.		
Apresentação Oral: aluno apresenta capacidade de se comunicar, poder de síntese e domínio do conteúdo.		
Conceito Final* (com espaço destinado às demais observações em relação ao TCC).		

* **Conceito A** - quando a aprendizagem do estudante for **PLENA** e atingir os objetivos, conforme critérios propostos; **Conceito B** - quando a aprendizagem do estudante for **PARCIALMENTE PLENA** e atingir os objetivos, conforme critérios propostos; **Conceito C** - quando a aprendizagem do estudante for **SUFICIENTE** e atingir os objetivos, conforme critérios propostos; **Conceito D** - quando a aprendizagem do estudante for **INSUFICIENTE** e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos.

_____ _____

Local e Data

Assinatura do integrante da banca

ANEXO C - REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES PARA O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO IFPR CAMPUS PALMAS

Capítulo I – Apresentação

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Administração do Instituto Federal do Paraná (IFPR) do Campus Palmas, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, normatiza o presente Regulamento que tipifica as atividades complementares no âmbito do Curso.

O presente Regulamento é aplicado ao currículo do Curso que vigora a partir do primeiro semestre do ano de 2023, não sendo revogados Regulamentos e demais disposições referentes a currículos anteriores.

O presente regulamento foi aprovado em reunião de NDE do Curso de Administração do IFPR – Campus Palmas.

Considerando ainda o disposto na RESOLUÇÃO Nº 5, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração: as **atividades complementares** são componentes curriculares que objetivam enriquecer e complementar os elementos de formação do perfil do graduando, e que possibilitam o reconhecimento da aquisição, pelo discente, de conteúdos, habilidades e competências, obtidas dentro ou fora do ambiente acadêmico, que estimulem atividades culturais, transdisciplinares e inovadoras, a critério do estudante, respeitadas as normas institucionais do curso.

O objetivo do presente regulamento é definir quais atividades podem ser consideradas complementares ao ensino no Curso de Administração do Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas e os critérios para o aproveitamento destas atividades, estabelecendo limites de cargas horárias.

As Atividades Complementares obrigatórias do Curso de Administração do IFPR são classificadas em quatro grupos abaixo discriminados:

Grupo 1 – Atividades de ensino;

Grupo 2 – Atividades de extensão;

Grupo 3 – Atividades de pesquisa; e

Grupo 4 – Atividades de inovação.

A carga horária das atividades complementares, prevista no Plano Pedagógico do Curso de Administração do IFPR é de, no mínimo, **98 horas** devendo ser distribuída ao longo do curso em atividades arroladas nos grupos acima, sendo obrigatória a participação do aluno em atividades, no mínimo, de dois dos grupos enumerados.

Capítulo II – Avaliação das horas complementares

A Comissão para validação ou não das horas complementares será composta por três membros a seguir elencados, mediante portaria própria a ser designada pela Direção do Campus:

I – Coordenador do curso de graduação em Administração;

II – Dois docentes do colegiado de Administração a serem designados pelo Coordenador de curso.

Caberá à Comissão a validação, como Complementar, de qualquer outra atividade que não conste do presente Regulamento, não podendo exceder 10 horas de aproveitamento.

No âmbito do campus Palmas, os procedimentos e trâmites relacionados com o cumprimento e comprovação da carga horária destinada a atividades complementares ocorre conforme estabelecido na Portaria nº 426, de 07 de novembro de 2019 IFPR/CAMPUS PALMAS.

A validação das cargas horárias referentes às atividades complementares desenvolvidas pelos acadêmicos se dá mediante apresentação de certificação, que deve ser protocolada junto à Secretaria Acadêmica, por meio de protocolo digital,

sendo obrigatório e de responsabilidade dos estudantes do curso, o cumprimento e comprovação da carga horária total destinada às Atividades Complementares, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a Conclusão do Curso.

Capítulo III – Quadro de horas complementares

GRUPO 1 - ATIVIDADES DE ENSINO

	ATIVIDADE	APROVEITAMENTO/CARGA HORÁRIA MÁXIMA
1	Monitoria voluntária ou com bolsa, no IFPR Campus Palmas, em componentes curriculares do curso de graduação em Administração.	Aproveitamento da carga horária da monitoria, mediante relatório do professor orientador em que deve constar o nome do componente curricular e carga horária. **Até 40 horas – Limitado a 10 horas por componente curricular.**
2	Componentes curriculares ofertados por outros cursos/IES, que não integrem a grade curricular, sob forma de componente curricular isolada.	Aproveitamento da carga horária da componente curricular, desde que o aluno tenha sido aprovado, mediante comprovação. **Até 30 horas – Limitado a 10 horas por componente curricular.**
3	Viagens de estudo promovidas pelo curso de Administração.	Mediante declaração ou certificado emitido pela Coordenação de Curso. **Até 40 horas – Limitado a 10 horas por viagem.**
4	Visitas acadêmicas a empresas promovidas pelo curso de Administração.	Mediante declaração ou certificado emitido pela Coordenação de Curso. **Até 20 horas – Limitado a 05 horas por visita.**
5	Estágio não-obrigatório na área de Administração.	Comprovação mediante declaração do Agente de Integração ou cópia do Termo de Compromisso de Estágio. **Até 30 horas – Limitado a 01 hora por mês de atividade.**
6	Participação em ações de nivelamento de conhecimento.	Mediante declaração ou certificado emitido pelo realizador da ação. **Até 30 horas – Limitado a 10 horas por ação.**

2 - ATIVIDADES DE EXTENSÃO

	ATIVIDADE	APROVEITAMENTO/CARGA HORÁRIA MÁXIMA
1	Participação em cursos, jornadas, simpósios, congressos, seminários, encontros, palestras, conferências, debates, mesas-redondas e similares.	Aproveitamento da carga horária, mediante certificado de frequência e tipo da participação. **Até 40 horas – Limitado a 04 horas por certificado.**
2	Comparecimento a defesas de trabalhos de conclusão de curso realizadas no curso de Administração do IFPR, ou, a critério da Comissão de Avaliação das atividades complementares, defesas realizadas em outras graduações do IFPR ou em outras instituições de ensino com reconhecida qualidade na produção acadêmica.	Certificado ou atestado de presença assinado pelo presidente da banca. **Até 20 horas – Limitado a 01 hora por trabalho assistido.**
3	Participação na Semana Acadêmica do curso de Administração do IFPR Campus Palmas.	Aproveitamento da carga horária, mediante certificado de frequência e tipo da participação. **Até 40 horas – Limitado a 12 horas por certificado.**
4	Participação na organização da Semana Acadêmica ou outro evento do curso de Administração do IFPR Campus Palmas.	Comprovação por meio de declaração ou certificação de participação. **Até 40 horas – Limitado a 10 horas por ano.**
5	Participação em Projetos Comunitários do curso de Administração (exceto se o aluno estiver realizando o projeto enquanto requisito de avaliação de componente curricular).	Comprovação por meio de declaração ou certificação de participação. **Até 40 horas – Limitado a 10 horas por projeto.**
6	Participação em Empresas Júnior ou em atividades do Núcleo de Práticas em Administração.	Comprovação por meio de declaração ou certificação de participação. **Até 40 horas – Limitado a 10 horas por semestre de participação.**
7	Participação em atividades de direção do Centro Acadêmico de Administração ou Diretório Central de Estudantes do IFPR.	Comprovação por meio de cópia da ata de posse e declaração sobre a efetiva participação. **Até 30 horas - Limitado a 01 hora por mês de atividade**.

8	Participação em treinamento promovido pela organização em que o acadêmico exerça suas atividades profissionais.	Aproveitamento da carga horária do treinamento, desde que o aluno tenha sido aprovado, mediante comprovação. **Até 20 horas – Limitado a 04 horas por treinamento.**
9	Participação em núcleos no âmbito do IFPR (NAPNE, NEABI, NAC, dentre outros).	Comprovação por meio de portaria, declaração ou certificação de participação. **Até 20 horas – Limitado a 10 horas por semestre de participação.**
10	Participação no Colegiado de Administração ou de outras comissões do IFPR.	Comprovação por meio de portaria. **Até 20 horas – Limitado a 10 horas por semestre de participação.**

GRUPO 3 – ATIVIDADES DE PESQUISA

	ATIVIDADE	**APROVEITAMENTO/CARGA HORÁRIA MÁXIMA**
1	Iniciação científica.	Aproveitamento da carga horária de acordo com o relatório de desempenho do aluno feito pelo professor orientador. **Até 40 horas – Limitado a 20 horas por projeto.**
2	Participação em projetos de pesquisa promovidos pelo IFPR em outros cursos do Campus Palmas ou outros Campus.	Mediante declaração do órgão competente da Instituição. **Até 30 horas – Limitado a 15 horas por projeto.**
3	Publicação e apresentação de artigo em eventos organizados pela rede IF.	Mediante certificação da instituição organizadora do evento. **Até 30 horas – Limitado a 15 horas por artigo.**
4	Publicação de artigo em congresso nacional na área de Administração ou afins.	Mediante certificação da instituição organizadora do evento. **Até 30 horas – Limitado a 15 horas por artigo.**

5	Publicação de artigo em congresso internacional na área de Administração ou afins.	Mediante certificação da instituição organizadora do evento. **Até 50 horas – Limitado a 25 horas por artigo.**
6	Publicação de artigo em periódico nacional na área de Administração ou afins (com ISSN).	Mediante documento de aceite e link da publicação pelo periódico. **Até 40 horas – Limitado a 20 horas por artigo.**
7	Publicação de artigo em periódico internacional na área de Administração ou afins (com ISSN).	Mediante documento de aceite e link da publicação pelo periódico. **Até 30 horas – Limitado a 30 horas por artigo.**
8	Publicação e/ou apresentação de resumos em eventos nacionais e internacionais.	Mediante certificação da instituição organizadora do evento. **Até 20 horas – Limitado a 5 horas por artigo.**

GRUPO 4 – ATIVIDADES DE INOVAÇÃO

	ATIVIDADE	**APROVEITAMENTO/CARGA HORÁRIA MÁXIMA**
1	Participação em projetos de inovação no âmbito do IFPR (IFTECH, dentre outros da área).	Aproveitamento da carga horária de acordo com o relatório de desempenho do aluno feito pelo professor orientador. **Até 30 horas – Limitado a 15 horas por projeto.**
2	Participação em projetos de inovação externos ao IFPR.	Mediante documento comprobatório de efetiva participação do aluno. **Até 30 horas – Limitado a 15 horas por projeto.**

ANEXO D - REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS

REGULAMENTO GERAL DE FUNCIONAMENTO DOS NÚCLEOS DE PRÁTICAS DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS PALMAS

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 1º Este regulamento rege, no âmbito geral, o funcionamento dos Núcleos de Prática Acadêmica dos cursos de Administração, Agronomia, Ciências Contábeis, Direito e Sistemas de Informação do Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Palmas.

Art 2º A regulamentação específica de cada um dos Núcleos de Prática Acadêmica é de responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação vinculados aos mesmos.

Art. 3º As atividades relacionadas aos Núcleos de Prática Acadêmica pretendem proporcionar ao estudante a possibilidade de articulação entre teoria e prática, oferecendo meios para diversificar as atividades acadêmicas com vistas ao aprimoramento integral discente.

Art 4º A observância das legislações relativas à estágios de estudantes e conselhos de classe, bem como relacionadas à ética profissional e à responsabilidade social, deve perpassar toda a regulamentação e as atividades vinculadas aos Núcleos de Prática.

CAPÍTULO II
DOS NÚCLEOS DE PRÁTICAS

Art 5º Os Núcleos de Prática Acadêmica são espaços de aprendizado prático vinculados aos Colegiados de Curso do IFPR Campus Palmas da seguinte maneira:

I – Núcleo de Prática Acadêmica de Administração, vinculado ao curso de Graduação em Administração;

II – Núcleo de Prática Acadêmica de Agronomia, vinculado ao curso de Graduação em Engenharia Agronômica;

III– Núcleo de Prática Acadêmica de Ciências Contábeis, vinculado ao curso de Graduação em Ciências Contábeis;

IV – Núcleo de Prática Acadêmica de Direito, vinculado ao curso de Graduação em Direito;

V – Núcleo de Prática Acadêmica de Sistemas de Informação, vinculado ao curso de Graduação em Sistemas de Informação.

Art 6º Os Núcleos de Prática Acadêmica possibilitam a vivência prática dos componentes curriculares previstos nos cursos de Bacharelado do IFPR Campus Palmas, mediante prestação de serviços à comunidade, em parceria com a Prefeitura Municipal de Palmas e sob a supervisão de um Coordenador, que será professor vinculado ao colegiado de cada um dos cursos elencados no Art. 5o.

Art 7º As atividades dos Núcleos de Prática Acadêmica estão previstas nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) dos cursos de graduação da seguinte maneira:

I - Componente(s) curricular(es) de estágio supervisionado ou;

II - Outro(s) componente(s) curricular(es) obrigatórios, a serem definidos pelo colegiado;

Parágrafo Único: Para a complementação de atividades, as atividades dos Núcleos de Prática podem estar vinculadas à componente(s) curricular(es) optativo(s), desde que atendidos pelo menos um dos incisos I e II deste artigo.

Art. 8º Os componentes curriculares previstos nos incisos I e II do Art 7º deverão, obrigatoriamente, ser ofertadas nos dois semestres letivos do ano, constando esta regulamentação geral no PPC de cada curso.

Art. 9º A carga horária destinada aos Núcleos de Prática Acadêmica para cada colegiado deverá ocorrer da seguinte maneira:

I - Caso o professor Coordenador do Núcleo de Prática Acadêmica do Curso ao qual está vinculado tenha regime de trabalho de 20 horas semanais, no mínimo 12 horas relacionadas às atividades de ensino devem ser dedicadas ao Núcleo de Prática Acadêmica. Destas atividades, no mínimo 8 horas semanais devem ser realizadas presencialmente no Núcleo de Prática e no período diurno, salvo quando do agendamento de visitas técnicas, acompanhamento de alunos e outras atividades ligadas aos projetos que necessitem que o professor se ausente. As demais horas

podem ser realizadas no período noturno e nas dependências do IFPR Campus Palmas.

II - Caso o professor Coordenador do Núcleo de Prática Acadêmica do Curso ao qual está vinculado tenha regime de trabalho de 40 horas ou Dedicação Exclusiva, no mínimo 16 horas relacionadas às atividades de ensino devem ser dedicadas ao Núcleo de Prática. Destas, no mínimo 12 horas devem ser realizadas presencialmente no Núcleo de Prática Acadêmica e no período diurno, salvo quando do agendamento de visitas técnicas, acompanhamento de alunos e outras atividades ligadas aos projetos, que demandem a ausência do professor. As demais horas podem ser realizadas no período noturno e nas dependências do IFPR Campus Palmas.

III – Para cursos integrais, as atividades devem ser realizadas apenas no período diurno;

IV – Caso seja aprovado pelo colegiado, estas horas previstas nos incisos I e II do Art. 9º podem ser distribuídas entre os demais professores interessados, desde que cumpram estas atividades dentro do Núcleo de Prática Acadêmica e que indiquem um Coordenador para funções específicas e necessárias ao funcionamento das atividades.

Art 10º Dos Núcleos de Prática Acadêmica participam:

I – O Coordenador dos Núcleos de Prática;

II – Os professores do curso ao qual o Núcleo está vinculado;

III – Os discentes, que estarão vinculados ao Núcleo de Prática Acadêmica do curso, que se encontram matriculados e que poderão ser enquadrados como alunos dos componentes curriculares ou estagiários, dependendo da regulamentação específica de cada curso;

IV – A Prefeitura Municipal de Palmas – PR, por meio do servidor indicado;

V – Os estagiários cedidos pela Prefeitura Municipal de Palmas.

SEÇÃO I

Dos Coordenadores dos Núcleos de Práticas

Art 11º A coordenação do Núcleo de Prática Acadêmica de cada curso será exercida por um docente escolhido entre os membros do Colegiado ao qual o núcleo está vinculado.

Art 12º Caso seja necessário, e para cumprir as atividades elencadas para cada núcleo, este coordenador deve estar devidamente inscrito no respectivo Conselho Regional de Classe.

Art 13º Compete a cada Coordenador, vinculado ao Núcleo de Prática Acadêmica de seu colegiado:

I – Coordenar e supervisionar as atividades no Núcleo de Prática, cumprindo e fazendo cumprir o Regulamento Geral e Interno dos Núcleos de Prática e a legislação vigente;

II – Assinar as correspondências, certidões, relatórios, produções e declarações referentes às atividades realizadas no Núcleo de Prática Acadêmica;

III – Implementar as decisões aprovadas em consenso entre o Colegiado de Curso, Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPR Campus Palmas e Prefeitura Municipal de Palmas referentes às atividades no Núcleo de Prática Acadêmica;

IV – Elaborar o calendário, fichas de atendimento e demais documentos necessários às atividades do Núcleo de Prática, bem como enviá-lo ao respectivo Colegiado de Curso para apreciação e aprovação;

V – Organizar e aprovar a escala das equipes e horários dos estudantes e/ou estagiários junto ao Núcleo de Prática Acadêmica, mantendo uma distribuição que permita atendimento nos horários de funcionamento do mesmo;

VI – Ministrar, orientar e/ou supervisionar a(s) disciplina(s) de estágio ou outros componentes curriculares vinculada(s) ao Núcleo de Prática, controlando a frequência dos discentes às aulas e/ou ao(s) estágio(s). Caso seja aprovado pelo colegiado, e conforme inciso III do art 8o deste Regulamento Geral, a carga horária vinculada a este(s) componente(s) curricular(es) pode ser distribuída entre os demais professores interessados.

SEÇÃO II
Dos Professores

Art 14º Caso seja aprovado pelo Colegiado ao qual o Núcleo de Prática Acadêmica está vinculado, os professores poderão atuar diretamente ministrando componentes curriculares e/ou supervisionando estágios curriculares vinculados a este.

Art 15º Os professores do Curso de Bacharelado, ao qual o Núcleo de Prática Acadêmica está vinculado, também poderão implementar projetos de pesquisa, extensão e inovação vinculados às práticas, que devem estar devidamente registrados no Comitê de Pesquisa, Extensão e Inovação do Campus Palmas, com Plano de Atividades Discentes.

SEÇÃO III
Dos Discentes

Art 16º São considerados discentes todos os alunos matriculados no(s) componente(s) curricular(es)/ estágio(s) vinculado(s) ao Núcleo de Prática Acadêmica do Curso.

Art 17º A estes compete:

I – Comparecer pontualmente às aulas e às atividades do Núcleo de Prática Acadêmica;

II – Cumprir a carga horária destinada às atividades;

III – Atuar com ética e profissionalismo, salvaguardando o nome do Instituto Federal do Paraná;

IV - Atender aos usuários do Núcleo de Práticas com atenção imparcial e cordial;

V - Durante o atendimento, solicitar informações e documentos necessários, bem como preencher fichas de atendimento para cadastramento;

VI - Manter o ambiente de trabalho devidamente ordenado;

VII - Auxiliar na elaboração de produtos, relatórios e outras produções, bem como, colaborar na prestação dos demais serviços previstos nos Regulamentos Internos dos Núcleos de Prática.

VIII - Cumprir este Regulamento Geral, os Regulamentos Internos de cada Núcleo de Prática Acadêmica e as demais determinações legais referentes à sua atividade.

SEÇÃO IV
Da Prefeitura Municipal de Palmas – PR

Art 18º Compete à Prefeitura Municipal de Palmas – PR:

I - Indicar um representante vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação para auxiliar no atendimento às demandas e na supervisão das atividades de cada Núcleo de Práticas;

II - Viabilizar a implantação dos Núcleos de Prática Acadêmica, mediante provimento de infraestrutura física;

III - Garantir o fornecimento de água, luz, telefone e internet, necessários ao funcionamento dos Núcleos de Prática;

IV - Prestar serviços de limpeza, segurança, manutenção predial, elétrica e hidráulica nas instalações destinado aos Núcleos de Prática Acadêmica;

V - Disponibilizar um estagiário, em formação na área específica, para cada um dos Núcleos de Prática Acadêmica, a saber: Administração, Agronomia, Ciências Contábeis, Direito e Sistemas de Informação.

VI - Disponibilizar a identificação visual dos Núcleos de Prática Acadêmica, mediante aquisição e instalação de placa externa e recursos de identificação de portas e salas que constem as logomarcas do IFPR Campus Palmas, da Prefeitura Municipal de Palmas e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.

SEÇÃO V
Do Estagiário cedido pela Prefeitura Municipal de Palmas

Art 19º Compete aos Estagiários contratados pela Prefeitura Municipal de Palmas – PR para auxiliar no atendimento e assessoria dos Núcleos de Prática Acadêmica:

I - Obedecer às normas e procedimentos relativos à estágios;

II - Cumprir as atividades elencadas no Termo de Compromisso de Estágio firmado entre o estagiário e a parte contratante.

SEÇÃO VI
Das Disposições Finais e Transitórias

Art 20º Este regimento deve ser anexado ao PPC dos cursos elencados no Art 5º.

Art 21º Compete ao Núcleo Docente Estruturante de cada Curso a elaboração de Regimento Interno relacionado ao Núcleo de Prática Acadêmica vinculado ao seu Curso.

Art 22º Todos os casos omissos neste Regimento deverão ser decididos em conjunto pelos Colegiados de Curso, Coordenações dos Núcleos de Prática Acadêmica, Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus Palmas e a Prefeitura Municipal de Palmas.